

Interrogações às políticas públicas: sobre travessias e tessituras do pesquisar

Organização

Lílian Rodrigues da Cruz

Betina Hillesheim

Letícia Maísa Eichherr



ABRAPSO EDITORA

Interrogações às políticas públicas

sobre travessias e tessituras
do pesquisar

Organização

Lílian Rodrigues da Cruz
Betina Hillesheim
Letícia Máisa Eichherr



ABRAPSO EDITORA
Porto Alegre
2021



ABRAPSO

Associação Brasileira de Psicologia Social

A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) é uma entidade civil, autônoma e sem fins econômicos que reúne e organiza pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia a partir de um ponto de vista social no Brasil. Desde a sua criação, no ano de 1980, a ABRAPSO busca ensejar a integração da Psicologia Social com outros campos, incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações no campo sociocomunitário, bem como garantir o compromisso ético-político de profissionais, investigadores, especialistas e estudantes da área com as populações submetidas a desigualdades e explorações sociais e econômicas, em condição de opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação da sociedade brasileira no sentido da justiça e da igualdade.

Todos os anos a ABRAPSO realiza encontros regionais ou nacionais dedicados a mobilizar e estimular a dialogia acerca da Psicologia Social. O seu compromisso com a sistematização e difusão de saberes se expressam por intermédio da publicação de literatura especializada pela ABRAPSO Editora e pela Revista Psicologia & Sociedade.

Site: <http://www.abrapso.org.br/>

Diretoria Nacional da Abrapso – Biênio 2020-2021

Presidente: Deivis Perez Bispo dos Santos

Secretária: Vanessa Louise Batista

Tesoureiro: Régis de Toledo Souza

Diretora de Comunicação: Maria Cristina Dancham Simões

Diretor de Relações Internas: Pedro Henrique Antunes da Costa

Diretora de Relações Externas: Mariana de Almeida Pinto



ABRAPSO EDITORA

Editora Geral

Andrea Vieira Zanella

Editora Executiva

Ana Lúcia Brizola

Conselho Editorial

Ana Maria Jacó-Vilela – UERJ

Andrea Vieira Zanella - UFSC

Benedito Medrado-Dantas - UFPE

Conceição Nogueira – Universidade do Minho - Portugal

Francisco Portugal – UFRJ

Lupicinio Íñiguez-Rueda – UAB - Espanha

Maria Lúcia do Nascimento - UFF

Pedrinho Guareschi – UFRGS

Peter Spink – FGV



A Editora da ABRAPSO adota a licença da Creative Commons CC BY:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivados - CC BY-NC-ND:

Esta licença é a mais restritiva das seis licenças principais, permitindo que os outros façam o download de suas obras e compartilhem-nas desde que deem crédito a você, não as alterem ou façam uso comercial delas.

Acesse as licenças: <http://creativecommons.org/licenses/>

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Interrogações às políticas públicas [livro eletrônico] : sobre travessias e tessituras do pesquisar / organização LÍlian Rodrigues da Cruz, Betina Hillesheim, Letícia Maísa Eichherr. -- Florianópolis, SC : ABRAPSO Editora, 2021.

PDF

Vários autores.

ISBN 978-65-88473-09-2

1. Ciências sociais 2. Decolonialidade
3. Epistemologia social 4. Políticas públicas
5. Psicologia social I. Cruz, Lílian Rodrigues da.
II. Hillesheim, Betina. III. Eichherr, Letícia Maísa.

21-78165

CDD-361.61

Índices para catálogo sistemático:

1. Políticas públicas : Controle social : Bem-estar social 361.61

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Sumário

Sobre vida(s)7

Prefácio9

Wanderson Vilton Nunes da Silva

Desobediências epistêmicas e pesquisas monstruosas em psicologia social..... 13

Èrika Cecília Soares Oliveira | Maria Laura Medeiros Bleinroth | Yasmin Maciane da Silva

Territórios, políticas e pesquisa psicossocial: reflexões sobre o pisar e o sentipensar em terra alheia 33

Simone Maria Hüning | Liliana Parra-Valencia | Saulo Luders Fernandes

Acessibilidade e inclusão no ensino superior 55

Camila Alves | Ildete Vianna Soares | Marcia Moraes | Ana Claudia Lima Monteiro | Alexandra Tsallis

Ensaio sobre interseccionalidades: tensões entre psicologia, pesquisa e branquitude 73

Adrieli Pacheco Sperandir | Letícia Máisa Eichherr | Amanda Cappellari | Lilian Rodrigues da Cruz

Ferramentas filosóficas para agir nas políticas públicas..... 93

Eduardo Sugizaki

Biopolítica, necropolítica e a pandemia do coronavírus. Notas analíticas sobre o exame viral121

Flávia Cristina Silveira Lemos | Felipe Sampaio de Freitas | Dolores Galindo

O que você quer ser quando crescer? Pandemia e um manifesto às crianças e ao tempo presente141

Letícia Máisa Eichherr | Lilian Rodrigues da Cruz

Políticas de inclusión-exclusión de personas con discapacidad en tiempos de pandemia: el neoliberalismo recargado161

Cintia Schwamberger

A Covid-19, o Sistema Único de Saúde e o difícil enfrentamento da doença no Brasil.....177

Camilo Darsie | Gabriel Felipe Tosta | Patrick Luiz Martini | Vera Elenei Costa Somavilla | Veridiana Limberger

Enredamentos decoloniais: Articulações entre as políticas de saúde e assistência social no campo do HIV 195

Gabriel Luis Pereira Nolasco | Gabriela Lopes de Aquino | Anita Guazzelli Bernardes

Reconfigurações no acesso ao direito à identidade pelas pessoas trans: a passagem da linguagem biomédica para a sociojurídica.....211

Gabriela Felten da Maia

Crise migratória: Entre o global e o local 231

Betina Hillesheim | Giulia Netto Löbler | Luísa Klix de Abreu Pereira | Letícia Holderbaun

Vida afirmativa na dor: as potencialidades de mulheres em situação de violência e o dever mulher 245

Patrícia dos Passos | Lutiane de Lara

Casa de Referência da Mulher Tina Martins: articulação entre coletivo autônomo, movimentos sociais e políticas públicas..... 265

Miriam Ires Couto Marinho | Lisandra Espíndula Moreira

Posfácio Poético 283

Leonardo de Oliveira

Sobre as autoras e autores 287

Sobre vida(s)

Começamos os primeiros traçados deste livro¹ com olhos marejados pelas escritas que compõem uma coletânea afetiva de pesquisas e pesquisadoras(es) com as/os quais nos encontramos ao longo da vida [não só acadêmica]. Se o terror que vivemos na atualidade, por vezes, nos brutaliza e endurece, não obstante buscamos brechas para que o pesquisar e o escrever sigam sendo potência, se constituindo como resistências àquilo e àqueles que tentam nos abalar e desacreditar de que é possível, sim, encontrarmos aliadas(os) para as travessias e tessituras da produção de conhecimentos. Escrever é, assim, compartilhar: distribuir, partilhar, repartir, ou seja, multiplicar nossas palavras e criar possíveis, entendendo que isso só acontece pelo coletivo.

Apostamos nas políticas públicas como espaços para interrogações e de encontros coletivos e singulares transformadores de sujeitos e de subjetividades, que nos mobilizam ao constante exercício de pensar e refletir práticas, metodologias, escutas e olhares e, ainda assim, produzir e ser produzidas por encantamentos. Simas e Rufino (2020, p. 15)² nos questionam: “como responder com vida a um sistema de desencanto?” Mais do que respostas, a proposta aqui é fazer nascer novas perguntas. Ousamos dizer que as interrogações que aqui são lançadas podem se caracterizar como pistas: afinal, as autoras e autores se debruçam sobre temas pungentes [os dicionários nos dizem que pungente é algo muito intenso, pontiagudo, que fere, que beira o insuportável], os quais, cotidianamente, nos fazem problematizar nossas práticas, fazendo nossos dentes rangerem e nossas peles se arrepiarem na busca de outras perguntas que possam desacomodar o pensamento.

.....
1 Agradecemos ao financiamento do Programa de Apoio à Pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROAP-CAPES) que, por meio do convênio com o Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSI-UFRGS), possibilitou a publicação deste livro.

2 Simas, L. A. & Rufino, L. (2020). *Encantamento: sobre política de vida*. Rio de Janeiro: MV Serviços Editora.

Responder com vida a um sistema de desencanto, significa, portanto, sentir as intensidades e as dores do próprio viver, deixando que nossas perguntas rasguem modos já estabelecidos de pensar. Responder com vida a um sistema de desencanto é acreditar que, pelo ato de compartilhar, possamos encantarmo-nos pelas travessias e tessituras que construímos uns com os outros. Responder com vida a um sistema de desencanto é não se deixar paralisar pelas linhas que nos aprisionam, que nos diminuem, mas apostar na alegria, no riso, no encontro. É acreditar que o sistema de desencanto desmorona com indagações infantis, que desestabilizam o que já está dado.

Assim, as tessituras deste livro são compostas por discussões situadas e localizadas nas travessias de pesquisas e nos corpos de 39 autoras e autores do Brasil, Argentina e Colômbia. Voltadas para a aposta na vida e nos convocando a outros olhares e novas interrogações, abordam temáticas relacionadas à pandemia da Covid-19, às interseccionalidades dos marcadores sociais da diferença, às epistemologias e metodologias contra-hegemônicas e decoloniais, aos campos da saúde, assistência social, direito, educação permeados por questões contemporâneas, como acessibilidade, inclusão-exclusão, necropolítica, migração, violências raciais e de gênero, cuidado e acolhimento, dentre outras.

Que esta leitura possa, sobretudo, marejar os olhos e encontrar aliadas e aliados para responder com vida os sistemas de desencanto.

Letícia Eichherr, Betina Hillesheim e Lílian Cruz
(Organizadoras)

Prefácio

Wanderson Vilton Nunes da Silva

Ao colocarmos a vida como elemento de uma política científica estamos, certamente, realizando nosso maior ato de resistência atualmente. O cenário de construção de conhecimento no país tem se tornado caótico com uma série de investidas que procura dismantelar e retirar o fôlego de tantos de nós, pesquisadoras e pesquisadores deste país; mas também, temos visto aquecer entre nós, afetos e uma força mobilizadora que nos tem feito bem: através dos cuidados e das formas como construímos alianças e amizades em meio ao caos que nos circunda, temos construído cenários de resistência nas ciências. E ousaria dizer, temos construído cenários de vida com nossos estudos e pesquisas.

Talvez ainda demorem a sentir os efeitos de nossos esforços acadêmicos para sustentar políticas de pesquisas que oxigenem nossas vidas em um momento pandêmico. O desafio que nos desacomoda é o de permanecermos vivos e garantir a existência de tantos outros. Uma vida que se manifesta por uma existência cidadã.

Uma política pública põe em jogo os diferentes modos de existir e de respirar, ela conspira com diferenças e vulnerabilidades que permitam às vidas continuarem em movimento.

Podemos inscrever e pensar uma política pública ao lado da vida. Ela (a vida) coloca-se como um elemento político que reforça a força vital de múltiplas possibilidades de existências ao ser pensada em uma política de Estado.

Logo, uma política pública ocupa-se de uma relação em que Estado e vida negociam suas existências, compactuando entre si as formas de suas inscrições políticas no mundo.

Embora possamos pensar a indissociabilidade da vida às formas de governo estatais, também podemos ressaltar as violências que podem ser engendradas nessas relações. Isto assegura a importância do Estado nas formas de organização das forças de vida que nos circundam no mundo e atuam na construção de vulnerabilidades.

Em um cenário atual de crise e desmonte do Estado brasileiro, temos visto como essa sinuosidade tem afetado a pluralidade e manutenção de muitas vidas, através de políticas de inimizade e de ódio marcadas por uma severidade mortal e o abandono de um Estado neoliberal e fascista frente a determinadas populações e grupos sociais que apresentam como aspecto de sua existência alguns marcadores sociais de opressão associados ao gênero, ao território, à identidade de gênero, à raça e/ou à etnia, bem como à origem étnica e à condição de pobreza. Estamos situados em um determinado modo de compreensão das relações entre Estado e vida que a dispõe em uma relação de cuidado associada à constituição de uma cidadania plena.

Em uma certa forma de conceber a vida, ela só pode ser pensada em uma relação pluriversal. Não é possível falar da vida em um caráter unidirecional, pois ela comumente irá se configurar como diversa e múltipla, escapando a quaisquer formas de enquadre. A vida é política à medida em que nos permite reinvenções de nossas relações conosco e com o mundo. Por isso, a relevância de investir em ciência e em pesquisas e estudos que coloquem em relação as interfaces entre o Estado e as vidas.

De outro modo, a compreensão de uma política pública pode apostar em determinadas zonas sensíveis e interseccionais que se ocupam de aspectos de uma vulnerabilidade colocada em jogo nas formas de construir resistência e formas de vida que se ocupem do que podemos chamar de práticas de liberdade. Neste sentido, ao colocarmos em análises as políticas públicas, estamos indicando também a forma como o Estado tem produzido vulnerabilidades de pessoas e populações e como tem cuidado delas.

É nesta circunscrição que atuam uma série de estudos e pesquisas nas ciências humanas, especialmente, na psicologia, que coloca e nos faz lembrar da efetividade da vida para construção de formas de governo e do que temos chamado de práticas de liberdade. No entanto, as vidas que interessam, a uma determinada forma de construir ações e práticas em uma política pública, estão relacionadas aos modos como articulam continuidades e descontinuidades no encontro com suas vulnerabilidades históricas.

A compreensão das desigualdades e das dinâmicas de opressão que lhes conformam nos permite também construir práticas em políticas públicas

que se ocupem de forma direta de um panorama histórico de opressões, construindo outras narrativas e possibilidades para as vidas marcadas por uma história de violências e silenciamento.

Tratamos de nos ocupar, como pesquisadoras e pesquisadores, de uma ciência tomada pela vitalidade da vida. Uma ciência que atua nas frestas e rachas de uma prática científica situada. Estamos também situando práticas científicas que atuam em processos de reencantamento de práticas de resistência. Reencantar, quem diria, seria o efeito de nossas práticas científicas contemporâneas, situadas ao sul global

Ao tocar as vidas com nossas práticas científicas, estamos reativando as forças que nos mantêm acesos em nossas trajetórias de pesquisa. Reativar esses elementos que constroem a objetividade de nossos estudos ocupa também elementos de uma ciência, apesar de tudo, alegre. Uma ciência que atua em um parlamento de saberes e ativa aspectos de uma construção, não somente racional sobre o mundo, mas, que nos integra às demais formas de conhecer e governar os mundos que habitamos através da construção de zonas de afetação e sensibilidade localizadas em uma determinada racionalidade científica.

Uma ciência que se alegra em ser múltipla, ao contribuir para articular vulnerabilidades e resistências. Aspecto que acaba por asseverar os acordos éticos na construção de conhecimento, mas também o rigor dos procedimentos metodológicos que nos inscrevem como prática científica. Reencantar o mundo, portanto, está associado a nos demorarmos nas frestas e fissuras que nos permitem construir ciência em nossos tempos.

Em nossas políticas científicas, o reencantamento está associado a pensarmos o poder da vida, o poder infinito que lhe habita e que certamente nos surpreende em suas formas de manifestar-se frente às opressões que tentam submetê-la.

Esperançar e sentir-pensar o mundo são, certamente, elementos que compõem as ciências que nos movimentam ao longo deste livro.

À vida sempre múltipla com cuidados e saúde.

Recife, 30 de março de 2021

Desobediências epistêmicas e pesquisas monstruosas em psicologia social

Érika Cecília Soares Oliveira

Maria Laura Medeiros Bleinroth

Yasmin Maciane da Silva

Quando ela escreve

Há um provérbio da Sabedoria Odu Òwónrín que diz: “Fazer muito com pouco é magia”, e digo a vocês, é o que mainha faz. Mãe de 18 filha(os), sendo 10 biológicos e 8 adotados, analfabeta para a escola, mas teórica da vida, nos criou lavando roupas de ganho e capinando roça. Nos educou no exemplo, sempre gritando ao mundo do que é capaz. Me fez chegar à Universidade dizendo “quem troca caminho por atalho, tem mais trabalho”, e assim, ousei pisar neste espaço. Entendo que a sabedoria está no caminho e escolho caminhar ao seu lado.

Foi ela quem me ensinou quase tudo que sei, inclusive a escrever. Sim, ela não escreve como eu ou você, essa escrita alcançada nos bancos escolares ela não possui, mas ela escreve e me ensina a escrever todos os dias. Todas as vezes que mainha sentou em sua cadeira de balanço, na frente de casa com dezenas de retalhos e unindo-os, formou um lençol que nos aqueceu em noites frias, ela escreveu. Cada pedaço de pano foi parte de uma história desenhada por suas mãos, a caneta de mainha é linha na agulha, perfura e costura.

Ela escreve quando cozinha, ou seja, todos os dias. Ao cozinhar aquele feijãozinho gostoso, ela me conta uma história. Cada alimento, cuidadosamente depositado na panela de pressão é um elemento textual de uma produção inédita. É com feijão e água que ela inventa. Durante o processo de preparação, ela fala sobre o que já fez e tudo que ainda deve ser feito, das plantas a serem regadas, das coisas a serem arrumadas e de nossa bagunça

pela casa. A escrita de mainha é fogo que aquece e cozinha, mas se passar do tempo pode queimar.

Mainha escreve na roça. Naquele espaço produz o sustento para nossos corpos. Ela sabe exatamente o tempo de plantar e colher cada coisa. Em frente a nossa casa, temos plantado macaxeira, feijão andu, batata e cana de açúcar, todos os dias mainha vai olhar a roça, tirar uns matinhos com as mãos, verificar se os meninos da rua bagunçaram a plantação e sentir bem de pertinho o crescer do que plantou. É assim que ela escreve, na maturação do ciclo contínuo do plantar para colher. O que nossa roça dá, alimenta a casa de muitos, aqui vivemos no sistema de trocas, damos macaxeiras e recebemos jacas. Mainha escreve também em parceria.

Ela escreve quando constrói. No terreno da plantação temos uma casinha de lona, construída com madeira de árvores que caíram com a chuva, partes de um guarda-roupa desmontado com as mudanças e as lonas retiradas do telhado da casa de minha irmã. Ela criou e projetou tudo sozinha, foi pedreira e mestre de obras, nos ordenou a trabalhar na construção, convocou os meninos da rua e fez a casa nascer. Mainha escreve quando constrói com o resto que sobra de nós. E, no fim, mainha escreve todas as vezes que eu escrevo, pois não estou sozinha.

Carta à minha tia mais querida

Escrevo para expressar minha gratidão pelos caminhos que a senhora me fez trilhar sem ao menos saber e eu sinto que preciso te contar. Eu busquei tanto entender de onde surgiu meu amor por idosas, mas nunca parei para enxergar as minhas anciãs mais amadas, quase meu tudo que sou hoje. A senhora, voinha e minha tia-bisavó betinha, minhas três anciãs dos *queimados* e as que me fizeram amar profundamente esse lugar, me fizeram pertencer um pedacinho a mais em cada encontro e em cada afago no coração. Mais da metade do que eu sou hoje é pelo que aprendi, senti e vivi com vocês, pela herança mais preciosa que eu poderia receber: a transmissão de suas memórias para a construção das minhas. Memórias dentro de memórias. Posso afirmar com certeza que sou uma mulher

adulta semeada por vocês. A senhora uma vez me disse o quanto sempre se dedicou a escutar a sabedoria das pessoas mais idosas e o quanto isso alimentou a sua sabedoria. E realmente, tia, não que seja uma sabedoria totalmente dada a que recebemos, é preciso estar atenta e disposta a ouvir; se não se torna um mero despejo de palavras em nossos ouvidos. Aprendi isso quando passei a olhar os detalhes mais singelos dos seus conselhos, passei a direcioná-los ao mais íntimo de mim, para nunca mais ser esquecido. Há tantas coisas guardadas em mim que foram suas. Em minha última visita a sua casa, a senhora fez uma viagem pelo caminho das memórias para me narrar sobre a sua fuga do colégio de freiras, eu fiquei deveras curiosa com esse fato quando vovô me contou. Sempre escutei que a bisa menininha e o biso tonho prezaram muito pela educação de vocês e fiquei “matutando” na minha cabeça o que levou a senhora a fugir, não que fosse difícil de imaginar. Penso o quão difícil deve ter sido os oito longos dias que a senhora viveu dentro desse lugar, cheio de regras e horários a cumprir, ainda mais para quem tinha as raízes fincadas no sítio. Sua liberdade foi aprisionada. Entendi de onde vieram as lágrimas derramadas pedindo para voltar para casa. Aquele momento não foi um abandono aos estudos, mas sim para aquela educação que te levou para distante dos teus pés sujos de terra, dos perfumes das variadas rosas, do céu estrelado e da sensação de pertencimento. Não por acaso você quis voltar. A senhora resistiu à tentativa de lhe cortarem a raiz e voltou a estudar no lugar de que nunca quis ter saído, com as suas pessoas do coração ao seu redor, aprendendo juntas e fortalecendo a educação do sítio, os conhecimentos que permanecem nos seguindo, geração após geração. Ouvi dizer que sua irmã mais nova fez o mesmo, nunca conseguiu ir estudar além dos limites de suas raízes. Aquela sua prima distante que ultrapassou esse espaço e foi para longe me fez pensar muito sobre mim. Não acredito que o problema esteja em ela querer ter ido embora, mas o quanto ela lavou os seus pés empoeirados para não pertencer mais ao sítio e a educação presente aí. Sabe, tia, comeci a pensar muito sobre o que a senhora me disse sobre o que adianta estudar tanto, deixar de ser “ignorante de conhecimentos”, mas se tornar uma ignorante enquanto ser, não ter a sensibili-

dade para ouvir sem paralisar a voz que fala por achar que ali não tem nada frutífero. Onde está a educação em criticar o modo da outra pessoa *ser*? E eu, como boa ouvinte sua, aprendi a sentir as sutilezas da escuta e das repetições, sem pressa e com ânsia de ouvir mais, hoje sei que não por acaso me tornei psicóloga. Sei que minha formação não começou na graduação - seria ingênua pensar que ali eu me alimentaria de todos os conhecimentos que precisaria para me tornar psicóloga -, mas sim naquele velho banco rente à mesa de sua sala de jantar. Em tantas tardes de férias e feriados. Sempre as mesmas histórias, mas contadas com novos ingredientes e com mais amor. Senti que o amor em suas memórias cresceu ao longo dos anos. E que, de fato, sua felicidade foi sendo alimentada por elas. Sentei, senti, observei e escutei. Aprendi a rir com as mais singelas coisas que a vida viesse a me oferecer. Ah, titia, sua gaitada é a mais pura e bela que já ouvi, nela é possível ouvir toda a bondade que tem dentro de seu coração. É como se lhe fosse urgente transbordar para contagiar quem está perto, principalmente por ser acompanhada de tímidas palminhas. Nunca foi suficiente ser só sua. Seu estudo foi pouco por naquela época só ter até o primário, ensinado por professoras particulares que pisaram no mesmo chão que o seu, mas fez com que aprendesse o que jamais aprenderia se tivesse partido. Deixou de aprender outras coisas, mas não quis perder seu sentido e existência onde não lhe cabia. Eu me pergunto como deve ter sido ser sua aluna, já que foi professora do primário em seus *queimados*, para aquelas que também nunca quiseram arredar o pé de onde nasceram ou até mesmo que não tinham outras opções. Para quem viveu as lágrimas de um ensino distante da sua realidade, penso que tentou aproximar suas alunas o quanto foi possível de sentir que o chão que pisa é o mesmo que fortalece e que produz conhecimentos, que só eram e permanecem sendo cultivados por aí. Como a senhora bem disse, ensinou tudo que podia ensinar, foi uma professora de tudo, da vida. Não ensinou só letras e a leitura das palavras que se formavam com elas, ensinou crochê que vestiu tantos bebês, broas e balas de café que adoçaram tantas vidas, e, sobretudo, ensinou resistência. Resistiu às formas brutais das tentativas de tirarem seus saberes, de lhe apresentarem a ignorância do ser

que muitos nutrem em terras distantes daí por acharem que apenas o que tem por lá é importante. O sítio nunca foi um lugar de passar férias e voltar de *mãos vazias*, quem fez somente isso nunca compreendeu o real sentido do rural. Não conseguiu se aprofundar e colher os conhecimentos daí. Mas a senhora entende pois desde a última vez que saiu nunca mais voltou a fazer. Não ousa sair da sua casa por nada nesse mundo, porque afirma que sua felicidade foi plantada e cultivada aí ao longo de seus 88 anos. E suas risadas traduzem a imensidão do amor que tem por esse pedaço de chão. É, tia, bem que a senhora sempre falou que a maior paixão da sua vida foi ensinar, não à toa que aprendi tanto com a senhora, sobre tudo e sobre viver em seu sentido mais literal. Por mais que eu tenha escutado dentro de nossa família o quanto foi difícil para a senhora se ausentar da sala de aula, quando teve derrame aos 37 anos, sei que essa fase foi apenas uma das muitas em que a senhora esteve ensinando. Digo isso porque quando a senhora me narrou sobre o quanto amava ensinar a primeira coisa dita nem foi dentro de uma sala de aula, mas foi o crochê. Quantos ensinamentos devem ter circulado nas rodas de tecer, trocas de afetos e saberes. Não sei se a senhora percebeu o quanto a palavra “aprendi” se fez presente aqui, mas sua missão foi cumprida da forma mais afetuosa e dedicada possível. As entrelinhas nunca lhe escaparam. E sabe o que é mais engraçado? É olhar para as mulheres da minha vida e ver que todas foram/são professoras, caminho que estou trilhando no momento para me tornar uma. E é nesse momento que eu preciso percorrer ainda mais os caminhos das minhas memórias, porque sem elas eu correria o risco de me tornar uma ignorante do ser, com conhecimentos que não são meus e que não me fazem pertencer; pelo contrário, me levam para longe de tudo que me é afetivo e de tudo que me constitui, me levaria para longe da senhora e dos seus saberes que agora são meus, lavaria meus pés sujos de terra que tanto me contemplam. De agora em diante, tia, não guardarei apenas em meu coração o que me foi compartilhado, derramarei as sementes dos seus ensinamentos em terras outras - as mesmas que lhe aprisionaram -, para que sejam semeadas e colhidas por quem se sentir pertencente aos conhecimentos e saberes que vêm do afeto, da poeira,

do verde e do cheiro das rosas. Eu não posso pisar em outros chãos e me esquecer daquele que mais me sustentou no mundo. E, como a senhora me pediu, mostrarei o quanto é feliz no lugar onde estão suas raízes. Com amor, sua herdeira de histórias.

Ser pesquisadora monstruosa 1: Tráfico de ideias, circulação de teorias

A ideia de nos tornarmos pesquisadoras monstruosas e desobedientes foi gestada a partir das telas de nossos computadores, de nossos rostos recortados em quadrados, corporeidades do pescoço para cima, tecnopesquisadoras(es) num vasto mundo cibernético. Foi gestada também no meio da saudade que surgiu ao ficarmos tantos meses separadas(os) – ainda estamos -, de um coração que pulsa em meio aos códigos e circuitos da *web* e que nos retirou a possibilidade dos abraços, dos bolos com café que partilhávamos nos encontros presenciais e, depois, retirou também os adeuses e mais abraços quando mudei de universidade, para outro estado.

Alguém do grupo de pesquisa, o *Edis*¹, disse: poderíamos nos debruçar mais sobre nossas metodologias. Pensar nossas metodologias colou-se com o que eu vinha pensando a respeito de desobediências epistêmicas, de monstras perigosas, feminismos subalternos. Desobediências epistêmicas são proposições trazidas de leituras do grupo modernidade/colonialidade. Walter Mignolo (2008) diz que para desobedecer precisamos desaprender. As monstras perigosas estão comigo há mais tempo (Oliveira, 2017), desde Gloria Anzaldúa e sua carta para as mulheres do terceiro mundo. Monstras perigosas são mulheres que colocam suas ideias no papel, que denunciam as prisões das epistemologias heteropatriarcais e coloniais (Preciado, 2020) que se abrem diante delas, de suas subjetividades. A essa concepção de monstras juntamos o Jeffrey Cohen (2000) e suas sete teses sobre monstros, leitura reatualizada a partir de Jota Mombaça (2016), trazido um dia

.....
1 Núcleo de Estudos em Diversidades e Políticas (EDIS), coordenado pelo professor Marcos Ribeiro Mesquita e por mim.

para o grupo pelo Cauê. Também vasculhamos o texto de Paul Preciado, *O monstro que vos fala*. Queríamos pensar a partir das monstruosidades. Das fraturas que se esparramam dentro e fora de nós, ao redor.

Era importante pensar um pouco no corpo do monstro, das monstras, no modo como ele deságua e cria condições para pesquisarmos monstruosamente. A primeira pista foi lançada: monstras(os) se movimentam a partir de inventários, fragmentos, de “pegadas, ossos, talismãs, dentes, sombras, relances obscurecidos...” (Cohen, 2000, p. 3). Pesquisas seriam, então, monstruosas por desviarem-se das normas classificatórias próprias das verdades absolutas e universais, por pensarem radicalmente o que é fronteira e o que é normalidade (Cohen, 2000, p. 31). São pesquisas que partem da ideia de que caminhos metodológicos não passam de ficções, ou melhor, *fricções*, aquelas que nos permitimos ter, que desejamos que nossas peles sintam. Ou, ainda, *freakções*, como um dia surgiu no grupo de *WhatsApp* do Edis, mensagem enviada por um parceiro, Saulo Fernandes, convidando para seu grupo de extensão que trazia esse nome.

Tráfico de ideias, contrabando, difícil lembrar quem veio primeiro, as vozes no grupo se tornam plurais e, a um só tempo, unívocas, mas a origem se deu bem ali, entre membros de um grupo de pesquisa encerrados em suas casas – no agreste, na zona da mata, no litoral – cada qual espalhado num ponto do mapa alagoano, tentando se defender da pandemia e do ultraconservadorismo que tomou conta do país, incertas(os) e sem saber responder qual dos dois tem matado mais. Circulação de ideias construídas na periferia acadêmica do país, ela mesma mais uma monstra.

Nesses encontros, o que tentamos fazer foi juntar lugar epistêmico com lugar social. Em dado momento, concluí que éramos todas(os) ali no grupo monstruosas(os). Éramos mulheres cis, homem trans, lésbicas, bissexuais, negras e negros, periféricas e ex-periféricas(os), gays, nordestinas(os). Em algum momento de nossas trajetórias, fomos vistas(os), sentidas(os), pensadas(os) como corpos que não se ajustam, que deveriam se ajustar, aberrantes, passíveis de domesticação, correção, medicalização, enjaulamento. Compúnhamos um grupo monstruoso. Então, a pergunta:

como estávamos fazendo nossas pesquisas? Elas eram monstruosas como nós ou permaneciam leais à norma?

No grupo menor de orientação, composto somente por mim e minhas orientandas de iniciação científica e mestrado - grupo *Feminismos Subalternos* - temos, há alguns anos, nos debruçado sobre as memórias que nos constituem, como é possível ver na abertura deste capítulo. Este tem sido o ensinamento fundamental dos feminismos e também de perspectivas decoloniais: escrever biograficamente (Maldonado-Torres, 2019). Ancorada nessa concepção, tenho pensado em desmontar a colonialidade da alteridade de que nos fala Patricio Guerrero Arias (2010). Essa colonialidade tem como propósito justamente marcar o outro como uma ausência, algo que é próprio dos fundamentalismos racionalistas cartesianos. A aposta coletiva – minha e das pesquisadoras com as quais trabalho - reside justamente em trazer essas outras e outros para compor conosco, a partir da compreensão de que elas(es) não apenas nos constituem, como produzem sabedorias que podem caminhar junto com nossas produções. Aqui não evitamos esse encontro, dele não nos envergonhamos, adotamos a sabedoria *nahual* de que fala Arias (2010): “Eu sou tu, tu sou eu, e juntos somos deus”. Para esse autor, a descolonização da alteridade implica a radical insurgência dessas outras, tornando visível suas presenças, dialogando, aprendendo com elas. Nossa ancestralidade – a memória delas - tem sido justamente a pegada, a pista, o talismã, o relance, o fragmento e o inventário de que nos fala Cohen (2000). Talismãs porque produzem encantamento, carregam as emoções e sentimentos das pesquisadoras para junto do fazer pesquisa, contorcem a hegemonia da razão. Provocam ternura. Com isso, brincamos e esparramos desobediências em diferentes espaços.

A primeira vez em que li o texto *Quando ela escreve* foi para discutir aprendizagem em turmas nas quais ministrei Psicologia da Educação em uma universidade federal sudestina. Trazer esta escrivência e mostrar para as(os) estudantes de variadas licenciaturas a multiplicidade que a ideia de aprendizagem carrega era o propósito. Talismãs circulam, ensinam grupos diferentes, fazem senti-pensar (Arias, 2010), unem razão com coração. Algumas(ns) alunas(os), atrás de suas telas, de fotos que cobriam rostos

que eu não via, escreviam no *chat*: professora, eu chorei com este texto. Aprendizagens, então, se dão também pelo corpo, pelas lágrimas, por outras cosmovisões que trazem poesias e que problematizam a marginalização dos afetos dentro do universo acadêmico, fruto do epistemocentrismo euro-gringo-cêntrico-dominante (Arias, 2010). É desse lastro que se alimentam nossas “obras de ficção acadêmicas” (Mombaça, 2016), das carnes que costuram nossas lembranças, as linhas que unem passado-presente, reminiscências, coisas que aconteceram ou que não temos tanta certeza de seu acontecimento. Diz Mombaça (2016, p. 344), sobre ser pesquisadora monstruosa: é estar “no espaço da norma; indisciplinada no lugar da disciplina”. Daí sua proposição de ficcionalizarmos uma metodologia indisciplinada, maliciosa, desleal ao cânone, que vasculha as sombras e os subterrâneos da produção teórica, privilegiando autorias não autorizadas.

Ser pesquisadora monstruosa 2: Corpografia pelas memórias

Desde miúda sou acompanhada pelo costume de pisar no chão descalça, nunca foi confortável enfiar meus pés dentro de algo que o encubra. Quando tenho que fazê-lo, me sinto mais desobstruída quanto menos espaço ele reveste. Faça chuva ou faça sol, eu sinto necessidade em tocar o chão e senti-lo causar vibrações em meu corpo, como se tivesse um fluxo de carga energética percorrendo e se ramificando por cada pedaço dele. Em dias chuvosos, *mainha* sempre cismava que eu deveria me calçar para não pegar um resfriado. Parece estranho, mas ao invés de me sentir protegida, aquela camada me desprotegia. Se tornava uma espécie de isolante do *sentir*, ocasionando um desequilíbrio nas outras vias sensitivas. Além de necessitar ser abastecida através dessa estrutura física, os que habitam comigo sabem que o meu pisar é forte. Sou o oposto do que se considera andar *leve como uma pluma*. Painho diz que o barulho parece de um bate-estaca. As rachaduras existentes apenas nas paredes do meu quarto se tornaram uma brincadeira incriminatória para os meus pés como consequência da sua intensidade quando toca o chão. Quando estou em casa, todas as pessoas que dividem o mesmo

espaço que eu sabem traçar todo o meu itinerário percorrido durante o dia, da hora que acordo até a hora que eu vou dormir. Com meu andar, mesmo que sem querer, eu conecto as pessoas a mim. E, especialmente, eu me sinto conectada às pessoas, ao território, ao solo e às belezas soterradas por debaixo do chão pisado, principalmente daqueles que me fazem sentir pertencente. Meu pisar forte é para sentir com mais intensidade o que meus olhos não conseguem alcançar. Eu consigo fixar com os pés marcas em minha alma.

Ao perceber isso, senti anseio em vasculhar minhas memórias para entender o que me causa tanta importância em sentir o chão, e descobri que esse costume é uma herança, tal como apresentado na carta introdutória deste texto. Em síntese, ao escutar as memórias de minha tia Dinha, eu percebi que os caminhos trilhados pelos seus pés empoeirados dos *queimados* levou ela a sentir que o chão que pisa é o mesmo que fortalece e que produz conhecimentos. Jolyanna Ribeiro, também integrante do *Edis* e orientada por Érika, me fez enxergar ainda mais sobre esse processo do conhecimento advindo do nosso solo em sua pesquisa sobre o saber-existência das mulheres rurais. Ao “buscar jeitos próprios de caminhar” (Wanderson Nascimento, 2020, p. 9) para me desvincular das amarras científicas e colonialistas, descobri que o meu é um caminhar descalço, seguindo as *pegadas* deixadas pelas minhas anciãs através das suas memórias legadas a mim. É como se cada ínfimo grão de poeira tivesse importância e me contemplasse. E, em contrapartida, escrever, para mim, é contemplar cada passo que eu dei, bem como os passos dados por elas que me foram compartilhados. Eu sinto o território através dos meus passos; contemplo o percurso através da intensidade em que piso para carregar comigo os saberes que atravessam o meu tato, para perceber a extensão do meu corpo e os seus efeitos ramificados em mim.

Em um diálogo com Yasmin - também presente aqui como escritora e minha companheira de percursos - sobre minha ideia para este texto, ela me disse que o chão se apresenta para mim como uma possibilidade de ser monstruosa, tendo em vista que meu corpo produz movimentos a partir dele e através disso eu pertencço à história de uma terra - da minha. Um chão pisado, fertilizado e regado também por outras sujeitas que

compartilharam o mesmo espaço que eu, apesar dos diferentes tempos. No entanto, elas foram capazes de aguçar meu tato, fizeram com que o meu corpo se tornasse um “meio privilegiado de encantamento”, irradiando em mim suas memórias e saberes (Costa & Carvalho, 2021, p. 45). Nesse sentido, utilizo as palavras de Cohen (2000) para defender a perspectiva da minha monstruosidade e a das minhas progenitoras de conhecimentos: “o monstruoso oferece uma fuga de seu hermético caminho, um convite a explorar novas espirais, novos e interconectados métodos de perceber o mundo”. Assim, meu convite aqui é para perceber e sentir o mundo através dos pés - mas não só por eles, e sim para que este seja um ponto de partida para os outros sentidos-, tendo consideração pelas palavras de Miguel Aguillar e Paula Villagrán (2013, p. 5) ao fazerem uma observação de que “*Talvez no hay experiencia más concreta que la del cuerpo, vivimos el mundo desde él y cotidianamente experimentamos a través de él un sin fin de sensaciones*”.

Quero, portanto, apresentar minha monstruosidade como uma indissociação entre meu corpo e o chão pisado. Essa vinculação é efeito dos sentidos de minha tia em não querer lavar seus pés sujos de terra com saberes que não eram seus, retornando, assim, para o seu sítio. A tia Dinha escapou monstruosamente para “retornar à sua habitação às margens do mundo”, fugindo do centro que queria homogeneizá-la (Cohen, 2000, p. 31) e arrancar suas raízes da terra que lhe floresceu, não quis permanecer onde não lhe cabia. Ela se recusou “a pertencer a qualquer senhor colonial” (Nascimento, 2020, p. 10) e, em contrapartida, pôs seu corpo como uma “matriz ... que registra e inscreve práticas de saber” (Luiz Rufino, 2020, p. 47) em seu território e através dele. Depois, cada grão de poeira encontrado em seu caminho se tornou um acúmulo para mim, passando o seu legado e me tornando como matriz. Mesmo que sem palavras faladas, ela sussurrou em meus ouvidos por onde eu deveria seguir. Costa e Carvalho especificam que (2021, p. 36) “A transmissão exige o desenvolvimento de habilidades várias, sendo a primeira delas a memória: os mestres ensinam sem escrita e os jovens aprendem por meio da escuta e da repetição. A escuta é, obviamente, também corporal”. Nesse ínterim, Dianne Rocheleau (2016,

p. 21) é perspicaz ao defender que os *mundos* que habitamos se tornam nossos espaços de sentidos e aprendizados e, dessa forma, não podemos esquecer que somos “*caminantes en nuestras geografías*”. Minha localização geográfica me permite experienciar afetos e saberes singulares e, novamente, me encontro como mostra com meu corpo nordestino e interiorano, já que, como sinaliza Cohen (2000, p. 32), “Desaprovando plenamente os métodos tradicionais de organizar o conhecimento e a experiência humana, a geografia do monstro é um território ameaçador e, portanto, um espaço cultural sempre contestado”. O Nordeste foi inventado e posicionado como o Outro e, assim, habitado por corpos subalternizados, estereotipados e homogeneizados, como afirma Durval Muniz (2001).

Como mostra em minha trajetória de pesquisadora, tenho estilizado a racionalidade (Cohen, 2000) em uma via dupla: pela minha corporeidade e, imbricada a esta, pelos meus sentimentos - através da afetividade e das memórias trazidas pelos meus pés. A minha monstruosidade é engendrada, sobretudo, através do nível de nudez afetiva escancarada nas linhas traçadas por mim. Mariela Solana e Nayla Vacarezza (2020) deixam bem nítido que um corpo que quer sentir a escrita foge às normas, visto que essas se reverberam para além do pensar, interferindo também no sentir em suas várias dimensões e vias enérgicas. Os ambientes academicistas, regados pelos cânones de produção de conhecimento, desenvolvem “excessivamente a habilidade do pensamento racional, ao ponto de que o pensar se torna, no mais das vezes, hipertrofiado, enquanto o sentir fica atrofiado” (Costa & Carvalho, 2020, p. 39). A monstruosidade defendida aqui trata-se, então, de pensar uma *corpografia*; uma escrita do corpo subalterno que viola a atrofia dos caminhos e que lança novas formas de perceber o mundo. Isto é, inscrever-se na escrita a partir da localização do corpo, mas não somente isso, pois, como alerta Márcia Moraes (2021, p. 07), “a localização, no caso, é menos dizer do código postal e mais colocar em cena as marcas que constituem e singularizam a relação de conhecimento”. A concepção que penso para o corpo, no sentido aqui buscado, está atrelada em considerá-lo como uma envoltura da alma. Trata-se de uma tentativa de encarnar nesse termo a ideia do corpo ligado às emoções - ao seu desnudamento dentro da

pesquisa -, sendo essas reverberadas através dos sentidos do corpo. Sentidos que produzem memórias, memórias que produzem sentidos em nossas pesquisas. Me encontrei com a palavra *corpografia* em um foto-ensaio de Marta Cabrera (2016), no entanto, o significado adotado transcorre por outro percurso, apesar da autora também trazer um corpo que é presente. Desse modo, a compreensão e significado para a palavra foram sendo construídos através do que eu senti quando a vi, das suas reverberações em mim, de um corpo que pensa através dos seus sentidos e do que os atizam.

Corpografia é, sobretudo, estar presente; não uma escrita através da estrutura corpórea em si, mas do que ela envolve. Apesar de não ser um nome bonito, talvez eu seja um bate-estaca. Anseio por alcançar camadas mais profundas do solo. Ao mesmo tempo que finco minhas memórias nele, eu me reencontro com as das minhas anciãs. Assim, como minha tia e minhas outras progenitoras de conhecimento, passei a entender a importância em “fundar o próprio mundo na terra, no chão que pisa” (Costa & Carvalho, 2020, p. 34). Que possamos sentir com os pés os conhecimentos que são produzidos em nossas terras, em nossas geografias e que possamos produzir monstruosamente a partir deles, através de um trabalho de memória, de uma *corpografia* dos sentidos e das emoções. O caminho das memórias, através dos espaços e mundos que eu ouvi ao longo da minha caminhada da vida, me enveredou por caminhos outros, antes inimagináveis. Que essa seja uma via possível para produzir conhecimentos. Principalmente por aqueles que vêm da oralidade, que surgem do convívio, nas relações de nossas vidas, nas transmissões de saberes e memórias como os nutridos por mim através da minha tia, nas tradições e em tantas práticas cotidianas, como nos sugere Miguel Arroyo (1999) ao apontar para essas sutilezas.

Ser pesquisadora monstruosa 3: Entre gingas, mandigas e encantarias

Os meus dedos percorrem as teclas do meu computador, desenhando uma história gestada em muitos corpos. Enquanto escrevo, ouço ecoar nos quatros cantos da casa as vozes que me acompanham desde a infân-

cia. O som que esses corpos emanam se inscrevem em cada palavra aqui apresentada. É sobre a palavra falada que repousa nossos saberes. Cada palavra lançada no mundo é um elemento inédito, ela é carregada por ondas sonoras que percorrem caminhos diversos, trazem o hálito de um corpo, as ideias de um povo e conduzem o axé. Eu sempre fui adepta da oralidade e, assim, incorporo os saberes a mim repassados, produzindo a escrita enquanto possibilidade.

Mainha conta que demorei a falar e que isso a deixava muito aperreada. E ela, como boa sabedora das mandigas e professora em matéria de artimanhas, tratou logo de apressar esse processo, não dava para esperar. Para me lançar no espaço da fala, mainha me deu água das trovoadas de janeiro e colocou um pinto para piar em minha boca, eu mordei logo a sua cabeça e o bichinho desandou a piar. Ela tanto atentou que uma tagarela ganhou. E no espaço acadêmico me encontro a tagarelar sobre a vida e as estórias contadas nas gingas.

As palavras escritas que encontrei em diversos livros pareciam esvaziadas de sentidos e esse sempre foi meu grande medo, escrever e aprisionar as palavras, deixando-as desnudas de sua magia. Quando comecei a *escrevinhar* o texto “*Quando ela escreve*”, pensei sobre o quão grandiosa é a produção de saber que transborda do corpo de mainha e deságua em mim. Saberes não registrados, não catalogados, jamais descritos, os conhecimentos não aprisionados às normas da ciência. Costa e Carvalho (2020, p. 28) dizem que a “produção de conhecimento passou por uma assepsia – pela eliminação da vida, dos sinais da vida, dos vestígios do que possa ser vida”. Por isso, a minha escrita é pura e simplesmente um abrir de bocas. As palavras que escrevo é “como sopro ritmado da minha boca é parte de meu corpo, é carne” (Rufino, 2019a, p. 39), que marca no papel o que me foi dito, encarnando vozes ancestrais e buscando moradas em outros corpos.

É através da dimensão da ancestralidade que encontro minha monstruosidade. Em um corpo que é múltiplo, constituído por continuidades. A ancestralidade é presença e ramificação de saberes, é conexão atemporal que permite a preservação de histórias, conhecimentos e formas de vida (Rufino, 2019a). O meu corpo é assentamento e carne de outras

sabedorias. Jeffrey Cohen (2000, p. 28) aponta que a ameaça do corpo do monstro está em sua propensão a mudanças, eu compreendo o corpo como princípio de Exu, que “quando se parte, é porque de seus pedaços emergirá um novo ser, tão completo e integral como aquele que havia antes” (Rufino, 2019b, pp. 68-69). Cada estilhaço desse corpo produz novas possibilidades, é um corpo encantado que desobedece e desafia as definições fixas de vida e morte.

A morte, no fim das contas, não é antagonica à vida. Simas e Rufino (2020) defendem que “o contrário da morte é o desencanto”, me constituo a partir de minhas ancestrais e enquanto pertencente a este corpo encantado, integrado à natureza, mistura de matérias tangíveis e intangíveis, serei imortal. Minha imortalidade se faz possível pela incorporação ancestral que acende memórias no combate ao esquecimento enquanto produto colonial. Invoco Rufino (2019a, p. 19) para defender que “A descolonização não pode se limitar a se banhar na beirada”, é preciso desobedecer a ordem, ser monstruosa e mergulhar nas profundezas. E eu, que não possuo a habilidade da natação, pela via da transgressão mergulho, me afundo, mas não morro na beirada.

Pela transgressão, me torno junto à mainha e nossas ancestrais, o que Simas e Rufino (2020) denominam como “*supraviventes*”, possuidoras da capacidade de ludibriar os mecanismos coloniais de subordinação e exclusão, produzindo a vida como espaço de (re)conexões. Compreendo e defendo que “a condição do Ser é primordial à manifestação do Saber” (Rufino, 2019a, p. 9). Afinal, os conhecimentos tornam-se possíveis através da incorporação. Pela via da transmissão mainha encarna conhecimentos ao mesmo tempo que ensina. O chão que eu piso, as paredes que me protegem, a água que eu bebo, a comida posta à mesa são rastros deixados por mainha como mestra de “*ensinança*” (Haddock-Lobo, 2020, p. 38). Saberes que foram adquiridos pela vivência, não pelas especulações, são ensinamentos de “transmissão direta” (Costa & Carvalho, 2020, p. 52), de quem tem a vida como escola.

O projeto colonial estruturou-se sobre os escombros de corpos negros e indígenas, que foram dizimados, estuprados, violentados, desencantados

(Rufino, 2019b). O colonialismo nos negou a condição de ser e saber, subestimando nossa capacidade de fazer estripulias. Mas, esse corpo-alvo é também assentamento de muitas sabedorias. Meu corpo encantado é ato de desobediência, na pura e singela afirmação da vida (Simas & Rufino, 2020). Viver e rememorar conhecimentos ancestrais tem sido uma pequena pedra no sapato do projeto político colonial, pequena na miudeza e grande no estrago. Aquela pedrinha que tu tiras o sapato, vira, mexe, bate, volta a calçar e ela continua lá. Ainda que tentes se desfazer, ela volta a incomodar. É que aquela pequena pedra, pedra miudinha, nunca é encontrada sozinha. Eu sou a pedra no teu sapato e prometo continuar.

Assim, apresento minha monstruosidade como um corpo que escapa. Um corpo que se parte, fragmenta, estilhaça, que é ginga, mandiga, encantaria, que dança, dribla, corta e fita (Cohen, 2000; Rufino, 2019b). Meu corpo é arquivo memorialístico, constituído por pedaços lançados no universo, extensão da natureza, é ponto que fixa atemporalidade. Meu corpo é matéria ancestral e espiritualidade, é vida. É um corpo que possui “Ginga demais, para aqueles obcecados pela ‘segurança’ dos caminhos retos, é sinal de má conduta” (Rufino, 2019a, p. 149). Aos que procuram por certeza, segurança e verdade absoluta, encontram em meu corpo-palavra-escritura as rasuras inacabadas de algo ou alguém em constante transformação. Nas incertezas que me formam, moram as invenções. Pelos desvios que percorro reside minha transgressão.

Nas fissuras deixadas pelos saberes hegemônicos, nos vazios não preenchidos, nos corpos não aprisionados nascem os “sujeitos abusados e desobedientes” (Rufino, 2019b, p. 74). Assim, me apresento como pesquisadora monstruosa pelas estripulias e incorporação de conhecimentos e afetos ancestrais ao espaço acadêmico. No preenchimento das lacunas com os saberes gestados nas margens, na invocação de uma “ciência encantada” (Rufino, 2019a, p. 29). No rasgar das normas acadêmicas, trabalhando na produção de uma ciência dinâmica na arte das gingas, mandigas e encantarias. Que sejamos fontes de transmissão, pontos de acesso e incorporação. Que nossas escritas sejam fruto de um projeto coletivo, pela compreensão das potências presentes nas parcerias. Assim sendo, recorro a um provérbio

Yorubá que diz “dê seu fósforo, mas fume junto” para agradecer minhas companheiras nessa escrita e parceiras de longa jornada.

Final pra quem?

Juntas, nós três jogamos de lado as “considerações finais” e as “conclusões”, dando as costas a elas e abrindo largos sorrisos para tudo o que tem jeito de fim. Aqui, queremos performar um final monstruoso, ou ainda, um início. Convocamos nossas(os) leitoras(es) para a inconclusão das ideias que aqui trazemos, para que contem outras, para que encontrem, dentro de si mesmas(os), suas próprias monstruosidades. Que as narrem e as deixem circular dentro de uma comunidade de aprendizagem (hooks, 2020) disposta a ouvi-las. Convidamos para a abertura e as bifurcações que o senti-pensar (Arias, 2010) nos proporciona, para as brechas e abismos que se abrem sobre nossos pés. Queremos um final com cara de vertigem. Modelando nossas memórias como quem modela vasos de barro, forjamos esculturas-palavras como se fossem de argila. Da lama, nos reerguemos e reinventamos. Nossas memórias estão costuradas, entrelaçadas e embaladas por Nanã e, baixinho, cantamos: *Sou de Nanã Ewá Ewá Ewá Ê, sou de Nanã Ewá Ewá Ewá Ê.*

Referências

Aguilar, M. A & Villagrán, P. S. (2013). Apresentação. In *Cuerpos, espacios y emociones: Aproximaciones desde las ciencias sociales* (pp. 159-165). México: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Iztapalapa.

Arias, P. G. (2010). Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes, para construir sentidos otros de la existência. *CALLE14: Revista de Investigación en el Campo del Arte*, 4(5), 80-95.

Arroyo, M. (1999). A educação Básica e o Movimento Social do Campo. In M. Arroyo & B. Fernandes (Orgs.), *A educação básica e o movimento social do campo* (pp. 10-27). Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo Coleção.

Cohen, J. J. (2000). A cultura dos monstros: sete teses. In *Pedagogia dos monstros - os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras* (T. T. Silva, trad., pp. 23-60). Belo Horizonte: Autêntica.

Costa, S. L. & Carvalho, J. J. (2020). Processos de transmissão: o ensino universitário e o encontro com mestras e mestres dos saberes tradicionais. In *Processos psicológicos: perspectivas situadas* (pp. 26-55). Niterói, RJ: EDUFF.

Haddock-Lobo, R. (2020). Ensino de boiadeiro. In L. Simas, L. Rufino, & R. Haddock-Lobo (Orgs.), *Arruaças: uma filosofia popular brasileira* (pp. 38-42.) Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

hooks, b. (2020). *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Editora Elefante.

Maldonado-Torres, N. (2019). Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In J. Bernardino-Costa, N. Maldonado-Torres, & R. Grosfoguel (Orgs.), *Decolonialidade e pensamento afro-diaspórico* (pp. 27-54). Belo Horizonte: Autêntica.

Cabrera, M. (2016). Corpografias. Foto-ensayo. In *Espacialidades feministas – boletina atual* (5ª ed., pp. 64-71). Bogotá: Escuela de Estudios de Género.

Mignolo, W. (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê Literatura, língua e identidade*. 34, 287-324.

Mombaça, J. (2016). Rastros de uma submetodologia indisciplinada. *Concinnitas*, 1(28).

Moraes, M. (2020). Prefácio. In *Processos psicológicos: perspectivas situadas* (pp. 26-55) Niterói, RJ: EDUFF.

Interrogações às políticas públicas: sobre travessias e tessituras do pesquisar

Muniz. (2001). *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Editora Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

Nascimento, W. (2020). Das filosofias vagabundas. In L. Simas, L. Rufino, & R. Haddock-Lobo (Orgs.), *Arruaças: uma filosofia popular brasileira* (pp. 8-10). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Oliveira, É. C. S. (2017). Uma “monstra perigosa”: Pistas de Carolina Maria de Jesus para a intervenção psicossocial. *Estudos de Psicologia*, Natal, 22(4), 378-388. <https://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20170039>

Preciado, P. (2020). Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas. (Sara Wagner York, trad.). *Revista A Palavra Solta*. Recuperado de <https://www.revistaapalavrasolta.com/post/eu-sou-o-monstro-que-vos-fala>

Rocheleau, D. (2016). Espacialidades feministas: Cómo nos formamos como mujeres caminantes en nuestras geografías y calendarios inscritos con relaciones desiguales de género. In *Espacialidades feministas – boletina atual* (5ª ed., pp. 18-29). Bogotá: Escuela de Estudios de Género.

Rufino, L. (2019a). *Pedagogia das Encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula Editora.

Rufino, L. (2019b). O que pode Elegbara? Filosofias do corpo e sabedorias de fresta. *Voluntas: Revista Internacional de Filosofia*, 10, 65-82. doi: <https://doi.org/10.5902/2179378639951>

Rufino, L. (2020). Papai velho. In L. Simas, L. Rufino, & R. Haddock-Lobo (Orgs.), *Arruaças: uma filosofia popular brasileira* (pp. 47-50). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Simas, L. A. & Rufino, L. (2020). *Encantamento: sobre política de vida*. Mórula Editora. <https://morula.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Encantamento.pdf>

Solana, M. & Vacarezza, N. (2020). Relecturas feministas del giro afectivo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 28(2), 1-6.

Territórios, políticas e pesquisa psicossocial:

reflexões sobre o pisar e o sentipensar em terra alheia

Simone Maria Hüning
Liliana Parra-Valencia
Saulo Luders Fernandes

Com licença, podemos entrar?

Bater palmas, bater à porta, chamar pelo nome... assim chegamos (ou deveríamos chegar) em novos territórios: nos anunciando e pedindo licença e acolhimento para compartilharmos saberes. Aqui também pedimos licença para evocarmos memórias de encontros em distintas comunidades tradicionais¹ (afrodescendentes e indígenas) e camponesas, do Brasil e da Colômbia e, juntas e juntos, pensarmos como podemos constituir novas políticas de pesquisa psicossocial. Colocamos em discussão nossas heranças, como pessoas, povos e como pesquisadoras e pesquisadores, para pensar o que silenciemos e inviabilizamos quando não respeitamos aquilo que está lá, e como podemos constituir novas alianças a partir de um sentipensar (Fals Borda, 1999) os processos comunitários e de pesquisa. Ao mesmo tempo em que evocamos essas memórias, nos colocamos como sujeitos de uma produção acadêmica que não está estacionada e que busca produzir rupturas nas lógicas eurocêntricas hegemonicamente impostas, recorrendo, especialmente, a epistemologias dos povos afrodescendentes, afrodiáspóricos e indígenas latino-americanos. Para isso, também agora pedimos licença: podemos conversar?

.....
1 Temos conhecimento sobre os debates sobre o uso do termo comunidade tradicional; em outros contextos, a comunidade ancestral é usada. No nosso caso, optamos por assumir o primeiro termo que é utilizado pelas próprias comunidades no Brasil, vinculado também à Convenção 169 da OIT, reconhecendo suas práticas e saberes ancestrais.

Nossa conversa se tece e escreve a partir do encontro entre pesquisadoras e pesquisador do Brasil e Colômbia, que compartilham experiências singulares e anseios coletivos em relação ao modo como construímos saberes no meio acadêmico. O momento desta sua escrita, em pleno agravamento da crise sanitária, humanitária, econômica e política, exacerbada pela pandemia de COVID-19, não poderia deixar de ser trazido, marcando de forma radical a incerteza da vida e do conhecimento e colocando novas questões para quem faz pesquisa psicossocial. Neste cenário, dos lugares em que pisamos para fazer pesquisa, articulamos nossas políticas de vida, de Estado e de pesquisa, como algo que precisa cada vez mais ser sensível à diversidade de experiências e afetos. A partir das memórias e das epistemologias discutidas, buscamos sinalizar caminhos episte-metodológicos possíveis para outras formas de pisarmos os territórios da pesquisa e no mundo.

Memórias de um território (parte 1): um dançar de varanda em meio ao sol

Em 2011, em uma Comunidade Quilombola do agreste de Alagoas, estava fazendo uma visita na comunidade e junto com seus moradores organizando um grupo de idosas e idosos sobre memórias e histórias da região. Nessas andanças, encontrei o Sr. João. Ele estava sentado na varanda da sua casa, calça social bege, camisa manga curta listrada, um chapéu de palha na cabeça e uma sandália havaiana. Ele era conhecido como tocador de coco, ou, como é chamado nas comunidades, tocador de pagode. Ao me ver sorriu e pediu para sentar-se com ele na varanda. Nossas conversas transitaram entre histórias, contos locais, situações de enfrentamento à seca. Em meio a estes papos ele fala de como aprendeu, desde criança, nas festas comunitárias a tocar e dançar coco. Ele disse que o pandeiro dele estava quebrado, mas que ia tocar o coco no chapéu mesmo. Então, ele tira o chapéu e começa a embolar os versos e a cantar. Entre uma embolada e outra, fala que o pagode era tocado sempre que tinha festa, mas principalmente nas casas novas e casamentos, os passos que acompanhavam a música, o tropel, pilavam e faziam a tapagem do chão das casas. Então

ele tocando seu chapéu se levantou e começou a dançar e me levou com ele entre seus versos e pisadas. Nossos pés se embolam na terra, levantam a poeira de um chão de estiagem, a imagem que fica é de nossos pés no chão, em um tropel, um embaralho de passos. Do pisar devagar em terra alheia o encontro da pesquisa ganha a pisada do coco, em um dançar de varanda em meio ao sol.

Pisar o chão de leve e deixar-se embolar

Muitas e muitos de nós chegamos ao trabalho com as comunidades pela via das universidades e dos programas de extensão e pesquisa. Outras tantas e outros tantos, pela inserção em políticas públicas que se voltam aos chamados territórios vulnerabilizados. Em ambos os casos, é comum que tomemos os territórios como espaços (de) outras e outros onde buscamos pisar para trabalhar, conhecer, dialogar, pesquisar... Mas essa ideia de “outro”, como alerta Grada Kilomba (2019), carrega consigo uma afirmação da branquitude como referência superior e universal, violentamente imposta pelo colonialismo. Tal imposição merece também ser pensada no campo da pesquisa sobre territórios, sobre como hierarquizamos e subalternizamos espaços a partir de binarismos como: urbano/rural, desenvolvido/primitivo, moderno/atrasado. Articulando essas dimensões – das relações de alteridade com pessoas e territórios –, neste texto refletimos sobre as aproximações vinculadas à pesquisa, e iniciamos interrogando como esses encontros acontecem, se acontecem? Nesse movimento, também perguntamos: quem somos nesses territórios?

Com frequência, diz-se que o ato de pesquisar é uma forma de imposição de abstrações de categorias analíticas sobre a vida de outras e de outros, em um esquadrinhamento do território que o torna lugar instrumental, de aplicabilidade metodológica que busca mais fazer das outras pessoas um objeto de afirmação de quem somos nós, do que de possibilidades de composição entre vidas, saberes e sensibilidades. Como afirma Viveiros de Castro (2018, p. 26) sobre os preceitos da antropologia moderna, e quem sabe não podemos deslocar sua afirmação para as nossas psicologias

modernas, um tanto coloniais: “Com efeito, pergunta-se sobre o que ‘nos’ faz diferentes dos outros – outras espécies ou outras culturas, pouco importa quem são ‘eles’ quando o que importa somos ‘nós’ – já é uma resposta”. O território aqui torna-se um espaço de abstrações, descolamentos dos territórios vivos, um modo de tornar o pesquisar atos de afirmação dos horizontes racionalistas modernos ocidentais. Contra essas abstrações instrumentais é que vivemos o pesquisar como o exercício do coabitar, de estar com outras pessoas, nos tornar outros com o território e fazer do pesquisar experimentações à produção de alianças.

A produção da aliança e a capacidade de coabitar territórios não se faz por meio de uma prática instrumental. Ao contrário, ela se realiza pelo exercício ético do encontro com a alteridade. Encontros em que nossas experiências de vida sejam possíveis de serem partilhadas, não mais como informações, dados, materiais objetificados, mas como narrativas, memórias, afetos que disparam outras possibilidades de narrar a nós mesmos, nossos interlocutores e o lugar de destino que habitamos em comum. Assim, pesquisar é nos tornarmos nós mesmas/mesmos outras e outros, diante da diversidade de vidas que compõem o espaço comum coconstruído no processo de pesquisa. Exige uma ética que reflita sobre como levamos nossos corpos-territórios – também constituídos por memórias e experiências – até os territórios-moradas de outras pessoas. Assim, não é sobre uma outra e um outro que se produzirá um saber, senão que sobre um encontro.

Ailton Krenak (1999) afirma que os povos indígenas têm uma longa história de aprendizado sobre encontros entre diferenças, na relação com seus parentes com a imensa diversidade de compreensões de mundo e formas de existir presentes nesses territórios. Para Krenak, a arte de encontrar se trata de um giro estético e ético de inventar e criar formas de compor nossas experiências com as de outros seres que comungam de nossos espaços, é uma vivência ancestral que os povos indígenas enraízam na Latino América e que deve ser um lugar de experimentação estética e ética possível a outros povos e um modo resistente de viver contra as lógicas da colonialidade e do capital globalizado. Como afirma Aimé Césaire (2020, p. 26) sobre as sociedades anti-imperialistas: “Eram sociedades democráticas

sempre. Eram sociedades cooperativas, sociedades fraternas. ... Meu único consolo é que as colonizações passam, que as nações dormem apenas por um tempo e que os povos permanecem”. Os povos sempre permanecem e exigem como forma de existir suas raízes ancestrais plantadas na terra e vivas em seus territórios.

Remetendo-se a experiências ancestrais, Krenak (2020b) nos fala sobre como chegar em moradas alheias, como um pássaro que ao pisar o chão o toca de forma leve, sentindo-o devagar, observando com uma atenção que não é direta ou focada, talvez um tanto dispersa e aberta ao que está por vir. O pássaro não passa despercebido, ele produz sua presença, mas em um estar presente que permite a emergência do mundo e seus territórios. Diferente é o passo neste que se convencionou, artificialmente, a chamar de ocidente (Rivera-Cusicanqui, 2018), onde, na presença do que difere de si mesmo, não apenas pisa-se o chão, mas marcha-se deixando marcas que passamos a chamar, de forma universal, de história da humanidade.

A pergunta que fica: que humanidade? Quais são as referências éticas no encontro com o mundo de uma humanidade que aceita o correntão² como forma de relação com a natureza? Pensamos que são as mesmas que não apenas aceitaram, mas impuseram o acorrentamento de pessoas pela escravização, expressando a violência da colonização sobre territórios e corpos, considerados “outros” (Kilomba, 2019). O correntão é a materialização da morte e das lógicas extrativistas que herdamos do colonialismo e que se espriam sobre nossas relações cotidianas e também acadêmicas. Passa por cima de tudo, indistintamente, afirmando a necessidade da produção e da limpeza da terra. Ela está suja de quê?

Aprender com o pisar leve do pássaro e aposentar as correntes é o desafio do pesquisar no encontro com os territórios e povos tradicionais e camponeses, que nos levam ao contato com o chão, com a terra, com o passo a passo do reconhecimento de si, do lugar que entramos e das pessoas que o habitam. O andar, como o dançar o coco, exigem corpo, distração,

.....
2 Técnica de desmatamento que consiste em arrastar correntes presas a tratores para facilitar e acelerar a retirada de toda a vegetação de um terreno, deixando-o pronto para o plantio agrícola.

equilíbrio, contato, pés no chão, espontaneidade, um estar presente que nos abre a outras sensibilidades do conhecer, não mais fadadas ao império do racionalismo, mas na emergência do corpo aterrado e da terra como extensão dos pés. Assim, reconhecemos a indissociabilidade entre a terra e quem a habita, de um ecossistema em que se entrelaçam territórios e subjetividades, numa política de existência que horizontaliza a relação com a natureza e entre seres humanos e não humanos. Tal reconhecimento é condição para uma modificação epistêmica. “É necessário retomar o paradigma epistemológico indígena, uma epistemologia na qual os seres animados ou inanimados são sujeitos, tão sujeitos como os humanos, ainda que sujeitos de muito outra natureza”³ (Rivera-Cusicanqui, 2018, p. 90).

Contra as lógicas extrativistas e na proposta de construção de um pesquisar com os pés no chão, ficamos com a sabedoria das cantigas populares das terras alagoanas: “Quem anda na terra alheia, pisa no chão devagar”⁴. A pesquisadora e o pesquisador por vezes andam em terra alheia e compartilham seus passos com outras e outros que encontram pelo caminho. O andar nos territórios tradicionais nunca é sozinho, apesar de, às vezes, parecer solitário, e pisar no chão devagar parece ser a arte de acompanhar os passos daquelas e daqueles com quem cruzamos e encontramos. Pisar devagar não por medo, mas por respeito a outras temporalidades que fazem emergir o encontro entre experiências. Pisar devagar não é o pisar sorrateiro de quem não quer ser vista ou visto, que entra pela porta dos fundos. Pisar devagar traz o pássaro de Krenak (2020b) que toca o chão com leveza e cuidado com o lugar alheio.

As comunidades tradicionais nos ensinam que as relações que vivemos com a terra e com o território se fazem em um partilhar coletivo, em oposição às dicotomias modernas e suas hierarquizações. O coco, que permanece vivo em Seu João, é uma tradição africana de Angola e Congo que se alarga aos quilombos alagoanos e faz da casa lugar comum de um encontro entre amigas, amigos, familiares, parentes, vizinhas e vizinhos. É

.....
3 Esta e as demais traduções de citações são de nossa responsabilidade.

4 Versos de Augusto Calheiros, cantor e compositor alagoano.

embolando o coco que Seu João acolhe o pesquisador e compartilha suas histórias e saberes. Em outras comunidades quilombolas da região, o coco é cantado e dançado durante o processo de amassar o barro e tapagem das casas: o processo coletivo de fazer moradias. Essas comunidades e suas práticas nos mostram que somos parte da natureza e que na convivência com as existências que por ali vivem produzimos campos de complementaridade, que fazem da diferença lugar comum. Como afirma Pablo Solón (2019):

Complementar significa ver a diferença como parte do todo, porque a alteridade e a particularidade são intrínsecas à natureza e à vida. Nunca seremos todos iguais. O que devemos fazer é respeitar a diversidade e encontrar maneiras de articular experiências, conhecimentos e ecossistemas. (Solón, 2019, p. 30)

O encontro com o território e seu reconhecimento como sistema vivo exige no ato do pesquisar o experienciar de outras formas sensíveis de relação com as vidas que nele se proliferam e habitam, colocando sempre em questão nossas próprias vidas e formas de habitar o mundo. Há uma necessidade de buscar relações de vizinhanças, parentescos, que nos permitam articular a diversidade de experiências nele presentes. Para largarmos o correntão e nos permitirmos embolar nesses encontros, precisamos aceitar que nós – apesar das violências e privilégios que até hoje impomos e usufruímos e que precisam ser enfrentados – não estamos no centro, mas fazemos parte desta grande rede de pontos vivos que o compõem.

De acordo com Milton Santos (2008), o território é lugar habitado, espaço usado, vivo, rico em afetos, memórias, histórias e expressões coletivas. A proposta do território como uma abstração, do mesmo modo que a construção das noções de Ocidente e do outro, são frutos da modernidade e de seus processos globalizantes, que abstraem do território seus pontos vivos e especificidades, em uma objetificação às lógicas de mercado e ao cientificismo, agora livres ao extrativismo de seus saberes, recursos e à superexploração das vidas que nele habitam. Os chamados pontos vivos podem ser entendidos como experimentações coletivas localizadas, como lugares de experiências éticas com outros seres, entes, natureza e humanidades,

que juntos possibilitam o habitar comum do território. As experiências localizadas têm nos corpos e nas relações do dia a dia comunitário seu lugar de produção para outros horizontes possíveis de viver, que mesmo diante das artimanhas globais divergem e resistem com outras insígnias e ações que deslocam as pretensões globais e revelam sobre elas as contradições presentes em um sistema que se pretende universal e abstrato.

Abandonar certezas, perguntas chave da pesquisa, hierarquizações, instrumentos já constituídos como ferramentas que buscam nos proteger de nossas incertezas, pode ser um dos caminhos ao encontro com o território e toda sua potencialidade de vida. Mas, além de abandonar, há a necessidade de afirmação de nossas ignorâncias, limitações de compreensões de universos outros, abrindo espaço para aprendizagens compartilhadas. Exige a experiência do coabitar, de fazer do lugar uma morada de destino, e entendemos que não se habita lugar algum sozinha ou sozinho, ao contrário fazemos da habitação lugar de fronteiras com outros seres. Pisar leve, embolar os pés, as línguas, os ritmos, as experiências e saberes, com vistas a uma ética de vida e de pesquisa menos corrente e mais pássaro. Portanto, não é mais sobre os outros e outras, mas sobre o que nossos próprios corpos são capazes e o que carregam de sentidos e experiências por onde pisam, numa abertura à alteridade.

Uma interrupção! Um novo vírus! Uma pandemia!

Em 2020 uma pandemia invadiu nossas vidas. Interrompendo, intrometendo-se, impondo-se de modo esmagador. Nossas atenções foram compulsoriamente voltadas ao novo cenário mundial que se produziu com o chamado coronavírus (Covid-19). Há quem diga que não foi de repente, assinalando a relação da crise ambiental e do capitalismo com a pandemia. Uma dessas pessoas é o neurocientista Miguel Nicolelis, que no debate “Ciência e natureza: Pandemia como parte da crise ambiental: é possível enfrentar as mudanças climáticas sem mudar o sistema?”, afirmou: “um dos pilares desse modelo civilizatório não sustentado foi rompido e o desequilíbrio com o meio ambiente e na nossa interação com outras espécies

animais e com a flora do planeta foi exposto numa ferida que gerou um vírus que pôs o planeta inteiro de joelhos.”⁵ No mesmo debate, o filósofo Marildo Menegat reiterou que a transformação da natureza em mercadoria é o que nos ameaça como humanidade. Aqui, poderíamos acrescentar que ameaça a própria Terra como morada, já que não somos, como diz Krenak (2019), os seres mais importantes desse ecossistema.

Diante de nossa desatenção ou indiferença a esses alertas, a pandemia não pediu licença e passou a compor nossas realidades (bastante desiguais). Com a brutalidade dos correntões que nos arrancam de nosso chão, daquilo que quebra com o que parece andar bem – e sabemos que não andava –, que optamos por trazê-la também aqui, como algo que nos interrompe, nos faz parar, pensar, recuar. Ela nos impôs o afastamento de muitos dos territórios por onde andávamos e trouxe a necessidade de criarmos outras estratégias para seguirmos caminhando juntas e juntos, produzindo encontros e considerando cosmologias e relações que o antropocentrismo e o modelo epistemológico europeu nos ensinaram a ignorar. A pandemia veio questionar não apenas as condições de atenção à saúde, mas também deixou evidentes as desigualdades, o racismo e as respostas estatais e sociais frente a uma situação comum. Como afirma a afrocubana Rosa Campoalegre (2020), não só desencadeou uma crise sanitária, mas apontou uma crise política. Os efeitos e a gestão da pandemia não se fizeram esperar na América Ladina⁶ (Lélia Gonzalez, 1998), segundo Campoalegre (2020), particularmente nos povos mais pobres e vulneráveis historicamente, os afrodescendentes e indígenas, especialmente, quando a resposta estatal se caracteriza pelo corte ou congelamento do gasto social no contexto da crise, como ocorreu no Brasil (Miranda, 2020).

Não só se agrava a situação de saúde, mas também a negligência, a desigualdade e o racismo, com medidas como “fique em casa” – dirigidas

.....
5 Realizado durante o Fórum Popular da Natureza em 04 de junho de 2020. Vídeo completo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Q0KcCpYROEY&ab_channel=F%C3%B3rumPopulardaNatureza

Outras informações em: <https://forumdanatureza.org.br/>

6 Esta noção foi cunhada pela afro-brasileira Lélia Gonzalez para dar conta das marcas africanas e indígenas neste continente e no Caribe.

a quem tem casa, contando com serviços básicos, com conectividade à internet, um emprego estável que permita a modalidade virtual e os recursos suficientes para abastecer-se de alimentos e produtos de higiene para prevenir e suportar a pandemia durante um tempo indefinido. Essa medida desconhece as condições de vida da maioria das e dos afrodescendentes e dos povos indígenas na América Latina, que constituem grande parte de nossa população pauperizada. Segundo publicação da Comisión Económica de América Latina y el Caribe (Cepal, 2018), as mulheres afrodescendentes estão em situação de desigualdade e desvantagem em relação a aspectos como acesso a emprego, trabalho precário e subalterno, renda insuficiente para suprir necessidades básicas, desproteção social e uma projeção de extrema pobreza na terceira idade.

Outra medida que expõe as políticas descontextualizadas, ignorando a precariedade do sistema de saúde público e a cobertura e prestação de serviços especializados para populações diversas, é a do isolamento e o mal chamado “distanciamento social”. Este desvirtua a mensagem do distanciamento físico preventivo para evitar o contágio, ao ser substituído pela distância de quem mais tem estado em situação de abandono, como as comunidades campesinas, afrodescendentes, quilombolas e povos indígenas na Colômbia e Brasil. Além disso, despreza as cosmovisões comunitárias dos diferentes povos que orientam suas formas de vida, de existência e resistência contra a corrente do individualismo e do capitalismo como única maneira de entender a economia.

O texto de Jorge Enrique García-Rincón (2020) sobre a pandemia racializada denuncia como a pandemia expõe o desinteresse, o desprezo e o racismo estatal pelos povos periféricos, como os do Pacífico colombiano, onde há presença histórica de comunidades afrodescendentes. Esta reflete também o abandono histórico desse território e, ao mesmo tempo, mostra o “imparável movimento” das comunidades diante da carência e da dificuldade, em relação ao que Santiago Arboleda (2019, citado por García, 2020), define como as “suficiências criativas” das comunidades do Pacífico; que lhes têm permitido sobreviver e resistir ante a negligência estatal. Assim, a pandemia não é o mais difícil a que

têm sobrevivido e resistido, em comparação com a pobreza extrema, o racismo estrutural, a guerra e o narcotráfico, entendidas como outras pandemias. García compara as cifras de contágio e mortes no contexto da pandemia por Covid-19 no Pacífico com outras pandemias, as quais são reveladoras. Segundo o autor, a primeira deixa menos óbitos que deslocamentos forçados, homicídios, atos terroristas e eventos vitimizantes ao longo dos últimos 20 anos. Conclui que, naquela região, “a Covid-19 não chegará a ter em cem anos os mortos que o conflito armado fez em 20 anos” (García, 2020, p. 88).

A essa análise soma-se, de maneira oportuna, o chamado de Campoalegre (2020) e do Grupo de Trabalho-Clacso Afrodescendencias y propuestas contrahegemónicas, sobre o caráter da *pandemia racializada*. A pandemia não é neutra e se racializa cada vez mais (Campoalegre, 2020). Essa denúncia implica um posicionamento antirracista na análise dos efeitos e da gestão da Covid-19, pois não se trata apenas de um assunto de saúde, mas também político e epistemológico.

Tal abordagem converge para a situação das trabalhadoras domésticas brasileiras, em sua maioria mulheres negras. Estas constituíram um dos principais grupos a sofrer as contradições e desigualdades sociais relacionadas a questões de raça, gênero e classe, levando, durante a pandemia, ao retrocesso e perdas de direitos trabalhistas adquiridos (Ávila & Ferreira, 2020). Nesse mesmo sentido, pesquisadoras e pesquisadores do Núcleo de Operações Inteligência em Saúde⁷, em pesquisa sobre os fatores sociodemográficos associados à mortalidade por Covid-19 em hospitais no Brasil, apontam para a maior mortalidade de pessoas negras – de 42% de pacientes negras e negros contra 37% de pessoas brancas –, independente de fatores como sexo, idade, nível de escolaridade, região de residência ou comorbidades (Peres et al., 2021). Segundo o estudo, pessoas negras são menos atendidas em unidades de tratamento intensivo (UTI) e submetidas a mais procedimentos de ventilação mecânica invasiva, especialmente fora

.....
7 Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS) composto por discentes, docentes e pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), do Instituto D’or de Pesquisa e Ensino, do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

da UTI (Peres et al., 2021), evidenciando o impacto do racismo no acesso ao cuidado em saúde no Brasil.

As políticas públicas para comunidades afrocolombianas são as menos consideradas e previstas no sistema de saúde pública regular, e são ainda menos em uma situação para a qual o mundo não estava preparado, deixando ver as desigualdades e agravando o que não estava funcionando. No Brasil, a despeito da população negra ser a principal usuária de políticas públicas, a crise atual assinala simultaneamente sua importância e insuficiência, especialmente por não modificarem condições estruturais de desigualdade racial e econômica. A esses problemas soma-se a corrupção presente nas lógicas neoliberais do capitalismo. Como resistência, a solidariedade, a criatividade e a força da vida se deixam ver, como outrora, com criativas soluções nas mãos, de novo, das próprias comunidades.

A negligência apontada para com os povos afrodescendentes e indígenas, seus modos e condições de vida, interroga também sobre nossas relações com o mundo, a natureza, o capitalismo e sobre como produzimos conhecimento com ou sobre essas comunidades. O desconhecimento e a ausência de políticas públicas contínuas e efetivas junto a essas populações desdobram-se na violência da desassistência, de ordenamentos inatingíveis, como o “fique em casa” e na manutenção dos problemas que dizem querer enfrentar.

Isso nos conduz à necessidade de pensar outras epistemologias e produzir conhecimento de modo mais horizontal, tomando os territórios e as formas de coabitar como ecossistemas constituídos não apenas por pessoas e que, considerando as pessoas, não reduza sua humanidade. Como podemos acompanhar pelos desdobramentos da pandemia, especialmente em territórios racializados e pauperizados, políticas públicas operacionalizadas apenas por práticas impositivas, que não tenham por base essa construção mútua de saberes sobre as diferentes realidades, acabam mostrando-se inefetivas, pois esbarram não só em mera resistência, mas em sua inviabilidade. Assim, os desafios já postos na pesquisa psicossocial, como lugar de fronteira, são também amplificados a partir

da desestabilização radical de nossos mundos, provocados pela pandemia que se iniciou em 2020.

Nossa tradição de produção de conhecimento sobre políticas públicas e populações vulnerabilizadas esteve até então, em grande parte, apoiada numa relação de verticalidade dos agentes que produzem dados sobre outras e outros, convertendo-os prioritariamente em estatísticas. Afirmamos aqui, também a partir das aprendizagens já construídas em diálogos com comunidades tradicionais, a necessidade de episte-metodologias alternativas, onde o contar, como assinala Silva (2018), não seja apenas sobre contabilizar, mas também sobre narrar memórias e experiências de vidas. Lembremos que a provocação de Krenak para adiar o fim do mundo “é exatamente sempre poder contar mais uma história” (2019, p. 13).

Memórias de um território (parte 2): comunidades y sentipensares

En el corazón de los Montes de María (caribe-Colombia), hace unos pocos años, sentadas y sentados bajo el caney de la Asociación de Campesinos Retornados (Asocares), los líderes campesinos nos compartieron la vivencia del trabajo con diferentes psicólogos, investigadores, universidades y funcionarios del Estado que han pasado por el territorio. En la disposición de apertura que los caracteriza. Las actuaciones han variado desde las especificidades e intereses particulares: unos sólo los visitan una vez, otros dos y en menor medida se gestan procesos que se han mantenido en el tiempo. Los han entrevistado, han construido cartografías, han tomado aromáticas, encendido velas y hecho meditación. Desde la perspectiva psicológica los abordajes han sido superficiales, en sus palabras, quizás por las metodologías que no les ha permitido profundizar no llegar al corazón. Sin embargo, evocan estrategias que les ha permitido explorar su emocionalidad y conocer aspectos de los compañeros que desconocían, a pesar del tiempo compartido, como los ejercicios que movilizan los elementos del territorio con los que se identifican. ¡El territorio es la vida! Escuchamos decir con vehemencia, una tarde de sol y cálido ambiente.

Episte-metodologias, políticas e éticas alternativas para a pesquisa

Os fragmentos de memória compartilhados neste texto nos situam em tempos de incertezas, como os da violência armada, sociopolítica, extrativista, de desenraizamento do território, desapropriação da terra, de políticas neoliberais, capitalistas, patriarcais, neocoloniais e, mais recentemente, o da pandemia global da Covid-19. Segundo Campoalegre (2020), se trata de outras pandemias como a pobreza, a desigualdade, o racismo e a violência. Esses cenários configuram desafios para a pesquisa psicossocial, como um chamado a revisar as metodologias, políticas e éticas nos modos como estamos construindo conhecimentos *outros*.

Tais desafios implicam situarmo-nos em lugares diferentes ao da pesquisa moderna/colonial, que mantém o binarismo em oposição entre dois polos: sujeito-objeto, teoria-práxis que, de acordo com Orlando Fals Borda (1999), apesar da ânsia de manter uma suposta neutralidade e objetividade da pesquisa, pode cair na utilização e exploração do trabalho de campo em nome da produção de conhecimento. Essa atitude naturaliza processos de extrativismo epistêmico e ontológico (Grosfoguel, 2016). Segundo o autor, há uma apropriação – no marco da relação de poder “capitalista/patriarcal ocidentalocêntrica/cristianocêntrica moderna/colonial” (Grosfoguel, 2016, p. 126) –, desde a coisificação dos conhecimentos e das formas de existência humana e não humana, que são instrumentalizados trazendo destruição.

Entendemos que as formas de construção de conhecimento que seguem essas orientações, presentes de maneira hegemônica na formação em psicologia na Colômbia e no Brasil, reproduzem diferentes mecanismos coloniais do saber, como o distanciamento epistêmico (Castro-Gómez, 2010), a apropriação (Nieto, 2008), o desenraizamento de saberes (Césaire, 2006), a alienação étnica e intelectual (Fanon, 2009), a recolonização (Rivera-Cusicanqui, 2010), e o silenciamento epistêmico de saberes afroindígenas (Parra-Valencia, 2019).

Pensar as episte-metodologias, políticas e éticas alternativas para a pesquisa psicossocial nos leva a dialogar com diferentes autoras, autores e correntes

de pensamento crítico, descolonial e feminista para ampliar as possibilidades anticoloniais, anticapitalistas antipatriarcais e antirracistas. Seguimos a María Lugones (2018) em seu interesse pelos trabalhos coletivos da coteorização e colaboração, referindo-se a uma “aliança complexa” (p. 75) entre intelectuais, teóricas, ativistas, educadoras, escritoras, artistas subalternas, com a investigação comprometida, capaz de cruzar a colonialidade – em particular em relação com metodologias da descolonialidade de gênero.

Lugones nos possibilita refletir sobre várias ferramentas episte-metodológicas e éticas outras, dentre as quais assinalamos: sua proposta epistemológica para cruzar mundos e afirmar a vida, baseada em “comunidades de camaradas solidárias, comunidades onde a solidariedade horizontal está acompanhada por um compromisso de aprendermos umas com as outras” (Lugones, 2018, p. 76). A pesquisa politicamente comprometida, segundo a autora, implica perguntar pelo para que e para quem se investiga, e vai mais além, ao interrogar o como; ali ganha relevância a integração de cosmologias afro e indígenas nas maneiras de pensar o metodológico. Lugones também se remete a “práticas de conhecimento” (p. 80), que partem das comunidades e suas próprias lutas, que se configuram em alternativas à modernidade e à produção moderna de conhecimento e que se vinculam à prática da comunidade, centrada na “produção desde baixo” e sua situação, indicando modos de pensar descolonial. Nesse sentido refere-se à “fertilização mútua” entre os conhecimentos acadêmicos e os conhecimentos de “dentro” da comunidade, outorgando-lhes “igual valor e peso” (Lugones, 2018, p. 80); fala do compromisso do saber “das insurreições de conhecimentos subjugados” pela modernidade “comunidades em luta cujas cosmologias seguem dando significado e coerência a práticas comunitárias” (Lugones, 2018, p. 80).

Com Lugones podemos pensar modos alternativos de pesquisa psicossocial, distintos daqueles que pretendem desprender-se do compromisso político e das lutas das comunidades pesquisadas. O convite se dirige à aproximação com episte-metodologias que nos situam como pesquisadoras e pesquisadores que caminham ao lado das comunidades e suas apostas de transformação, sonhos e esperanças, como expressamos em publicação anterior (Parra-Va-

lencia, 2020). Reconhecer a potência do comum, do encontro com outras pessoas com quem formamos alianças e comunidades mutuamente solidárias, que propiciam a fertilização mútua de saberes, que partem dos territórios, desde baixo, acolhendo não apenas os modernos, mas também e sobretudo as afro-epistemologias (García, 2018) e saberes indígenas. Nelas se abrigam outros modos de existência, outras tempo-espacialidades e conhecimentos sobre a vida, o mundo, a natureza e o transcendente.

Na ideia de agenciar episte-metodologias outras, nos aproximamos de propostas de descolonização e reconhecimento na pesquisa psicossocial, das experiências, das práticas e formas de construção de saberes desde diferentes epistemes. Nesse sentido, episte-metodologias amparadas em princípios ancestrais como a tonga, a jíbibirí úai⁸, o círculo de palavras, a roda de conversa, dialogam com cosmogonias e com saberes ancestrais afro-diaspóricos e indígenas, seguindo a metáfora da construção de conhecimento onde a teoria-prática germina ao mesmo tempo em cocriação e cotrabalho: “o conhecimento resulta de todas e para todas” as pessoas que compartilham o trabalho coletivo (Mena et al., 2020, p. 25).

Para refletir sobre a relação território, políticas e pesquisa, reconhecemos a importância de propostas e experiências preocupadas com os modos de construção do conhecimento, que articulem os aportes e olhares de quem constrói saberes desde tradições epistêmicas diferentes da moderna/colonial. Tais opções nos interrogam em relação à transmissão, socialização ou devolução, de modo consonante com a perspectiva coletiva e coparticipativa na construção do conhecimento.

Os processos de sistematização de experiências participativas e de pesquisa ação-participativa (Fals Borda, 1999) contribuem com ideias nesse sentido, sempre e quando impliquem as comunidades e cheguem a elas desde diferentes linguagens visuais, sonoras, orais, dramáticas, artísticas e não só escritas. Aqui se fazem presentes, mais do que nunca, as propostas de educação popular introduzidas por Paulo Freire (2005) – há 100 anos

.....
8 Se refere ao lugar da palavra, *mambeadero*, no território ancestral Murui-muina (ou Uítoto), na fronteira entre Colômbia, Brasil e Peru, o círculo da palavra, a roda de conversa, dialogam com cosmogonias e sabedorias ancestrais afro-diaspóricas e indígenas.

do nascimento deste educador brasileiro –, cujo trabalho e proposta de “conscientização dialógica” e “pedagogia do oprimido” tem sido e continua sendo uma valiosa referência para Latino América e o Caribe.

Sem dúvida, estamos diante de um desafio epistemológico e ético-político para a pesquisa psicossocial, ainda mais quando essa se situa em contextos de incerteza, como a violência sociopolítica, as políticas capitalistas e neoliberais, o patriarcalismo ou a pandemia global por Covid-19. Continua sendo questão para a disciplina que os processos de pesquisa psicossocial articulem, impliquem e estejam a serviço dos territórios, das comunidades camponesas, afrodescendentes, povos indígenas ou urbanas, dos movimentos sociais e suas iniciativas de mobilização, das mulheres, dos feminismos, das novas masculinidades, dos sujeitos e coletivos sociais e políticos historicamente subalternizados. Senão, qual o sentido de pesquisar para a psicologia?

Assim, a pesquisa, a aproximação com o território, o diálogo com as políticas públicas de saúde, educação-investigação e reparação, demandam atitudes e pensamentos alternativos arraigados às realidades das comunidades, onde o compromisso abre caminho diante da neutralidade intelectual – cúmplice dos mecanismos coloniais de conhecimento e da justificativa para sua perpetuação. Nesse sentido, ganha força para a pesquisa psicossocial a reivindicação dos feminismos negros – seguindo a inspiração do Coletivo Rio Combahee –, o pessoal é político e cultural (Barriteau, 2011); contracorrente da assepsia, neutralidade e objetividade do método científico moderno/colonial. A abordagem das práticas de conhecimento das comunidades se abre diante dos artifícios temáticos da investigação psicológica centrada na homologação de instrumentos de mediação desenhados para identificar desvios, patologias ou anomalias. A ideia de dar igual valor e peso aos conhecimentos subalternizados e excluídos da universidade, se abre diante da hierarquização do saber e da fronteira racial e intelectual que impõe o modelo epistêmico moderno/colonial (Castro-Gómez, 2007).

O encontro com as comunidades tradicionais e camponesas e com o território nos leva a identificar diferentes estratégias de resistência e re/existências mobilizadas pelas mulheres indígenas/negras/afrodescendentes/

racializadas para gestionar as crises, não só as agravadas pela pandemia, mas também as deixadas pela guerra na Colômbia, pela negligência, pelo racismo de herança colonial e pela reprodução das condições de discriminação racial e de gênero, no Brasil e na Colômbia. Desde os territórios, as mulheres também resistem, organizadas ou não, na cotidianidade. Desde suas hortas as mulheres montemarianas, como em outros territórios de América Latina, resistem e re-existem em meio às pandemias.

A ideia da própria experiência como fonte de conhecimento, como um dos mais importantes aportes dos feminismos negros (Barriteau, 2011), está em movimento hoje mais do que nunca. As correntes de pensamento crítico, a perspectiva descolonial, aliadas das comunidades e das mobilizações subalternizadas, se interessam por juntar esforços e estratégias alternativas antineocoloniais, antiextrativistas, anticapitalistas e antipatriarcais. Não podem ser tomadas, contudo, como um modismo intelectual. Sua ressonância nos espaços acadêmicos contemporâneos, abrindo fissuras na hegemonia e interrogando o instituído é efeito de lutas e enfrentamentos de grupos subalternizados e racializados que ocuparam, com seus corpos e sentipensares (Fals Borda, 1999), territórios que o colonialismo e a branquitude tentaram e, por muito tempo, conseguiram interditar.

Propomos, então, pensar sobre como acolhemos em nossos territórios e sem recolonizar saberes gestados pelos povos tradicionais e suas cosmologias. A arrogância do antropocentrismo branco, que cindiu uma humanidade e sub-humanidades (Krenak, 2019, 2020a) nos colocou na crise atual, onde correntão e o racismo são possíveis e frequentemente naturalizados. A coisificação e a mercantilização da Terra e das pessoas andam de mãos dadas e sustentam a desqualificação – inclusive por saberes acadêmicos hegemônicos –, de territórios e grupos que vivem mais conectados a ela – tantas vezes considerados atrasados, primitivos ou sub-humanos. O modo como construímos nossa ideia de humanidade nos descolou da Terra e também uns(umas) dos(as) outros(as), forjando uma “abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos” (Krenak, 2020a, posição 43). Como diz Krenak (2020a): “Somos piores que a Covid19” (posição 43), porque

não matamos apenas pessoas, mas destruímos toda a biodiversidade, rios, florestas, animais. Se tal afirmação, por um lado, pode ser lida com pesar, por outro, pode também servir a um encorajamento para aprendermos com o pássaro, ou com o coco de embolada, a pisar o chão de leve, levantando poeira, criando versos, borrando fronteiras e compondo novos mundos.

Nossa crise atual, em que diversas pandemias convergem, é o momento histórico para que a pesquisa psicossocial decida se continua amarrada às lógicas modernas/coloniais ou transforma a si mesma desde episte-metodologias, políticas e éticas alternativas. Falamos aqui, de modo especial, a pesquisadoras e pesquisadores brancas e brancos. Somos, como acadêmicas e acadêmicos da América Latina, descendentes de europeus ou não, também tocados pelos efeitos dos processos de colonização, que buscam a homogeneização e conversão de tudo em igual ao seu eu referente: subjetividades, territórios, conhecimentos... No diálogo com as práticas e saberes afrodescendentes e indígenas também nos transformamos e tentamos fazer coalizões para construir conhecimentos desde o chão onde se travam as lutas, sem anulação das diferenças que nos marcam. Afinal, nada mais moderno do que a busca da pureza e da demarcação nítida de fronteiras, entre eu/outro, natureza/cultura, ciência/política etc. Pisamos esses solos pedindo licença, com o cuidado de não convertermos essas aprendizagens em mero discurso retórico, teórico, ou em mercadoria acadêmica da qual possamos nos apropriar e consumir. A proposta é de conexão com as lutas de povos afrodescendentes e indígenas, afirmando e tornando prática, desde nossos lugares, a explícita posição política e epistemológica de construção de alianças para uma vida comum. Aqui reside nosso convite!

Referências:

Ávila, M. B. & Ferreira, V. (2020). Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 32, e020008.

Barriteau, V. (2011). Aportaciones del feminismo negro al pensamiento feminista: una perspectiva caribeña. *Boletín ECOS*, 14, 1-17. Recuperado de www.fuhem.es/cip-ecosocial

Campoalegre, R. (Coord.). (2020). *Ancestralidad, antirracismo y actualidades. La pandemia racializada: Debates desde la afroepistemología*, I. Buenos Aires: Clacso.

Castro, E. V. (2018). *Metafísica canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. Ubu editoras, N-1 edições.

Castro-Gómez, S. (2007). Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In S. Castro-Gómez & R. Grosfoguel (Orgs.), *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 9-24). Bogotá: Siglo del Hombre.

Castro-Gómez, S. (2010). *La Hybris del punto cero. Ciencia, raza e Ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)*. Editorial Pontificia Universidad Javeriana.

Césaire, A. (2006). *Discurso sobre el colonialismo*. Ediciones Akal.

Césaire, A. (2020). *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta.

Comisión Económica de América Latina y el Caribe – CEPAL. (2018). *Mujeres afrodescendientes en América Latina y el Caribe. Deudas de igualdad*. Autor.

Cuarentena en Colombia: cifras de casos de coronavirus en Chocó. (2020). *El Tiempo*. <https://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/cuarentena-en-colombia-cifras-de-casos-de-coronavirus-en-choco-y-como-esta-el-departamento-500256>

Fals Borda, O. (1999). Orígenes universales y retos actuales de la IAP (Investigación Acción Participativa). *Análisis Político*, 38, 71-88.

Fanon, F. (2009). *Piel negra, máscaras blancas*. Ediciones Akal.

Freire, P. (2005). *Pedagogía del oprimido*. Siglo XXI.

García, J. (2018). Afroepistemología y pedagogía cimarrona. In R. Campoalegre (Ed.), *Afrodescendencias: voces en resistencia* (pp. 59-70). Clacso.

Interrogações às políticas públicas: sobre travessias e tessituras do pesquisar

García, J. (2020). Pandemia, conflicto y racismo en el Pacífico. *La Pandemia Racializada*, 3, 81-92.

García-Rincón, J. E. (2020). Educación y resistencia: la creación de un campo epistémico por la intelectualidad afrocolombiana. *Revista CS*, 30, 17-45. <https://doi.org/10.18046/recs.i30.3843>

Gonzalez, L. (1998). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, 92/93, 69-82.

Grosfoguel, R. (2016). Del “extractivismo económico” al “extractivismo epistémico” y al “extractivismo ontológico”: una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo. *Tabula Rasa*, 24, 123-143.

Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.

Krenak, A. (1999). O eterno retorno do encontro. In A. Novaes (Org.), *A outra margem do ocidente* (pp. 99-123). Companhia das letras.

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.

Krenak, A. (2020a). *O amanhã não está à venda*. [recurso eletrônico]. Companhia das Letras.

Krenak, A. (2020b). *A vida não é útil*. Companhia das Letras.

Lugones, M. (2018). Hacia metodologías de la decolonialidad. In X. Leyva, J. Alonso, A. Hernández, A. Escobar, & A. Köhler et al. (Orgs.), *Prácticas otras de conocimiento(s). Entre crisis, entre guerras. Tomo III* (pp. 75–92). Clacso.

Mena, A., Cardona, Ortega, E., Salzar, Y., Morale, M. et al. (2020). *Diálogo de saberes. Hacia una política de investigación de la diversidad epistémica en la Universidad de Antioquia*. Universidad de Antioquia.

Miranda, C. (2020). Poblaciones afrobrasileñas y COVID-19. Ethos comunitario y otras formas de lucha. *Boletín #3. La Pandemia racializada*, #3, 15-21.

Nieto, M. (2008). *Orden natural y social: ciencia y política en el semanario del Nuevo Reyno de Granada*. Ediciones Uniandes.

Parra-Valencia, L. (2019). *Grupalidad curadora. Descolonialidad de saberes-prácticas campesinas y afroindígenas, en Montes de María* (Caribe colombiano). Tesis de doctorado en Ciencias Sociales y Humanas. Pontificia Universidad Javeriana. Repositorio institucional PUJ. <http://hdl.handle.net/10554/45021>

Territórios, políticas e pesquisa psicossocial: reflexões sobre o pisar e o sentipensar...

Parra-Valencia, L. (2020). *Clinica PsicoSocial. Una propuesta crítica y alternativa para América Latina*. Ediciones Cátedra Libre.

Peres, I., Bastos, L., Gelli, J., Marchesi J., Dantas L., Antunes, B., Maçaira, P., Baião, F., Hamacher, S., & Bozza, F. (2021). Sociodemographic factors associated with COVID-19 in-hospital mortality in Brazil. *Public Health, 192*, 15-20.

Rivera-Cusicanqui, S. (2010). *Ch'ixinakax utxiwa Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Tinta Limón.

Rivera-Cusicanqui, S. (2018). *Un mundo ch'ixi es posible. Ensayos desde un presente en crisis*. Tinta Limón.

Santos, M. (2008). *Da totalidade ao lugar*. Edusp.

Silva, W. V. N. (2018). *Territórios vulneráveis: arquivos impróprios de uma memória em perigo*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional., UFRGS, Porto Alegre.

Solón, P. (2019). *Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da mãe terra, e desglobalização*. Elefante.

Acessibilidade e inclusão no ensino superior

Camila Alves

Ildete Vianna Soares

Marcia Moraes

Ana Cláudia Lima Monteiro

Alexandra Tsallis

“Um raio não cai duas vezes no mesmo lugar”

Ditado popular

Introdução

Compor um texto com cinco autoras é uma tarefa que necessita de conexões entre nossas experiências corporais, que são diversas, e as perspectivas epistemológicas que perpassam a escrita. Cada uma de nós carrega suas próprias marcas, olhares específicos para a trajetória, e o mais significativo, durante o percurso da escrita, cada uma se tornará outra. Além disso, também somos compostas da interseccionalidades de várias identidades e de subjetividades múltiplas, que nos colocam em lugares singulares e corporificados de percepção e interpretação do mundo, nos permitindo produzir conhecimentos.

Assim, nosso encontro para composição deste texto se faz possível através desta perspectiva inclusiva e situada, que reconhece e respeita a multiplicidade dos modos de se viver e de experimentar a realidade. Nesta caminhada, teremos compartilhada a coautoria entre cinco mulheres que se encontraram na Universidade pública, nas condições de docentes e orientandas de mestrado e doutorado.

Uma de nós é uma mulher cis, branca, pessoa sem deficiência, docente numa Universidade Pública há quase 30 anos. Foi alcançada pela deficiência ao longo da infância e da juventude, na condição de filha de um pai que

foi se tornando cego lenta e progressivamente, por um período de mais de vinte anos. É mãe de um filho e hoje cuidadora do pai idoso, acamado, cego e com Parkinson em estágio avançado. Tornou-se, no curso do tempo e da vida, ativista e pesquisadora no campo dos estudos da deficiência.

Outra, é uma mulher surda oralizada bilíngue, que provavelmente começou a ter os primeiros sinais desta perda, segundo os médicos, por volta dos sete anos de idade, depois do período de aquisição de linguagem, escrita e falada. Por ser uma deficiência não percebida visualmente, o diagnóstico veio tardiamente e experiências de isolamento social e linguístico são intensamente experimentadas.

Esse corpo, apesar de confuso pelo encontro com a surdez, é conduzido a um novo-lugar onde aprende a Língua Brasileira de Sinais - Libras, se potencializa em seus afetos e, através deles, altera os discursos de rejeição pelos das sensações. Entende que pode “escutar” o mundo sem sons através de outras conexões, apropria-se de um corpo que é diferente, constrói uma identidade linguística composta pela Cultura Ouvinte e pela Cultura Surda e assume ser uma pessoa com deficiência.

Hoje, profundamente atravessada pelo composto da Língua Portuguesa e da Língua Brasileira de Sinais - Libras, se considera, ainda de forma tênue, uma militante e pesquisadora na área da educação de surdos e em 2020 finaliza o mestrado em psicologia pela UFF (Soares, 2020)¹, como a primeira cotista surda a se tornar mestre no Programa de Pós-graduação².

Uma é mulher cis, branca, pessoa sem deficiência, docente da Universidade pública, com um percurso anterior em universidades privadas, mãe de dois filhos e filha de uma mulher com Alzheimer há oito anos, cujo contato com a deficiência acontece desde nova, pois morava num conjunto habitacional no qual as pessoas eram muito próximas pela partilha dos apartamentos espremidos e das dificuldades que eram vividas coletivamente. Em frente ao apartamento morava uma mulher que adotara um menino

.....
1 Soares, Ildete Vianna. (2020). *Surdo oralizado no contexto de ouvintes e de surdos: Identidade e diferença como desafio*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Universidade Federal Fluminense (UFF).

2 <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>

surdo. No bloco ao lado, vivia uma família que tinha uma menina com paralisia cerebral e no andar de cima, morava uma mulher que tinha um filho, já adulto, autista, diagnóstico do qual soube muitos e muitos anos depois, quando começou a estudar o espectro autista. Só recentemente se considera, muito timidamente, alguém que milita no campo da deficiência, por ainda ter um longo percurso a seguir nesta vereda.

Uma mulher, branca, cis, mãe de duas filhas, tratando câncer de mama há mais de dois anos e cuidadora de uma mãe com Alzheimer. Teve o primeiro encontro com o campo da deficiência aos 15 anos quando dava aulas de dança para pessoas surdas, depois em 2009 quando desenvolveu um dispositivo de atendimento clínico com pessoas com deficiência visual. Entende que o campo da deficiência a produziu como pesquisadora. Foi com ele que aprendeu a fazer perguntas lentamente, não assumindo / naturalizando um entendimento prévio.

Por fim, a que completa o quinteto que compõe esta escrita, é uma mulher cega usuária de cão-guia. Filha de uma mulher que na idade adulta passou por três transplantes de córnea e de um homem que nos últimos cinco anos de sua vida viveu com ELA (Esclerose Lateral Amiotrófica) e no último ano partiu em decorrência dessa doença. Teve o primeiro encontro com a deficiência ainda na infância, com a realidade vivida pela mãe, e posteriormente, na adolescência com a sua própria deficiência. Hoje é Psicóloga Clínica, Mestre e Doutoranda pela Universidade Federal Fluminense e pela primeira vez na sua trajetória acadêmica se tornou cotista no ingresso de seu doutorado. Nos últimos doze anos de sua vida, seus passos são partilhados com as patas de seus cães, suas espécies companheiras. A vida fez dela também uma ativista no campo da deficiência, na luta por justiça e igualdade de direitos.

Método e política de escrita

O método que embasa nossas pesquisas bem como a escrita deste texto tem pelo menos duas vertentes importantes e que se articulam. Uma delas é o pesquisarCOM (Moraes, 2010), uma direção ética e metodológica de pesquisa que afirma que pesquisar é um fazerCOM

os outros, e não sobre os outros. Nessa direção, as pessoas com quem pesquisamos são experts, são parceiros e parceiras de pesquisa e não nossos informantes ou nossos objetos de pesquisa. Assim, pesquisar é uma prática de estarCOM que nos engaja e nos transforma reciprocamente. No campo dos estudos da deficiência, podemos afirmar que pesquisarCOM é seguir na linha das pesquisas emancipatórias (Oliver, 1992), tal como nos convoca Mike Oliver, que diz que na perspectiva do modelo social da deficiência a pesquisa é uma ferramenta de luta - mais uma. Isso significa dizer que se afinamos nosso trabalho com o modelo social da deficiência, que define a deficiência não como uma tragédia pessoal, mas como uma forma de opressão que se articula, interseccionalmente, com gênero, classe e raça (Taylor, 2017), então é necessário e fundamental que as próprias condições da pesquisa sejam subvertidas, de modo a que as pessoas com deficiência deixem de ser objetos para se tornarem sujeitos. É nesse sentido que a pesquisa é emancipatória: ela é uma ferramenta de luta e de subversão das condições de opressão aos corpos com deficiência, e não um instrumento a mais a reiterar tais condições. PesquisarCOM implica, portanto, subverter as opressões sociais aos corpos deficientes, entre as quais sublinhamos as narrativas hegemônicas da deficiência como tragédia pessoal. Nesse sentido, o que nos interessa são as narrativas contra-hegemônicas da deficiência, narrativas situadas e localizadas. É neste ponto que somos alcançadas pela proposta de Conceição Evaristo (2017), quando afirma a escrevivência como uma narrativa singular que aponta para as experiências de uma coletividade.

A escrita deste texto leva em conta tais direções de método e se tece com as vivências e experiências das autoras: mulheres com deficiência em seus percursos pelo ensino superior, seja como cotistas, seja como não cotistas e mulheres sem deficiência que são interpeladas e convocadas a estarCOM pessoas com deficiência em suas vidas cotidianas, como pessoas, como pesquisadoras e docentes. Trata-se, portanto, de uma escrita feminista que assume que o pessoal é político na justa medida em que aquilo que numa vida pode ser anedótico (Despret & Stengers, 2011) se conecta e articula com outras vidas, produzindo um “nós”. Afirmamos que escrever

é apropriar-se da potência das palavras escritas e assumir um lugar para enunciar um eu-coletivo e evidenciar a história de um “nós”.

Faz parte do método de escrita deste trabalho deixar presente no texto a modulação do pronome pessoal. Ora ele será escrito na primeira pessoa do singular, ora na primeira do plural. Tal modulação diz respeito ao que afirmamos enquanto escrevivência: em certos pontos a experiência vivida é singular e vivida corporalmente por uma de nós, em outros pontos nos constituímos coletivamente como um “nós” diverso, heterogêneo e articulado política e epistemologicamente.

Essa forma de escrita faz com que sejamos, ao mesmo tempo, escritoras e leitoras. Aprendemos juntas, compomos juntas, mas frisamos as diferentes experiências para que não esqueçamos que os corpos que aqui escrevem são também diferentes. Somos escritoras quando pegamos as mãos umas das outras para tecer aquilo que nos compõe nessa parceria, somos leitoras quando damos lugar a experiências singulares. Continuamos de mãos dadas e frisamos que os corpos são diversos, que aprendemos a estar juntas numa tensão que não deve ser apagada: algumas experiências não compõem o corpo de todas nós, mas apenas de algumas de nós. Precisamos estar atentas a isso, precisamos criar um corpo sensível para isso.

Por fim, o fio com o qual tecemos as linhas que se seguem é o das narrativas contra-hegemônicas da deficiência: são narrativas situadas que, ao mesmo tempo em que marcam a opressão à deficiência, insistem na insurgência, na afirmação de que a justiça pela deficiência é um passo fundamental para a afirmação de uma sociedade diversa e inclusiva.

O raio da normalidade

Historicamente, pessoas com deficiência têm sido oprimidas por preconceitos, estereótipos e barreiras atitudinais, por não atenderem a um padrão estabelecido pela ideologia da normalidade. Essa ideologia valida posturas afetivas e sociais, que se traduzem em discriminação e preconceito, em oposição à legislação vigente no Brasil que deixa de lado a deficiência

como uma limitação focada no indivíduo, para dar atenção às restrições e desvantagens provocadas pela sociedade.

Essa questão também não foi diferente na Pós-graduação em Psicologia da UFF, apesar de toda proposta inclusiva ratificada no edital de seleção do Mestrado em Psicologia, naquele ano de 2017.

Minha participação neste processo seletivo se deu pelo romper da barreira atitudinal de uma aluna, na época mestranda, que fez um vídeo bem simples, com uma Libras muito básica, apresentando o mestrado, a proposta das ações afirmativas com reserva de 50% das vagas sociais para alunos negros (pretos e pardos), indígenas, pessoas com deficiência e pessoas transexuais e travestis, como também, o oferecimento de um curso preparatório para a seleção do mestrado, que seria organizado e ministrado pelos próprios alunos mestrandos e doutorandos da pós-graduação, voltado para o público das ações afirmativas.

Naquele momento, ao assistir o vídeo em Libras, interpretada por uma mulher que nunca tinha visto antes, foi estabelecida uma “conexão de acesso” (Mingus, 2011) que me consente pensar em compor com aquele espaço, pelo simples fato de usar uma comunicação acessível a mim, a Libras. Ali, o que estava em ação é o que Mingus (2011) chama de intimidade acessibilizadora: um afeto de pertencimento.

Contudo, após passar por todas as etapas do processo de ingresso no mestrado como candidata de ações afirmativas (pessoa com deficiência) e ter sido aprovada, a consolidação da minha permanência, em diversas situações, foi intimidada por resistências alicerçadas em barreiras atitudinais escondidas sob uma capa de boas intenções e de preocupação, muito difíceis de ser questionadas.

Eu, enquanto surda, mesmo oralizada, possuo uma experiência visual, é pelo olhar que me conecto com o mundo; o som é simplesmente dispensável, pois o meu olhar o sobrepõe. Para alguns professores e alguns alunos da Pós-graduação, a minha relação estabelecida com os intérpretes de Libras era alvo de estranhamento. Uma pseudo invisibilização da surdez levava à suposição, desses profissionais e alunos, de que as aulas poderiam acontecer sem a presença de intérpretes de Libras. Essa forma preconceituosa evidencia a falácia de que, se o surdo falar, de

forma impecável, a Língua Portuguesa, estará incluído na comunidade de ouvintes (Soares, 2020).

Aqui é importante sublinhar, como adverte Taylor (2017), que a opressão aos corpos com deficiência, o capacitismo, é uma ideologia que hierarquiza os corpos quanto às suas capacidades, de tal modo que os corpos supostamente normais são os corpos capazes. Aqueles que se desviam desta “capacidade normal” são subalternizados e oprimidos. Note-se que o capacitismo se faz presente como uma barreira atitudinal e também como uma condição histórica e social de hierarquização das capacidades humanas, inscrita semiótico-materialmente nas práticas cotidianas. Assim, ainda que o Programa de Pós-graduação assumisse a política de ação afirmativa, era preciso deslocar o capacitismo tanto como preconceito que perpassa as relações intersubjetivas quanto como ideologia que se instala nas práticas cotidianas (Taylor, 2017).

Na perspectiva deste capacitismo estrutural e intersubjetivo, uma pessoa surda oralizada pode ser lida como “normal”, apagando e violentando suas condições singulares de estar no mundo, de estar numa sala de aula. A política de ação afirmativa é, neste caso, uma condição necessária para sustentar a inclusão no ensino superior. Ela precisa, porém, de outras ações articuladas que envolvem a permanência do aluno com deficiência, a mitigação dos capacitismos cotidianos que oprimem e violentam os corpos deficientes.

O raio do constrangimento e o raio da exclusão

Conselho Departamental do Instituto de Psicologia, numa universidade pública, última quarta do mês de setembro de 2016. Estávamos os/as chefes de departamento (na ocasião eram três departamentos), a diretora, a vice-diretora, a representante dos discentes, a chefe do serviço de psicologia aplicada, as coordenadoras das duas pós-graduações stricto sensu e a representante dos técnico-administrativos. Naquela mesa se decidem todas as questões do Instituto de Psicologia. Aquele encontro está hierarquicamente acima da direção do Instituto. É um colegiado que toma as decisões e de lá

recebem o encaminhamento para seguir tramitando pela Universidade ou pelos departamentos.

Ponto de pauta: temos uma estudante cega. Temos que organizar o curso dela...

Já me chamou a atenção sua ausência ali naquela conversa. “Nada sobre nós, sem nós³”. A pergunta me martela a cabeça.... espero minha vez de falar e faço isso.

“Ela deveria estar aqui. O que houve?”. Tudo muito rápido e expeditivo, a representante dos discentes sabe da situação. O tempo não desacelera. Há pressa. São muitos os pontos de pauta. Tudo precisa ser resolvido. Resolvo que irei devagar no assunto. Tinha aprendido com as pessoas com deficiência visual, com as quais tinha trabalhado, que construir inclusão, propostas anticapacitistas, não era rápido. Ela disse que fica complicado com os textos em xerox. Ah, então vamos pedir aos professores que digitalizem. Pronto. Assim, fica resolvido. Não! Não fica resolvido! Com surpresa escuto: Ah não?! Não!” Depende de como é feita a digitalização, os programas que leem, não leem imagem... Era preciso ficar com o problema como nos propõe Haraway (2019, p. 19) ao afirmar que “*nos necessitamos reciprocamente em colaborações e combinações inesperadas, em pilhas de compostagens quentes. Nos tornamos com ou não nos tornamos em absoluto*”. O que precisávamos tecer eram combinações até ali inesperadas com pessoas, tecnologias assistivas, afetos, metodologias de ensino, didáticas e outras figuras humanas e não humanas.

Nas linhas anteriores, os itálicos são para dar expressividade ao esforço que estava sendo feito para lentificar. Para não transformar a inclusão em um gesto operacional de boa vontade nem numa questão “unicamente” de logística. Aprendemos com Mia Mingus (2011) que inclusão é uma prática que envolve remover barreiras para compor mundos comuns, heterogêneos, diversos. Afinal, todos(as) achamos justo que uma pessoa com deficiência esteja na Universidade ou não? Rapidamente, uma boa parte das pessoas dará uma resposta afirmativa. Mas resta saber se as ações também serão

.....
3 “Nada sobre nós, sem nós” é o lema do movimento social das pessoas com deficiência.

afirmativas. Sim, pois as ações afirmativas significam que abriremos mão da pressa, da resolução operacional pronta, para nos abirmos para um processo a ser construído localmente, para nos tornarmos-com reciprocamente. Implica partilhar o sofrimento (Haraway, 2011), estar disponível para um processo que colocará em xeque privilégios, reorganizará o tempo e as prioridades. Ao escrever isso, me lembro constrangida do efeito nos corpos das pessoas presentes naquela mesa. Havia uma expressão no ar: chiiii, não é simples, aí já complica.

Rapidamente vem a próxima solução. “Já sei, ela avisa antes as matérias que vai fazer para os professores e eles resolvem com ela como vão fazer. Não. Nenhum discente precisa ter essa tarefa a mais. Os inacessíveis somos nós. Cabe a nós o processo e não a ela”. Os corpos mudam novamente, uma certa impaciência aparece. A pressa. A vontade de resolver, sem ter que abrir mão dos privilégios. No final é sempre sobre o que nos beneficia. Sobre o fato de que a inclusão não está feita de boa vontade. Construir ações afirmativas é desafiar a “normalidade do mundo”. É fazer com que os raios não caiam sempre no mesmo lugar e deixem exaustos(as) as pessoas com deficiência, as pessoas negras, as pessoas pobres...

O encaminhamento final foi conversar com a discente, convidá-la a compor aquele colegiado, construir o processo de inclusão, e não “resolver o problema daquela pessoa”. O modelo social da deficiência precisava entrar na conversa. Sentar-se naquela mesa.

Essa foi minha última reunião de conselho departamental como chefe. Eu já não estaria ali na mesa. A questão que fica é que, se eu não estivesse, tudo teria se resolvido rapidamente. O ponto de pauta seria operacional. Não se trata de com isso destacar minha presença, se trata de perceber que eu só sabia disso em função de minha área de trabalho. Pela sorte de ser chefe de departamento naquela ocasião. E se não estivesse lá? E se não fosse minha área de pesquisa? Mais uma vez a resposta seria o raio cair no mesmo lugar. Isso diz respeito a todo mundo. “Nada sobre nós, sem nós” é uma política para exigir a constante construção dos para-raios. A insistência em manter privilégios faz com que os raios não encontrem obstáculos e atinjam os corpos sempre do mesmo modo. A ação afirmativa

do “nada sobre nós, sem nós” em-cena que se trata de tomar a inclusão desde o princípio e, mais do que isso, como princípio.

Numa outra universidade pública, uma de nós viveu uma situação na qual a exclusão se fez presente, gerando espaços de não acolhimento e também de violência. Vale frisar, neste ponto, que, como diz o Modelo Social da Deficiência, as barreiras sociais ao acesso não devem ser postas naqueles que sofrem a violência. Ao contrário, são as próprias barreiras, construídas a partir de uma visão corponormativa, que devem ser o foco das questões. Esse será o caminho narrativo seguido aqui, apesar de não desconsiderar que, quando este sistema falha, as dores da exclusão recaem, sim, naqueles que as sofrem, e que a carga afetiva é muito difícil de ser partilhada.

Firmamos um acordo, logo no início do semestre, de que, sem intérpretes de Libras, as aulas não começariam. Acordo firmado, tendo como aposta que a universidade proveria os profissionais quando necessário. Na prática, porém, descobrimos que os intérpretes disponíveis na universidade deveriam atender aos alunos de graduação, não havendo profissionais disponíveis para a Pós-Graduação. Era como se jamais se tivesse suposto, naquela universidade, que uma pessoa com deficiência ingressaria num programa de mestrado. Logo, se alguma pessoa com deficiência chegou até aquele mestrado, caberia àqueles e àquelas que a aprovaram dar conta da inclusão, providenciando recursos e o que mais fosse necessário. A instituição de ensino, em suas instâncias superiores de gestão acadêmica, lavava as mãos.

Eis aí o raio da exclusão. É o raio que individualiza a deficiência, apagando as lutas e movimentos sociais das pessoas com deficiência. É o raio do capacitismo que oprime e violenta. Ainda que a política de ações afirmativas sustentasse a presença das pessoas com deficiência na Universidade, havia muito o que avançar, especialmente na pós-graduação stricto sensu, para garantir a permanência de uma pessoa surda num mestrado, em condições de equidade com os demais membros da comunidade acadêmica.

A cena, porém, tem outras camadas que passam também pelas políticas de ação afirmativa. Não foi somente de exclusão que se expressou este momento. Quando meu corpo fica desvalido pela violência da opressão, outras minorias, também cotistas, imersas em outras formas de violência

localizadas em outras identidades, se unem comigo para que, de forma coletiva, como muralhas da resistência (Soares, 2020), nos posicionássemos como protagonistas: sem intérpretes de Libras não haveria aula para ninguém. A deficiência e a inclusão é uma questão coletiva.

Distribuindo raios: Sobre uma formação superior construída coletivamente

O ensino na vida das pessoas com deficiência é um desafio imenso em todas as fases da formação escolar. Discussões em torno de uma escola inclusiva não é pauta nova em nosso país, no entanto, apesar de avanços nessa área, este é um campo de tensão, alvo de políticas de retrocesso em nossas conquistas, principalmente nos últimos anos.

Como a trajetória da maior parte das pessoas com deficiência que conseguem seguir seus estudos, minha formação foi e ainda é construída a muitas mãos. E vocês podem pensar, mas qual formação não é construída a muitas mãos? Todas, eu diria, mas nem todas as pessoas precisam se preocupar com as condições necessárias para tal percurso. Como pessoa com deficiência, cega, quero dividir com vocês um esforço para além dos estudos, um esforço para criar as condições necessárias para estudar. E digo isso porque, a cada etapa de minha jornada acadêmica, a máquina institucional ali atuante faz questão de informar que aquele não é um espaço pensado para nossas existências, e digo mais, após dez anos de presença em uma universidade pública, essa máquina afirma que esse não é um espaço para nós, e resiste com todas as suas forças afirmando por meio de práticas diárias que não se tornará. Minha formação acadêmica é construída pelo meu coletivo.

Ao ingressar na graduação, ao mesmo tempo que me deparava com a dureza de falta de acesso, com as violências do capacitismo e o desprezo pela minha presença, deparava-me também com inúmeras pessoas que se dispuseram a viver tudo isso comigo, celebrando as frestas que a deficiência abria numa certa hegemonia corponormativa ali presente. Alunos, parceiros de turma, veteranos e calouros como eu, professores

e professoras, se abriram e se envolveram nesse processo de construir uma universidade mais inclusiva. O principal desafio daquele momento era acessibilizar o conteúdo de um curso inteiro. Textos, artigos, livros, quase nada nascia de forma acessível naquela época, e cabia aos meus parceiros de jornada transporem uma parte de um mundo hostil em outro, mais acessível.

Desse movimento intenso surgiu um Projeto de Ensino, que na época chamamos de *InformaPsi*, coordenado pelas docentes Marcia Moraes, Maudeth Py Braga e, por último, por Silvana Mendes e composto também por alunos. Com o apoio do Departamento de Ensino, o projeto visava a digitalizar textos acadêmicos, tornando-os acessíveis aos programas de voz e, conseqüentemente, construir uma universidade que pudesse ser acessada também por outras pessoas cegas. Era um trabalho demorado, demandava equipamentos específicos, softwares específicos, um lugar adequado para a realização das digitalizações, demandava verba, investimento institucional. Pouco a pouco e às custas de muita luta, tudo o que era preciso foi chegando, inclusive bolsas para os alunos que realizavam as digitalizações.

O *InformaPsi*, no seu tempo de existência, entre 2008 e 2012, passou a entender que, para além das atividades de acesso que realizava, era preciso desindividualizar esse projeto. Era um trabalho que me atendia nas minhas demandas singulares, mas que não podia se restringir a um projeto individual. Foi nesse movimento que o grupo passou a pautar o projeto em eventos, reuniões de colegiado, semanas acadêmicas, com o objetivo de institucionalizar uma prática de acessibilidade, com o objetivo de que, com a minha formação, que pouco a pouco foi se aproximando da conclusão, o projeto não deixasse de existir. Para garantir a memória, uma ancestralidade, trabalhamos por um tempo com o intuito de criar uma biblioteca virtual, que se pretendia aberta a estudantes cegos do país inteiro.

Ao longo dos quase cinco anos de existência do *InformaPSI*, conquistamos muitas coisas. Graças a esse projeto, eu me tornei uma psicóloga muito bem formada. Na sequência da graduação, voltei para o mestrado

na mesma universidade e enfrentei problemas muito parecidos com o que havia vivido na graduação. Nas aulas e nas pesquisas bibliográficas para a escrita da minha dissertação, a falta de acesso aos textos e livros foi também marcante, e mais uma vez o meu coletivo, que no mestrado não se configurou em um grupo institucionalizado, me ajudou a me formar. Tornei-me mestre em psicologia (Alves, 2020).

Depois de um ano, volto para a mesma instituição para então fazer o Doutorado. Aqui tem uma virada: pela primeira vez na minha trajetória acadêmica, eu era uma aluna cotista. Pela primeira vez nos meus sete anos de formação acadêmica, a discussão em torno da minha presença, da presença de uma pessoa com deficiência no Programa de Pós-graduação acontecia antes de eu mesma chegar. Aqui posso afirmar que, além de garantir a entrada de pessoas com deficiência na pós-graduação, as cotas também operam, dentro do Programa de Pós-graduação, uma coletivização da inclusão e da acessibilidade. Não era mais sobre mim; era, enfim, sobre a falta de acesso nas universidades, naquela universidade.

Em poucos dias após o início do primeiro semestre do doutorado, questões que acompanham meu ensino superior voltaram. E os textos? E as provas? E os documentos acessíveis? E o que o programa de voz lê? E o que faríamos com os textos e livros não acessíveis? O cansaço já me abatia, eu teria mais uma jornada, lidando com as mesmas questões, eu pensava. Mas não, as questões talvez não mudem, mas mudaram as formas de respondê-las. Aprendi ao longo dessa caminhada a devolver as questões que me são feitas para quem precisa respondê-las comigo. Nesse momento, e graças às cotas, eu não era mais a única pessoa com deficiência da pós-graduação. As cotas me garantiram parceria de outras pessoas com deficiência. Foi assim que Ildete e eu nos conhecemos e nos aproximamos. Tínhamos questões comuns a responder juntas... o cansaço diminuía quando eu estava com ela. Sozinha não daria. A luta por um intérprete me garantiu também a presença, pela primeira vez, de uma ledora. Uma pessoa responsável pela acessibilização dos textos e livros que eu teria ou queria trazer para a construção da minha tese. A ledora foi uma conquista dessa fase de minha formação, fase na qual

me encontro hoje. Cotas, intérpretes, leitores, parceiros com e sem deficiência, uma formação coletiva, um coletivo para uma formação: é disso que se trata.

A distribuição de para-raios

Construir espaços que sejam confortáveis afetivamente (Mingus, 2011) para um número maior de pessoas é a proposta que buscamos em nossos trabalhos e nossas vidas. A partir do percurso seguido neste texto, afirmamos que alguns para-raios precisam ser construídos para que a acessibilidade esteja sempre presente nos espaços de debate, de tomada de decisão, nos espaços acadêmicos. Os para-raios que elencamos neste texto são esparsos. Acreditamos, porém, que fincar cada um deles é não esquecer a pauta da inclusão e da acessibilidade. É ficar com o problema, para dele tirar consequências.

Os para-raios já descritos nas linhas anteriores dizem respeito a um ethos que precisa perpassar as práticas cotidianas na inclusão de pessoas no ensino superior: o ethos da inclusão e da acessibilidade. Para isso, sem dúvida, é necessário agir para remover barreiras: atitudinais, metodológicas, arquitetônicas e outras. Vimos que para chegarmos a uma intimidade acessibilizadora (Mingus, 2011) é fundamental que esse ethos perpasse todas as práticas acadêmicas; é fundamental que a comunidade acadêmica assuma a *respons-habilidade*⁴ (Haraway, 2019) de se tornar-com uns com outros, coletivamente.

O tempo é uma questão decisiva. As práticas de inclusão mobilizam temporalidades diversas que operam como resistência contra a pressa dos produtivismos cientificistas. Por certo há um planejamento que se faz necessário para garantir a chegada das pessoas com deficiência nos cursos de pós-graduação. O vídeo em libras com a apresentação do edital do

.....
4 Haraway usa a expressão *respons-habilidade* para indicar a habilidade de respondermos imersos nas relações heterogêneas que nos constituem. Ser responsável é menos uma questão moral e muito mais uma questão ontológica: somos interdependentes. Logo, é por meio das relações de dependência que temos uns com os outros que nos tornamos-com, que diferimos de nós mesmos.

mestrado – feito pela comunidade discente – foi um antes, um planejamento decisivo para que uma de nós sentisse como realizável o desejo de ingressar na pós-graduação. Há o durante. É preciso acompanhar e seguir juntos nos percursos da inclusão, atentando para as barreiras que precisam ser suprimidas. E há um tempo depois, as marcas institucionais que precisam ser lembradas para que outras pessoas com deficiência acessem a pós-graduação. A inclusão é uma operação transformadora também das relações temporais.

Na universidade em que as autoras com deficiência cursaram suas pós-graduações, alguns outros para-raios foram colocados em cena, o primeiro deles, a política de ações afirmativas. Em 2018 tivemos o primeiro processo seletivo para ingresso no curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense em que incluímos as ações afirmativas. O ano anterior foi marcado por muitas turbulências dentro e fora dos espaços universitários. Tivemos a ocupação estudantil na universidade no final do ano de 2016 e foi nesse contexto que discutimos a proposta de inserção das ações afirmativas. Mesmo em face a muitos momentos de tensão, conseguimos aprovar que 50% das vagas oferecidas deveriam ser destinadas às ações afirmativas. Com isso, garantimos uma via de acesso pelas cotas que seriam distribuídas para candidatos negros (pretos e pardos), indígenas, pessoas com deficiência e pessoas transexuais e travestis. Esse edital, construído com muita luta, foi o primeiro passo e, aqui, entendemos como o primeiro para-raios que ajudou na construção do que dissemos acima: a distribuição dos raios para o fortalecimento da proposta de inclusão.

Segundo para-raios: o seminário sobre inclusão. No dia 10 de outubro de 2019 foi realizado, no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, o primeiro seminário sobre acessibilidade. Tal seminário foi coordenado por duas de nós: Camila Alves e Ildete Soares e realizado como parte das iniciativas de inclusão dos alunos com deficiência que entraram pelas cotas nesse mesmo ano. A realização desse seminário, acolhido e incentivado pela coordenadora do curso, surge a partir de situações de exclusão vividas por uma de nós como relatado no

trecho: o raio da inclusão. A proposta do seminário era devolver para o coletivo o que havia se apresentado como uma questão individual, era distribuir os raios.

Nesse seminário, que reuniu muitos alunos e professores, as alunas puderam falar sobre este processo de inclusão dos alunos com deficiência e, fundamentalmente, do papel daqueles que se propõem a abrir os espaços para a inclusão: estar disponíveis para construir acessibilidade além de trabalhar para isso. Como nos diz bell hooks: “A palavra ‘amor’ é um substantivo, mas a maioria dos mais perspicazes teóricos dedicados ao tema reconhece que todos amaríamos melhor se pensássemos o amor como uma ação” (hooks, 2020, p. 46). Nesse sentido, entendemos que não basta a disponibilidade, é fundamental que haja também um movimento em direção à mudança.

Terceiro para-raios: a conexão de outros Programas de Pós-Graduação para a construção da acessibilidade. No segundo semestre do ano de 2019, a coordenadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense se reúne com a coordenação do Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão e o Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologia e Inclusão se uniram para o debate sobre acessibilidade e inclusão no âmbito da pós-graduação. Com essa pauta, tais coordenações puderam garantir a contratação de intérpretes de Libras que contemplasse as demandas desses três Programas, a princípio, mas que pudesse ser estendida para outros tantos que oferecessem vagas para alunos com deficiência. Sabemos que essa proposta não é suficiente, tendo em vista que todos os Programas - e toda a universidade - deveria oferecer esse serviço. Porém, entendemos também que, sem luta, não conseguimos construir os espaços de inclusão.

Referências

Alves, Camila Araújo (2020). *E se experimentássemos mais*. Contribuições não técnicas de acessibilidade em espaços culturais. Curitiba: Appris.

Decreto Legislativo n. 186, de 9 de julho de 2008. (2008). Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União* 2008; 10 jul.

Despret, Vinciane & Stengers, Isabelle. (2011). *Les faiseuses d'histoires. Ce que les femmes font à la pensée*. Paris: La Découverte / Les Empêcheurs de Penser en Rond.

Evaristo, Conceição. (2017). *Becos da Memória*. Rio de Janeiro: Pallas.

Haraway, Donna. (2011). A partilha do sofrimento. Relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente. *Horizontes Antropológicos*, 17(35), 27-64.

Haraway, Donna. (2019). *Seguir con el Problema. Generar Parentesco en el Chibuluceno*. Bilbao, ESP: Consonni.

hooks, bell. (2020). *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante.

Mingus, Mia. (2011). *Access Intimacy: The Missing Link*. Recuperado de <https://leavingevidence.wordpress.com/2011/05/05/access-intimacy-the-missing-link/>

Moraes, Marcia. (2010). PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In M. Moraes & V. Kastrup (Eds.), *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual* (pp. 26-51). Rio de Janeiro: Nau Editora.

Oliver, Mike. (1992). Changing the Social Relations of Research Production? *Disability & Society*, 7(2), 101-114.

Taylor, Sunaura. (2017). *Beast of Burden: Animal and Disability Liberation*. New York: The New Press.

Ensaio sobre interseccionalidades: tensões entre psicologia, pesquisa e branquitude

Adrieli Pacheco Sperandir

Letícia Máisa Eichherr

Amanda Cappellari

Lilian Rodrigues da Cruz

As práticas psicológicas no campo das políticas públicas são marcadas por importantes disputas. Nessa escrita, escutamos nossas inquietações enquanto mulheres brancas, pesquisadoras da graduação e da pós-graduação, para produzirmos visibilidades - a nós mesmas e a outras - no que se refere às múltiplas opressões dos marcadores sociais da diferença que, entrecruzados, configuram modos singulares, mas também coletivos de vivenciá-las. Do nosso lugar, se faz necessário pautar a branquitude e seus efeitos nas práticas psicológicas e nas políticas públicas.

Em tempos marcados pela pandemia da COVID-19, que escancara as desigualdades sociais e reitera privilégios, precisamos rever planos e projetos, sejam eles de vida ou do próprio processo de pesquisar. Inspiradas em Gloria Anzaldúa (2000), escrevemos como um ato de salvamento das complacências que nos amedrontam e numa tentativa de retomar apagamentos e histórias mal escritas.

A impossibilidade de encontros da pesquisa em serviços das políticas públicas de forma presencial nos levou a caminhos teóricos e a trincheiras que desejamos desbravar, mesmo correndo o risco de um caminhar com tropeços, com desvios de rotas, com obstáculos, mas com perspectivas (como se fosse uma luz no fim do túnel) de reflexões que nos são caras.

Propomos, então, uma interlocução teórica-reflexiva com dois documentos que orientam as práticas psicológicas: “Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em programas de atenção à mulher em situação

de violência” e “Relações raciais: referências técnicas para a atuação de psicólogos(os)”. Com o objetivo de discutir os modos como os marcadores sociais da diferença e seus entrecruzamentos atravessam as práticas *psis* nas políticas públicas, localizamos a branquitude como constituinte das nossas produções de cuidado, de olhar e de escuta e evidenciamos que essa pesquisa é atravessada e contingenciada por este lugar de fala. A escolha por esses documentos reside no fato de serem produzidos para psicólogos e com a intencionalidade de atentar para duas grandes questões: as relações raciais e as relações de gênero.

Outrossim, partimos de um lugar crítico da branquitude e do posicionamento da interseccionalidade, que pauta a centralidade das discussões raciais, como uma ampliação do olhar às estruturas de poder que constituem o sistema mundo moderno-colonial¹ e os modos de subjetivação.

Pistas sobre interseccionalidades

A interseccionalidade oferece um olhar potente e ampliado para a compreensão das diferentes dinâmicas de dominação, das desigualdades, das violências e das experiências de vida. Lélia Gonzalez (1983), Maria Aparecida Bento (2002), Kimberlè Crenshaw (2002), Lia Vainer Schucman (2014), Angela Davis (2016), Patricia Hill Collins (2019), Carla Akotirene (2019), Djamila Ribeiro (2019) e Grada Kilomba (2019) são algumas das pensadoras com as quais nos encontramos nesta escrita e que discutem relações raciais e os entrecruzamentos de opressões em seus diferentes contextos temporais e locais.

As discussões acerca da interseccionalidade emergem do movimento de mulheres negras estadunidenses dos anos 70, conhecido por *Black Feminism*, como forma de contestação frente às desigualdades sociais (Hirata, 2014), sendo nomeado e definido academicamente por Kimberlé Crenshaw como uma associação de múltiplos sistemas de opressão.

.....
1 Utilizamos o termo sistema mundo moderno-colonial baseadas nas discussões de Ramón Grosfoguel (2008, 2016) sobre epistemicídios e privilégios epistêmicos do sistema-mundo capitalista, patriarcal, ocidental, cristão, moderno e colonialista.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (Crenshaw, 2002, p. 177)

Na escrita de Patrícia Hill Collins encontramos trilhas do pensamento interseccional, a partir da sua compreensão de que a interseccionalidade opera enquanto conceito, mas também como teoria e método, que estabelecem “que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade são características mutuamente construtivas de organização social que moldam as experiências das mulheres negras e, por sua vez, são formadas por elas” (Collins, 2019, p. 460).

Angela Davis, no livro “*Mulheres, raça e classe*” (2016), vai nos guiar a outros espaços de escuta e reflexão sobre o entrecruzamento de raça, classe e gênero. Nos seus escritos, Davis alia ativismo político e produção acadêmica para pensar as diferenças como possibilidades de resistência frente às desigualdades, compreendendo, nesse contexto, interseccionalidade não somente como um movimento teórico, mas uma perspectiva de embate político/social/cultural necessária para a luta contra as opressões. Djamila Ribeiro, autora do prefácio à edição brasileira do livro, ressalta que Davis contribui para percebermos que nas intersecções entre as categorias de raça, classe e gênero existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. “É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça também informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida” (Ribeiro, 2016, p. 20).

Partindo das pistas deixadas por Djamila, pensando no contexto brasileiro, nos encontramos com Carla Akotirene (2019, p. 18), que discute interseccionalidade enquanto “sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros”. Essa perspectiva nos indica a centralidade do pensamento e das vivências de mulheres negras para a construção do

conceito de interseccionalidade, pois em suas vidas a interseccionalidade não é unicamente categoria conceitual, como bem aponta Winnie Bueno (2019, s/p), é “perspectiva histórica de luta, de afeto e de encontros intergeracionais mobilizados pelo respeito, pelo reconhecimento e sobretudo pelo amor que construímos a partir de relações cunhadas nos espaços seguros mobilizados por mulheres negras”. “É da mulher negra o coração do conceito da interseccionalidade”, ressalta Akotirene (2019, p. 24).

Encontrar-se com Lélia González é inevitável. Já na década de 1980 ela se destaca como precursora na discussão sobre as intersecções do racismo e do sexismo no Brasil. A partir da psicanálise e das ciências sociais, ela constata que o racismo é um sintoma da neurose cultural brasileira que produz, ao se articular com o sexismo, efeitos violentos sobre a mulher negra. A pensadora produz críticas contundentes ao mito da democracia racial, que busca relativizar o racismo brasileiro, questionando “por que será que o racismo brasileiro tem vergonha de si mesmo? Por que será que se tem ‘o preconceito de não ter preconceito’ e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados?” (Gonzalez, 1984, p. 238).

A partir dos encontros com as problematizações dessas pensadoras, esbarramos com a necessidade de refletir acerca do nosso lugar da branquitude no contexto da interseccionalidade e da luta antirracista. Esbarrar é tomado, aqui, como um choque simbólico, não ao acaso, mas sim como um acontecimento inevitável e há tempos tensionado pelos movimentos contra-hegemônicos que adentram os espaços de produção de conhecimento, até então muito (quase totalmente) embranquecidos, principalmente com a efetivação da política de ações afirmativas.

Os estudos críticos sobre a branquitude são fundamentais para compreendermos a forma como se constroem as estruturas de poder em que as desigualdades raciais se ancoram e para desconstruir a ideia de um branco cuja a identidade racial é a norma e que se vê como sujeito universal (Schucman, 2014). Pensar a interseccionalidade, para nós, brancas, passa por uma necessária revisão do lugar que ocupamos, compreensão sobre a branquitude e os nossos privilégios, pois a raça é elemento central no posicionamento interseccional que aqui reafirmamos.

A branquitude pode ser entendida como uma posição social em que sujeitos que a ocupam “foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo e que se mantém e são preservados na contemporaneidade” (Schucman, p. 84, 2014).

Segundo Maria Aparecida Bento,

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. (2002, p. 30)

Este silenciamento do lugar do branco na situação da desigualdade social e racial também passa por um processo de projeção, onde o branco projeta sobre o outro todas as mazelas que ele não é capaz de assumir e evita a discussão das diferentes dimensões do privilégio. Existem benefícios concretos em desviar da discussão do lugar ocupado pelo branco na história do Brasil, pois ao evitar e silenciar este lugar de privilégio, se omite a dívida histórica, evitando assim a compensação, a indenização aos negros (Bento, 2002). A busca por reparação social passa, portanto, por um pensamento crítico a respeito da constituição da branquitude no Brasil e do reconhecimento de seus privilégios.

O lugar da branquitude no debate racial é, portanto, um lugar de trabalho e de desconstrução contínuos, de escuta e de práticas aliadas ao movimento antirracista. Grada Kilomba (2019), citando Gilroy, fala dos mecanismos de defesa da pessoa branca no processo de tornar-se consciente da sua branquitude e dos modos que perpetua o racismo: a negação, a culpa, a vergonha, o reconhecimento e a reparação. Segundo Djamila Ribeiro (2019), para engajar-se na luta antirracista é necessário reconhecer o racismo em nós internalizado. Se o racismo foi criado pela branquitude, ela, como criadora, deve se responsabilizar sobre ele: “Para além de se entender como privilegiado, o branco deve ter atitudes antirracistas. Não se trata de se sentir culpado por ser branco: a questão é se responsabilizar” (Ribeiro, 2019, p. 14). E, nesse sentido, Grada Kilomba

(2019, p. 46) sugere que, ao invés de se fazer a pergunta “‘eu sou racista?’ e esperar uma resposta confortável, o sujeito branco deveria se perguntar ‘como eu posso dismantelar meu próprio racismo?’”.

Enquanto pesquisadoras brancas, entendemos que compreender as dinâmicas raciais é fundamental para que estejamos atentas à não reprodução de lógicas violentas, coloniais e racistas. É um percurso em que precisamos reconhecer a opressora que vive em nós e assumir que enquanto pessoas brancas somos marcadas por uma estrutura racial que nos privilegia e da qual inevitavelmente nos beneficiamos. É necessário compreender que há uma responsabilidade na branquitude em lutar contra o racismo e que práticas antirracistas precisam ser pensadas pela Psicologia de forma urgente e inevitável, pois a branquitude, enquanto lugar de poder, “articula-se nas instituições (universidades, empresas, organismos governamentais, etc.) que são, por excelência, conservadoras, reprodutoras e resistentes e cria um contexto propício à manutenção do quadro das desigualdades” (Laborne, 2017, p. 92).

Considerando que um dos princípios éticos da profissão é contribuir “para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2005, p. 7), é nosso dever produzir Psicologias atentas aos entrecruzamentos das opressões sociais, a fim de nos responsabilizarmos pelo dismantelamento do racismo cotidiano e investirmos na proposição e fortalecimento de práticas que componham a luta antirracista.

Práticas psicológicas interseccionais nas políticas públicas

No contexto das políticas públicas e das práticas psicológicas, entendemos que a interseccionalidade auxilia na compreensão de como as desigualdades sociais são vividas pelos sujeitos em suas especificidades e como os serviços operam diante de situações em que há múltiplas opressões entrecruzadas, pois, como destacado por Akotirene (2019), a interseccionalidade objetiva operar a partir da indissociabilidade entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado.

O estudo “*Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*” (IPEA, 2017) apresenta dados importantes para as reflexões aqui propostas. O número de domicílios chefiados por mulheres cresceu nos últimos 20 anos. Em 1995 eram 23% os lares que tinham mulheres como pessoa de referência; em 2015 esse número passou a ser de 40%. No entanto, em relação ao mercado de trabalho, as mulheres brasileiras desde 1995 não obtiveram grandes avanços. Até 2015 os números de participação de mulheres no mercado de trabalho oscilaram entre 54-55%, enquanto os homens obtiveram uma taxa de participação de 78%. Esse dado se agrava quando a perspectiva de raça se inclui na discussão, pois as mulheres negras com ensino médio completo ou incompleto ainda são aquelas com maior taxa de desocupação em 2015 (17,4%) e, no âmbito do trabalho com serviço doméstico, das 6,2 milhões de pessoas empregadas, mais de 4 milhões eram pessoas negras e dessas, 3,9 milhões mulheres negras. Ainda vale ressaltar que, segundo o estudo, a renda média das mulheres brancas continua inferior à dos homens e, no caso das mulheres negras, é inferior não apenas à dos homens, como também à das mulheres brancas.

A pandemia da COVID-19, nesse contexto, vem para escancarar ainda mais as desigualdades vividas neste país. Segundo Elaine Nascimento², assistente social e uma das fundadoras do Comitê de Gênero e Raça da Fiocruz, a pandemia no Brasil tem cor e gênero; isso porque as mulheres negras são o grupo mais vulnerabilizado neste contexto pandêmico, tanto pelo alto risco de contaminação nos trabalhos subvalorizados quanto pela dificuldade de acesso à saúde. Um estudo publicado nos Cadernos de Saúde Pública da Fiocruz³ aponta para este mesmo cenário onde a classe trabalhadora de baixa renda no Brasil, composta em sua maioria pela população negra, sofre um risco elevado

.....
2 Reportagem “A pandemia tem cor e gênero: Uma conversa com Elaine Nascimento (Fiocruz/Piauí) sobre as desigualdades de raça e gênero no Brasil da covid-19”, escrita por Ana Cláudia Peres foi publicada em 03/06/2020 na Revista Radis. <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/entrevista/a-pandemia-tem-cor-e-genero>

3 Reportagem “Pandemia revela desigualdades raciais, diz estudo”, escrita por Vinícius Lisboa foi publicada em 13/10/2020 no Canal Agência Brasil - Brasília. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-10/pandemia-revela-desigualdades-raciais-dizem-pesquisadoras>

na pandemia, pois enfrenta, neste contexto, além do acesso precário ao saneamento básico e às ações de saúde pública, superlotação nos transportes públicos, trabalhos precarizados e a baixa possibilidade de regime em trabalho remoto.

Esses dados refletem os modos como o racismo estrutural opera na manutenção das desigualdades sociais e raciais no Brasil, assim como no genocídio da população jovem, o encarceramento em massa, a violência sexual e doméstica, a situação de rua, o atendimento negligenciado nos serviços públicos e privados, as ausências de oportunidades, questões que afetam mais intensamente a população negra (Lima et al., 2019). O racismo estrutural precisa ser considerado na análise das desigualdades sociais, pois a herança escravocrata e colonial ainda opera enquanto lógica fundante do capitalismo liberal. “A luta constante contra o racismo prevê conhecimento sobre a origem, os mecanismos históricos de aplicação dos diversos racismos e uma análise contínua para entender e repensar os reflexos e prejuízos causados na sociedade atual” (Ribeiro, 2019, p. 4).

Silvio de Almeida (2018, p. 25) aponta que o racismo é “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam”. Desse modo, discute que o racismo estrutural é decorrente da própria estrutura social, através dos modos que se constituem as relações econômicas, políticas, jurídicas e, inclusive, familiares.

Assim como o racismo, o patriarcado também é um pilar fundante do sistema-mundo colonial moderno. Heleieth Saffioti (2004) explicita que não há separação entre dominação patriarcal e exploração capitalista. Para a autora, na ordem patriarcal de gênero, o poder é exercido por quem for homem, branco e heterossexual, e a contradição da sociedade contemporânea é composta pelo nó: patriarcado, racismo e capitalismo. Maluf (2018, p. 436) corrobora com essas ideias e propõe que, assim como “as intersecções e articulações entre gênero, raça e classe são indissociáveis para uma compreensão da desigualdade, são também indispensáveis para resistência e a luta emancipatória”.

Compreendemos, portanto, que assumir a interseccionalidade como um posicionamento nas práticas psicológicas está intimamente imbricado com a efetivação da justiça social, pois pensar de forma conjunta e entrecruzada os marcadores sociais e as relações de opressão contribui para um olhar e uma escuta críticas que possibilitem reconhecer e não reproduzir opressões e preconceitos, assim como para pensar em possibilidades de reparação histórica e de restituição de direitos.

Contudo, ao pautar a necessidade de garantir os direitos humanos como forma de justiça social, precisamos atentar ao paradoxo de que os direitos humanos podem operar enquanto parte das estratégias de dominação, ao mesmo tempo que enfatizam o ideário de universalidade e igualdade, a partir de um apagamento das diferenças, pois “o mesmo discurso que cultuou a ideia de um sujeito universal, detentor de direitos (humanos), naturalizou e ontologizou as diferenças, apagando o fato de que são fundamentalmente diferenças construídas historicamente” (Maluf, 2018, p. 435). Sendo assim, “compreender, por exemplo, como gênero, raça e classe se articulam, se mostrou fundamental para a elaboração de políticas sociais voltadas para aquelas, por exemplo, que estão no nível mais alto de exploração: as mulheres negras e pobres” (Maluf, 2018, p. 436).

Na intenção de enlaçar interseccionalidade e políticas públicas, bem como as possibilidades de atuação de profissionais da Psicologia pautadas num posicionamento interseccional, buscamos para esta escrita dois documentos organizados pelo Conselho Federal de Psicologia, no âmbito do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP)⁴. O encontro, aqui proposto, é com os documentos “Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em programas de atenção à mulher em situação de violência” (CFP, 2012) e “Relações raciais: referências técnicas

.....
4 O CREPOP é uma iniciativa do Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRPs), criado em 2006 para promover a qualificação da atuação profissional de psicólogas/os que atuam nas diversas políticas públicas, tendo um papel técnico, ético e político com o objetivo de sistematizar e difundir o conhecimento sobre a interface entre Psicologia e políticas públicas. A escrita das referências é feita por profissionais especialistas e com reconhecimento na área e o documento passa por uma consulta pública, onde psicólogas de todo o país referendam a produção, para então ela ser publicada. Informações disponíveis no site: <http://crepop.pol.org.br/>

para a atuação de psicólogas(os)” (CFP, 2017), que abordam marcadores fundamentais para o pensamento interseccional: gênero e raça.

O primeiro - “Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em programas de atenção à mulher em situação de violência” - foi publicado em 2012 e aborda quatro eixos de discussão: Dimensão ético-política; Psicologia e mulheres, o contexto para atuação; A(o) psicóloga(o) e a rede; A gestão do trabalho. Ao fazermos um breve exercício da memória, lembremos que nos debates dos anos de 2010 a 2012 - provável período de produção desse documento - as pautas e discussões de gênero estavam mais acirradas, assim como o momento político do país apontava para um fortalecimento de políticas públicas e de pautas sociais. Esperançar é uma boa palavra para o que vivíamos naquele tempo. Contudo, discussões sobre relações raciais ainda estavam mais silenciadas (pela branquitude, óbvio, que detinha e ainda detém privilégios epistêmicos e acadêmicos e de definição de pautas).

Há interessantes aproximações interseccionais, mais evidentes em três momentos, quando se explicita no documento a importância de não analisar o marcador social de gênero dissociado de outras categorias sociais e de que essa perspectiva pode ampliar a compreensão das relações de opressão vivenciadas pelas mulheres e das desigualdades que produzem violência, como apontado a seguir:

As relações de gênero que devem ser consideradas fruto da construção social do sujeito masculino ou feminino e se articulam com outras formas de dominação e desigualdades sociais (raça, etnia, classe). (CFP, 2012, p. 39)

O gênero precisa ser analisado como uma categoria atravessada por outros marcadores identitários que produzem explorações como orientação sexual, raça/etnia, geração, relações urbanorurais, poder aquisitivo, capital cultural, escolaridade, dentre outros. (CFP, 2012, p. 58)

O pensamento relacional e transversal, que articula a categoria gênero com as categorias de classe, raça e orientação sexual, por exemplo, pode fornecer uma dimensão e entendimento maior da opressão vivenciada pela mulher. (CFP, 2012, p. 61)

Akotirene (2019, p. 28) afirma que “iniquidades de gênero nunca atingiram mulheres em intensidades e frequências análogas. Gênero inscreve corpo racializado”. Nesse sentido, pontuamos que o documento faz referência à importância da consolidação da Lei Maria da Penha para o desenvolvimento do trabalho com mulheres em situação de violência. Contudo, o racismo estrutural e a necropolítica escancaram que o número de feminicídios diminuiu somente para as mulheres brancas, desde a implementação da Lei, como mostram os dados do Atlas da Violência (IPEA, 2020): em 2018, no Brasil, 68% das mulheres que morreram eram negras; já entre as mulheres não negras a taxa de mortalidade por homicídios foi de 2,8 por 100 mil; entre as negras, a quase taxa dobrou (5,2). Jackeline Romio⁵ alerta para a importância de se pensar políticas que sejam específicas e direcionadas para as mulheres negras e indígenas para corrigir a tendência de queda nos números que ocorre somente para as mulheres brancas, uma vez que é provável que as brancas sejam melhor atendidas nas delegacias e que possuam maior rede de apoio assistencial. Talvez sejam mais contempladas pelas campanhas de violência contra a mulher.

Da mesma forma, é necessário atentarmos para as situações de violências a que estão submetidas as pessoas travestis e transexuais, que apontam a cisheteronormatividade como estrutura do sistema mundo moderno-colonial e que colocam o Brasil no topo da lista⁶ pelo alto índice dessa violência. No documento, há destaque para que a Psicologia considere as questões de gênero sem adotar paradigmas do determinismo biológico.

Ao trazer a discussão acerca das possibilidades de atuação da Psicologia com mulheres em situação de violência com exemplos de práticas do co-

.....
5 Fala proferida pela doutora Jackeline Aparecida Romio na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, cuja reportagem “Feminicídio cresce entre mulheres negras e indígenas e diminui entre brancas, aponta pesquisadora”, escrita por Lara Haje, é datada de 07/11/2018 e está disponível no site da Agência Câmara de Notícias. <https://cd.jusbrasil.com.br/noticias/645383103/feminicidio-cresce-entre-mulheres-negras-e-indigenas-e-diminui-entre-brancas-aponta-pesquisadora>

6 O Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas Trans em 2020 elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais aponta que “em 2020, o Brasil assegurou para si o 1º lugar no ranking dos assassinatos de pessoas trans no mundo, com números que se mantiveram acima da média. ... Chegamos ao número de 175 assassinatos, todos contra pessoas que expressavam o gênero feminino em contraposição ao gênero designado no nascimento” (Benevides, 2021, p. 7).

tidiano de trabalho, o documento pontua que a “atuação deve se orientar pelo fortalecimento do protagonismo das mulheres e pelo entendimento multidimensional da violência, como produto das relações desiguais legitimadas e produzidas nas diferentes sociedades” (CFP, 2012, p. 77). Apesar de não trazer a palavra interseccionalidade e de não aprofundar as reflexões sobre práticas atentas aos entrecruzamentos de opressões, percebemos que há uma tentativa de problematização para que profissionais da Psicologia tenham um olhar ampliado às dinâmicas da violência e às articulações dos marcadores sociais relacionados às desigualdades sociais, pontuando que deve-se atentar para não incorrer em uma “uma lógica generalizadora de que todos os casos de violência contra a mulher vão ser vivenciados de uma mesma forma, excluindo-se fatores ou elementos de contextos políticos e culturais” (CFP, 2012, p. 69).

Além disso, ao trazer especificidades sobre o atendimento psicológico, o documento salienta a importância de um comprometimento com a escuta atenta às singularidades dos sujeitos e respeitando suas individualidades para que possam emergir os significados relacionados às situações de violência. Por isso, compreendemos que nossa escuta precisa estar em constante análise no que tange aos efeitos do entrecruzamento de opressões, que fazem com que os sujeitos vivenciem situações semelhantes de modos muito diferentes, e, sobretudo, àquilo que os nossos privilégios da branquitude por vezes não consegue escutar, principalmente acerca dos impactos do racismo estrutural nos corpos das mulheres negras, que por vezes seguem invisibilizados.

Entendemos que a ausência de uma discussão sobre relações de dominação neste documento, como racismo, sexismo, classismo, capacitismo, entre outras, e seus efeitos no contexto do trabalho em rede e no cotidiano da atuação profissional, colabora na produção e reprodução de silenciamento, invisibilização e manutenção de estruturas de poder da sociedade que se materializam nos espaços institucionais e atuam nos modos de subjetivação dos sujeitos, sejam profissionais ou pacientes/usuárias dos serviços.

Nos exercitamos a refletir sobre os motivos e sentidos desta invisibilização e nos aproximamos do que Maria Aparecida Bento (2002) nomeia

de pacto narcísico da branquitude, que pelos privilégios epistêmicos e de poder, decidem quais pautas e discussões interessam, mesmo que de forma inconsciente. O pacto narcísico da branquitude é

constituído por alianças, pactos e contratos inconscientes, por meio dos quais os sujeitos se ligam uns aos outros e ao conjunto grupal, por motivos e interesses superdeterminados. Esse acordo inconsciente ordena que não se dará atenção a um certo número de coisas: elas devem ser recalçadas, rejeitadas, abolidas, depositadas ou apagadas. (Bento, 2002, p. 46)

O segundo documento com o qual nos encontramos e articulamos para esta escrita - “Relações raciais: referências técnicas para a atuação de psicólogos(os)” - foi publicado em 2017 e é composto por cinco eixos de discussão: Dimensão histórica, conceitual, ideológico política da temática racial; Âmbitos do racismo: racismo institucional, interpessoal e pessoal; Enfrentamento político ao racismo: o Movimento negro, psicologia e a área em foco; Atuação da(o) psicóloga(a) na desconstrução do racismo e promoção da igualdade. Num novo exercício de memória, lembremos das condições de possibilidade da emergência desse documento: a constitucionalidade da política de cotas raciais em 2012 que, com a inclusão social de pessoas negras e tentativa de reparação histórica, provoca deslocamentos epistêmicos e acirramentos necessários nos debates raciais dentro das universidades públicas e, conseqüentemente, na inserção de teorias decoloniais na produção de conhecimentos.

Já em sua introdução, pontua-se que o documento é uma resposta frente às demandas dos movimentos sociais, condizentes com os tensionamentos e às necessidades de que essa pauta esteja presente na formação e na prática profissional e que “contribuam com a superação do racismo, do preconceito e das diferentes formas discriminação” (CFP, 2017, p. 6). Nesse sentido, o documento foi formulado em consonância com as discussões movimentadas por psicólogas engajadas na luta antirracista. Partindo desse contexto, o documento traz a compreensão do racismo enquanto “uma ideologia que opera poderosamente na sociedade como motor de

desigualdades que engendram as precárias condições de existência do povo negro, configurando-se como uma grave violência estrutural e institucional presente na sociedade brasileira” (CFP, 2017, p. 6).

Muitas mulheres negras sentem que em suas vidas existe pouco ou nenhum amor. Iniciando com essa citação de *bell hooks* (2010), escritora afro-americana emblemática do feminismo negro, percebemos que a construção do documento e as costuras teórico-práticas feitas trazem a centralidade das experiências das mulheres negras, o que é um indicativo de que podemos encontrar o posicionamento interseccional como um importante disparador de discussões nestas Referências, pois, como apontamos anteriormente, elas são fundamentais na contextualização desta perspectiva.

Há o apontamento de que o foco do documento é “a temática racial, mas sem desconsiderar que ela deve ser pensada conjuntamente com a temática de gênero e de classe” (CFP, 2017, p. 10) e que serão feitas intersecções desses marcadores nas discussões, sendo inclusive o termo brevemente conceitualizado.

Ao sinalizarmos que são intersecções, queremos dizer que cada uma delas adquire autonomia na vida social e operam de forma enlaçada; portanto, não procede subordinar uma ou outra, negar uma ou outra, não cabe, e como já sinalizado, analisar a situação vivida pelo negro(a) como fruto tão somente da discriminação de classe nem mesmo invisibilizar as diferenças de gênero. (CFP, 2017, p. 53-54)

A afirmação de um posicionamento interseccional demonstra uma abertura para pensar as múltiplas experiências do entrecruzamento de opressões, principalmente na vida de pessoas negras, pois, como ressalta *bell hooks* (2010, s/p), “numa sociedade onde prevalece a supremacia dos brancos, a vida dos negros é permeada por questões políticas que explicam a interiorização do racismo e de um sentimento de inferioridade”.

Sobretudo, ler esse documento e refletir sobre os desafios frente à luta antirracista nos convoca, mais uma vez, a reconhecer o lugar de privilégios da branquitude dentro da Psicologia como mantenedora das estruturas de poder e dominação que seguem produzindo subalternidades.

Nesse sentido, em 2002, Sueli Carneiro (2011, p. 79) fez importantes questionamentos à Psicologia quando afirmou que ela é “uma das áreas das ciências humanas que menos têm contribuído para minimizar o problema (do racismo), sobretudo para diminuir o sofrimento psíquico que ele provoca”, apontando a necessidade de aprofundar a discussão também sobre os efeitos na subjetividade das pessoas brancas e da obtenção de privilégios “à custa da opressão material e simbólica dos outros” (Carneiro, 2011, p. 81).

Desse modo, entendemos que esse documento publicado 15 anos depois da crítica de Sueli Carneiro apresenta um debate racial importante e didático às psicólogas, sendo uma ferramenta potente e indispensável na problematização do fazer *psi* transversalizado por um olhar crítico das relações étnico raciais, das relações de gênero, classe e de outros marcadores sociais da diferença.

Consideramos uma das potências desse documento o fato de não se direcionar a um serviço ou prática psicológica específica, mas sim convocando a categoria a transversalizar os modos de atuação com o olhar atento às relações raciais e suas expressões e ao posicionamento ético frente aos retrocessos de direitos e à necessidade de “superação de um abismo sociorracial, que impactam a todas/os e principalmente às mulheres negras” (CFP, 2017, p. 7), o que corrobora com a reflexão de Sueli Carneiro que diz que “a desconstrução da branquidão como ideal de ego da sociedade é imperativo para a libertação e cura de todos: negros, brancos, indígenas, orientais. E talvez nisso resida o papel mais estratégico que os psicólogos têm a cumprir” (Carneiro, 2011, p. 81).

Pontuações e tensões finais

A produção de referências técnicas pelo Conselho Federal de Psicologia é fundamental frente às demandas das psicólogas. Sua escrita emerge em um contexto de forças políticas, históricas e sociais que embasam pautas e problematizações do fazer *psi*, além de promover atualizações das práticas, considerando que as formações universitárias, tanto na graduação e na pós-graduação, podem ser deficitárias quanto à atualidade das expressões da questão social e de debates epistemológicos do contemporâneo.

A interseccionalidade provoca reflexões que podem ser aliadas das políticas públicas, visto que amplia as discussões sobre as formas correntes de dominação e os padrões de desigualdade sociais por combinar diferentes variáveis na análise das opressões. Nesse sentido, pode-se entender o contexto social de um modo ampliado, atento aos entrecruzamentos das opressões que se colocam no cotidiano da vida e que se presentifica nos serviços públicos e nas relações ali construídas.

Escrever, para nós, pesquisadoras brancas, tem sido um exercício de encontros tensos com nossa branquitude e com o desejo de compor a luta antirracista, levando as discussões para nossos diferentes locais de práticas psicológicas: a clínica, o hospital, a assistência social, a saúde, a educação, a docência. Ainda assim, escrever a partir da branquitude que nos constitui consiste em um desafio que não está somente em perceber-se como alguém beneficiado pelas estruturas de poder, mas também em expor as falhas estruturais que nos compõem e em lutar contra a imobilização que este lugar pode nos provocar. É o desafio de sair da culpa imobilizadora e tentar construir e compor ativamente a luta antirracista.

A escuta - que nos é tão cara enquanto prática *psi* - necessita se constituir num processo contra-hegemônico de deslocamento da mitologia branca, que, como aponta Marcelo Moraes (2017), se constitui no predomínio do homem branco, racional, hetero e europeu, que promoveu e ainda promove violências contra aqueles que não fazem parte do grupo tido como ideal universal. O epistemicídio é uma destas violências coloniais que busca a destruição de todas as possibilidades de produção de conhecimento dos povos não europeus, seja nas escritas, nas produções culturais, científicas e éticas.

É indispensável, para nós, nas produções de vida e de escrita, pautarmos uma geopolítica da descolonização, buscando novas perguntas, refletindo cotidianamente sobre nossos lugares de fala e escrita, para construir alternativas contra-hegemônicas que possam produzir novas narrativas, outras histórias, sempre localizadas e provisórias. Para isso, torna-se imperioso o exercício permanente de descolonização do olhar, da escuta, dos pequenos e grandes gestos. O caminho é longo, motivo para que a crítica (a autocrítica) seja permanente.

Referências:

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. (Coleção Feminismos Plurais)
- Almeida, S. (2018). *Racismo estrutural*. São Paulo: Editora Letramento. (Coleção Feminismos Plurais)
- Anzaldúa, G. (2000). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 8(1), 229-236.
- Benevides, B. (2021). Prefácio. In: B. Benevides & S. Nogueira (Orgs.), *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. (pp. 9-11). São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE.
- Bento, M. A. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In: I. Carone & M. A. Bento (Orgs.), *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 1-30). Petrópolis, RJ: Vozes. Recuperado de <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>
- Bueno, W. (2019). Repensando a Interseccionalidade. *Portal Geledés*. Recuperado de <https://www.geledes.org.br/repensando-a-interseccionalidade/>
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo.
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília, DF: Autor.
- Conselho Federal de Psicologia. (2012). *Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência*. Brasília, DF: Autor.
- Conselho Federal de Psicologia. (2017). *Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília, DF: Autor.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estud. Fem.* [online], 10(1), 171-188.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Gonzalez, L. (1983). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs, 2, 223-244.

Ensaio sobre interseccionalidades: Tensões entre psicologia, pesquisa e branquitude

Grosfoguel, R. (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 115-147.

Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, 31(1), 25-49.

Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, 26(1), 61-73.

hooks, b. (2010). Vivendo de Amor. *Portal Geledés*. Recuperado de <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. (2017). *Retrato das desigualdades de gênero e raça - 1995 a 2015*. Recuperado de <https://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. (2020). *Atlas da Violência*. Recuperado de <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>

Kilomba, G. (2019). *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.

Laborne, A. A. P. (2017). Branquitude, colonialismo e poder: a produção de conhecimento acadêmico no contexto brasileiro. In T. Muller & L. Cardoso, Lourenço (Eds.), *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. (pp 91-105). Curitiba: Appris.

Lima, E. F. et al. (Org.). (2019). *Ensaio sobre racismo: pensamentos de fronteira*. São Paulo: Balão Editorial.

Maluf, S. W. (2018). Serviço Social: Gênero, raça/etnia, gerações e sexualidade. *Revista Katálysis*, 21(3), 435-440.

Moraes, M. J. D. (2017). Desconstruindo o epistemicídio a partir de Jacques Derrida. *Análogos*, Rio de Janeiro, (inspe.), 16-26. Recuperado de <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/30440/30440.PDF%20acesso%20em%2017/04/2018>

Ribeiro, D. (2016). Prefácio à edição brasileira. In: DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. (pp. 11-13). São Paulo: Boitempo,

Ribeiro, D. (2019). *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ribeiro, J. (2019). Apresentação. In E. F. Lima et al. (Orgs.). *Ensaio sobre racismo: pensamentos de fronteira*. São Paulo: Balão Editorial. Recuperado de <http://www.balaoeditorial.com.br/ensaio-sobre-racismo-pdf.html>

Interrogações às políticas públicas: sobre travessias e tessituras do pesquisar

Saffioti, H. (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Schucman, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 83-94.

Ferramentas filosóficas para agir nas políticas públicas

Eduardo Sugizaki

Apresentação

Este capítulo procura colocar a história e a filosofia em diálogo com as psicólogas e os psicólogos que atuam profissionalmente em políticas públicas. Como diálogo pressupõe escuta, um primeiro passo metodológico foi procurar ouvir as (os) profissionais e eis que o artigo “Políticas públicas de assistência social: o que dizem as psicólogas?” (Cruz, Rodrigues, & Santos, 2014) providenciou uma isca e uma ancoragem para a interlocução. As falas das psicólogas registradas no artigo foram recolhidas de oito grupos de discussão organizados pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) de Porto Alegre. O artigo informa que as psicólogas “questionam se o acompanhamento não seria uma forma de controle social” (Cruz, Rodrigues, & Santos, 2014, p. 6), e, na conclusão dele, as autoras explicitam o problema de fundo: “Como efetivar a Política Nacional de Assistência Social sem que esta se caracterize como os novos aparelhos da ‘Polícia das Famílias’?” (Cruz, Rodrigues, & Santos, 2014, p. 11).

No capítulo de livro *Por uma crítica das práticas psicológicas na assistência social*, Lílian Cruz e Betina Hillesheim (2013, p. 188) elaboram conceitualmente o problema acima apontado: “como escapar da posição de operador dos dispositivos de dominação biopolítica?”, ao que respondem: “sempre há escolhas”.

Ao encontro desse problema e dessa resposta, o presente capítulo pretende justamente oferecer ferramentas conceituais do agir político, cujo manejo amplie o campo de escolhas. Para isso, vai-se buscar uma abertura da análise que ponha em tensão duas teorias ou estruturas de

representação intelectual da relação entre sujeito (ou súdito), sociedade e Estado. Essas duas estruturas de representação serão tratadas do ponto de vista da ontologia. Essa palavra, “ontologia”, significa o discurso da filosofia sobre o “ser enquanto ser” (Lalande, 1999, p. 767).

Como se trata de ampliar o campo das escolhas, o capítulo vai expor a tensão entre a ontologia fixista (também chamada de metafísica) e a ontologia relacional desde o ponto de vista do filosofar histórico, conforme uma expressão cunhada por Nietzsche (2001, p. 16). O primeiro tópico deste capítulo, *A teoria das ferramentas: o filosofar histórico na política*, vai desenvolver a tensão histórica das duas ontologias, pois esse conhecimento vai ser utilizado nos dois tópicos seguintes.

O segundo tópico deste capítulo, *O Estado e as políticas públicas*, põe em tensão dois modos de representação intelectual da relação entre o Estado, o contratualismo e contracontratualismo.

O terceiro tópico, intitulado *As políticas de subjetivação*, procura apresentar maneiras pelas quais se fabricam os sujeitos, oferecendo ao leitor a abertura de um campo de alternativas para atuar na política, na relação com o Estado e com a sociedade.

Ao propor esse caminho de reflexão, pretende-se contribuir construtivamente com a linha de pesquisa da psicologia social representada pelos dois primeiros textos citados acima. Por outro lado, procura-se um caminho oposto ao de pesquisas (Faria, 2003; Souza, 2006) que, sob a escusa de construção de uma enquete empírica dos processos de definição das políticas públicas, soterram a interpretação histórica global do papel do Estado e do imperialismo, no capitalismo.

A teoria das ferramentas: o filosofar histórico na política

A ferramenta mais preciosa da teoria e da prática política é a maneira como se compreende o ser em geral e os seres particulares ou entes, a ontologia. No dia a dia, usamos uma ontologia inconsciente, estática e fixista e isso funciona bem. Por exemplo, quando dois jovens enamorados descem a escadaria da sala alta do cinema, conversam e

entreolham-se quase sem ver nem pensar nos degraus da escada, que são representados como fixos, imóveis, idênticos entre si. Essa ontologia fixista permite um padrão de movimentos corpóreos repetitivos para descer a escadaria sem nela pensar. Entretanto, se a mesma ontologia fixista estiver operando no conhecimento recíproco do casal, as coisas tendem a não funcionar, porque a ontologia fixista implica a concepção monolítica da subjetividade: o outro é algo em si e por si mesmo, e não um ponto vazado pelas relações que o atravessam.

Desde a virada do século XVIII para o XIX, vivemos na Idade da História, por causa do advento de uma nova ontologia. Os maiores pensadores do século XIX, Kant, Hegel, Marx e Nietzsche, já o haviam compreendido completamente, mas o livro de Foucault (1992), *As palavras e as coisas*, conseguiu mostrar que houve um desnível abrupto em todo espaço da ciência. A diferença no modo de pensar o ser e os entes nas ciências da Idade Clássica (séculos XVII e XVIII) e nas ciências da nossa modernidade (da virada do século XVIII aos nossos dias) é de tal magnitude que esses dois períodos perfazem verdadeiros sistemas inconscientes de pensamento alternativos, que Foucault (1992) chamou de epistemes.

Até o século XVIII, os seres respondiam, na análise científica, por essências fixas. Foi nesse horizonte que a ciência clássica (a dos séculos XVII e XVIII) construiu uma nomeação individualizada das espécies vivas e de seus gêneros. A nomeação segue um padrão fixo de gênero e espécie a que correspondem duas palavras latinas. Essa identificação individualizante visava a constituir um sistema de representação de extensão e validade universais para todos os seres vivos da Terra e isso num quadro classificatório tão fixo e estático quanto suas próprias naturezas.

Na virada do século XVIII, numa transformação epistemológica geral, que *As palavras e as coisas* chamou de “arqueológica”, os seres deixaram de ser pensados como fixos. Era a ultrapassagem da ontologia fixista. A primeira construção científica, nesse sentido, foi a da Idade da Terra. A existência de conchinhas marítimas em lugares distantes do mar foi explicada pela ideia de que o mar já esteve sobre aquele sítio, no passado. A Terra, passando por idades, teria tido outros mapas, outras distribuições de oceanos e continentes.

Uma ontologia relacional, já que diz respeito às relações de terra e mar, permitiu o nascimento de uma história geológica. (Foucault, 1992; Jacob, 1983).

A esse primeiro acontecimento da grande transformação epistemológica articulam-se outros, em diferentes saberes, todos eles ligados à ontologia relacional. Os vivos passaram a ser vistos não mais como máquinas sempre iguais a si mesmas, à maneira de Descartes (autor do século XVII), mas como organização dotada de autofinalismo: a reprodução. As partes e funções do vivo, agora não mais pensadas como peças de um relógio, dão e recebem sentido umas das outras e do todo. Dito de outra forma, um ser vivo é um complexo de relações governadas por um finalismo interno, o que faz dele um organismo (Foucault, 1992; Jacob, 1983). Não se detendo nesse conceito, a nova ontologia identificou relações externas do vivo. Os seres não se encontram fechados no seu autofinalismo, mas integram-no com os vivos e com o inorgânico do seu entorno, que torna a vida possível. Nasceu o conceito de meio (Canguilhem, 1980).

Até antes da grande transformação epistemológica da virada do século XVIII, a ciência clássica estudava as palavras como instrumentos do homem para representar as coisas. Uma e outras, palavras e coisas, eram fixas. A representação intelectual do ente ou da coisa, mediada pela palavra, era também fixa; e também o homem, certamente. A ciência clássica podia convencionar novos nomes, como os do sistema internacional de nomeação individualizada e classificatória dos seres vivos em gênero e espécie, permanecendo fixa a conexão representacional entre nome e ser. Desde o século XIX, porém, com a mesma transformação epistemológica ou arqueológica já referida: as palavras passaram a ser estudadas como integrantes de um sistema relacional que é a língua, as relações entre as palavras e dessas com as coisas mudam no tempo. Nasceu a filologia. As palavras e as línguas passaram a ser estudadas como sistemas independentes dos sujeitos falantes, que ignoram os processos de mudança da língua a ocorrer continuamente. As palavras e as línguas, agora pensadas numa ontologia relacional, tornaram-se seres com história própria, deixando de ser entidades fixas e meramente instrumentais da representação das coisas do mundo (Foucault, 1992).

Ao mesmo tempo, houve a passagem da análise das riquezas para a economia política. Até o século XVIII, o ouro era a representação da riqueza. Acumular ouro era concentrar riqueza, ele a representava. Desde o nascimento da economia política, ciência da nossa modernidade, todo valor econômico vem de algo não representável, o trabalho humano e, se for possível calculá-lo, só o será em termos do tempo de trabalho empenhado, ou seja, da relação entre o trabalho e a natureza transformada por ele pela mediação dos instrumentos. Mas a trama relacional é ainda mais complexa, pois as melhorias técnicas e tecnológicas reduzem o tempo de trabalho necessário à produção, o que altera o conjunto de relações constitutivas do valor econômico, pois alteram o trabalho. Percebe-se bem, pela economia política, que a relação, nessa nova ontologia, é constitutiva. O trabalho humano cria o valor econômico.

Dessa forma, a grande transformação epistemológica da nossa modernidade foi a que nos situou no horizonte da nova ontologia. As ciências próprias da nossa modernidade só existem na medida em que operacionalizam uma ruptura com a ontologia classicista: a da fixidez do ser, da representação, da palavra, da coisa. Tudo isso era concebido num alinhamento entre o objeto conhecido e o sujeito do conhecimento, por correspondência direta, fixa e não atravessada pelo tempo nem pela criatividade do sujeito conhecedor.

Na transformação do sistema de racionalidade científica que inaugura a nossa modernidade, houve uma cisão com uma leitura estritamente mecânica do movimento e do tempo e com uma teoria exclusivamente representacional do conhecimento. No lugar disso, os seres (os vivos, as palavras e os produtos do trabalho humano) inter-relacionam-se de maneiras diferentes, no tempo, e isso os transforma. Assim, o tempo penetra o ser e os entes; e eles, no lugar de fixos, estão em trânsito na história, constituindo a história de suas relações que os constituem e transformam.

A ontologia relacional é a ferramenta mais preciosa da participação política porque ela é uma maneira não fixista de tratar os instrumentos políticos, o Estado, as políticas públicas, os agentes políticos, os aparelhos de Estado etc. Marx e Nietzsche são dois pensadores que melhor exercitaram

e burilaram essa nova ontologia para os propósitos da arte da interpretação ou leitura dos processos históricos (Foucault, 1994a).

O livro de G. Deleuze (2018), *Nietzsche e a filosofia*, é uma das melhores exposições da ontologia relacional de que dispomos. Um ser não é algo dado por si e em si mesmo, como na ontologia tradicional. Os seres são o que se tornam apenas enquanto se confrontam e se interpretam, no cruzar das espadas. Nesse sentido, a existência não se encontra mais separada e independente do conhecimento que os seres fazem uns dos outros, pois não há um ente independente de seu relacionamento e confronto de forças e de conhecimento com os outros entes. Nessa nova ontologia, o ponto de partida não é mais o ser, mas a relação. Ela é constitutiva porque os entes são o que são apenas ao serem dados ao conhecimento uns dos outros. Mas o conhecimento recíproco não oferece fatos e dados. Antes, é a construção das leituras resultantes dos enteveros e trombadas, na relação efetiva, na confrontação, no *agon*, e isso faz com que a constituição do outro (no ser e no saber) seja também e simultaneamente uma constituição de si. O conhecimento ocorre no processo continuado da relação ontológica, donde a afirmação de que o tempo penetra os seres. Sendo decisiva no conhecimento do outro, a temporalidade da relação é constitutiva de ambos.

Foi porque essas filosofias, a de Marx e a de Nietzsche, operaram as mais densas elaborações da ontologia relacional da nossa modernidade, que em nenhuma obra como na deles apareceu tão contundentemente o problema da sociedade-com-Estado, em Marx, e do homem, em Nietzsche, como pontos de passagem e não de chegada.

A instalação da ontologia relacional, entretanto, não tornou impossível que uma ontologia de tipo fixista continuasse a prosperar. Nasceram saberes sobre o homem em que se propugna uma relação mecânica entre seu tipo físico e sua personalidade, para o que se desenvolveu um sistema de medição de crânios. Lombroso padroniza as características físicas das personalidades criminosas. No lugar das relações constitutivas entre os sujeitos e sua sociedade, o fenótipo (Darmon, 1991).

Enquanto a ontologia relacional, em Nietzsche, vingou como a mais destacada filosofia do homem como ponto de passagem, a de Marx o fez em

relação aos modos de produção (ou dos modos de apropriação do produto do trabalho) em sua relação com os sistemas sociais e políticos.

Marx instalou a ontologia relacional no plano das relações materiais e econômicas pela contradição dos polos, seguindo o modo como Hegel havia pensado a dinâmica relacional. A contradição permite uma solução passageira pela síntese dos polos relacionais. Mas essa síntese se torna polo de nova contradição. Essa maneira de pensar a ontologia relacional recebeu o nome de dialética: as relações não são neutras, são contraditórias. As relações materiais de produção, em condições de apropriação privada dos meios de produção, colocaram em polos relacionais contraditórios o capital e o trabalho; o capitalista e o trabalhador.

Foram também Marx e Nietzsche que, levando às últimas consequências a ontologia relacional, lograram colocar na ordem da análise histórica os valores morais, até então tidos como transcendentais ao tempo e às sociedades. De ambas as filosofias emerge a ferramenta decisiva de análise dos sistemas de valor, a solapadora pergunta pelo “quem” diz o bem e o mal. Em ambos os autores aparece o perspectivismo da produção moral em relação ao interesse de classe (em Marx) e aos polos do poder (em Nietzsche). Em que pese a diferença das análises da dialética materialista de Marx e da genealogia de Nietzsche, o importante é que ambos propuseram análises dos sistemas de moralidade da modernidade como enraizados nas relações de dominação, conquista e espoliação. Em ambos os autores os sistemas morais precisam ser ligados aos lados do conflito, da luta, da guerra e às suas histórias. Nesse ponto de cruzamento, encontram-se as análises de poder feitas por Foucault.

O Estado e as políticas públicas

O modo como os sujeitos representam intelectualmente a relação da sociedade com o Estado é decisivo, principalmente sobre suas relações ativas ou passivas em política, incluídas as políticas públicas. Neste tópico, duas teorias (ou representações teóricas) da relação sociedade-Estado serão discutidas, com o uso da ferramenta teórica preparada no primeiro tópico,

a oposição entre a ontologia fixista e a ontologia relacional. As duas teorias da relação sociedade-Estado escolhidas para a discussão a seguir foram as que mais se tensionaram historicamente, nos campos do pensamento e da ação políticos: o contratualismo e o contracontratualismo. O confronto é atual e estudá-los municia os sujeitos com ferramentas teóricas na reflexão, que é a ação política mais necessária.

O contratualismo teve várias versões desde o século XVII e vem recebendo novas formulações até nossos dias. Aqui, tomar o contratualismo de Hobbes tem duas razões básicas. A primeira é que Hobbes formalizou uma perspectiva de análise fortemente ligada à representação social tipicamente pequeno-burguesa, no contexto do capitalismo nascente, e preserva uma atualidade consentânea com o sistema que a gerou: o medo dos pequenos proprietários em relação aos desapossados. A segunda razão é que o formalismo abstrato do contrato, que se vai apresentar a seguir, reproduz-se em procedimentos formalistas nas versões posteriores do contratualismo.

O livro de Hobbes (1999), *Leviatã*, foi e ainda é lido como um convite ao leitor para a adesão à soberania política do Estado, em nome da denegação de um estado de coisas lesivo aos interesses individuais e aos da civilização. O convívio humano sem o Estado, que Hobbes denomina estado de natureza, não permitiria nenhuma propriedade estável, nem civilização. No estado de natureza, os homens são iguais em força e igualmente dotados do direito de apropriação sobre qualquer coisa. Não há lei nem força de lei capazes de garantir que o sujeito que construiu a casa usufrua de seu uso. A disputa pelas mesmas coisas faz do estado de natureza um estado de guerra, onde os homens são lobos uns para os outros, porque mesmo que um possuidor seja forte o suficiente para manter-se na posse, ele sempre pode ser vítima dos mais fracos associados contra ele. Hobbes propõe que a solução para esse estado de infelicidade seja um pacto: os homens podem celebrar um acordo, depositando suas armas aos pés de um ou alguns deles e renunciando em seu favor ao direito natural. Ao fazerem isso, dão lugar à soberania, que instalará o direito público.

É sobre o pacto que Hobbes busca fundar teoricamente a relação de domínio do Estado sobre a sociedade, pois mesmo que as armas tenham

sido depostas por força da guerra violenta, efetiva e histórica, o que fundaria o Estado seria a voluntária rendição do vencido para conservar a vida. Consequentemente, só haveria Estado fundado em pacto. A soberania política se constituiria pela recolha das armas e concentração de todo o poder de violência nas mãos do Leviatã, o Estado. Do poder concentrado dessa soberania emanaria toda lei, todo direito e todas as instituições do Estado. Somente a ele competiria o direito de matar e de exigir a vida. Só dele emanaria a lei e a força para fazê-la cumprir. Nessa nova situação, a do “estado de direito”, ao contrário do estado natural, seria possível a manutenção da propriedade e, conseqüentemente, da civilização.

Embora os séculos XVII e XVIII tenham assistido o aparecimento de outras modalidades de contratualismo, as mais destacadas delas têm em comum com Hobbes a dialética entre a sociedade do contrato e o estado de natureza, mesmo que a caracterização deles varie.

Nos planos teórico e político, nada se tencionou mais com o contratualismo do que o marxismo, que repeliu a oposição teórica entre estado de natureza e estado de direito. Antes, é a pesquisa histórica sobre o modo como se relacionaram sociedade e Estado que deve determinar o modo de concebê-los e de lidar com eles. No lugar de se tomar o Estado como um ente abstrato em que se concentra a soberania política, nasce uma análise das relações concretas.

Nesse deslocamento de posição analítica, Marx propõe que as formas históricas do Estado resultam dos modos com que se praticou a divisão do trabalho, beneficiando desigualmente as partes diversas da sociedade (Le Bec, 1999). Formas diversas de Estado ajustaram-se ao modo de dominação pelo qual raças e classes criaram, dominaram ou se apropriam do Estado.

Assim, o Estado moderno é aquele que corresponde às sociedades em que a propriedade privada se emancipou da comunidade. O Estado passou a ser uma existência particular, exterior e acima da sociedade civil; a forma de organização que os proprietários dos meios de produção se dão à sociedade, pela necessidade de garantir-se reciprocamente a propriedade e os interesses, e contra os trabalhadores e demais despossuídos dos meios de produção (Marx & Engels, 1989, pp. 97-98). Os proprietários dos

meios de produção industrial não foram desde sempre a classe dominante na sociedade, e o Estado não era seu órgão. Por dentro do Antigo Regime, o capital começou a apropriar-se do Estado por meio da dívida pública. Por ela, o capital primeiramente industrial e depois puramente financeiro adquiriu o controle econômico e político do Estado, transformando-o em seu órgão (pp. 96-97). O Estado tornou-se a arena em que se resolvem os antagonismos das diferentes frações da burguesia, permitindo que ela se unifique e se organize enquanto classe dominante (Herrera, 2001, p. 9).

Um traço na análise marxista do Estado moderno interessa sobremaneira às sociedades colonizadas. Refletindo sobre a relação de dominação da Inglaterra sobre a Índia e a Irlanda, Marx considerou que, se o Estado é instrumento de uma burguesia nacional para a exploração dos trabalhadores de sua própria nação, ele também se tornou instrumento de exploração da riqueza natural e dos trabalhadores de outras nações. O Estado que se industrializou primeiro organiza, por dentro da relação colonial, o modo do trabalho produtivo, do transporte e da industrialização mínima necessários à exploração dos recursos naturais do território colonizado (Marx, 1974). Dessa maneira, os trabalhadores explorados da metrópole podem ser tratados diferentemente dos trabalhadores explorados da colônia (Engels, 1882/1974; Herrera, 2001, p. 17). As políticas públicas do Estado colonizador e as do Estado colonizado correspondem aos interesses do primeiro. O Estado colonizador fará todo o possível para evitar a emancipação das massas populares e, para isso, controlará o desenvolvimento de suas forças produtivas e a condição social das massas, tanto em seu território quanto no espaço colonizado. As políticas públicas de uma nação colonizada são coordenadas à distância pela classe que domina o Estado colonizador.

Partindo da posição analítica do marxismo e assistindo a Primeira Guerra Mundial, Lenin (1981, p. 264) deu um passo além. Compreendeu que o parcial desaparecimento formal do colonialismo não suprimia a relação de dominação que se aprofundava no plano econômico e se disfarçava no plano jurídico. A concentração financeira do capital fez com que empresas gigantescas dominassem inteiramente ramos inteiros da atividade produtiva transformando-os em monopólio. Esse se ramifica,

controlando todos os outros setores da cadeia produtiva a ele ligados, formando cartéis. Os cartéis de diferentes setores produtivos se coordenam, no interior dos bancos, e disso resulta a nova fase do desenvolvimento do capitalismo, a imperialista. O inventário geral das fontes de matéria prima, das reservas de mão de obra, do custo das operações de produção e transporte e dos mercados consumidores é centralizado pelos maiores bancos e permite um controle internacional da distribuição social da produção e apropriação privada do seu resultado financeiro. Através dos bancos, o capital financeiro internacional pode financiar o desenvolvimento dos países periféricos e transformar seus Estados em devedores internacionais. Todo comércio mundial e o fluxo de capitais entre os Estados centrais e os periféricos podem ser centralmente estudados e controlados, de maneira que o capital que vai do centro para a periferia, na forma de empréstimo, retorna na forma da produção e dos juros da dívida. Uma vez transformado em capital financeiro puro, o capital passa a ser coordenado inteiramente sob esse aspecto e os setores monopolizados se transformam em setores de controle internos ao edifício bancário. O capital produtivo cai sob o domínio do capital financeiro. É essa nova forma da divisão do trabalho que permitiu a substituição do colonialismo formal por uma forma estritamente financeira de controle político, que preserva apenas a fachada política da independência e isonomia no convívio entre as nações. A guerra é o modo de solução dos conflitos dos setores ainda financeiramente não unificados do capitalismo (Lenin, 1981).

O confronto marxista desvela que a representação hobbesiana de Estado só pode ser aceita no horizonte de uma ontologia fixista, mas o contracontratualismo teve outras expressões: Nietzsche e Foucault, entre elas.

Nietzsche (1998, pp. 74-75), na *Genealogia da Moral* (II, § 17), dava por “acabado aquele sentimentalismo que fazia [o Estado] começar com um ‘contrato’” porque, em termos históricos, o Estado não é uma decorrência da deposição de armas, mas a imposição mesma das armas, da conquista: o Estado é “algum bando de bestas louras, uma raça de conquistadores e senhores, que, organizada guerreiramente ... lança suas garras terríveis sobre uma população ...”.

Em *Vigiar e punir*, Foucault (1987) mostrou que o medo da burguesia em relação à pequena criminalidade dos despossuídos é um acontecimento datado do século de Hobbes. A fome e os pequenos furtos são resultantes de mudanças promovidas pelo capitalismo nascente, sendo os cercamentos dos campos o mais importante deles. A Inglaterra antecipou-se nisso, impedindo que os camponeses continuassem a se aproveitar da coleta livre da lenha e dos frutos; que eles pudessem recorrer ao cultivo das terras marginais, pantanosas e abandonadas para subsistência familiar.

Em termos históricos, a guerra de todos contra todos não é um estado de natureza que precede a fundação da soberania política do Estado. Ela é uma representação da pequena-burguesia urbana amedrontada com os desempregados dos centros de produção industrial.

No curso de 1975/1976, intitulado *Em defesa da sociedade*, Foucault (2000) elevou o tom do enfrentamento do contratualismo. Nas primeiras aulas do curso, o *Leviatã* é colocado no contexto do debate histórico, na Inglaterra, sobre o direito público, envolvendo a monarquia normanda, o parlamento e os movimentos do povo, notadamente os Levellers e os Diggers. Desde o começo do século de Hobbes, a monarquia enfatizava que o Estado e o direito público são imposição da conquista normanda, donde sua força e legitimidade. Contra a monarquia, desenvolvem-se as contra-histórias dos movimentos populares que reivindicavam o direito bretão anterior à conquista e por ela suprimido, que era exercido pelas lideranças do povo e não por funcionários da coroa. Ao cabo de dois séculos, a contra-história dos movimentos do povo, radicalizando-se, refutava todo e qualquer direito nascido da guerra e conquista (Foucault, 2000).

Lançado por Foucault (2000) contra esse pano de fundo, o contratualismo de Hobbes se desnuda. Ele encobre, com a hipótese teórico-abstrata do estado natural de uma guerra fictícia e teórica, as narrativas da coroa e da contra-história, que rememoram a guerra histórica e sangrenta e seus desdobramentos efetivos. O estado natural é o procedimento que faz tábula rasa da guerra e da conquista, enquanto fonte da soberania e do direito público normandos, para colocar o contrato no seu lugar. No estado natural, substitui-se a luta real das raças por sujeitos igualizados e

atomizados, como se não houvessem raças e lados, normandos e bretões, conquistadores e conquistados. Tudo se passa como se o pequeno-burguês amedrontado fosse a métrica disso que a ontologia fixista tem por algo fixo, a natureza humana.

Na última aula do curso *Em defesa da sociedade*, Foucault (2000) mostrou aonde queria chegar com seu contracontratualismo e sua recuperação da contra-história. Ele queria mostrar como o nazismo implicou uma forma de relação com a vida que é da lógica do contratualismo e do tipo de soberania política que dele emerge, o poder de matar. Esse poder tomou por alvo uma parte da população dominada, que foi transferida para os campos de concentração. Depois, voltou-se para o resto do povo, através do telegrama de Hitler, que ordenou a aniquilação das condições de vida da população alemã. O nazismo foi o paroxismo da soberania política, que justifica o sacrifício da vida pela defesa da sociedade, na forma da purificação da raça. Foucault chamou de biopolítica a esse encobrimento do poder soberano de matar pelo poder de salvação da vida. A exposição histórica da relação entre soberania e biopolítica, a seguir, é fundamental para se compreender o finalismo das políticas públicas, na atualidade.

Durante os séculos XVII e XVIII, os estudiosos de um saber chamado “história das riquezas” compreendiam que a força do Estado se mede pelo acúmulo de riquezas, do ouro acima de tudo como sua representação, mas também de vivos, os humanos e os rebanhos, e de tudo o mais que compõe o território, suas terras cultiváveis, suas fontes de minério e água etc. De acordo com esse saber, os Estados competem pelo acúmulo das riquezas.

Nessa concorrência chamada de mercantilista, todos os Estados estavam interessados em aumentar sua população como modo de aumentar seu poder relativo. População numerosa significava mão de obra para a indústria e para os exércitos. Mas uma crise populacional se abateu por toda Europa. Rusche e Kirchheimer (2004, pp. 17-82) mostraram que essa crise decorrente das guerras e das epidemias foi tão aguda que a população europeia do século XVII voltou à marca do século XIII, provocando uma alteração geral no modo de aplicação das penas criminais. Mesmo preservando os antigos códigos penais supliciantes, os tribunais nos Estados europeus passaram

a privilegiar a pena do trabalho forçado, em detrimento da pena capital. Por todo lado, desempregados, pedintes, delinquentes, mães solteiras, dissipadores, jogadores, furiosos, pervertidos sexuais, loucos, dementes, crianças abandonadas, órfãos etc., foram sequestrados para o trabalho produtivo, numa detenção sem prazos definidos, nas casas de pobres, casas de trabalho, depósitos de mendicância e hospitais gerais. Isso foi realizado pela inflação de leis criminalizando desvios morais e pelo uso da carta real de reclusão (*lettre de cachet*). Importava encerrar populações marginais e utilizá-las produtivamente. Foi o grande internamento (Foucault, 2019).

Mas essa crise populacional dos séculos XVII e XVIII não se distribuiu de maneira idêntica. Inglaterra e Estados alemães estiveram em pontas opostas. Na Inglaterra, na dianteira da primeira industrialização, os camponeses expulsos de suas terras pelos cercamentos dos campos ofereceram aos centros urbanos fabris mão de obra farta para garantir o cinturão do desemprego, o arrocho salarial e o baixo custo de produção. A Inglaterra não sofreu depopulação tão drástica por causa da guerra, por ter preferido o soldado mercenário e estrangeiro para suas guerras coloniais a arriscar vidas produtivas da metrópole fabril. Enquanto isso, os Estados germânicos, que foram os que mais sofreram com as epidemias e as baixas pela Guerra dos 30 anos, não puderam se servir de colônias, como a Inglaterra. Ademais o êxodo rural, em terras germânicas, dirigiu-se para as terras ainda livres do Oeste (Rusche & Kirchheimer, 2004, pp. 17-82). A fragmentação e a concorrência dos Estados alemães acresciam à demanda populacional, sobretudo na Prússia, a necessidade de homens para as tropas.

Em condições geopolíticas opostas às da Inglaterra, os Estados alemães inventaram a medicina de Estado com o fim precípua do crescimento populacional. A Inglaterra, por seu turno, que não precisava investir em aumento populacional, manteve a antiga forma de política de assistência aos pobres e aos doentes: eles só podiam ser socorridos pelas paróquias de origem e os recursos para tanto eram um problema dos poderes locais. Limitou-se o poder central a aumentar o número de doenças reportáveis e apenas no último terço do século XIX, segundo Sigerist (1943, pp. 88-93), desenvolveu-se uma medicina de Estado inglesa, que se resumia

a uma coação do governo central sobre as localidades para: (a) condenar habitações por razões sanitárias; (b) pressionar as comunidades, quando a taxa de mortalidade não satisfazia índices centralmente definidos; (c) intervir diretamente nas localidades com investigações e rigores punitivos, quando as metas não eram atingidas.

É bem por isso que, do começo da industrialização até pelo menos 1845, o ano em que Engels (2008) publicou *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, a situação dos bairros operários não foi objeto de política pública, a não ser a do completo abandono. O modo como Engels descreve o planejamento urbano mostra isso. Os bairros operários foram sistematicamente apartados dos bairros das famílias “de bem” para uma urbanização à medida do *laissez-faire* aos proprietários de casas de aluguel. As ruas dos cortiços dos trabalhadores, situadas nas encostas e nos baixios das margens dos rios e terrenos alagadiços, foram escondidas atrás de ruas elevadas, em que os edifícios comerciais varejistas serviam de paredão de invisibilidade para as casas das populações marginais amontoadas nos baixios.

Enquanto isso, nos Estados germânicos, no interesse pela superação da crise populacional, desenvolveu-se o “cameralismo”, expressão do mercantilismo no saber universitário alemão: uma ciência da administração estatal, que os alemães chamaram de ciência de polícia. Ela incluía aquilo que se chama hoje de polícia, mas era um conceito muito mais amplo. Incluía o que hoje é a assistência social, a saúde e a educação escolar públicas, mas também todos aqueles outros aspectos da ação de governo chamados de serviços do Estado ou políticas públicas. Nesse conjunto de serviços entram a construção de estradas, a drenagem dos pântanos, a fiscalização das fontes minerais, açougues, rebanhos e plantações, fossas e esgotos, depósitos de lixo etc. A polícia médica ou medicina de Estado fez parte e se desenvolveu desde dentro do campo da ciência de polícia. O principal propósito da polícia médica alemã foi garantir o controle das pestes e epidemias em vista da salvação de vidas, o aumento dos nascimentos e a diminuição dos óbitos (Rosen, 1980).

Quando Foucault (1994b) tomou o tema em mãos, na conferência *Nascimento da medicina social*, proferida no Brasil, em 1974, recuperou o trabalho de Rosen (1980), mas enfatizou algo que ficara à sombra. A polícia

médica, além de saber universitário, foi a construção de um aparelho de Estado: uma rede de escritórios locais, regionais, submetida ao poder central para o controle médico e sanitário da população; dos nascimentos, adoecimentos e falecimentos do rebanho humano no território do soberano. Tudo isso para saber as condições de trabalho produtivo da população e disponibilidade para as forças armadas e policiais do Estado. Essa rede foi estruturada com servidores públicos que eram formados pelo cameralismo, nas universidades alemãs. Só com diplomas do Estado alguém podia se tornar servidor público.

Foi esse investimento na vida e na saúde pública do povo alemão que permitiu o incremento do exército prussiano, a vitória na Guerra Franco-Prussiana de 1871 e a unificação alemã daí resultante. Esse é o fio da discussão que levou Foucault (1993, 2000) a ligar biopolítica e soberania, por dentro de uma discussão sobre o nazismo.

A soberania e o direito público nunca deixaram de ser um poder de morte. O surgimento da governamentalidade, com a ciência de polícia, e a preservação das vidas humanas para o crescimento populacional, por meio da polícia médica, teve por finalidade o interesse do Estado. O desenvolvimento da polícia médica significou uma transformação da soberania política em seu oposto? A soberania política teria deixado de ser um poder de morte para se tornar um poder de vida? Para Foucault, a resposta às duas questões é negativa. A biopolítica é uma transformação da soberania porque é o nascimento de uma governança da vida, mas para pô-la a serviço da produção e do Estado. Por isso, o nazismo foi a revelação plena do que é a transformação biopolítica da soberania. Não uma governança para a vida simplesmente, mas uma governança de escolha entre quem deve viver e pode morrer.

É nesse ponto que Mbembe (2016) deu sua contribuição para o desenvolvimento do filosofar histórico. Ele leu a dialética entre a soberania e biopolítica do ponto de vista das populações dominadas pelos Estados colonialistas, nas condições atuais do imperialismo. Desse ponto de vista, ele mostrou que a biopolítica dos países centrais do capitalismo se manifesta como necropolítica, política de aniquilação da vida, em relação às raças e classes estrangeiras aos Estados sede do imperialismo. O mais significativo exemplo dado por Mbembe é o da relação do Estado de Israel com

as populações da faixa de Gaza, onde a soberania política não se disfarça e a biopolítica, que é a promoção da vida no lado de Israel, é também a dizimação sistemática das condições de vida do lado árabe. A biopolítica imperialista usa os Estados nacionais para operar distinções territoriais, raciais e classistas, onde a vida deve ser promovida, conservada ou explorada e onde, ao contrário, a vida pode ser explorada à exaustão, simplesmente abandonada ou mesmo massacrada e dizimada. A necropolítica é o nome que enfatiza a última opção. Nesse sentido, a necropolítica não é o conceito oposto à biopolítica. Antes, é uma face intrínseca da biopolítica, que pertence à soberania, ao Estado, ao poder de matar.

A essa altura, parece que seria o caso de explicitar completamente as ferramentas do agir político que este segundo tópico procurou construir. Do ponto de vista do agente de base das políticas públicas, é possível agir tomando a hipótese de que o Estado não é a derradeira palavra em política. O Estado não é a última palavra da história.

Porém, sob as condições atuais, as de domínio do Estado sobre a sociedade, toda política pública, incluída a que se apresenta como a mais humanitária promotora da vida, obedece ao finalismo de interesse que domina o Estado: o interesse da raça ou a da classe que o instrumentaliza. Mas isso é feito no interior de uma situação mundial dominada pelo capital financeiro desnacionalizado, que usa os Estados e os controla para sua crescente concentração.

Dessa forma, toda a ação de base em relação às políticas públicas, nas condições da transformação biopolítica da soberania, é uma participação na luta do povo por vida e morte. A luta do povo é contra o Estado e contra o imperialismo, pois o povo luta pela vida como pode e com as armas de que dispõe. Este é o lugar da escolha: o povo ou o Estado.

A libertação da subserviência ao Estado começa pela escolha do modo como se vai representá-lo. Este capítulo, com este segundo tópico, procurou matizar as cores para possíveis escolhas.

No Brasil, as distinções conceituais deste capítulo foram de pronto compreendidas e escolhas importantes foram feitas. Na década de 1970, criou-se a “saúde coletiva” brasileira, que reflete uma filosofia política e

uma filosofia da medicina de denegação da saúde pública, enquanto essa se presta ao poder de escolher quem vai viver e quem vai morrer, o que sempre resultou em desfavor da vida dos pobres dos países colonizados.

Colocada pelos historiadores na origem do aparecimento da saúde coletiva brasileira (Sugizaki, 2020), a tese de livre docência de Donnangelo (1979) é um testemunho das escolhas que foram feitas. O conceito de saúde coletiva é expressão da “articulação com a dinâmica das relações de classe” (Donnangelo, 1979, p. 32). No campo crítico à saúde pública, a “medicina deve abrir-se para o espaço social”, mas “deve fazê-lo no interior de um projeto que implica também a reestruturação da sociedade”, no horizonte de princípios “que orientam a Revolução”. Para isso, a medicina, “ao mesmo tempo que uma reestruturação de seus instrumentos e de seu objeto”, deve eger, “como campo de seu exercício”, dos “limites amplos da vida coletiva – a realização de uma tarefa política” (p. 19). Isso significa, evidentemente, a completa subversão da lógica da soberania biopolítica, a ser construída a partir da base social, a coletividade, pela recusa de “um processo original de vinculação da medicina ao político e ao Estado” (p. 19).

Escolhas também foram feitas no campo da psicologia. Na década de 1980, o surgimento da psicologia social brasileira, segundo a leitura de Lilian Cruz e Betina Hillesheim (2013, p. 181), procurou: (a) “superar uma compreensão do social como soma dos indivíduos”; (b) “refletir sobre problemáticas emergentes das comunidades pobres, para, através da partilha de saberes, potencializá-las rumo à autonomia no cotidiano das relações”; (c) pela “organização de coletivos” buscou libertar-se, com “as classes oprimidas e exploradas pelo sistema capitalista”, (d) no cotidiano da população pobre, onde buscou a vida. Na formulação de cada um dos tópicos acima, vê-se o empenho de ultrapassar a ontologia fixista, em favor da relacional.

Nessas duas formulações de opção pela saúde coletiva, a da psicologia e a da medicina, há uma aposta e tomada de partido em favor dos mais pobres e contra o poder de morte, o poder de escolher quem pode viver e quem deve morrer, representados pela dialética soberania/biopolítica que, em nossas periferias se mostra necropolítica (Machado, 2020).

Contra ser atomizadas (os) como pacientes da política e operadores dos dispositivos de dominação biopolítica, “os psicólogos têm atuado na radicalização da política, seja da política como bem público, seja na militância como cidadãos. Seja em processos de organização comunitária, de formação política...”, assumem uma psicologia que é “um projeto societário de classe, de uma classe trabalhadora” (Oliveira & Costa, 2018, p. 41).

As políticas de subjetivação

Entre o final do século XVIII e o início do XIX, cruzaram-se dois projetos de educação de ampla significação política e incompatíveis do ponto de vista ontológico discutido no primeiro tópico deste capítulo: o primeiro reflete a ontologia fixista, o segundo a relacional. O primeiro projeto parte da premissa de que todos os seres humanos partilham a mesma natureza, e essa deve nortear a educação. Para o outro, a humanidade do homem é algo a construir e, portanto, a educação decide quase tudo que não é dado pela constituição biológica. São os projetos de Rousseau e de Kant. Com *Emílio*, Rousseau (1762) estava empenhado em um projeto educacional que tinha por missão deixar emergir a natureza humana atemporal e universal. Kant (1886, p. 39), com ensaio *Sobre a pedagogia*, de 1803, percebe que “o homem é a única criatura suscetível de educação”, e essa, a educação, não se reporta à natureza humana, mas “faz o homem”.

Embora essa consciência filosófica ocidental, a de que a subjetividade do homem seja uma construção histórica e social, só tenha emergido desde Kant, todo período anterior, a Idade Clássica, já havia iniciado um enorme investimento disciplinar efetivo de saber e poder sobre os humanos. Apesar do investimento disciplinar, o homem era visto como uma entre as espécies vivas fixas da face da terra. O investimento classicista sobre a conformação dos sujeitos não era visto como conformação da subjetividade, mas simplesmente como comando mecânico do lugar físico dos sujeitos e dos movimentos da máquina humana (Foucault, 1992).

Aquilo que os séculos XVII e XVIII fizeram sobre o homem-máquina, acreditando na sua natureza imutável, foi lido, desde Kant (1886), como

uma verdadeira fabricação da condição humana. Em Foucault (1985), a consciência filosófica desse processo recebeu o nome de história dos modos de subjetivação. Esse empreendimento implica toda a sua obra, onde é possível distinguir claramente três modos de subjetivação, todos iniciados na Idade Clássica: a bipartição da totalidade dos sujeitos (ou o grande internamento da desrazão); a anátomo-política (a forma moderna-ocidental da disciplina) e a biopolítica (a transformação política do poder estatal de matar). São três modos políticos de fabricação dos humanos, porque estão completamente imbricados com o problema da relação entre sujeito, sociedade e Estado.

Antes de avançar, há que explicar a razão pela qual interessa estudar os modos de fabricar o sujeito de uma época desprovida de ciências humanas. Os três modos classicistas de fabricação mecânica dos sujeitos não foram abolidos pela nossa modernidade. Ao contrário, a tendência foi de ampliação e aprofundamento do seu domínio (Foucault, 1987). A consciência científica de que, pela fabricação dos comportamentos, se constituía a própria subjetividade não fez com que fossem desmobilizadas as técnicas mecanicistas de fabricação dos comportamentos.

As técnicas implicadas nos três modos classicistas de subjetivação são, ainda hoje, as de maior impacto político, pois mesmo visando a individualização, dirigiram-se aos coletivos humanos e à sociedade inteira. Mais que isso, esses três modos de subjetivação foram colocados do lado do bem maior da coletividade, e as novas técnicas alinham-se ao mesmo horizonte moral. Por isso, esses modos de subjetivação são, ainda, as três políticas que englobam todo o conjunto daquilo que é chamado “políticas públicas de assistência social” e “políticas públicas” *tout court*.

Dos três modos de subjetivação, a biopolítica já foi apresentada, mas ela será retomada sobretudo para mostrar suas relações com a política da bipartição e com a anátomo-política.

O primeiro e mais antigo modo de subjetivação em larga escala foi a partição dos sujeitos da sociedade total em apenas dois lados: o dos sujeitos racionais; o dos desatinados. Na *História da loucura*, Foucault (2019) mostra a bipartição construída na forma do grande internamento da *déraison* (desatino ou desrazão). Para as casas de pobres, casas de trabalho, reforma-

tórios juvenis, depósitos de mendicância e hospitais gerais, que pulularam pela Europa (Rusch & Kirchheimer, 2004, pp. 17-82), foram enviadas todas as categorias sociais que a burguesia considerava imoral e a sociedade da mais produção considerava improdutivo: o inconformado político, o enfurecido, o violento contra a ordem, o velho e a criança abandonados, o mendicante, o libertino, a prostituta, a adúltera, a mãe solteira, o padre usurário, o jogador e dissipador dos bens da família burguesa etc. Todas essas categorias de sujeitos pertenciam ao desatino. Pela bipartição, os razoáveis restavam detentores de direitos. Mas todas as figuras do desatino estavam sujeitas a ser destituídas de seus direitos de liberdade, propriedade, paternidade, herança, cidadania etc. (Foucault, 2019).

Essa bipartição, segundo Foucault, foi herdeira da estrutura social produzida pelo envio medieval dos lazarentos para fora da comunidade dos sãos, para a reclusão do leprosário, com a missão da penitência em favor da humanidade pecadora. A gafaria, primeiro, e o internamento psiquiátrico, desde o século XIX, foram situados à margem da *polis*. O asilo psiquiátrico origina-se da medicalização do grande internamento classicista, de maneira a perpetuar a bipartição pela oposição entre saúde mental e doença mental.

Outro modo de subjetivação massiva, quanto à escala de seu alcance, é a forma moderna da disciplina, estudada por Foucault (1987) principalmente em *Vigiar e punir*, sob o nome de “anátomo-política”. Na mesma época em que os muros começaram a cercar a *déraison*, a sociedade dos cidadãos livres foi colonizada por uma racionalidade classificatória dos corpos e ordenadora de seus movimentos. Nos séculos XVII e XVIII, enquanto o sábio historiador da natureza, em seu herbário, ordenava e classificava as plantas (Foucault, 1992), um novo sistema de distribuição em quadros e linhas organizou a disposição dos soldados no aquartelamento, na formação de combate e nos movimentos da tropa. Ela deixou de ser uma turba lançada contra outra para se tornar um pelotão ordenado em linhas e colunas de corpos adestrados para o manuseio anatomicamente ajustado à baioneta. Essa arma moderna, que dispara um só projétil e não mais uma nuvem de fagulhas, vinha substituir, notavelmente na Guerra

dos 30 anos, os mosquetes e arcabuzes, e demandava um soldado treinado para um tiro de precisão. Os quartéis precisavam de vigilância sanitária e a vida dos soldados passou a ter valor.

A anátomo-política distribuiu e ordenou os corpos no espaço, fazendo-os corresponder à lista dos nomes. Desenvolveu-se um domínio dos homens na forma da escala classificatória: o ranqueamento. As promoções hierárquicas ajustaram-se à lista dos bem-comportados. Uma pedagogia análoga à da caserna foi adotada nas fábricas e escolas, transformando velhas instituições de ensino e criando novas. Os séculos XVII e XVIII inventaram o sequenciamento genético da transmissão do saber: um escalonamento progressivo do mais simples para o mais composto, conformando-se ao andamento mecânico do tempo da aprendizagem e criando a estrutura do currículo escolar. O ensino da arte da tecelagem foi um dos primeiros a dar lugar à nova pedagogia da era classicista (Foucault, 1987).

A ordem das distribuições e alinhamentos individuais logo tomou conta dos cemitérios, onde não mais se enterra em vala comum, e da casa, onde já não se dorme mais em cama de vários, nem sem divisões de quartos (Donzelot, 1980; Foucault, 1987). Assim, a anátomo-política é uma forma individualizante de poder, mas que se aplica sobre aquilo que era uma massa indistinta. É nesse sentido que seu alcance é de larga escala. Visa-se ao controle sobre os aglomerados humanos, mas para anatomizá-los até o átomo da sociedade, o indivíduo.

Vistas de conjunto, as três políticas de subjetivação operam no horizonte da ontologia fixista, respondem por um finalismo, uma racionalidade e uma moral. Os investimentos da anátomo-política visam a tornar os corpos individuais mais dóceis e adequados à maior produção econômica (Foucault, 1987). A saúde pública nasceu para que a vigilância sanitária da população (a biopolítica) garantisse sua aptidão e prontidão para as finalidades do Estado moderno e do capitalismo: a maior produção para a maior acumulação concentrada (Foucault, 1994b). A grande bipartição entre razão e *dérason*, que construiu o grande internamento, teve a finalidade de retirar os sujeitos improdutivos do convívio social (Foucault, 2019) para colocá-los em usinas de

fabricação de homens, mulheres e crianças úteis pelo trabalho forçado (Rusche & Kirchheimer, 2004, pp. 17-82).

Esse finalismo coordena o monismo da razão e da moralidade. Do lado do racional e do bem estão a ordem, dada pela lei imposta pelo Estado, o próprio Estado e todos os seus aparelhos; do lado da *déraison* e do mal estão a diferença comportamental, o ócio improdutivo, o menos trabalho, a menos produção e, sobretudo, a menos acumulação. Desde a virada do século XVIII, há nuances nessa bipartição, a loucura tornou-se uma suspensão temporária da razão (Foucault, 2019) e pode ser curada, o que submeteu a loucura ao poder da medicina social, agora como psiquiatria, ampliando e aprofundando o seu alcance. Trata-se de acontecimento recente e ainda em expansão, a psiquiatrização da sociedade (Castel, 1991; Castel et al., 1980).

A ontologia das três políticas de subjetivação é fixista porque o racional e o moral opõem-se ao irracional e ao imoral sem nuances, ambiguidades, contradições ou misturas. Esse fixismo ontológico só se torna perceptível quando do exercício da ontologia relacional, no filosofar histórico. Marx analisa a dinâmica da sobre-exploração capitalista que produz a revolta popular e a revolução. Nietzsche analisa “a razão” como uma perspectiva de racionalidade dada num campo de conflitos de perspectivas. Foucault mostra que houve épocas e sociedades em que a loucura foi a sabedoria que a razão não via (2004); que a fixação das possibilidades da sexualidade em apenas uma, aquela determinada pelo sexo biológico, é um acontecimento na história moderna, mas não foi assim em outras culturas, como entre os gregos (1984, 1985a, 1993).

Le Blanc (2013), lendo *História da loucura*, colocou em evidência uma dinâmica da bipartição da sociedade importante para compreender o seu impacto. Quando a sociedade elege os sujeitos para o sequestro e internamento, isso a impacta como um todo. Como os sujeitos da *déraison* foram sobretudo os pobres, capturados por causa da vagabundagem, do desemprego, da mendicância, do abandono, do alcoolismo, da inconformidade, da resistência, da insubmissão, da rebeldia etc., a mensagem disciplinar do mais trabalho ecoa desde os muros do internamento para

toda a sociedade. Esse eco é produzido pela violência do sequestro. Assim, em dupla dinâmica de conformação da subjetividade, o muro fabrica os sujeitos para dentro e para fora: os que confina e os que ameaça. O muro do presídio, a pena típica da nossa modernidade, tem a mesma função.

Mas, o que ocorre do lado externo dos muros do internamento? Colocadas do lado do bem, da não violência e da racionalidade, as técnicas da anátomo-política são aplicadas por toda parte, especialmente nas instituições (exército, fábrica, paróquia, escola etc.), para que os corpos sejam disciplinados segundo aquela mesma moralidade da mais produção e acumulação que, descumprida, dá lugar à violência do internamento.

Porém, contra as três políticas de subjetivação, enquanto modos como o sujeito é fabricado pelo outro, há a possibilidade de o sujeito resistir e constituir-se a si mesmo (Foucault, 1995). Foucault (1984, 1985, 2004) dedicou alguns trabalhos à história da constituição da subjetividade por si mesmo, sobre o conceito de cuidado de si como espiritualidade. Entre as formas contemporâneas do cuidado de si, destacou (Foucault, 2004) a espiritualidade revolucionária do marxismo e a espiritualidade psicanalítica pelas quais o sujeito tem que se haver com sua verdade e pagar o seu preço em termos de transformação de si por si mesmo. Cunhou também o conceito de espiritualidade política, ao assistir os acontecimentos anteriores à revolução iraniana de 1979 que derrubaram o Xá servil do imperialismo norte-americano. A espiritualidade política é o nome que ele dá à resistência popular dos muçulmanos contra o imperialismo, que não deixa o povo iraniano em paz por causa do seu petróleo. A espiritualidade política refere-se às greves do movimento estudantil e às festas religiosas, em que o povo reclama justiça e igualdade social, exige que “as decisões sejam tomadas pela maioria, que os dirigentes sejam responsáveis diante do povo e que cada um, como é previsto no Corão, possa se levantar e exigir prestação de contas àquele que governa” (Foucault, 1994c, p. 692).

A espiritualidade revolucionária e a espiritualidade política têm lugar entre nós. As (os) psicólogas (os) brasileiras estiveram (Conselho Federal de Psicologia, 2013) e estão (Machado, 2020) historicamente implicadas nesse caminho.

Referências

- Canguilhem, G. (1980). Le vivant et son milieu. In *La connaissance de la vie* (pp.129-154). Paris: J. Vrin.
- Castel, R. (1991). *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Graal.
- Castel, F., Castel, R., & Lovell, A. (1980). *La sociedad psiquiátrica avanzada*. El modelo norteamericano. Barcelona, ESP: Anagrama.
- Conselho Federal de Psicologia - CFP. (2013). *A verdade é revolucionária*. Testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Brasília, DF: Autor.
- Cruz, L. R. & Hillesheim, B. (2013). Por uma crítica das práticas psicológicas na assistência social: tantas coisas podem ser mudadas. In A. L. Brizola, A. Zanella, & M. Gesser (Orgs.), *Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos* (pp. 181-193). Florianópolis: Bosque.
- Cruz, L. R., Rodrigues, L., & Santos, N. L. (2014). Políticas públicas de assistência social: o que dizem as psicólogas? (2014). In *Anais do XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*. Universidade de Santa Cruz do Sul, RS. Recuperado de <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/issue/view/48>
- Darmon, P. (1991). *Médicos e assassinos na Belle Époque*. A medicalização do crime. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Deleuze, G. (2018). *Nietzsche e a filosofia*. São Paulo: N-1 Ed.
- Descartes, R. (1973). *Discurso do método*. Meditações. Objeções e respostas. As paixões da alma. Cartas. São Paulo: Victor Civita. (Coleção Os Pensadores).
- Donnangelo, M. C. F. (1979). Medicina e estrutura social. O campo de emergência da medicina comunitária. Tese de livre-docência, Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP. 1976. In M Donnangelo & L. Pereira (Orgs.), *Saúde e sociedade* (2a ed., pp. 11-94). São Paulo: Duas Cidades.
- Donzelot, J. (1980). *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal.
- Engels, F. (1994). A propósito de la cuestión de irlandesa. In K. Marx & F. Engels (Orgs.), *Obras escogidas en tres tomos (t. I.)*. Acerca del colonialismo (Artículos y cartas, pp. 131-135). Moscou: Progreso. 1974. Original de 1882.
- Engels, F. (2008). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.

Ferramentas filosóficas para agir nas políticas públicas

- Faria, C. A. P. (2003). Políticas públicas. Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(51), 21-29.
- Foucault, M. (1984). *História da sexualidade, 2: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1985). *História da sexualidade, 3: O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (1992). *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1993). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1994a). Nietzsche, Freud, Marx. In *Dits et écrits* (v. I, pp. 565-574). Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1994b). La naissance de la médecine sociale. In *Dits et écrits* (v. III, pp. 207-228). Paris: Gallimard.
- Foucault, M. À quoi rêvent les iraniens? In *Dits et écrits* (v. IV, pp. 688-694). Paris: Gallimard, 1994c.
- Foucault, M. O sujeito e o poder. In H. Dreyfus P. Rabinow (Eds.), *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2000). *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2004). *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2019). *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva.
- Herrera, R. (2001). Brève introduction à la théorie de L'État chez Marx et Engels. *Cahier de la Maison des Sciences économiques de l'Université de Paris 1 Panthéon-Sorbonne*. Paris, 1, 1-24.
- Hobbes, Thomas (1999). *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo: Nova Cultural. (Col. Os Pensadores)
- Jacob, F. (1983). *A lógica da vida*. Uma história da hereditariedade. Rio de Janeiro: Graal.
- Kant, E. (1886). *Traité de pédagogie*. Paris: Félix Alcan.
- Lalande, A. Ontologia (verbetes). In *Vocabulário técnico e crítico da filosofia* (3a ed., p. 767). São Paulo: Martins Fontes.

Interrogações às políticas públicas: sobre travessias e tessituras do pesquisar

- Le Bec, J.-Y. (1999). État/Société Civile. (verbete). In *Dictionnaire critique du marxisme* (3. ed., pp. 413-421) Paris: PUF.
- Le Blanc, G. (2013). História da loucura na Idade Clássica: uma história da pobreza. In S. Muchail, M. Fonseca, & A. Veiga-Neto (Orgs.), *O mesmo e o outro: 50 anos de História da loucura* (pp. 173-187). Belo Horizonte: Autêntica.
- Lenin, V. I. (1981). *Acerca del Estado*. Conferencia pronunciada en la Universidad Sverdlov. El 11 de julio de 1919. In *Obras escogidas en tres tomos* (pp. 256-273). Moscou: Progreso.
- Machado, K. M. S. (2020). *Potência de vida e necropolítica: Relações de produção de vida e morte no contexto das juventudes nas periferias*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Marx, C. (1974). Futuros resultados de la dominación británica en la India. In K. Marx & F. Engels, *Obras escogidas en tres tomos* (t. I.). *Acerca del colonialismo*. Artículos y cartas (pp. 47-54). Moscou: Progreso.
- Marx, K. & Engels, F. (1989). *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec.
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*, 32, 123-151.
- Nietzsche, F. (1998). *Genealogia da moral*. Uma polémica. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nietzsche, F. (2001). *Humano, demasiado humano*: Um livro para espíritos livres. São Paulo: Companhia das Letras.
- Oliveira, I. F. & Costa, A. L. F. (2018). Psicologia e política social: história e debate (capítulo 2). In M. Cordeiro, B. Svartman, & L. Vilela Souza (Orgs.), *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas* (pp. 32-44). São Paulo: Instituto de Psicologia (USP).
- Rosen, G. (1980). *Da policia médica à medicina social*. Ensaio sobre a história da assistência médica. Rio de Janeiro: Graal.
- Rousseau, J.-J. (1762). *Émile, ou de l'Éducation*. La Haye: Jean Néaulme.
- Rusche, G. & Kirchheimer, O. (2004). *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Revan.
- Sigerist, H. E. (1943). *Civilization and Disease*. Oxford: Oxford University Press.
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 8(16), 20-45.
- Sugizaki, E. (2020). Do nascimento da saúde pública à saúde coletiva: reativar a contra-história. *História: Debates e Tendências*, 21(1), 79-99.

Biopolítica, necropolítica e a pandemia do coronavírus

Notas analíticas sobre o enxame viral

Flávia Cristina Silveira Lemos

Felipe Sampaio de Freitas

Dolores Galindo

Introdução

Este capítulo é um ensaio, o qual visa problematizar algumas práticas cotidianas a respeito da emergência da pandemia causada por Covid-19. São escritos iniciais com vistas a pensar pistas e vestígios, analisar rastros e efeitos, interrogar os modos de vida por uma breve história do presente. O texto é formulado pela escolha de algumas apostas analíticas a partir de uma perspectiva pautada em aportes selecionados da História Cultural, da Filosofia Política e da Psicologia Social.

Em especial, parte-se de elementos conceituais da biopolítica, da necropolítica e da chamada “sociedade de disciplinar”, isto é, a da vigilância panóptica. Busca-se realizar um breve mapa diagramático da pandemia do novo coronavírus com algumas linhas de força, entrecruzadas a partir de operadores conceituais de Foucault, Mbembe e Butler, em especial. Os conceitos de vida precária, de quadros de guerra e vidas dignas de luto são importantes para uma problematização das práticas efetuadas face à pandemia de Covid-19. Neste texto, não serão consideradas todas as mutações. Todavia, já existem várias e estas têm potenciais diferentes de contágio e atingem faixas etárias diversas.

Pensar o acontecimento em tela é importante e se tornou uma prática ética e política, na história do presente. Trazer uma analítica do poder-corpo e saúde, na geopolítica contemporânea, também é uma aposta de estudo a ser realizada com cuidado e atenção face aos efeitos da pandemia

do coronavírus, entre os anos de 2020 a 2021, na grande maioria dos países, trazendo impactos gravíssimos e preocupantes para toda a sociedade. Portanto, vale problematizar algumas questões específicas da referida pandemia, bem como, oferecer pistas para a ampliação de estudos a respeito. Neste momento, há mais de trezentas e vinte cinco mil mortes de pessoas no Brasil, oficialmente, por Covid. O cenário e a conjuntura são difíceis e assustadores para os meses de abril, maio e junho de 2021. Há dispersão de estratégias nos diferentes níveis do Estado, e a vacinação ampla está lenta e tem sido travada por inúmeros acontecimentos na necropolítica, ou seja, na gestão da política em prol da morte no presente.

Pistas a respeito do enxame viral

Postula-se que há uma geopolítica da doença, e, também, uma história da mesma. A distribuição espacial do contágio é um efeito diferenciado na transmissão em função de modos de objetivar e subjetivar a doença. As formas de apreensão e reconhecimento de um ser tem uma materialidade histórico-cultural e geopolítica baseadas na gestão da vida adotada no momento do evento. No caso de uma pandemia como a do coronavírus, há riscos e vulnerabilidades específicas, resultantes da precariedade das vidas em cada local, a partir dos parâmetros de enquadramento da ideia de “guerra declarada à transmissão”, e aos efeitos do contágio face à capacidade de cuidado organizada pelos valores afetivos, culturais e sociais; dados às vidas, pelos quadros de apreensão e reconhecimento. Neste ponto, consideramos utilizar os trabalhos de Butler (2018), a respeito dos quadros de guerra.

Há uma historicidade dos conceitos de saúde, doença, epidemia, pandemia, vírus, contágio, endemia, normal, anormal, patológico, diagnóstico e tratamento. Com efeito, uma doença não é um fato natural [não?]; e os modos de lidar com ela, menos ainda (Czeresnia, 1997). O coronavírus (*Sars-Cov-2*) possui uma taxa alta de transmissão, se comparado ao primeiro vírus pandêmico do século XXI, o H1N1 (também nomeado de *influenza*, transmitido aos seres humanos pelos porcos, denominado de “gripe suína”).

A endemia é uma grande infecção de caráter local de um agente infeccioso, em uma região específica, como exemplo: a febre amarela. Já, a epidemia é um contágio que acontece em diversas localidades e regiões de um país. No caso da pandemia, há uma infecção de grande contágio, a qual se generaliza por vários continentes (Gordis, 2004). O intenso índice de contágio da Covid-19 produziu uma pandemia com resultados catastróficos, sobretudo, nos países com menores condições de infraestrutura sanitária e com políticas públicas deterioradas e sucateadas. Assim, a Covid-19, um novo tipo de coronavírus ainda sem cura e altamente transmissível, escancarou uma crise global política, cultural, social e econômica, de diferentes matizes e intensidades.

Com efeito, trata-se de uma crise bastante corrosiva, não apenas à saúde dos cidadãos de diversos países, mas ao nosso próprio modo de vida, em uma sociedade marcada pela ideia de empreendedorismo e de cobranças por extrema produtividade, baseada na racionalidade neoliberal. Diversos países do mundo sentem os efeitos nefastos da pandemia de forma diferente, em função das histórias de cada um deles e pela conjugação de um conjunto de práticas: econômicas, sociais, culturais e políticas. Em certas ocasiões, nas quais houve ocorrências muito drásticas, isso se deveu à total ignorância da periculosidade do vírus – mesmo quando ele já apresentava dados alarmantes em Wuhan, na China, epicentro da doença –, como foi o caso da Itália. Em outros exemplos, como o da própria China, o governo logo agiu fazendo uso ostensivo de sua avançada tecnologia biovigilante para lidar de maneira “mais eficaz” com a crise instalada. Uma atitude que, hoje, se reflete no controle da transmissibilidade do vírus, e, no mais, traz à tona a questão ética da retirada da privacidade e da liberdade virtual (Han, 2020).

No Brasil, pesquisas indicam que, em 2018, o país tinha, pelo menos, 13,5 milhões de pessoas com renda salarial de até R\$ 145; há também cerca de 30 milhões (16% da população) sem água encanada; 74,2 milhões não tem saneamento básico, e, com isso, sem coleta de esgoto; 5,8 milhões não possuem banheiro em casa; 11,6 milhões residem em imóveis com mais de 3 moradores por compartimento. Tudo isto quer dizer que o número de pessoas

que não dispõem das mínimas condições de sequer manter-se em isolamento, que vivem amontoadas em suas casas, sem condições de manter a assepsia ideal para a prevenção do Covid-19 é, no mínimo, alarmante. Com o que vimos até agora, resta a dúvida: qual será a lógica utilizada pelas autoridades políticas brasileiras para manter a salvo a população em meio à crise?

É importante fazermos nota de que existiram diversas crises pandêmicas às quais já assolaram o mundo em outros momentos da história. Em um dos mais conhecidos, retomemos o caso da peste bubônica, de 1348, nomeada como “peste negra”, responsável por uma das maiores baixas demográficas da história europeia, no século XIX. Durante este tenebroso acontecimento, faça-se nota de que o modelo da quarentena fora um dispositivo de suposta contenção do que poderia ser classificado como um enxame, tal como ocorre hoje, no tempo da Covid-19.

Na medida em que a pandemia é politizada, inúmeros aspectos e atravessamentos são analisados, tanto no plano dos efeitos quanto no enquadramento realizado pelos Estados e sociedade, sendo que há explícitos elementos racistas, classistas, de gênero, de faixa etária, de acesso desigual às políticas públicas, de habitação, de luto e modos de gerenciar as crises e problemáticas desencadeadas pelo grande e forte impacto do contágio. Neste sentido, o espraiamento do vírus se torna um enxame difícil de conter, dado o seu potencial de se espalhar e causar situações estarrecedoras em termos de catástrofes sociais, econômicas, subjetivas, culturais e geográficas, fatores que levam os analistas deste acontecimento a afirmarem que se trata do problema mais grave na sociedade global desde a II Guerra Mundial (Mascaro, 2020).

Percebem-se os impactos da pandemia na vida de vários segmentos e grupos sociais específicos com marcas singulares de incidência do acontecimento Covid-19, tais como: mulheres com o aumento da cobrança das atividades na família concomitantes às exigências no trabalho; idosos são considerados inelutáveis e a morte deles é naturalizada e banalizada por muitos governantes; cidadãos moradores de áreas classificadas como periféricas à margem dos centros urbanos – em geral, pobres e negros – sofrem com o maior contágio e descaso público, no que tange a agilizar políticas

sociais de atenção face aos impactos econômicos e sanitários, decorrentes do desemprego e da ausência de acesso à água e saneamento básico, fatores estes que os fragilizam na imunidade e nas condições difíceis de habitação para realizar a prevenção higienista ao vírus. De fato, iniquidades ganham expressão significativa na incidência e gravidade de manifestação do contágio (Mascaro, 2020).

Com efeito, diante das encomendas higienizadoras, há uma incitação à disciplina, organizada por meio da vigilância minuciosa para diminuir os índices de contágio e de morte por Covid-19. Todavia, os mecanismos de quarentena e isolamento ganham aspectos diferentes, quando as condições de moradia, bem como, socioeconômicas, são agentes envolvidos na expansão da pandemia e dos seus efeitos nefastos; assim, não respondendo à racionalidade higienista/disciplinar de um modelo panóptico de sociedade.

Vigilância disciplinar em tempos do novo coronavírus

Um dos comuns modos de se lidar com os contágios foi o dispositivo da quarentena, discutido por Michel Foucault (1999a), em *Vigiar e Punir*, ao analisar a sociedade disciplinar. Deste modo, entre os escritos contemporâneos, os estudos sobre disciplina, soberania e vigilância, são relevantes para pensarmos a pandemia da Covid-19, que também está inserida aos usos de mecanismos de quarentena, isolamento e esquadramento social. A disciplina explicitou o modo de funcionamento do poder, passando a ser exercê-lo como uma relação capilar e produtiva, investindo os corpos e os docilizando politicamente, em nome da promessa de defesa, saúde, educação e proteção social.

Essa capilaridade do poder incidiu sobre o corpo de maneira tão ponderosa a ponto de provocá-lo, ou melhor, justapô-lo, aos limites mais ínfimos da pontualidade, da proatividade e da domesticação, por meio daquilo que Foucault chamou de disciplina. Algo que mais tarde, com a chamada Revolução Industrial (ou técnica), conduziu e recodificou as relações de trabalho nas antigas fábricas, sendo ampliada para toda a sociedade, e tendo por base a ideia de uma vigilância generalizada.

No caso das pandemias, controlar os contágios é um objetivo político da vigilância disciplinar, com fins de proteger os corpos e torná-los produtivos. Um modo de vida asséptico nasce enquanto racionalidade médica e econômica no cuidado rigoroso do corpo. Na sociedade capitalista, nada se torna mais alvo de investimentos do que o corpo saudável para o trabalho. Neste caso, um corpo doente e com as suas capacidades diminuídas e impedidas por vírus é um problema político e econômico em uma sociedade disciplinar e capitalista, pois o lucro e a produção são diminuídos drasticamente, dependendo da incidência do contágio.

O panoptismo se tornou, então, um modelo de organização social pautado no olhar, uma máquina de visibilidade, cujo funcionamento envolve todos e todas, num controle mútuo, onde cada qual opera, também, se autovigiando e se autocontrolando. O panóptico é um operador da sociedade disciplinar, a qual emergiu no século XVII e se tornou vigilante, segundo Foucault (1999a). Com efeito, para disciplinar os corpos, tornando-os dóceis e produtivos, há a combinação de técnicas de poder: a construção de quadros, a prescrição de manobras e a organização de táticas.

O enquadramento da Covid-19 é correlato à prescrição das manobras e da organização das estratégias em saúde, na economia e na política atual. O jogo de recompensas e punições face à pandemia, em escala global, traz para o primeiro plano a concorrência entre os países no mercado mundial em vários indicadores chamados de desenvolvimento econômicos e social. Neste plano, a geografia humana é o contágio com seus efeitos nefastos; é capturada e deslocada por metáforas militares, tais como: região, domínio, campo, enfrentamento, combate e guerra. Devemos lembrar que a própria noção de disciplina é fruto da ideia de sociedade como um acampamento militar, segundo Foucault (1999a).

Diante da desobediência, postulam-se sanções normalizadoras e punições variadas. No caso do aumento da docilidade e produção, há recompensas e premiações diversas aplicadas aos corpos. A disciplina objetiva criar submissões políticas concomitantes à ampliação da produção, por meio dos mecanismos de vigilância hierárquica e dos controles finos dos corpos no espaço e no tempo. A atenção à saúde é calculada pela vigilância

e obediência às normas, administrada por tecnologias de gestão disciplinar do espaço e do tempo, pelos usos do exame e da sanção normalizadora. No caso do panoptismo focado na seguridade social da atualidade, é possível problematizar como na gestão da pandemia do novo coronavírus são propostas várias punições panópticas por meio de multas, prisões, advertências, isolamentos obrigatórios e mecanismos de controle da circulação os mais variados no campo da defesa social e de uma determinada produção de saúde.

Os quadros são esquadrinhamentos, exames e avaliações que permitam classificar e nomear os acontecimentos, com fins a organizar as forças dos corpos de modo que sejam manobradas com utilidade política e econômica. Quanto às manobras, são visadas as técnicas de regulação do tempo e das atividades regradas, em um cronograma bem administrado, rigoroso e detalhado. Vale salientar que a organização das táticas implica em posicionar cada indivíduo no seu lugar; estabelecer adaptações dos corpos aos objetos e às instituições e, no caso da pandemia de Covid-19, há um governo das condutas meticoloso de cunho disciplinar no que tange a regulação dos corpos no espaço, em uma administração policial das políticas da saúde, da assistência, trabalhistas e da educação materializadas para organizar o detalhe das relações, das atividades, do controle no tempo e no espaço de indivíduos alcançados por estas tecnologias.

Para tanto, em nome da saúde, passa-se a justificar a perda da privacidade, a aceitação do monitoramento e dos registros de cada ato, minuciosamente. Com efeito, para enfrentar a expansão da Covid-19 e para cuidar das pessoas que já foram contagiadas pelo novo coronavírus, técnicas disciplinares e panópticas foram usadas em detalhes, transpostas a um aparato político focado no modelo das prisões para as adjacências sociais, ou seja, em práticas parajudiciárias de garantia dos direitos, tal como o direito à saúde e à vida, por exemplo.

Além das tecnologias panópticas disciplinares, trabalha-se neste texto com o governo da vida por meio da biopolítica enquanto ferramenta de uma analítica dos modos de objetivar e gerir a pandemia no plano da regulação das populações e de seus segmentos (?). A biopolítica emerge na segunda metade do século XIX e trata da entrada da vida na história

pela emergência da biologia como ciência, isto é, quando o corpo se torna espécie, e, a vida, objeto dos cálculos políticos. A biopolítica ocasiona o “fazer viver” e o “deixar morrer”, *modus operandi* da e na governamentalidade moderna (Foucault, 1988; 2008a; 2008b).

Emerge uma nova investida: não apenas o corpo, mas a população; isto é, não apenas o homem-indivíduo, mas a espécie “como todo” é alvo central das investidas de governo; não só a vida pública, mas a vida íntima e privada entram nos cálculos e engrenagens ininterruptas do funcionamento do poder e da constituição de subjetividade. Michel Foucault passará a utilizar o léxico “biopolítica” (*biopolitique*) para definir os diversos acontecimentos ao nível da gestão e da administração da vida; na medida em que a mesma se caracteriza como um agente modificador do cerne das decisões políticas, à revelia de ser somente um agente complementador ou “alargador” das últimas. Não só o *bio*, mas o *tanato*, o *necro*, o *psico* político, dependendo da variância ao qual se dá a análise do assunto. E, de fato, várias estão sendo as respostas da comunidade acadêmica em relação à crise da Covid-19.

No caso do novo coronavírus, à primeira vista, dois mecanismos passaram a ser usados, sendo de cunho disciplinar quanto às normas de comportamento. Trata-se da quarentena e do isolamento: ambos surgiram na Idade Média, aplicados aos navios vindos do Oriente. Depois, passam a ser uma estratégia de proteção social face a supostos riscos e perigos, na modernidade. Enquanto a quarentena incide sobre os indivíduos considerados saudáveis, o isolamento é voltado aos que estão infectados. Ambos mecanismos são práticas sociais disciplinares de bloqueio dos corpos em nome da saúde e da segurança social, isto é, são ações de defesa social, na sociedade disciplinar e de vigilância. Neles, há uma positividade das relações de poder, pois objetivam produzir saúde e impedir a transmissão de um vírus ou de outro agente infeccioso.

Todavia, vale mencionar que o panoptismo opera não apenas por bloqueios dos corpos por quarentenas, isolamentos e internações. Os mecanismos disciplinares podem ser de outra ordem também, a de mecanismos abertos de controle dos corpos de vigilância panóptica. Neste caso,

podemos pensar as táticas chamadas de abertura gradual do comércio, das escolas, de universidades, de acessos às praças e locais de esporte, de retorno ao trabalho presencial e aos espaços culturais etc. O uso de máscaras e os controles de distanciamento social seriam o ou um dos modos de governar as condutas por vigilâncias abertas, em cada um de nós vigia os pares e é vigiado por eles e pela comunidade.

Biopolítica, necropolítica e as vidas consideradas inelutáveis na pandemia por Covid-19 e suas variantes

A decodificação e a reconfiguração do corpo social para uma série de números estatísticos, voltados ao controle dos mais variados desníveis nos “nichos”, isto é, adensamentos da demografia, das redes de comércio, entre outros; bem como, da administração e gerência da vida ao nível da população, não é algo novo. Na verdade, descende de pelo menos dois séculos, com a aparição, inserção da gestão e da administração populacional, no seio dos Estados modernos. Se buscarmos por razões genealógicas para corroborar este argumento, poderemos ver que os modelos de cidades as quais foram projetadas para permitir o escoamento de seus produtos, que eram higienizadas, e que viabilizavam o exercício de uma vigilância constante, ou pelo menos, “fácil” de ser exercida, foi um problema advindo do século XVIII (Foucault, 2008a). De maneira geral, se por um lado a soberania se exercera sobre um território e a disciplina sobre a reorganização do espaço; a noção fulcral/biopolítica que emerge durante aquele século, qual seja, a de “segurança” (*sécurité*), estará totalmente alinhada às noções advindas da biologia, por exemplo, como a de “meio” (*milieu*).

O meio, objetivamente falando, “é o que é necessário para dar conta da ação à distância de um corpo sobre o outro” (Foucault, 2008a, p. 7); isto é, o “meio” é um *locus* específico que deve ser tratado, projetado, organizado e averiguado milimetricamente, para que se possa ter a noção literal da circulação e da causalidade, ou seja, do que transita em uma cidade (pessoas, produtos, animais, meios de transporte, e, até mesmo, o vento por entre as ruas etc.), e do que acontece em uma cidade (epidemias, catástrofes

naturais, crimes diversos etc.). Para que tudo ocorra de maneira correta, conta-se com o desenvolvimento de diversos “dispositivos de segurança” para controlar os eventuais desníveis do meio. Assim, entende-se que nunca irão se encerrar os crimes, erradicar o aparecimento de possíveis crises de saúde, de escassez alimentar e etc. Entretanto, controlar estes níveis e adequá-los a “números aceitáveis” é possível de ser executado. E aí está presente a “lógica biopolítica”: às vezes, o mantimento desses níveis requererá a padecimento de uns em detrimentos de outros. Melhor dizendo: contentamo-nos com os baixos níveis de roubos, assassinatos, epidemias e crises, mesmo que eles signifiquem o sofrimento de alguns, para que se mantenham a maior parte da população, economicamente falando, sadia e ativa.

A gerência biopolítica focada na geopolítica e na racionalidade biomédica, enquanto uma das formas de governo do meio, é estratégica no caso da atenção em saúde nas pandemias, especialmente, a do novo coronavírus. Com efeito, há neste ponto um encontro entre biopolítica, soberania jurídica e panoptismo disciplinar, incidindo sobre o que Foucault (1979) delimitou como biopoder. A seguridade social é um mecanismo de segurança assentado no biopoder e opera pela polícia da saúde, atualizadora do poder pastoral, em que a vida se torna alvo de valor a ser governada (como um rebanho em nome da saúde), pois o pastoreio se dava como governamentalidade semelhantemente, outrora, como governo das almas rumo à salvação em outra vida. A medicina como religião deseja salvar corpos em nome da saúde (Foucault, 2008a).

Como já dito, a Covid-19 assolou e continua assolando diversos países pelo mundo. Mas, será mesmo que as medidas de contenção da proliferação da doença funcionarão de maneira equitativa para todos? Pensemos no Brasil, e, especificamente, em nossas diversas periferias, através e por onde, há muito, é relatado o contraste de um país que é rico, em PIB, e pobre em medidas para asseguramento da qualidade de vida da população, o chamado IDH. Quem são aqueles que estão sob o risco constante da exposição ao vírus, caso haja um colapso em nosso sistema de saúde? Estaremos preparados para o “pior”? Percebemos que, com isso, se um dia se falou em “afirmação da vida”, nos termos biopolíticos (mesmo que

sejamos desconfiados de tal assertiva), em nossa nação, pouco percebemos isto de forma analítica. O que há, na verdade, é um exercício do biopoder que fere, marca, exclui, oprime, coage e mata, muito mais rápido e de forma mais expressiva do que aquele que mantém a vida, que dá saúde, que a potencializa. Mesmo que ainda contemos com um programa de saúde pública de qualidade como o Sistema Único de Saúde (SUS), os números e as estatísticas indicam que não podemos dar conta do que poderíamos denominar de enxame viral. A lógica biopolítica seguirá a mesma: morre, massivamente, o mais fraco na “terra do carnaval”.

O fazer viver e o deixar morrer é uma questão crucial da biopolítica e está presente nos cálculos estatísticos, socioeconômicos e geopolíticos da pandemia em todo o globo. O acesso às condições de imunidade e prevenção, em função das condições sanitárias, por quarentena e isolamento, efetivamente, está atravessado pela questão de classe social, de raça/etnia, de gênero e de faixa etária. Trata-se do próprio paradoxo da biopolítica, em nome da vida: cresce a morte pelo “deixar morrer”, na medida em que, para que alguns vivam, muitos outros são deixados à própria sorte, em uma evidente decisão política.

No bojo do que vinha trabalhando Foucault, Butler (2018) também salientou que determinadas vidas são choradas quando morrem. O luto por elas gera intensa comoção, enquanto outros corpos são despídos da condição humana, isto é, da vida digna de ser valorizada e chorada em casos de luto, violência e violação de direitos. O enquadre de números e fotos, por exemplo, é uma interpretação de uma verdadeira guerra em que certos corpos são enterrados em valas comuns, jogados como “sem valor” e “sem comoção social”, como tem-se visto em muitos países, nos enterros dos mortos pela Covid-19, dentre eles o Brasil. O descaso acontece até mesmo em setores do Estado e na cultura necropolítica que o embasa.

Achille Mbembe (2019), filósofo camaronês ainda em atividade, designa muito bem esta lógica, chamando-a de *necropolítica*. O grande ganho qualitativo deste último termo fora o de tornar explícito seu relacionamento às mútuas investidas coloniais e neocoloniais, em países diversos, que supliciarão e objetificaram o corpo negro/escravo, nos mais

variados casos em que os sistemas de *plantation* foram utilizados como base estrutural-econômica para desenvolvimento das nações no Novo Mundo, pondo à frente dos olhos a lógica da submissão racial, presente na escravidão. Mbembe (2018) ressalta as novas formas de colonização, nas últimas décadas, e como a necropolítica é materializada nelas por meio da construção de *apartheids* e racismo, Estado de emergência e racialização das políticas, biopoder e política da morte, na explicitação de uma materialidade colonial/racista no Estado de Direito e na governamentalidade neoliberal. A ideia de concorrência entre os Estados modernos atualiza a racionalidade da conquista nos períodos colonial e imperial que os precedem. Há um deslocamento do conceito de colônia para o exercício do terror, à margem da lei, e até mesmo em nome da lei.

Fazendo uso do referencial exposto, poderíamos interpretar que a crise a qual nos sonda atingirá, principalmente, nossa população menos abastada em recursos e condições de manter perante as dificuldades impostas pelo vírus. É histórica a permanência de tais desigualdades, oriundas de questões raciais, em nossa sociedade, que um dia já foi escravista. E isto, infelizmente, tenderá à intensificação, se for posto na conta, também, nossa atual crise política do Estado e da sociedade. Arriscando-nos, então, a uma transposição, ou ressignificação, do termo de Mbembe (2019) para os parâmetros brasileiros dos dias atuais, diríamos que, em grande parte, o corpo morto pelo novo coronavírus é o das pessoas negras. Não somente elas, mas indígenas, quilombolas, idosos e habitantes das periferias urbanas. Pessoas que são sobrepujadas pelos efeitos da gestão necropolítica da pandemia. Traduzindo: no Brasil, a vida em vulnerabilidade é a dos menos favorecidos e assistidos na tomada de decisão.

A ação “diferenciadora” do novo coronavírus atestaria uma *necropolítica*, na medida em que potencializa dificuldades práticas para se lidar com o mesmo e escancara um *modus operandi* que flutua em torno do “deixar morrer”. Uma destas dificuldades gira em torno da necessidade de se ter respiradores artificiais em quantidade suficiente e à disposição, para quem deles necessite, pois a Covid-19, como sabido, compromete o sistema pulmonar/respiratório dos acometidos. No entanto, o acesso seletivo aos

respiradores e aos leitos das unidades de tratamento intensivo (UTIs) é filtrado por supostos fatores de risco e critérios de valoração da vida, algo que não deveria acontecer.

Para entendermos melhor, nos remetemos a uma notícia do jornal britânico *The Telegraph*, em 14 de março de 2020. Nela ficou exposto, através de um documento de uma unidade de controle e gerenciamento de crises, em Turim, na Itália, que diante da impossibilidade de se manter a todos em respiradores de terapia intensiva, deveriam ser seguidas algumas medidas básicas, ditas “preventivas”, dentre elas, a de decidir, literalmente, quem deverá viver e quem deverá morrer. No caso mencionado na matéria, a escolha seria feita entre os mais velhos (com menos chances de sobreviver à enfermidade) e os mais jovens (principalmente os mais saudáveis). E por que? A lógica é: salva-se o mais jovem e com maior capacidade de voltar a ter uma vida ativa e saudável na condição de trabalhador, em detrimento daquele que já estava com uma baixa produção nas atividades produtivas e atingindo um momento de maior demanda por proteção, isto é, a chamada seguridade social, logo, implicando em um custo maior para o Estado. Assim, uma questão socioeconômica, de cunho gerontocida, é justaposta também a um protocolo de guerra, que expõe, da forma mais aviltante, o Estado de emergência se materializando por uma necropolítica na gerência do que se passou a nomear como governo da crise do novo coronavírus. Mbembe (2019) descreve esta mistura de fatores políticos e econômicos nomeando o sistema neoliberal de produção, como sendo o de um necroliberalismo.

Há um limite nos usos da ciência como racionalidade de práticas decisórias na política neoliberal. O conhecimento validado é aquele que serve aos interesses de grandes corporações e os da concorrência entre os Estados. Parece existir uma instrumentalização científica da sociedade por meio da biopolítica, da disciplina e da necropolítica, nas quais a medida de intervenção é o valor conferido a determinadas vidas. Os saberes são utilizados mais para alguns do que para outros nas políticas públicas – dependendo das tomadas de decisão dos Estados modernos –, em nome da segurança e do controle das liberdades individuais e da desregulação dos mercados. Os

níveis de confiabilidade na ciência vêm diminuindo com o crescimento e a expansão das ações desregulamentadoras do Estado neoliberal.

Isto não quer dizer que a ciência deixa de ter importância na política de cuidado de vítimas de doenças como as que foram infectadas pelo novo coronavírus e outras, bem como para a resolução de diferentes problemáticas sociais e econômicas. O ponto de tensão é o homem empresário de si mesmo e o vetor economicista que o move na racionalidade neoliberal, na qual a liberdade deve ser balizada pelo termômetro do mercado, estando acima das vidas e dos chamados direitos humanos universais. Os direitos nomeados como fundamentais ficam em segundo plano face à lógica empresarial. Neste ponto, a ciência é profanada pelo mercado. Porém, há vírus que profanam o mercado, mesmo quando este insiste em fazer valer os seus interesses acima da vida e da ciência. É neste âmbito que o mercado tenta flertar com a instrumentalização da ciência e da vida.

Até mesmo o poder de morte e o deixar morrer podem lançar mão da ciência e dos direitos em nome de interesses nada éticos, focados no lucro exorbitante de pequenas parcelas da população mundial. A voracidade mercantil não cessa de crescer e atropelar princípios básicos de dignidade e reciprocidade em nome do crescimento econômico como sinalizador de êxito político. Assim, a Covid-19 se torna uma ameaça ao mercado e à avidez do mesmo; limita lucros e circulação de bens; diminui a produção e o consumo de mercadorias específicas; e tanto mata quanto afasta trabalhadores do dia-a-dia da hiperexploração do trabalho. A precarização se intensifica para as pessoas que estavam em trabalhos com poucos ou quase nenhum direito garantido, sobretudo os informais, que pouco podem se proteger de infecções e dependem de cada dia, horas e minutos para gerarem renda, pois não têm salários fixos (Mascaro, 2020).

Considerações finais

O novo coronavírus trouxe uma série de efeitos e limites à sociedade atual, implicando em regulações biopolíticas da vida, em disciplinas e vigiâncias panópticas e em uma gestão da morte pela necropolítica. As diversas

formas de gerir a pandemia e as consequências da mesma possibilitaram perspectivas distintas de operacionalizar as forças de governo das condutas nos Estados modernos. Mecanismos de segurança de ordem e lei foram criados e instalados especificamente para o enfrentamento da pandemia.

Este artigo procurou problematizar estas práticas com atenção e crítica, apontando elementos do acontecimento Covid-19 e pandemia no que tange a gestão da vida e da saúde nas correlações com a seguridade social, os efeitos nefastos do grande contágio na economia, na política, na cultura e na sociedade contemporânea. Para tanto, optou-se por descrever e analisar práticas delimitadoras das maneiras de cuidar das pessoas na prevenção e promoção de saúde bem como no tratamento referentes às decisões políticas tomadas pelos Estados modernos, em um período neoliberal, marcadamente centrado no mercado.

O preconceito e o estigma foram parte do dispositivo racista da biopolítica e da necropolítica abordado neste texto. Parker (2013) destaca a dimensão de estigma das doenças e, no caso da infecção do novo coronavírus, ficou patente tanto o preconceito e a discriminação negativa por regiões, países, cidades quanto de grupos de profissionais e pessoas de determinadas faixas etárias, raças/etnias, gênero, classe social e locais de habitação, bem como no enterro daquelas que passaram a ser tratadas como vidas não dignas de luto, pois foram lançadas em valas comuns e sem direito à (sem crase) velório e a outros rituais de elaboração da comoção diante das perdas.

O que Esposito (2010) classificou como mecanismo imunitário foi analisado na biopolítica como a decisão de fazer viver e deixar morrer de infecção por novo coronavírus em função da ausência de imunidade biológica, de imunidade no sistema de recursos e políticas sociais e de contratualidade na configuração dos países e de cidadania face à pandemia da Covid-19. Ter imunidade não é uma natureza biológica meramente, implica em estar em menos precariedade, como delimitou Butler (2018, 2019) ao conversar sobre os quadros de guerra e as vidas precárias, em dois livros que escreveu com relevantes análises a respeito das vidas inelutáveis e daquelas consideradas como dignas de luto em função dos recortes de valoração dos corpos, no presente.

As táticas panópticas de vigilância, cada vez mais sofisticadas, conforme Antoun (2010), ganharam *chips*, drones, câmeras, códigos de entrada e saída, medição de temperatura obrigatória, inspeções em navios e aviões, fechamento de fronteiras e de aeroportos, mecanismos de quarentena e isolamento, de *lockdown* obrigatório e sob pena de punição legal por prisão e multas caso descumprido, entre outras estratégias disciplinares. No aspecto do *apartheid* sanitário, a ideia de cidades como negócios (Alvarez, 2015) ganhou intensa visibilidade em função da geopolítica da pandemia centrar-se no controle do meio como espaço de centros urbanos a serem geridos na biopolítica e na necropolítica. A economia política cidadina neoliberal e higienista, extremamente valorizada e comercializada com o rótulo de qualidade de vida foi colocada em xeque e novas formas de vivenciar a cidade pela solidariedade e cuidado, ganharam espaço nas práticas cotidianas.

O endividamento tornou-se central e deu indícios do que Lazzarato havia nomeado como governo do endividamento (2014) porque até bancos e empresas aéreas foram socorridos nas dívidas acumuladas por prejuízos causados a partir da pandemia. Entretanto, pobres e pessoas em vulnerabilidade demoraram e ainda aguardam políticas sociais de enfrentamento ao endividamento e de atenção psicossocial sejam efetivamente implementados. Por fim, o novo coronavírus escancara as iniquidades de uma sociedade capitalista, embasada na biopolítica, no regime panóptico e na necropolítica.

O quadro é de guerra, e a política da inimizade em andamento no país o agrava de modo inenarrável, se tornando uma prática de genocídio realizada como racionalidade instrumental, articulando a necropolítica com a tanatopolítica, e o racismo de Estado e a sociedade. Os acontecimentos são dramáticos e chocam até mesmo os mais céticos. O presente é constituído por hospitais lotados, tanto os públicos quanto os privados, as filas são imensas à espera de leitos para Unidades de Tratamentos Intensivos (UTIs), faltam: insumos, oxigênio, respiradores, anestesia e profissionais. Há um abandono do povo à própria sorte, e a perspectiva de ampla vacinação bem como de controle do contágio é distante a ponto de quase inexistir como

horizonte no país. Há uma busca internacional pelos insumos e vacinas, sendo extremamente difícil adquiri-los sem planejamento e diplomacia. Assim, o cenário tornou-se desolador e preocupante, a guerra pela vida e a gestão da morte atualizaram quadros de guerra e novos modos de colonialidade racista.

Referências

Alvarez, I. A. (2015). A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. In A. Carlos, D. Volochko, & I. Alvarez (Orgs.), *A cidade como negócio* (pp. 65-80). São Paulo: Contexto.

Antoun, H. (2010). Vigilância, comunicação e subjetividade na cibercultura. Bruno, F.; Kanashiro, M.; Firmino, R. (orgs.) *Vigilância e Visibilidade: espaço, tecnologia e identificação* (pp. 141-154). Porto Alegre: Sulina.

Butler, J. (2018). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Butler, J. (2019). *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica.

Czeresnia, D. (1997). *Do contágio à transmissão: ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Esposito, Roberto (2010). *Bios. Biopolítica e Filosofia*. Lisboa/Portugal: Edições 70.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1999a). *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*. Petrópolis/RJ: Vozes.

Foucault, M. (1999b). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2008a). *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2008b). *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2013). *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Gordis, L. (2004). *Epidemiologia*. São Paulo: Revinter.

Han, B-C. (2020). “O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã.” *El País*. <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html>

Lazzarato, M. (2014). *O governo do Homem Endividado*. São Paulo: N-1 Edições.

Interrogações às políticas públicas: sobre travessias e tessituras do pesquisar

Mascaro, A. (2020). *Filosofia do Direito*. São Paulo: Atlas.

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: N-1 edições.

Mbembe, A. (2019). *Crítica da razão negra*. São Paulo: Antígona; Martins Fontes.

Parker, R. (2013). Intersecções entre estigma, preconceito e discriminação na saúde pública mundial. In S. Monteiro & W. Villela (Orgs.), *Estigma e Saúde* (pp. 25-46). Rio de Janeiro: Fiocruz/Faperj.

O que você quer ser quando crescer?

Pandemia e um manifesto às crianças e ao tempo presente

Letícia Máisa Eichherr
Lilian Rodrigues da Cruz

*“mas crianças com bocas de fome,
ávidas, ressuscitaram a vida”*
(Conceição Evaristo, 2017, p. 14)

Este ensaio emerge das andanças teóricas de uma caminhada chamada mestrado e compõe o projeto de dissertação da primeira autora, orientada pela segunda. Interessam-nos problematizar discursos sobre crianças e infâncias que embasam nossos olhares e escutas, sejam em pesquisas, em práticas profissionais ou mesmo na vida cotidiana, propondo um chamado a uma *pausa para pensar* ou uma *brecha na correria do dia a dia*, o que nomeamos aqui de manifesto ao tempo presente.

Escrevemos no mês de março de 2021 em que estamos há um ano vivendo a pandemia da COVID-19 e, até então, esse é o pior mês de novos casos e mortes no Brasil. Exaustas, isoladas, na linha de frente, encontrando crianças. Que seja no hospital, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)¹, nas manchetes de jornais, nos números de infectados pelo vírus, nos livros e até em sonhos. Também reencontramos histórias vividas com crianças passantes, estas “que passam, que excedem”², que dei-

.....
1 A primeira autora atua como psicóloga hospitalar em um hospital materno infantil e desenvolve sua pesquisa de mestrado em um SCFV de Porto Alegre/RS, espaços onde encontra crianças em diferentes contextos.

2 Significado de “passante”, segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], 2008-2020.

O que você quer ser quando crescer? Pandemia e um manifesto às crianças...

xam marcas, transbordando sentidos e inspirando nossas palavras poéticas de pessoas adultas.

Dizia Manoel de Barros (2010, p. 461) que “a nossa visão é um ato poético do olhar”. Isso nos inspira a exercitar atos poéticos não só do olhar, mas também da escuta, da fala, do toque. Quiçá, de todos os sentidos.

Lagrimazinhas e[m] poesia

Há histórias de crianças que são difíceis de virar palavras poéticas ou, melhor, poesia. Tendem a virar manchetes de jornal, embora sejam histórias que nem deveriam existir. Sentimos o peso das lagrimazinhas, como escreve Svetlana Aleksievitch em seu livro com relatos de sobreviventes que, quando crianças, testemunharam a Segunda Guerra Mundial.

No passado, Dostoiévski fez a seguinte pergunta: e será que encontraremos absolvição para o mundo, para a nossa felicidade e até para a harmonia eterna se, em nome disso, para solidificar essa base, for derramada uma lagrimazinha de uma criança inocente? E ele mesmo respondeu: essa lagrimazinha não legitima nenhum progresso, nenhuma revolução. Nenhuma guerra. Ela sempre pesa mais. Uma só lagrimazinha. (Aleksievitch, 2018, p. 4)

Da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ao Brasil 2021 sentimos que há semelhanças. São lagrimazinhas que escorrem há décadas e escancaram histórias de vidas marcadas pela violência de um Estado racista e opressor, pela violência de gênero, sexista, patriarcal, colonial, que afeta crianças, adolescentes, jovens e suas famílias. Há pessoas-alvo, sabemos. Alvos de políticas de morte que não são aleatórias, escolhem raça, classe, gênero, lugar. E lagrimazinhas de crianças não deviam ser de dor ou de desespero [bom seria se fossem apenas lagrimazinhas de chorar de tanto rir!].

Achille Mbembe (2018) desenvolve o conceito de necropolítica que nos ajuda a entender as dinâmicas desta racionalidade estatal que produz políticas de morte, ditando quais são os corpos que podem viver e quais devem morrer, criando, assim, mundos de morte e inimigos ficcionais que

podem ser exterminados a qualquer custo e a qualquer momento. A raça e o racismo são elementos centrais nesta discussão.

Então, sim, há pessoas-alvo, inclusive crianças-alvo. Por isso perguntamos: afinal, não importam as lagrimzinhas, sejam elas de Miguel, 5 anos, que teve a porta do elevador para a morte aberta pela patroa da mãe em Recife/PE, ou de Ana Carolina, 12 anos, estuprada e morta pelo vizinho de 29 anos em Santana da Boa Vista/RS, ou ainda de João Pedro, 14 anos, morto a tiros pela polícia dentro de sua casa no Rio de Janeiro/RJ?

Para Conceição Evaristo (2017, p. 84), essas lagrimzinhas são poesia, não apenas manchetes de jornais. Poesia denúncia.

“E pedimos
que as balas perdidas
percam o nosso rumo
e não façam do corpo nosso,
os nossos filhos, o alvo.”

E em tempos de pandemia do coronavírus, a necropolítica se escancara em discursos presidenciais: “vamos combater a pandemia, mas a economia não pode parar! Vão morrer alguns. E daí?”. O isolamento físico que a Organização Mundial de Saúde orienta ser necessário para a não disseminação e contaminação pelo vírus é um direito à vida que, entretanto, tem se evidenciado como um privilégio. Concordamos com o que Emicida³ nos diz: “*o que é extremamente letal e mais letal que o coronavírus são os abismos sociais que a nossa sociedade produziu e finge que não existem. Então, todas as pessoas estão sujeitas a se contaminar com o COVID-19, mas nem todas as pessoas podem se tratar após se contaminar...*”, ou seja, quem pode morrer? Uma política de morte que escolhe raça, classe, gênero, lugar.

Necropolítica que grita: “Somos matáveis/ enquanto deveríamos ser/ apenas/ amáveis” (Magalhães, 2019, p. 10).

.....
3 Emicida é um *rapper*, cantor e compositor brasileiro. Esta entrevista citada foi dada a um programa de televisão e está disponível na página do *Instagram* do @quebrandootabu publicada em 14/06/2020.

De que infâncias e crianças falamos?

“Criança: é um humano que todos devemos apreciar”
(Johana Villa, 8 anos – Livro: *Casa das Estrelas*)

*“Infância: é ter o tempo de brincar,
de se divertir, ter liberdade”*
(Coletivo Esperança – Livro: *Estátuas de Nuvens*)

Walter Kohan (2010, p. 126) nos lembra que escrever sobre as infâncias é “escrever do alto para o baixo, do visivelmente maior para o aparentemente menor”. Diz da localização do saber e da perspectiva adulta na produção de olhares e forças que tomam forma na escrita. Escrever sobre crianças pode parecer um tanto adultocêntrico e colonial, mas quando partimos do desejo por uma escrita atenta para as infâncias e as crianças – no plural –, entendemos que “a escrita torna-se uma manifestação de resistência a uma forma de relação conosco mesmos e com aquilo chamado de humanidade: assim, o desafio ao escrever a infância é deixar-se escrever por ela” (p. 126) e, arriscamos a dizer, ainda, que outro desafio é, também, escrever COM ela.

No livro *“História das crianças no Brasil”* (Mary Del Priore, 2018), os autores e as autoras trazem peculiaridades sobre as infâncias brasileiras, marcadas pelo colonialismo e pela industrialização tardia, questionando a naturalidade com que as olhamos e a universalidade das verdades ditas e produzidas sobre elas. Como poderíamos falar de infância – sem *s* – no singular se, levando em conta apenas o contexto e a história brasileira, temos as crianças escravizadas, as crianças da elite, as crianças sobreviventes da guerra, as crianças operárias, as crianças perdidas, as trabalhadoras, as crianças indígenas e quilombolas, as camponesas, as crianças alvo da necropolítica, as crianças com deficiência, as crianças ditas loucas, as agitadas ou hiperativas, as pobres e vulnerabilizadas, as crianças migrantes, as acolhidas, as devolvidas, além de muitas outras mais? Como poderíamos falar de infância no singular sem considerar que os modos de as viver são atravessados pelos marcadores sociais de raça, classe, gênero, deficiência

e que isso faz muita diferença na singularidade de suas experiências e na produção de suas subjetividades?

Há que se atentar para não simplificar a discussão acerca das infâncias plurais e múltiplas, como nos aponta Sarada Balagopalan (2019), de forma a ignorar que ainda há um ideal normativo de um mundo majoritário que segue produzindo efeitos no contemporâneo, pois a “continuidade das lógicas coloniais e raciais afetam a vida das crianças em todo o mundo e as representações binárias em que elas estão atoladas” (p. 245).

Desse modo, as discussões que propomos neste texto buscam complexificar o olhar de modo a produzir interrogações às verdades que, muitas vezes, se colocam como universais e seguem produzindo subalternidades.

Del Priore (2018, p. 8) aponta que há uma grande distância entre o mundo infantil que é descrito em livros ou manuais pelas “organizações internacionais, pelas não-governamentais ou pelas autoridades, daquele em que a criança encontra-se cotidianamente imersa. O mundo no qual a ‘criança deveria ser’ ou ‘ter’ é diferente daquele onde ela vive, ou no mais das vezes sobrevive”. Nesse mesmo sentido, problematizando os saberes da Psicologia sobre as infâncias, Betina Hillesheim e Neuza Guareschi (2007) questionam quais são os sujeitos privilegiados nos discursos sobre a infância e ressaltam que, pela busca da universalidade necessária no projeto moderno de ciência, que homogeneiza sujeitos, minimizando as diferenças e maximizando as semelhanças, a Psicologia acabou legitimando um modelo de infância ideal que exclui possibilidades outras de ser criança com

uma produção discursiva que constitui, a partir de suas descrições, uma infância desejada, normal, ajustada e, da mesma forma, indesejada, patológica, desajustada (com diferentes tons no gradiente dessa escala), mediante uma concepção de criança abstrata, baseada em uma suposta natureza infantil e desvinculada de suas significações sociais. (Hillesheim & Guareschi, 2007, p. 88)

A construção de saberes sobre as infâncias e as crianças é atravessada pelo contexto ocidental, pela colonialidade e pelo cientificismo que refletem nas escolhas epistemológicas nas quais fundamentamos a produção do

conhecimento. Olhar desde outras perspectivas requer um deslocamento de um lugar, por vezes, confortável de se pensar – privilégios da branquitude⁴ – e uma abertura para novas interrogações e problematizações sobre “a concepção iluminista da infância e de sua educação como preparação para o futuro, para o adulto que será, o que desapropria a experiência humana das crianças” (Ana Lúcia Faria et al. 2015, p. 14).

Nesse sentindo, podemos iniciar pelo exercício simples - e, talvez, repetitivo, mas para nós interessante – de pensar na palavra infância, que de origem latina *infans* significa ausência de fala, e em como sua etimologia reflete sentidos e significados – ocidentais e coloniais – que, muitas vezes, seguem baseando afirmações e pesquisas sobre crianças e infâncias – aquelas que não falam. Segundo Hillesheim e Guareschi (2007, p. 80), a partir da ideia de ausência de fala, torna-se necessário um tradutor para a infância, o adulto que com seus parâmetros de maturidade e completude “transforma as vozes infantis em vozes semelhantes à sua”. Del Priore (2018) ressalta que a história das crianças no Brasil foi feita e escrita à sombra dos adultos e foi a voz deles, tradutores das infâncias, que registraram ou calaram suas existências.

O olhar adultocêntrico e psicologizante que estratifica por idades, que atribui capacidades e fazeres aos “não adultos” para se tornarem adultos no futuro, continuamente vem sendo questionado por desconsiderar valores, conhecimentos, desejos e experimentações próprios do ser criança hoje, tomando a infância apenas como um vir a ser, e sem voz ativa na sociedade. (Faria et al., 2015, p. 15)

Renato Nogueira e Marcos Barreto (2018) apresentam uma proposta ética afroperspectivista para refletir sobre o conceito de infâncias. Essa

.....
4 Branquitude é entendida aqui, sinteticamente, como a identidade racial do branco que ocupa uma posição privilegiada na sociedade marcada pelo colonialismo e que implica vantagens materiais e simbólicas em detrimento dos não brancos, sendo considerada um lugar de poder e de fala onde o silenciamento atua como estratégia de manutenção de privilégios e do racismo estrutural, que, muitas vezes, é minimizado (Carone & Bento, 2014; Muller & Cardoso, 2017; Schucman, 2012). Nós, autoras, enquanto mulheres brancas, usufruímos dos privilégios da branquitude e entendemos que compor a luta antirracista perpassa, dentre outras formas, pela necessidade e importância de pautar as discussões raciais em nossas pesquisas e escritas a partir deste lugar de fala, sendo atravessadas e contingenciadas por ele.

abordagem inclui vozes africanas e ameríndias nos debates até então brancos e eurocêntricos. A partir das filosofias *ubuntu*, palavra presente em quatro línguas africanas (Ndebele, Swati, Xhosa e Zulu), e *teko porã*, existente nos povos indígenas Guarani (que vivem em regiões da Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai), os autores propõem reflexões sobre a forma como os Xhosa e os Guarani entendem, olham e experimentam as infâncias.

Baseando-se em estudos de autores africanos, Nogueira e Barreto falam que, na língua Xhosa, *ubuntwana* é a palavra que significa infância, tendo duas versões de significados: formada por *ubuntu-* (polidialógo, instabilidade da vida, pluriversalidade) e *-twana* (afeto enamorado pela humanidade) ou *ubu-* (ser) com *-ntwana* (infância propriamente dita).

Daí *ubuntwana* significar justamente a relação de estar afetado pela experiência de realizar-se como humano através de vivenciar relações com outros seres humanos. ... Infância enquanto agente de provocação, capaz de afetar afetivamente, acolher e provocar o encantamento diante da vida. ... Condição de experiência humana privilegiada. (Nogueira & Barreto, 2018, p. 631)

Os mesmos autores, embasados nos estudos de Menezes, Richter, Benites e Bergamaschi, referem que duas palavras guaranis se aproximam de “criança” e de “infância”: *mitã* (para crianças pequenas de 2 ou 3 anos) e *kyringue* (para aquelas de até 12 ou 13 anos). No entanto, a compreensão Guarani das infâncias se difere da cultura ocidental que as colocam, constantemente, na relação com a adultidade, em um lugar de tutela e de dependência e como etapa da vida a ser superada. Pela filosofia *teko porã* - que é um “um conjunto de vivências em que as correlações de força entre cosmos, meio ambiente e outros animais, incluindo os humanos, são levadas em consideração para ações de um povo e de indivíduos” (p. 633) –, a infância se relaciona intensamente com uma dimensão composta de outros elementos para além dos humanos – natureza e cultura, como os animais, a vegetação, os rios, as estrelas, o sol, a lua, as forças divinas.

Conhecer outras epistemologias é um dos exercícios de construção de um olhar descolonizador das infâncias e, como diz Zinn, Richter e Menezes (2015, p. 65), isto “significa comprometer-se com uma ética da resistência ao lembrar que há outras infâncias possíveis: escolhas políticas inescapáveis”.

As autoras nos apontam, assim, que as infâncias emergem de concepções relacionadas “ao tempo, ao local e à cultura, sendo que o modo como são compreendidas dizem respeito a entendimentos e narrativas constituídos coletivamente” (p.71) e que envolvem “conceitos, pré-conceitos, esperanças: sonhos, discursos e expectativas de adultos a partir da criança que foram e que imaginam ter sido” (p. 68).

Já às crianças, entendemos que se costuma delimitar um espaço-tempo da vida com toda sua intensidade: do zero aos 12 anos. Espaço-tempo reafirmado por leis, cartilhas e manuais como, por exemplo, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Entretanto, nos são poeticamente convidativas as reflexões, aberturas e contrapontos às ideias cronológicas – o tempo *chrónos*, referente ao tempo sucessivo do passado, do presente e do futuro – e desenvolvimentistas que nos colocam a viver numa ordem sequencial, muitas vezes com características bastante limitadas e possíveis de serem vividas somente em cada uma das etapas da vida, em ordem: somos fetos, bebês, crianças, adolescentes, jovens, adultos e, por fim, idosos.

Manoel de Barros (2010, p. 373) fez este convite poético para os deslimites sequenciais das palavras quando dizia que “depois veio a ordem das coisas e as pedras têm que rolar seu destino de pedra para o resto dos tempos. Só as palavras não foram castigadas com a ordem natural das coisas”. Usemo-nos, então, de palavras poéticas e pesquisantes para subverter a lógica de ver as infâncias como parte da vida a ser superada.

Nas suas diferenças e singularidades, as crianças nos movimentam a pensar nas suas diferentes formas de estar no mundo, que não cabem num conceito único e nem mesmo num único espaço-tempo. De que tempo falamos, se interrogamos aquele cronológico, medido pelo relógio, pelo calendário, pela agenda, pela fita métrica que dá números aos corpos?

Maria Carmem Barbosa (2013) traz sensíveis reflexões sobre tempos para viver a infância – entendendo o tempo como articulador da vida

– e sobre a temporalidade capitalística que “brutaliza a vida cotidiana e empobrece a experiência da infância” (p. 216). A autora explora outras visões sobre o tempo para pensar em alternativas à aceleração imposta pelo capitalismo no contexto da educação infantil: os gregos entendiam o tempo, além do *chrónos*, como *kairós*, que é o tempo da oportunidade, do momento presente, e *aión*, que é o tempo da intensidade e da experiência.

Kohan (2010, p. 132) escreve sobre a ideia de devir-criança a partir de Gilles Deleuze dizendo que sua temporalidade é aiônica. O autor considera o devir-criança “descontínuo, mas durativo e intensivo, ele não sabe da sucessão progressiva e sequencial do tempo *chrónos*. Ao contrário, habita a temporalidade do acontecimento, da experiência, da interrupção da linearidade histórica em busca de um novo começo”.

Manifesto às crianças do tempo presente: “Onde está o menino que fui, segue dentro de mim ou se foi?”⁵

Seriam as crianças de hoje os adultos de amanhã? O futuro da nação?

Quem nunca perguntou a uma criança o que ela quer ser quando crescer?

O líder indígena Ailton Krenak defende que essa pergunta soa como ofensa, pois reforça a ideia da criança “receber um crachá de ‘ser’ só quando adulto. Isso é apagar o que ela já é!”⁶, colocando o ser adulto como auge do tempo *chrónos* e o ser criança como etapa da vida a ser superada.

Substituímos o ser pelo estar, de forma a considerar as temporalidades não fixas, propondo, então, que estar criança pode ser considerado esse modo de viver as infâncias a partir das condições de possibilidade de um tempo, de um lugar e de uma cultura, atravessadas pelos marcadores sociais, por lógicas coloniais e por discursos e expectativas de adultos. Entendemos, então, que

.....
5 Poesia de Pablo Neruda (2019, p. 95).

6 Fala proferida na roda de conversa “Mediador de Mundos” do evento Ciranda de Filmes, em 09/09/2016, no CineSESC de São Paulo/SP, conforme informações disponíveis nos sites: <https://cirandadefilmes.com.br/br/olhar/56-Roda-de-conversa-Mediador-de-Mundos> e <https://www.geledes.org.br/perguntar-para-uma-crianca-o-que-ela-quer-ser-e-uma-ofensa-isso-e-apagar-o-que-ela-ja-e/>

O que você quer ser quando crescer? Pandemia e um manifesto às crianças...

cada criança é um modo particular de estar sendo no mundo vivido, experimentando-o com o corpo sensível brincante que memoriza e se transforma através de uma história, de um cheiro, de um sabor, de uma narrativa, enfim, daquilo que realmente a marca e que retorna em lembranças, em sensações, em imagens que permanecem no corpo. (Zinn, Richter, & Menezes, 2015, p. 72)

Nogueira e Barreto (2018) reforçam que a infância *ubuntwana*, sob a ética afroperspectivista, é o elo entre a ancestralidade, a futuridade e os viventes. É a presença do passado e do futuro na emergência do presente. É a intensidade do hoje. *Aión e Kairós*.

Assim, numa tentativa de manifesto à importância da valorização do olhar ao tempo presente como intensidade e oportunidade – *Aión e Kairós* –, para as experiências do aqui e agora e para a realidade atual vivenciada pelas crianças, torna-se inevitável falar sobre a pandemia do coronavírus, já que é o que temos na ordem do dia, nas manchetes dos jornais.

No início da pandemia elas diziam: crianças têm menos chances de serem contaminadas e de adoecerem pelo coronavírus [embora as atuais mutações do vírus já nos apontam que tem aumentado o contágio em pessoas mais jovens e crianças]. Contudo, as desigualdades sociais escancararam de quais crianças as manchetes falavam: não eram as indígenas!

A jornalista Flávia Milhorange⁷ destaca: a taxa de mortalidade de indígenas até 19 anos por coronavírus é bem maior que a da população brasileira na mesma faixa etária – 7,5 contra 0,73 por 100 mil habitantes, respectivamente. Ou seja, uma criança ou adolescente indígena tem 10 vezes mais chance de morrer ao ser contaminado do que as outras crianças. Por quê? Não é coincidência nem novidade. Bem sabemos que os povos indígenas, além de sofrerem um genocídio colonial, historicamente foram deixados à margem das políticas públicas, numa desigualdade social gritante e em condições sanitárias inadequadas à sobrevivência aos diferentes vírus

.....
7 Milhorange, Flávia. Jovens indígenas sofrem impacto mais agressivo do coronavírus que a média brasileira na mesma faixa etária. NationalGeographic Brasil online. 03 de julho de 2020. <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2020/06/criancas-adolescentes-jovens-indigenas-morte-coronavirus-pandemia-covid-19-xingu>

levados pelo homem branco – *Juruá*. Terras e corpos indígenas seguem sendo invadidos e massacrados pelo homem branco.

Isto bem lembra o passado recente da epidemia do Zika vírus (entre 2014 e 2016). Quem eram os bebês nascidos com microcefalia ou outras alterações cerebrais? A médica Jurema Werneck⁸ afirma que, segundo informações não oficiais (tendo em vista que o quesito raça/cor não foi levado em conta nas notificações da doença), 70% dos bebês nascidos com microcefalia são filhos de mulheres negras. A região Nordeste do Brasil foi a mais afetada pela epidemia. Uma epidemia que encontrou na desigualdade social de bairros e comunidades pobres um ambiente propício para se desenvolver: falta de saneamento básico, fornecimento irregular de água, coleta inadequada do lixo. É um triste exemplo em que a intersecção de raça, classe, gênero e território nos mostra quem são os corpos mais afetados: mulheres negras em idade fértil, pobres e nordestinas. Consequentemente, suas crianças terão, ainda, mais um marcador social nesta intersecção: a deficiência.

Conceição Evaristo (2017, p. 11), ao ecoar vozes de mulheres negras, traz o racismo estrutural com uma imagem à reflexão: “Sou eternamente naufraga, mas os fundos oceanos não me amedrontam e nem me imobilizam. Uma paixão profunda é a boia que me emerge”.

Essa imagem nos direciona à constatação de que as formas de vivenciar e as consequências da epidemia do Zika vírus e da atual pandemia do coronavírus vem para mostrar que a metáfora de que estamos todos no mesmo barco, usada por muitas pessoas para dizer que todos seriam igualmente afetados por essa crise sanitária global, não é verdadeira: há pessoas que estão em navios e iates, outras em jangadas e barquinhos de madeira, umas não tem barco e nadam contra a correnteza, e algumas, já naufragaram ou se afogaram. Não! Definitivamente não estamos todos no mesmo barco.

.....
8 Em fevereiro de 2016, a médica Jurema Werneck elaborou o documento “A epidemia de Zika e as mulheres negras”, disponível no link: <https://institutoodara.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Boletim-Zika-AMNB-Jurema-Werneck.pdf>

Em uma *live*⁹ realizada em 2020, Daiana Santos foi questionada sobre o que as crianças têm lhe dito sobre a pandemia: “*elas sabem que tem o vírus, mas a urgência é outra: é o prato de comida na mesa!*”. Sentem falta da escola e do SCFV, inclusive da alimentação que acessavam nesses espaços e que, por mais que saibam que exista um vírus, suas realidades mostram que o distanciamento social tal qual preconizado pelos órgãos sanitários não lhes é permitido, seja pelas casas minúsculas em que vivem ou pelo trabalho informal dos pais que seguem na busca por *botar comida na mesa*. Talvez elas não percebam que já vivem num isolamento estrutural de uma desigualdade social e que é estratégico que determinados corpos, inclusive os seus, sigam ocupando esse lugar.

Um ano depois do início da pandemia, ainda vivemos seu auge, com vacinação que transcorre lentamente e sem perspectivas reais de melhora deste cenário. Pandemia que escancara, a cada dia, as desigualdades sociais e que a forma de vivê-la é tão diferente e intimamente ligada às intersecções dos marcadores sociais nos nossos corpos.

Interrogamos, então: quando se fala que as crianças são o futuro da nação, conseguimos enxergar as formas como as crianças vivem o presente? A quais crianças conseguimos direcionar o olhar e as expectativas de futuro?

Esses questionamentos nos levam a pensar sobre a política de educação – que assume um importante espaço na vida das crianças – e sobre as possibilidades de acesso das crianças à escola em tempos de pandemia. Certeza que você também ouviu, quando criança: *estude para ser alguém na vida!* É o discurso da meritocracia que nos atravessa e nos subjetiva. As escolas, atualmente, estão fechadas. Os contextos das escolas públicas e particulares são diferentes, tanto de professores quanto de alunos. Se formos pensar somente nas condições materiais, já há aí uma diferença enorme em como as crianças seguem tendo aulas e estudando em casa: quem tem um ambiente propício, uma internet de boa qualidade, pais ou familiares auxiliando nas tarefas escolares? Parece ser um momento em

.....
9 *Live* é uma palestra ou conversa *on-line*. Daiana Santos é sanitária e, atualmente, vereadora do município de Porto Alegre/RS, na época da *live* mencionada, falava desde o lugar de coordenadora do projeto Fundo de Amparo ao Combate à Fome, coletivo de mulheres criada no momento de pandemia.

que o abismo social da diferença do acesso à educação aumenta, mas nem por isso a crença da meritocracia diminui.

Além disto, a escola não é só um lugar de aulas, mas também de encontros. É um espaço de acolhimento, onde muitas situações são reveladas, como violências intrafamiliares (físicas, sexuais, psicológicas) e sintomas de adoecimento mental, assim como no SCFV, que também assume este papel de acolhida, denúncia, trabalho em rede e articulação intersetorial e, neste momento, encontra-se fechado ou funcionando de forma limitada com poucos atendimentos individuais. Como imaginamos as crianças sem o encontro com os professores, os educadores, os colegas e amigos da escola, do SCFV ou de outro serviço?

Na ordem do dia, nas manchetes dos jornais¹⁰, também temos: “Crianças e adolescentes estão mais expostos à violência doméstica durante pandemia”, “Isolamento social na pandemia potencializa aumento de casos de abuso contra crianças e adolescentes”. Sabemos que a violência doméstica e intrafamiliar é uma das que mais atingem as crianças, porém, é importante não direcionarmos o olhar à culpabilização da família como forma simplista de entender a cultura da violência. É fundamental que este debate traga para a roda outros fatores para complexificar a discussão, como as diferentes expressões da questão social, o papel do Estado, o racismo, o sexismo, o patriarcado e, inclusive, a infância como sem fala e como objeto a ser corrigido e moldado para ser o futuro da nação.

E agora, também nos deparamos com notícias como esta: “*Dói demais ver as crianças morrendo sem poder ver os pais*”, diz pediatra de UTI¹¹. Não que a psicologia hospitalar não fale sobre isto há anos, mas no momento presente a dimensão do luto vai tomando outros contornos

.....
10 Notícias disponíveis em:

[<https://nacoesunidas.org/unicef-criancas-e-adolescentes-estao-mais-expostos-a-violencia-domestica-durante-pandemia/>]

[<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/05/15/isolamento-social-na-pandemia-potencializa-aumento-de-casos-de-abuso-contra-criancas-e-adolescentes.ghtml>]

11 Notícia disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56300040>

e novas reflexões, assim como os impactos da pandemia na saúde mental das crianças¹².

A psicanalista Mercês Ghazzi (2020), da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, nos diz que ao pensarmos em perguntar, futuramente, sobre a pós-pandemia às crianças é necessário nos perguntar hoje sobre como elas estão vivendo o momento atual. Num tempo onde valoriza-se manuais de autoajuda para dizer quais são os passos de viver melhor, não surpreendemo-nos que na pandemia as primeiras produções de especialistas são conselhos aos pais, roteiros para manejar diferentes situações dos filhos, cartilhas com atividades para a quarentena, manuais diversos. Afinal, como lidar com as crianças?

Mercês propõe pensar as infâncias como um território, sustentadas por uma rede de linguagem que é ofertada pelos pais, pelos familiares, pela escola, pela comunidade, pelos amigos, na praça, na rua, no jogo, nas brincadeiras, e que é neste território, “composto de um interno/externo que a criança vai se constituindo como sujeito de seus desejos, marcando suas características pessoais, armando seu corpo e sua imagem” (2020, s/p), onde também busca espaços de reconhecimento enquanto sujeito – para simbolizações, escuta, alívio de tensões, revelações.

Estando o contato com seu território externo limitado pelo coronavírus, perguntamo-nos quais os jeitos que as crianças têm encontrado no tempo presente para serem reconhecidas e como nós, adultos, temos contribuído (ou não) para reconhecê-las com sentimentos, com formas próprias de simbolizar e expressar medos e angústias frente ao vírus, ao adoecimento, à morte.

O pós-pandemia? O depois? O futuro? A psicanalista arrisca saídas para a clínica, que ousamos transpô-las aos serviços públicos, como poéticas políticas da sobrevivência ao coronavírus:

.....
12 Nesse sentido, destacamos a iniciativa do curso “Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19”, elaborado pela FIOCRUZ e pelo Ministério da Saúde e que foi ofertado no ano de 2020 para profissionais de saúde. Dois módulos discutiam especificamente sobre crianças: “Recomendações para o cuidado de crianças em situação de isolamento hospitalar” e “Crianças na pandemia COVID-19”.

a oferta de um espaço para que o traumático deste evento se transforme em palavras, em rabiscos, em desenhos, dando nome à angústia que marca e marcará a memória deste tempo que habitamos, tempo em que estamos todos, sem exceção, frente ao vazio, à falta de explicação e à morte. (Ghazzi, 2020, s/p)

Assim, num manifesto a olhar as crianças no tempo presente, como Nogueira e Barreto (2018, p. 641), optemos “pelo presente possível, pela utopia do aqui agora, ao invés da ‘velha’ utopia futurista de que o ‘amanhã será melhor’ e [que por isso] devemos nos esforçar para crescer” (grifos meus).

Buscando brechas para as práticas sensíveis de resistência à linearidade da temporalidade capitalística de viver as infâncias, concordamos com as ideias de Barbosa (2013): compartilhar a vida, brincar e narrar. Compartilhar a vida diz de um “cotidiano como o lugar do ritual, do repetitivo, mas que escuta o extraordinário que existe no dia a dia. O cotidiano é onde se aprende a ver a beleza das pequenas coisas” (p. 219). Ao brincar, as crianças “criam formas dilatadas da vida: fantasias, reminiscências. Estimulam a invenção de modos de ser e estar no mundo e ampliam o campo dos possíveis, fazendo apostas para o futuro” (p. 220). E construir narrativas sobre suas vidas, “contribui para valorizar as vozes, os fazeres e as práticas das populações excluídas (bem como das crianças). ... Narrar – com graça, humor – tem o poder de adicionar encanto e valor à vida” (p. 221).

Considerações [que não são] finais: Sobre escutas e olhares às políticas públicas

A visão poética parte, aqui, de interrogações às noções de infâncias que produzimos a partir de olhares adultocêntricos, coloniais e cientificistas, e da afirmação de que os modos de implementar e executar as políticas públicas podem configurar-se como resistência à própria história na qual elas se constituem, marcadas por contradições, por ideias normatizadoras, higienistas e eugênicas.

As autoras Lilian Cruz, Betina Hillesheim e Neuza Guareschi (2005) fazem uma importante discussão sobre a história das políticas públicas para as infâncias e sobre como as práticas psicológicas emergem neste campo,

contribuindo com seus saberes para legitimar as “crianças como objeto psico-médico-biológico, passíveis de serem medidas, testadas, ordenadas e denominadas normais e anormais” (p. 44) e, com isso, produzindo “subjetividades desqualificadas – famílias incompetentes e negligentes – ... e uma infância tida como ideal, desejável, normal” (p. 46).

Amanda Cappellari (2019) dá pistas poéticas em sua pesquisa com jovens que vivenciam o desligamento institucional por maioridade para pensar em apostas – muitas vezes micropolíticas – para que a efetivação das políticas públicas possibilite às crianças modos singulares de viver as infâncias nos encontros com e no serviço público. Ao assumir que existem muito desencontros entre as políticas públicas e esses jovens, acentuados por vínculos fragilizados, desinvestimento nas políticas, sobrecarga de trabalho dos profissionais, excesso de tutela e violências estatais, além do racismo e dos discursos sobre meritocracia, a autora também se espanta que, mesmo diante da precarização dessas vidas, há sim encontros potentes entre os jovens e as políticas públicas e defende, assim, o investimento em poéticas públicas. “Que a estética se alastre pelas veias estreitas que dificultam a oxigenação da vida. Poética política que produza sensibilidades, estremecendo a casa, o corpo e os olhos” (Cappellari, 2019, p. 76).

Concordamos com Amanda. As vias e veias do sensível e do poético podem ajudar a desembrutecer olhares, toques, escutas, e todas outras sensações que, por vezes, tornam-se endurecidas pelo cotidiano de trabalho nas políticas públicas.

Pensando nas políticas públicas como possibilidade de resistência às durezas cotidianas, Félix Guattari e Suely Rolnik (1985) destacam que há uma encruzilhada política e micropolítica fundamental nos trabalhadores que atuam na produção de subjetividades e que não há objetividade científica neste campo nem neutralidade na relação, podendo assim o trabalhador fazer o jogo de reprodução de modelos que não permitem criar saídas para os processos de singularização, ou trabalhar numa micropolítica que constrói novos modos de subjetividade e que a intervenção seja efetiva e afetiva, tanto no campo como nas suas relações com o exterior, articulando possibilidades, agenciamentos e responsabilidades no plano micropolítico.

Parece-nos que é no micropolítico que temos a possibilidade de imaginar delicadezas nas políticas públicas, como um convite poético de Manoel de Barros. É como a visão de Bernardo, que “era uma visão que destampava a natureza de seu olhar” (Manoel de Barros, 2010, p. 452). Um olhar crítico sim, contudo, aberto às possibilidades de bons encontros. Um olhar que vê as crianças sendo objetificadas na história das políticas públicas. Um olhar que vê práticas profissionais à serviço de uma normatividade e normalidade hegemônicas. Entretanto, um olhar localizado, de um corpo pensante, que acredita na possibilidade da diversidade e do serviço público, seja o SCFV, a escola, o hospital, como um espaço para a pluriversalidade e o polidiálogo, que Noguera e Barreto (2018), numa ética afroperspectivista, apontam como sendo a coexistência de visões de mundo diferentes, por vezes incompatíveis, mas igualmente válidas, que não necessariamente serão consensuais e que tudo bem, precisamos lidar com a instabilidade, os conflitos e as diferenças das experiências de vida sem exigir respostas e ideias únicas.

Contudo, por mais que imaginamos encontros micropolíticos, Krenak (2020), líder indígena, problematiza se conseguimos mesmo realizar a experiência do encontro, não só do interpessoal, mas de povos e culturas, tendo ele como vivência ancestral o encontro colonizador das caravelas portuguesas, que segue se atualizando na realidade brasileira de outras formas. Ele afirma que “o desastre repetido destas tentativas de encontro está espalhado pelas nossas praias. Ele se configurou em genocídio, dominação e uma colonização que não tem fim” (p. 9).

Assim, quando refletimos sobre as possibilidades de bons encontros – com crianças, com políticas públicas, ou com quem quer que seja – e sobre “a colonialidade que está tão impregnada em nós quanto a poluição do ar; está impregnada desde o olhar que temos sobre o mundo, sobre a paisagem, a vida” (Krenak, 2020, p. 10), reconhecemos que o encontro com o outro também pode ser muitas outras coisas. Pode ser colonizador. Pode ser encontro-*escutação*¹³. Pode ser um encontro-acontecimento produtor de

.....
13 *Escutação* é um conceito, uma metodologia, uma ética da escuta e de outros sentidos, que está sendo desenvolvida e pesquisada pela primeira autora durante o mestrado e que traz para o debate elementos que compõem os processos de escuta-cuidado nas políticas públicas.

O que você quer ser quando crescer? Pandemia e um manifesto às crianças...

marcas e rupturas, como diz Cappellari (2019). Pode não ser. Que marcas um encontro-entre-pesquisas-pesquisadoras-psicólogas-crianças pode produzir? Há que se lembrar, também, que detalhes – como uma simples preposição – podem mudar o encontro¹⁴:

“Ao encontro de: Na direção de, à procura de, em consonância com.”

“De encontro a: Em sentido oposto; contra.”

Estejamos com todos os sentidos atentas a estes detalhes – olhar, escuta, fala, tato, paladar –, refletindo e problematizando sobre encontros possíveis e modos de viver as temporalidades, seja da pandemia, das infâncias, da pesquisa, da escrita.

E, neste final, almejamos o pós-pandemia. Inspiradas pela poesia de Manoel de Barros (2010, p. 58), vamos *“sair pelas ruas, entrar pelos jardins e falar com as crianças” - o que elas nos dirão? - e “olhar as flores, ver os bondes passarem cheios de gente”*.

.....
14 “encontro” in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], 2008-2020.

Referências

- Aleksievitch, S. (2018). *As últimas testemunhas*: Crianças na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras.
- Balogopalan, S. (2019). Infância, Cultura, História: discutindo “múltiplas infâncias”. In: Abramowicz, A.; Tebet, G. G. C. (Org). *Infância e Pós-estruturalismo*. 2. Ed. São Carlos: Pedro e João Editores.
- Barbosa, M. C. S. (2013). Tempo e Cotidiano – tempos para viver a infância. *Leitura: Teoria & Prática*, Campinas, 31(61), 213-222.
- Barros, M. (2010). Poesia completa. São Paulo: Leya.
- Cappellari, A. (2019). *Poéticas insurgentes: o desligamento institucional por maioridade*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Carone, I. & Bento, M. A. (Orgs.). (2014). *Psicologia Social do Racismo*: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Coletivo Esperança. (2017). Infância (verbetes). In L. Costa, L. Bandeira, & T. Corrêa (Orgs.). *Estátuas de Nuvens*: dicionário de palavras pesquisadas por infâncias (p. 122). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Cruz, L. R., Hillesheim, B., & Guareschi, N. (2005). Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. *Psicol. & Soc.* [online], 17(3), 42-49.
- Del Priore, M. (Org.). (2018). *História das Crianças no Brasil* (7a ed.). São Paulo: Contexto.
- Evaristo, C. (2017). *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê.
- Faria, A. L. G., Barreiro, A., Macedo, E. E., & Santos, S. E. (2015). Invitações Pós-coloniais. In *Infâncias e pós-colonialismo*: pesquisas em busca de pedagogias descolonizadoras (pp. 13-16). Campinas, SP: Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil – ALB.
- Ghazzi, M. (2020). Mamãe... mamãe... posso dormir com você? O monstro invisível quer me pegar! Reflexões sobre a infância em tempos de COVID-19. *Correio APPOA. Psicanálise em tempos de pandemia II*, 298.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1985). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Hillesheim, B. & Guareschi, N. (2007). De que infância nos fala a psicologia do desenvolvimento? Algumas reflexões. *Psicol. Educ.*, São Paulo, 25, 75-92.

O que você quer ser quando crescer? Pandemia e um manifesto às crianças...

Kohan, W. O. (2010). Vida e morte da infância, entre o humano e o inumano. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 35(3), 125-138.

Krenak, A. (2020). *Do tempo. Pandemia Crítica*. São Paulo: N-1 Edições - textos *on-line*.

Magalhães, D. (2019). Amáveis. Antologia Poética nº 1, São Paulo: *Revista Cult*.

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições.

Muller, T. M. P. & Cardoso, L. (Orgs.). (2017). *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris.

Naranjo, J. (2013). *Casa das estrelas: o universo contado pelas crianças*. Rio de Janeiro: Foz Editora.

Neruda, P. (2019). *Livro das Perguntas*. Porto Alegre: L&PM.

Nogueira, R. & Barreto, M. (2018). Infância, Ubuntu e Teko Porã: elementos gerais para educação e ética afroperspectivistas. *Childhood & Philosophy*, Rio de Janeiro, 14(31), 625-644.

Schucman, L. V. (2012). *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. SP.

Zinn, T., Richter, S., & Menezes, A. (2015). Infâncias e educação guarani. *Revista Jovens Pesquisadores*, Santa Cruz do Sul, 5(3), 63-76.

Políticas de inclusión-exclusión de personas con discapacidad en tiempos de pandemia: el neoliberalismo recargado

Cintia Schwamberger

Introducción

En este trabajo problematizamos las políticas de in-exclusión destinadas al colectivo de personas con discapacidad en tiempos de pandemia. Hacemos foco en los procesos de subjetivación de los mecanismos neoliberales capacitistas (Arnau Ripollés, 2019; Guedes Melo, 2016) hacia las personas con discapacidad que no hacen más que reforzar la estigmatización que pesa sobre ellas. Estas dinámicas se renuevan en el presente siglo por lo que obedece a prestar principal atención a los modos en que las políticas públicas arrojan a los sujetos en general, pero en particular a las personas con discapacidad a desplegar y gestionar mecanismos de soportabilidad de las desigualdades que son parte. Intentamos aportar una mirada crítica interseccional (Platero, 2014) que toma a la discapacidad en el cruce con todas sus variables y marcadores de identidad. Particularmente nos centramos en las cuestiones que se tejen en las dinámicas de escolarización cuando la discapacidad se cruza con la pobreza.

Al respecto entendemos junto con Lasta y Hillesheim (2014) que las políticas públicas describen un estado de situación de los procesos de inclusión, de los colectivos más excluidos de la población, que producen determinados regímenes de verdad acerca de lo que la inclusión comprende. Esto promueve determinados significados y discursos acerca de los modos en que los sujetos deben o no estar incluidos, de qué modo, qué sujetos acreditan esa condición, entre otros. Es decir, refiere a la producción del

otro, ese otro que “acecha” y desestabiliza los parámetros hegemónicos de normalidad (Yarza et al., 2020). Asimismo, estos procesos se anidan a la producción de subjetividades inclusivas y a la configuración de “metanarrativas revolucionarias” (Lopes, 2007, p. 24) de la inclusión, en la que todos somos llamados a participar del sistema escolar en igualdad de condiciones empero ello, las marcas de la desigualdad y la diferencia en términos de negación, siguen siendo moneda corriente. Tal como afirma Lopes (2007) tanto la inclusión como la exclusión son “invenciones de nuestro tiempo” (p. 11) de la que no podemos escapar ni huir de ellas. Tal es así que se presenta como el imperativo más fuerte del Estado neoliberal, y “se convierte en la forma más conveniente de modificar comportamientos en el sentido de producir individuos adecuados al Estado” (Lasta & Hillesheim, 2014, p. 25 traducción propia).

En el renovado siglo XXI, azotados por la pandemia COVID-19, las políticas destinadas al colectivo no abandonan sus discursos y prácticas excluyentes, sino, más bien, recrudescen las formas de discapacitación y escoriación del colectivo (Ferrante, 2018). Por tanto, nos interesa centrarnos en las políticas de inclusión-exclusión de estudiantes con discapacidad intelectual de una escuela de educación especial, que aloja estudiantes con discapacidad intelectual, emplazada en contexto de pobreza urbana de la Región Metropolitana de Buenos Aires (RMBA). Para ello, recuperamos mediante entrevistas en profundidad (De Sena, 2015), relatos de docentes de la escuela especial en tiempos de pandemia. Las mismas se realizaron, a través de distintas plataformas digitales, durante el ciclo lectivo 2020, en la que se profundizaron las condiciones de exclusión de la puesta en acto de la inclusión (Ball, 2010; Melendez & Yuni, 2017).

En ese punto los mayores resultados indican que para los docentes y equipos de gestión de las escuelas, particularmente a la que hacemos referencia, lo que importa son los y las estudiantes. En el primer apartado realizamos un breve estado de situación de las medidas desplegadas en Argentina para luego, focalizar en aquellas destinadas al colectivo de estudiantes con discapacidad. En el tercer apartado recuperamos los relatos docentes y del equipo de gestión que dan cuenta de las luchas por

la inclusión y la gesta de estrategias que ponen en primer lugar la vida de sus estudiantes y familias, no sin ello desconocer la importancia de los procesos de enseñanza y aprendizaje que en contextos de pobreza urbana encontraron mayores obstáculos.

In-exclusión en tiempos de pandemia

Las desigualdades existentes se vieron recrudecidas en tiempos de pandemia (Agamben, Zizek, Nancy et al., 2020; Giroux & Proasi, 2020), esto afectó particularmente a las personas con discapacidad. Muestra de ello son los informes recientes de la CEPAL (2020) y UNICEF (2020) que dejan al descubierto la situación que han atravesado durante los distintos confinamientos y cuarentenas existentes a lo largo y ancho del globo. De cualquier modo, estas situaciones de exclusión son parte de las lógicas neoliberales que atraviesa el sur global, incluso en tiempos pre-pandémicos. En particular las personas con discapacidad ya experimentaban condiciones estructurales de desigualdad como falta de acceso a la educación en igualdad de condiciones, a la salud, a un trabajo digno y condiciones de accesibilidad en sus espacios de morada. En esta dirección la CEPAL (2020), menciona que:

Las personas con discapacidad ya se encontraban entre las más excluidas en nuestras sociedades antes de la pandemia del COVID-19 y con la llegada de esta crisis sanitaria y sus devastadores impactos sociales y económicos estarán entre las más afectadas, junto con sus familias, lo que profundizará su situación de exclusión y marginación. La asociación entre pobreza y discapacidad es uno de los factores que subyacen a la persistente exclusión de esta población. Los estudios sobre el vínculo entre discapacidad y pobreza coinciden en que se trata de una relación compleja e interdependiente, que opera a través de diversos canales. La discapacidad es una causa y, a su vez, una consecuencia de la pobreza. (p. 1)

En esa relación compleja que intersecta discapacidad y pobreza se suman las orientaciones que realiza Boaventura Sousa de Santos en su

libro *“La cruel pedagogía del virus”* (2020) y propone que las personas con discapacidad, han sido víctimas de brutales dominaciones como el capitalismo, el colonialismo y el patriarcado, sino, que también, se las oprime y regula a partir de lógicas capacitistas (Arnau, 2019; Guedes de Melo, 2016). Estas regulaciones establecen parámetros de una supuesta capacidad corporal obligatoria (McRuer, 2006) basada en la ideología de la normalidad (Yarza et al. 2020), que define que cuerpos son capaces y cuáles no. Asimismo el autor Santos (2020) expone una clara realidad del colectivo que se recrudece en estos tiempos que refiere a las cuestiones estructurales de desigualdad en los territorios en que habitan, confinando la vida de las personas con discapacidad a una cuarentena permanente, debido a las barreras producidas por los contextos que, a diario, transitan. Cabe preguntarse, entonces, por las barreras que limitan el aprendizaje y la participación, en tiempos de pre pandemia, cómo ellas impactan en las distintas medidas y políticas implementadas en tiempos de aislamiento atendiendo a las prácticas docentes desarrolladas para garantizarlas.

Particularmente en Argentina se desplegaron durante el proceso de cuarentena, de manera tardía, indicaciones para que las personas con discapacidad, específicamente con trastorno del espectro autista (TEA), obtuvieran ciertos “beneficios” mientras el resto de la población, con y sin discapacidad, debía quedarse confinada en sus hogares. Estas reglamentaciones surgieron luego de varios reclamos de asociaciones y de familiares organizados. La primera medida fue justamente, permitir salidas de esparcimiento, acompañado por un adulto responsable tres veces por semana por el lapso de una hora. Esto trajo aparejado que, en muchas oportunidades, las personas con discapacidad y sus acompañantes, se enfrentaran a situaciones degradantes (Ferrante, 2018; Schakespeare, 2018). En primera medida por la necesidad de exponer el Certificado Único de Discapacidad (CUD) de manera visible para poder transitar por las calles y, en segundo lugar, que fuerzas de seguridad impidieran la circulación debido a la falta de información y el tratamiento adecuado hacia el colectivo.

En lo que refiere a beneficios sociales Argentina dispuso ayudas económicas paupérrimas para las familias con mayor riesgo de exclusión debido

a la supresión de las actividades económicas formales y no formales así como la no presencialidad en las aulas. Entre ellas se destacan el Ingreso Familiar de Emergencia (IFE), la Tarjeta Alimentar para familias que ya contaban con otro ingreso denominado Asignación Universal por Hijo (AUH) y algunos créditos para profesiones, pymes y grandes empresas mientras duraba la primera medida de cuarentena total. El IFE fue un subsidio de diez mil pesos (sesenta y cinco dólares americanos) otorgado por tres meses a una única persona del grupo familiar. La Tarjeta Alimentar era un cupo de cinco mil pesos (veinticinco dólares americanos) por mes para gastos exclusivamente relacionados con la nutrición y compras de alimentos, este beneficio se extendió cinco meses. Las personas con discapacidad, una vez más, quedaron por fuera de estos beneficios. Los gobiernos centrales hicieron caso omiso a las múltiples demandas, marchas y pedidos de ampliación hacia el colectivo de personas con discapacidad.

En lo que refiere a la escolaridad, las puertas de las instituciones educativas se cerraron, incluso, antes de decretarse la cuarentena total denominada Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio (ASPO). Las calles de las ciudades, en ese tiempo, se asemejaban a escenarios distópicos de las películas de ciencia ficción. En particular, desde el 12 de marzo, las clases presenciales en todo el país, se suspendieron, de hecho durante todo el ciclo lectivo 2020. La estrategia nacional propuso como superación del aislamiento, alternativas pedagógicas desde la virtualidad, mediante plataformas educativas, programas televisivos de canales abiertos y contactos sincrónicos por medio de distintos canales de conexión y utilización de TICs. La escuela se trasladó a los hogares y desde allí se construyó algo de lo que podemos pensar, se asemeja al hecho educativo. Este proceso de “domiciliación” (Dussel et al., 2020, p. 337) irrumpió en los hogares de cada estudiante de muy diversos modos que, cuando no se cuenta con los recursos tecnológicos y de conectividad, la educación más que un derecho se convierte en un privilegio:

Todos tuvimos que ver y mostrar quizás más de lo que queríamos: casas, familias, compañías, gustos, estilos. Las familias vieron a sus hijos como alumnos, incluyendo a los propios docentes, que tam-

bién vieron a sus colegas mucho más de cerca; los hijos tuvieron que ver a sus familias trabajando, con una intimidad que seguramente no habían conocido. Fue común escuchar, en clases o reuniones, ruidos de la casa o de la calle y tener que lidiar con interrupciones inesperadas de familiares sobre la comida, el mate o el perro. Todo esto parece banal, pero tiene algunos efectos profundos sobre lo que es y puede hacer la escuela. (Dussel et al., 2020, p. 338)

La situación de aislamiento, impactó no sólo en las dinámicas familiares, sociales y de escolarización, sino, también, en necesidades básicas como el sostén económico, sanitario, nutricional y habitacional. Ello, obligó a familias y docentes a reconfigurar sus prácticas cotidianas, a buscar recursos, a encontrar espacios y a delimitar los tiempos de trabajo-estudio-cuidados-organización del hogar, entre otros. En efecto, ante las demandas de virtualización de las clases y reorganización familiar en contextos de crisis, muchos de los y las estudiantes con discapacidad no han podido acceder desde principios del año pasado a la educación. Lo anterior se debe a que en la Región Metropolitana de Buenos Aires (RMBA), las escuelas se encuentran marcadas por una desigualdad y pobreza estructural desde hace varias décadas (Grinberg, 2019, 2020). Particularmente la localidad en la que se emplaza la escuela, donde realizamos el trabajo de investigación, refiere a contextos de extrema pobreza urbana y degradación ambiental que cotidianamente complejizan la escolaridad pero que, en situación de pandemia, expuso sobremanera las condiciones de precariedad de las vidas que asisten a ella.

Para garantizar la continuidad pedagógica, en tiempos de COVID-19, las escuelas debieron recuperar aquellos supuestos que las tecnologías proponen desde principios del siglo, a través de los distintos programas de conectividad y modelo 1 a 1 (Dussel, 2014). Sobre la eliminación de la brecha digital la autora refiere que ello,

se presenta como una medida que repara una deuda con los sectores más pobres, y que intenta restablecer el prestigio y la legitimidad que tenía la escuela pública en tiempos pasados, cuando era un motivo de orgullo para todas las clases sociales. (p. 43)

Sin embargo a partir de la intersección que planteamos en este trabajo acerca de las condiciones materiales de los y las estudiantes con discapacidad que habitan contextos de pobreza urbana, la brecha digital no se reduce sino que se agudiza. Lo cierto es que la falta de acceso a Internet, inexistencia de portátiles para conectarse, condiciones precarias de vida de las familias, contextos no accesibles, hacinamiento en los hogares, ausencia de espacios de trabajo y estudio, elementos de higiene y sanitización como así también para cuidados de la salud son las máximas que recorren el cotidiano de las nuevas formas de hacer escuela (Rockwell, 2018), en estos tiempos y que son objeto de análisis.

El optimismo (cruel) de ser pobre y “disca”

En Argentina, la crisis suscitada por la pandemia COVID-19 tiene su antecesor a nivel de gobernanza. Durante el último gobierno 2016-2019, las políticas neoliberales encontraron un espacio de despliegue y profundización para sus objetivos empresariales y macroeconómicos de concentración de riquezas. En un país con capacidad de endeudamiento y producción de nuevos “precariados” (Dussel, 2004), al servicio de la fuga de capitales, desempleo estructural y elevados índices de ayuda social expusieron a toda la población a un estado de extrema incertidumbre y volatilización de proyectos de vida.

En particular, los grupos minoritarios, fueron los más perjudicados por estas políticas. Sólo quienes pueden participar de la producción capitalista “surfean”, en el límite, la posibilidades de subsistencia por sobre quiénes no. Esto responde lógicas biopolíticas del presente (Mitchel, 2015). En términos foucaulteanos, en la biopolítica el objetivo ya no es el cuerpo individual, sino la regulación de la población como cuerpo especie. En este punto, la biopolítica (Foucault, 2007) en el siglo XXI, es producida bajo un inclusionismo neoliberal (Mitchel, 2015; Waitoller, 2019), que permite a los sujetos ser parte de la distribución capitalista bajo lógicas excluyentes y un optimismo cruel (Berlant, 2019). En pocas palabras, se trata como menciona Foucault (2007), de un asesinato indirecto, porque sin

necesidad de que poblaciones enteras sean exterminadas intencionalmente, estas mueren/ viven en condiciones de extrema vulnerabilidad como consecuencia de un Estado que no se caracteriza por su ausencia sino que interviene de modos particulares para contener los riesgos de la población.

Este optimismo cruel que plantea Berlant (2019) se centra, en discursos meritocráticos, para desarrollar distintas destrezas, aptitudes y habilidades con el objetivo de adaptarse a las incertidumbres e inestabilidades de la vida que empujan a las personas en general, pero, en particular a las personas con discapacidad a encontrar modos de seguir (sobre)viviendo. Al respecto, la autora menciona que, “el optimismo es una escena de sostenimiento negociado que vuelve soportable la vida tal como esta se presenta, en términos ambivalentes, desiguales e incoherentes” (p. 40). En esa soportabilidad de la vida, como condición *sin e qua non*, el neoliberalismo obliga a buscar modos y estrategias de superación del yo, que envuelvan prácticas que exacerban el derecho a existir solo para inspirar y acallar la superfluidad/precariedad en la que vivimos.

Si tal como mencionamos, la biopolítica es la “forma en que, a partir del siglo XVIII, se han intentado racionalizar los problemas que planteaban a la práctica gubernamental fenómenos propios de un conjunto de seres vivos constituidos como población” (Foucault 2007, p. 209), consideramos que estos modos crueles de escoriación, en el sur global, de los sujetos con discapacidad se acerca a lógicas biopolíticas de regulación de la muerte (Mbembe, 2011). Y en ese punto coincidimos con el autor que este proceso de regulación de la vida produce una muerte doble. Por un lado, las políticas de discapacitación, producen una muerte real por acumulación de desposesión y empobrecimiento masivo y, en segundo lugar, “una muerte simbólica por las intervenciones del capitalismo en lo social, lo político y lo simbólico” (Estevez, 2018, p.20). Por esta razón, el neoliberalismo ha transformado la regulación de la vida a través de la gestión de sí, es decir, desplaza al individuo la responsabilidad sobre su propia salud, educación y todo aquello que incide en la reproducción de lo que cada sujeto posee. Para lograr gerenciar a los individuos y a la población, el Estado neoliberal actúa mediante dos tecnologías de poder: la norma y

la política pública sobre la que hemos hecho referencia. Sobre aquello que obliga a las instituciones y sujetos a gestionar sobre la comunidad y sobre si mismos (Rose, 2007) es lo que desarrollamos en el siguiente apartado.

“Lo que importa son los y las estudiantes”

En este apartado daremos cuenta que una vez más que las escuelas y particularmente, aquellas, que se emplazan en contextos de extrema pobreza urbana, siguen siendo uno de los pilares fundamentales para sostener comunidad escolar, sostener a las familias y a cada uno de los y las estudiantes que allí concurren. Es por eso que, como venimos sosteniendo, los y las docentes no sólo se ocuparon rápidamente de responder ante la no-presencialidad en las aulas, sino, que también se tuvieron que ocupar de garantizar recursos económicos y de alimentación para sus estudiantes. Porque como una docente nos refirió: *“no podemos hacer como si nada pasara y seguir dando clase, entre que no tienen Wifi, tampoco sus padres tienen ingresos para lo necesario, por eso también nos ocupamos de entregar los alimentos y llevárselo a sus casas”* (Entrevista Docente 6, abril de 2020).

La escuela en donde realizamos el trabajo de investigación dividió estas tareas en dos tiempos, referidos a los momentos en que la cuarentena era de aislamiento total y otra, un poco más flexibilizada. En un primer momento, todos los alimentos que llegaban a la escuela eran distribuidos en distintos puntos de la localidad para que cada familia pueda acercarse a retirar desde un nodo indicado. Para ello, una vez por semana o cada quince días, según el Estado enviara la mercadería, se armaban grupos de docentes como cuadrillas, para organizar los productos, seleccionarlos, higienizarlos, etiquetarlos y distribuirlos por punto de entrega y a la vez por familias. Fueron muy habituales las imágenes de esas actividades ver a las docentes manteniendo la distancia y las medidas preventivas para evitar contagiarse. Docentes con barbijos y con máscaras faciales, guantes, alcohol en gel y lavandina eran las postales más recurrentes. Por tanto, luego de realizar este trabajo, el segundo momento era la distribución de estos productos. Para ello, la escuela organizaba con el transporte escolar y los autos

personales de docentes y directivos el traslado. Previo a esta organización material, la escuela se encargaba de difundir los puntos de entrega a las casi 500 familias de sus estudiantes. Ello también trajo aparejado nuevos obstáculos, una docente nos comentaba respecto a ello:

Yo avise a cada una de las familias de mi grupo. Les dije tal día a tal hora tienen que estar en la entrada del barrio porque no podemos entrar nosotros con nuestros autos, por seguridad. Muchos de mis pibes viven en el borde del zanjón, al fondo del barrio y como no lo conozco y no me conocen. Tratamos de que ellos se acerquen lo más que puedan a la entrada de sus barrios. Me escribe la abuela de Juan, y me dice: hola señor ¿hoy era la entrega de la mercadería? Le contesto si, los estamos esperando. La abuela me dice, ahí voy con un remis. Cuando llegamos al punto de entrega con barbijos, con lavandina, alcohol en gel y con todos los recaudos necesarios, como son muchas familias estamos más o menos cuatro horas cada vez que vamos. Vamos varias docentes y nos encargamos de estar en comunicación con todos nuestros estudiantes. La mayoría viene, pero con esta abuela ese día no pudimos encontrarnos. Esperamos una hora más de lo habitual. Trate de comunicarme con ella y no pudimos encontrarnos. La abuela días más tarde me escribe diciéndome que se había quedado sin crédito para avisarme y para llamar al remis y que tampoco tenía plata para cargar de nuevo su celular. Me dijo que fue al punto de encuentro y no nos encontró. Así que esa familia esa semana no recibió los alimentos y tampoco pude entregarle el cuadernillo de actividades que había armado para mis alumnos. Yo no sé, lo único que me importa son los chicos y quiero que estén bien, hacemos lo que podemos, pero a veces no alcanza.” (Entrevista Docente 9, junio de 2020)

La utilización de recursos propios como en este caso el auto de cada docente, los materiales de higiene que no se los proporciona el Estado para realizar estas entregas, refuerza una vez más que hoy la escuela pública se garantiza con recursos privados, tanto de conectividad como de alimentación en este caso. La docente se acongoja cuando refiere que lo único que le importa son sus estudiantes. No sólo prepara actividades que sabe, que tampoco las van a poder realizar en este contexto, viviendo hacinados o sin los espacios propicios para hacerlo, sino, que también, se ocupa de hacerles llegar alimentos. Todas las docentes se organizaban semana tras semana para que eso suceda, en muchas oportunidades, como la relatada

en el registro anterior, con mayores obstáculos, debido a la precariedad y la falta de recursos con los que cuentan las familias de la escuela. Son las docentes y es la escuela que garantiza la escolaridad y una vez más, la alimentación.

Para que los obstáculos se aminoren, desde mitad de año la estrategia ya no es recurrir y entregar en los distintos puntos de encuentro. Sino que ahora convocan a las familias durante toda una semana para que puedan retirar la mercadería y las actividades organizadas por las docentes, ya que en su mayoría los estudiantes de esta escuela no pueden seguir de manera virtual su escolaridad. En tiempos de redes sociales, grupos de *WhatsApp*, y virtualización extrema, la escuela, esta escuela, recurre a recursos materiales en papel. Por un lado, por falta de conectividad de sus estudiantes y porque los cuadernillos realizados por el Ministerio de Educación no fueron diseñados desde una perspectiva de accesibilidad (García et al., 2015) que tenga en cuenta a las personas con discapacidad y la necesidad de tener materiales específicos en todas las escuelas. Como decíamos, el segundo momento de entrega de alimentos y actividades ahora se realiza con los recaudos necesarios en la escuela, para aquellas familias que pueden acercarse. Esto trae otra cuestión, como nos refirió la directora de la escuela:

Necesitamos conseguir elementos de higiene, porque el Consejo Escolar nos manda algunas cosas, pero pareciera que no se dan cuenta que estamos en pandemia. No alcanza la lavandina, el alcohol, los guantes, no tenemos máscaras. Entonces, ¿qué hacemos, no les damos las cosas a las familias? No, juntamos dinero para comprar nosotras lo que hace falta. Y también si alguna familia necesita algo les hacemos llegar una pequeña ayuda. Como nos pasó con la familia de Benja que se le prendió fuego la casa, por suerte no pasó nada, pero tuvimos que entrar a pedir donaciones y juntar plata para acompañarlos en este momento.” (Entrevista Docente 10, agosto de 2020)

Ocuparse de cada uno de sus estudiantes, de sus familias, no sólo para garantizar la escolaridad y el derecho a la educación a través de sus propios recursos -de conectividad y materiales-, sino que también en estos tiempos, más que nunca, hay que ocuparse de todo lo necesario para que estudiantes

y familias puedan transitar con los menores obstáculos estos momentos de extrema incertidumbre y volatilidad. Aquí la directora expone una barrera más, un Estado que no envía lo necesario y, que deben, porque los y las estudiantes importan, garantizar con sus propios recursos económicos y a través de donaciones que consigan, algo mínimo para garantizar la higiene y alguna ayuda monetaria para las familias que lo requieran. En estas condiciones y tantas otras, se transita la escuela en tiempos de pandemia COVID-19 y saben también que hacen lo que pueden y que muchas veces eso no alcanza.

De finales anunciados

La tensión inclusión-exclusión en las dinámicas cotidianas de la escolaridad coloca a las escuelas ante la imperiosa necesidad de gestionar aquello que sistémicamente sólo puede ser resuelto por fuera de ellas –llámese elementos didácticos, de higiene, alimentos-, y en sus hogares como ha sido todo el 2020 y con recursos que la institución debe autogestionar/generar. Esto producto de las condiciones de desigualdad que han estado expuestos los y las estudiantes en general pero en particular los y las estudiantes con discapacidad intelectual de la escuela que no han podido acceder a condiciones mínimas de aprendizaje. El COVID-19 corrió el eje de atención y la salvaguarda de la vida y el sostén alimenticio y vincular fue prioritario para las comunidades de las escuelas que se emplazan en estos territorios. Una vez más el COVID-19 puso de manifiesto que la escuela sigue siendo un pilar fundamental y docentes un engranaje vital para conseguir que haya escuela, incluso, en condiciones de confinamiento y crisis globalizada. Surgen a partir de aquí nuevos interrogantes que remiten a las condiciones de acceso al Currículo en tiempos de pandemia.

Referencias

Agamben, G., Zizek, S., Nancy, J. et al. (2020). *Sopa de Wuhan*: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemia. Buenos Aires: ASPO. Recuperado de <https://www.elextremosur.com/files/content/23/23684/sopa-de-wuhan.pdf>

Arнау Ripollés, A. (2019). *Estudios críticos de y desde la diversidad funcional*. Tesis de Doctorado. Universidad Nacional de Educación a Distancia (España).

Ball, S. (2010). Nuevas desigualdades de clase en educación: ¿Por qué la política educativa puede estar buscando en el lugar equivocado! Política educativa, sociedad civil y clase social”, *Revista Internacional de Sociología y Política Social*, 30(3/4), 155-166. <https://doi.org/10.1108/01443331011033346>

Berlant, L. (2019). *El optimismo cruel*. Buenos Aires: Caja Negra.

CEPAL. (2020). *Sobre la evolución y los efectos de la pandemia del COVID-19 en América Latina y el Caribe*. Recuperado de https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45491/S2000300_es.pdf;jsessionid=73A44C40E6534E74312F1B6985C6952C?sequence=1

De Sena, A. (2015). *Caminos cualitativos: aportes para la investigación en ciencias sociales*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CICCUS.

Sousa Santos, B. (2020). *La cruel pedagogía del virus*. España: Akal.

Dussel, I. (2004). Inclusión y exclusión en la escuela moderna argentina: una perspectiva postestructuralista. *Cadernos de Pesquisa*, 34 (122), 305-335. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000200003>

Dussel, I. (2014). Educational programs for digital inclusion: an Actor-Network-Theory reflection on the Experience of Conectar Igualdad (Argentina), *Versión. Estudios de Comunicación y Política*, 34, 39-56, disponible en <http://version.xoc.uam.mx>

Dussel, I. et al. (2020). *Pensar la educación en tiempos de pandemia: entre la emergencia, el compromiso y la espera*. Buenos Aires: UNIPE.

Ferrante, C. (2018). ‘Machete’: Surviving disability through mendicancy in the North of Chile. *Alter. European Journal of Disability Research*, 12(1), 26-40.

Foucault, M. (2007). *Nacimiento de la biopolítica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

García, C., Heredia, M., Reznik, L., & Rusler, V. (2015). La accesibilidad como derecho. Desafíos en torno a nuevas formas de habitar la Universidad. *Espacios de crítica y producción*, 51, 41-56. Recuperado de <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/espacios/article/view/1869>

Giroux, H y Proasi, L. (2020). La pandemia del Covid-19 está exponiendo la plaga del neoliberalismo. *Praxis educativa*, 24 (2), 1-13. DOI: <https://dx.doi.org/10.19137/praxiseducativa-2020-240202>

Grinberg, S. (2019). Self-made school and the everyday making in Buenos Aires slums. *British Journal of Sociology of Education*, 40(4), 560-577. doi: 10.1080 / 01425692.2019.1565991.

Grinberg, S. (2020). Etnografía, biopolítica y colonialidad. Genealogías de la precariedad urbana en la Región Metropolitana de Buenos Aires. *Tabula Rasa*, 34, 19-39. DOI: <https://doi.org/10.25058/20112742.n34.02>

Guedes Melo, A. (2016) Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21, 3265-3276.

Lasta, L. & Hillesheim, B. (2014). Políticas de inclusão escolar: produção da anormalidade. *Psicologia & Sociedade*, 26 (nspe.), 140-149. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000500015>

Lopes, M. C. (2007). Inclusión escolar: currículo, diferencia e identidad. In M. C. Lopes & M. C. Dal'igna (Orgs.), *In / Exclusion: in the plots of the school* (pp.11-33). Canoas, RS: Ed. Ulbra.

Melendez, C. & Yuni, J. (2017). La puesta en acto de las políticas socioeducativas de inclusión en escuelas secundarias de la Provincia de Catamarca Argentina. *Praxis Educativa*, 21(1), 55-63. doi:<https://doi.org/10.19137/praxiseducativa-2017-21016>

Mitchel, D. (2015). *The biopolitics of disability: Neoliberalism ablenationalism, and peripheral embodiment*. Ann Arbor, Michigan: The University of Michigan Press.

Mbembe, A. (2011). *Necropolítica*. España: Melusina.

Mcruer, Robert (2006). *Crip Theory: cultural signs of queerness and disability*. New York: New York University Press.

Platero, R. (2012). *La interseccionalidad como herramienta de estudio de la sexualidad*. Barcelona, ESP: Bellaterra.

Interrogações às políticas públicas: sobre travessias e tessituras do pesquisar

Rockwell, E. (2018). *Vivir entre escuelas: Relatos y presencias* (Antología Esencial). Buenos Aires: CLACSO. Recuperado de http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180223024326/Antologia_Elsie_Rockwell.pdf

Rose, N. (2007). *Políticas de la vida*. Buenos Aires: UNIPE.

Schakespeare, T. (2018). *Disability. The Basics*. London: Routledge.

UNICEF. (2020). *Encuesta de Percepción y Actitudes de la Población*. Impacto de la pandemia COVID-19 y las medidas adoptadas por el gobierno sobre la vida cotidiana. Informe de resultados. Buenos Aires. Recuperado de <https://www.unicef.org/argentina/media/9026/file>

Waitoller, F. R. (2019). Why are we not more inclusive? An analysis of neoliberal inclusionism. In C. Boyle., S. Mavropoulou., J. Anderson, & A. Page (Eds.), *Inclusive Education: Global Issues & Controversies*. Rotterdam: Sense Publishers.

Yarza, A. et al. (2020). *Estudios críticos en discapacidad. Una polifonía desde América Latina*. Buenos Aires: CLACSO. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20200618021514/GT-Estudios-criticos-discapacidad.pdf>

A Covid-19, o Sistema Único de Saúde e o difícil enfrentamento da doença no Brasil

Camilo Darsie

Gabriel Felipe Tosta

Patrick Luiz Martini

Vera Elenei Costa Somavilla

Veridiana Limberger

Políticas públicas são programas, ações e decisões manejadas por governos, em diferentes níveis, que afetam as populações de modo abrangente. Diante dessa lógica, entende-se que, ao serem planejadas, organizadas e aplicadas, buscam contemplar todos os cidadãos sem que ocorram distinções relativas à raça, religião, gênero e classe social. Assim, são pensadas no sentido de corrigirem as desigualdades existentes em diferentes contextos sociais.

Elas se pautam em “uma concepção de justiça cujo princípio se refere ao acesso aos ‘mínimos sociais’, a fim de garantir a sobrevivência e a reprodução da força de trabalho nas novas condições de flexibilização, precarização e desregulamentação” dos modos de vida neoliberais (Rizotto & Bortoloto, 2011, p. 794). Não se desvinculam, portanto, do ideal de desenvolvimento econômico e da atenção à força de trabalho, tão caros nos tempos atuais; contudo, por meio delas, as populações são governadas a partir de princípios mais humanitários. Assim, ao mesmo tempo em que promovem condições de vida adequadas ao *ethos* neoliberal, suas diretrizes se sustentam em valores coletivos, mesmo sendo lógicas contraditórias.

No que se refere à Saúde, no Brasil, tais movimentos são feitos por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Conforme apontam as diretrizes e leis nacionais, ele se constitui como um sistema público de saúde

universal, integral e gratuito¹ que garante o direito à vida e à saúde para seus usuários, ou seja, para toda a população localizada em território nacional. O SUS interfere na saúde da população brasileira, desde as ações mais óbvias, como o atendimento emergencial e o tratamento de doenças, até as práticas de controle sanitário, de educação e de formação em saúde. Não é exagero, portanto, destacar que quaisquer pessoas que estejam no Brasil, autóctones ou estrangeiras, são usuárias do Sistema Único de Saúde a partir do momento em que bebem água - da torneira ou engarrafada -, por exemplo.

Porém, a sociedade brasileira, em grande parte, adere a valores relacionados à diferenciação, ao individualismo e à distinção - típicos do neoliberalismo - e, assim, as noções de solidariedade, de coletividade e de igualdade são deixadas de lado, fazendo com que o SUS seja compreendido enquanto um problema em lugar de uma solução. Talvez seja essa uma das principais consequências negativas da aproximação de lógicas consideradas contraditórias, pois diante da onda econômica que envolve a atualidade, a vida torna-se um produto a ser merecido por meio do esforço individual e a saúde pública passa a ser entendida como um gasto a ser evitado. Diante disso, o sistema de saúde brasileiro tem sofrido resistências de profissionais da saúde e de usuários, é criticado sistematicamente pela mídia, enfrenta grandes interesses financeiros ligados a operadoras de planos de saúde, a indústrias farmacêuticas e de equipamentos médico-hospitalares e, ainda, sofre com a restrição de recursos que garantiriam o seu melhor funcionamento (Paim, 2018).

Consolidou-se um entendimento equivocado acerca de quem seriam os reais usuários do SUS, bem como sobre os serviços oferecidos pelo Sistema e recursos que devem ser direcionados a ele. Parte da população leiga, de profissionais e de gestores passou a acreditar que a atuação do sistema público de saúde brasileiro é balizada pelo tratamento de doenças e, portanto, ao optarem pelo setor privado, os sujeitos não es-

.....
1 Partindo de Matta (2007), é relevante destacar que tal noção de gratuidade diz respeito à não necessidade de reembolso por atendimentos e serviços usufruídos, já que o pagamento se manifesta por meio de financiamento público, promovido por impostos.

tariam mais vinculados ao SUS. Assim, reforça-se uma fragmentação da opinião pública em relação às políticas públicas de saúde. Por um lado, estariam as “pessoas que precisam do SUS” e, por isso, “comprometem os impostos pagos pelas demais” e, por outro, as “pessoas que pagam por melhores atendimentos, por meio de seus próprios esforços” e, assim, “preferem investir em planos privados”. Na lógica econômica contemporânea, portanto, o SUS seria descartável em prol do “bem daqueles que precisam mantê-lo”.

São reforçadas, portanto, polêmicas que atrapalham as ações de saúde e, mesmo que pareçam críticas à falta de recursos enfrentada pelos gestores do SUS, reafirmam o enxugamento de gastos em saúde pública. Ainda, moldam uma ideia que desloca a noção de direito à saúde para outra posição que entende o Sistema enquanto uma atividade assistencialista, baseada em “privilégios para as minorias”.

Contudo, com o surgimento da crise global disparada pela Covid-19, o SUS passou a ser reconhecido como protagonista no enfrentamento da pandemia no Brasil, especialmente no que diz respeito às medidas de controle de alastramento da doença e vacinação. Isso, talvez, possa servir para corrigir alguns equívocos sobre o Sistema, mesmo que lentamente e diante de seu colapso causado pelas demandas da doença. Certamente, esse movimento não tem sido fácil e pacífico, pois existem muitas formas de resistência - tanto as que se originam por ideologias políticas quanto aquelas relacionadas à movimentação econômica -, contudo, tornou-se um ponto de pauta relevante que atravessa parte da população e possibilita novos olhares e posicionamentos acerca do tema, em especial no que se refere à noção de que a relação entre usuários e o SUS é muito importante para o funcionamento adequado das políticas públicas de saúde.

Partindo dessa ideia, neste texto, são apresentadas e discutidas questões que podem ser consideradas básicas e, até mesmo, antigas, mas que ainda carecem de atenção, especialmente no contexto do enfrentamento da pandemia de Covid-19 pelo Sistema Único de Saúde. O argumento está organizado de modo a descrever aspectos gerais sobre os princípios

do SUS e sobre a evolução da pandemia de Covid-19 internacionalmente. Sequencialmente, são discutidos alguns dos desafios - e ataques - vivenciados no Brasil durante o primeiro ano da pandemia.

Sistema Único de Saúde: comentários acerca de seus princípios

O Brasil possui em sua história o Movimento da Reforma Sanitária que, atuante desde o início da década de 1970, ganhou impulso na VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada entre 17 e 21 de março de 1986. O Movimento culminou na formulação e oficialização do Sistema Único de Saúde, a partir da Constituição Federal de 1988. A Conferência contou com cinco dias de debates, mais de quatro mil participantes e 135 grupos de trabalho. Seus objetivos miravam na formulação de um novo sistema de saúde e de bases legais para a organização de uma nova Constituição Federal (Conselho Nacional de Saúde [CNS], 2021).

Balizado pela Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, também chamada de Lei Orgânica da Saúde, o SUS colocou em prática o princípio constitucional da “saúde como direito de todos e dever do Estado” (Constituição Federal, 1988). Para garantir tal direito, foi estabelecido que as ações e os serviços públicos de saúde também podem ser, de forma complementar, oferecidos por serviços privados, contratados ou conveniados.

Tal fato é apontado por alguns estudiosos da área como um dos grandes desafios enfrentados pelo sistema público de saúde nacional, pois seria diante de seu fracasso que os interesses econômicos lucrariam com a oferta de serviços privados. No entanto, no momento, interessa ser destacado apenas que, à época, tal manobra visou possibilitar maiores chances de sucesso das políticas públicas de saúde em um país que estava sendo reorganizado política e economicamente. Assim, inaugurou-se a oferta de atenção em saúde por meio dos princípios de universalidade, integralidade e equidade, e o Brasil, em função disso, se tornou o maior país do mundo a possuir um sistema público de saúde pautado em tais princípios (Duarte,

Eble, & Garcia, 2018; Garbois, Sodré, & Dalbello-Araújo, 2014; Matta, 2007; Paiva, & Teixeira, 2014).

Essa questão pode ser compreendida a partir de uma perspectiva histórico-política que direciona concepções de saúde, de doença, de direitos sociais, de gestão e de relações entre as esferas de governo. Nesse contexto, destaca-se também a delimitação de territórios de saúde, que funcionam como marcadores espaciais, a partir dos quais são pensadas e aplicadas as estratégias de saúde necessárias para a efetividade da universalidade, da integralidade e da equidade, de acordo com demandas emergentes de determinados perfis sociais e ambientais.

A universalidade garante o acesso à saúde para todos os cidadãos. Essa característica implica uma abrangência de caráter indiscriminado, acolhendo a todos sem distinção de sexo, ocupação, características sociais ou credo. Tal noção não é uma exclusividade brasileira, pois países como Canadá, Espanha e Reino Unido adotam o mesmo princípio, garantindo acesso gratuito aos seus sistemas de saúde a todos seus usuários (Sousa, 2014).

É o princípio da universalidade, portanto, que dissolve a ideia de que o sistema de saúde brasileiro seria destinado apenas às pessoas que não podem pagar por saúde ou que a saúde pública seria uma espécie de favor direcionado aos mais pobres. Na contramão desses modos de entender o tema, a universalidade formaliza a saúde enquanto um direito de toda a população brasileira e, mais do que isso, enquanto uma estratégia de governo. Governamento, para Foucault (2006), diz respeito às múltiplas práticas de governo sobre as vidas dos sujeitos que compõem as populações, neste caso, desempenhadas por governantes, por gestores, por profissionais e por usuários do sistema, entre outros. É por meio do acesso universal, portanto, que o SUS opera na direção de produzir e controlar índices de saúde para torná-los positivos e alinhados à ideia de desenvolvimento nacional, especialmente quando pensado em articulação com a integralidade e a equidade.

A integralidade pode ser pensada a partir de diferentes caminhos, mas destacam-se, nesta discussão, dois. O primeiro diz respeito ao fim da dicotomia entre as ações preventivas e as curativas, já que o atendimento

deve ser integral, oferecendo qualquer tipo de atenção ao usuário, dentro das suas necessidades de saúde. O segundo expressa a preocupação de modificar a visão reducionista do modelo biomédico no processo saúde-doença, buscando uma atenção integral. Isso significa que os usuários devem ser vistos e atendidos a partir da diversidade e das suas especificidades individuais (Matta, 2007).

Assim, o princípio da integralidade formaliza uma atenção à saúde que abrange diferentes cuidados considerados relevantes para o bem-estar da população, antes, durante e depois de casos de doença. O foco deixa de ser os tratamentos que muitas vezes são consequências da falta de atenção à saúde e mira na promoção da saúde e, quando necessário, no tratamento de doenças a partir do acompanhamento horizontal dos usuários. Busca-se a garantia de cuidados que atendam às necessidades da população a partir de equipes multidisciplinares de saúde e do acompanhamento contínuo de cada caso, de modo individualizado.

Entretanto, esse é o princípio mais negligenciado na atualidade, principalmente em decorrência da insuficiência de recursos. Diante dos entraves que o SUS enfrenta em relação às práticas neoliberais, os recursos destinados são pífios “para um sistema que pretende ser universal e integral, diante de uma população que passa por uma transição demográfica, com mudanças significativas no perfil epidemiológico e com uma expectativa de consumo de serviços médicos que possivelmente equivale à dos países ricos” (Paim, 2015, p. 82). Diante disso, torna-se necessária uma reflexão sobre as consequências do desconhecimento do princípio da universalidade. Conforme mencionado anteriormente, é justamente a ideia de que o sistema de saúde brasileiro se direciona apenas para algumas pessoas que acelera o seu sucateamento. Enquanto um direito constitucional, a manutenção e o fortalecimento do sistema deveriam ser ações defendidas ao mesmo tempo em que sua estrutura precisaria ser ressignificada, tanto por seus usuários quanto pelos profissionais e gestores que a integram.

A equidade, o terceiro princípio, coloca-se como mais um desafio, pois determina que o sistema de saúde opere de modos diferentes para diferentes usuários para diminuir as desigualdades sociais (Carrapato, Correia, & Garcia,

2017). No campo da Saúde Coletiva, a noção de superação de desigualdades em saúde está intimamente associada à formulação de políticas públicas equânimes que abrangem outras dimensões da vida. Assim, é necessário assumir a saúde como um direito que objetiva priorizar as necessidades sociais como forma de promover justiça de maneira ampla (Barros & Sousa, 2016).

Na direção do que foi dito anteriormente, o que se percebe ainda é um tratamento que parece, muitas vezes, contraditório à universalidade, já que, em nome de equidade, acabam sendo realizadas ações focadas em determinados grupos ou populações, principalmente onde concentram-se os bolsões de pobreza (Paim, 2015). Porém, é necessário que tal situação seja observada por outra perspectiva, por meio da qual se entende que são as iniquidades sociais e econômicas do nosso país que fazem esse princípio ser tão complexo e, portanto, ao serem superadas, fortalecerão a universalidade, a integralidade e a própria aceitação das práticas de equidade.

A Covid-19, seu impacto global e o surgimento das vacinas

A pandemia é causada por um microrganismo que faz parte da família dos coronavírus, comuns em gado, camelos, gatos e morcegos. Normalmente, a circulação deste tipo de vírus fica restrita aos animais, mas constatou-se que vírus do tipo MERS-CoV e SARS-CoV passaram a infectar seres humanos (SES-MG, 2021). De acordo com o Ministério da Saúde (2020), um novo tipo de coronavírus, SARS-CoV-2, foi detectado, inicialmente na China, na cidade de Wuhan, por volta de dezembro de 2019 e, a partir de então, ocorreu grande número de casos de pneumonia grave entre os chineses e demais moradores do país. A OMS passou a chamar, oficialmente, a doença de Covid-19, pois “Covid” significa *Corona Virus Disease*, enquanto “19” se refere a 2019 (Fiocruz, 2021).

Vale destacar que os coronavírus possuem mecanismo de transmissão simples, pois durante a tosse e/ou espirro de pessoas contaminadas, são despejadas partículas que flutuam no ambiente e, caso haja a aproximação entre diferentes indivíduos, pode ocorrer a inalação dessas partículas contaminadas, potencialmente patogênicas. Além disso, as infecções po-

dem acontecer por meio de procedimentos médicos, como nos casos de intubação, cirurgias e técnicas nas quais há contato com mucosas. Nesse mesmo sentido, quando superfícies são infectadas há risco de contaminação pelo contato da mão que as tocou em olhos, nariz, boca (Li et al., 2020).

Assim, partindo de Wuhan, o número de infecções passou a crescer continuamente e a contar com notificações provenientes de diversos países durante os primeiros dias de 2020. Em 30 de janeiro, portanto, a OMS declarou a epidemia de Covid-19, afirmando uma emergência de importância internacional e, em 11 de março, oficializou a condição de pandemia. Tendo em conta a constatação de que as estratégias até então adotadas não eram suficientes para conter a proliferação da doença, medidas mais severas de Saúde Pública, incluindo o diagnóstico oportuno, o isolamento dos casos e a quarentena nas comunidades, foram recomendadas pela OMS (Szwarcwald et al., 2020).

As medidas de distanciamento social também passaram a ser consideradas fundamentais para o manejo da doença em todo o mundo. Conforme apontado por Darsie e Weber (2020), o controle espacial, por meio do distanciamento e isolamento, tem sido mais comumente associado ao gerenciamento de epidemias e pandemias desde a multiplicação de casos de SARS, entre a Ásia e a América do Norte, em 2003. Em relação a Covid-19, estima-se que a implementação de políticas de distanciamento social tenha evitado, até metade do ano de 2020, mais de 1,5 milhão de casos ao redor do mundo (Hsiang et al., 2020). Mesmo assim, no mesmo período, a doença atingiu mais de 7 milhões de pessoas, em 188 países (Johns Hopkins University of Medicine, 2021).

Diante disso, fronteiras de diferentes nações foram bloqueadas e, apesar das indicações da OMS, cada território nacional deu início a diferentes medidas para regular a crescente manifestação viral entre suas populações. A pandemia passou, portanto, a representar uma ameaça cada vez mais perigosa à saúde global, podendo ser agravada ou amenizada em diferentes territórios a partir da relação entre as condições de vida das populações, os suportes associados aos seus sistemas de saúde e as decisões governamentais.

Em diferentes momentos, diferentes países foram e/ou são considerados epicentros da pandemia e suas estratégias de enfrentamento e de

suporte para seus cidadãos passam a ser observadas internacionalmente, sendo criticadas ou servindo de modelo para outras nações. A Covid-19 provocou mudanças comportamentais, geopolíticas e técnicas em diversas nações do mundo, alterando as dinâmicas das políticas públicas de países ricos e pobres e impactando empresas farmacêuticas, centros de pesquisa e agências de segurança sanitária.

De acordo com Guimarães (2020), a indústria que envolve o setor saúde foi atravessada pelo intenso aumento da demanda por respiradores e EPIs. Em diferentes cidades e países a grande necessidade e as diferentes possibilidades de compra de insumos e equipamentos, bem como a variação de disponibilidade de profissionais desequilibrou as estratégias que poderiam ser administradas globalmente. O ocorrido pode ser explicado enquanto um grande mosaico de ações, crenças, valores e (des)capacidades econômicas que destacou, entre outras questões, os perfis culturais de governos e populações nacionais e, ainda, o modo como os sistemas de saúde operam em tais situações.

Em relação à emergência de novos produtos nos segmentos farmacêutico e de vacinas, houve grande motivação comprovada pelas mais de 140 candidaturas à testagem de vacinas e por inúmeros ensaios clínicos emergentes. O desenvolvimento de vacinas e drogas eficazes se transformou em um verdadeiro desafio comum.

Além da tradicional e conhecida participação de recursos públicos no desenvolvimento das vacinas em suas fases de prova de conceito (Pré-clínica), o impacto da pandemia gerou uma extensão incomum dessa participação. Na China, na União Europeia e nos Estados Unidos houve a liberação de recursos públicos para apoiar fases mais avançadas (clínicas) de desenvolvimento e a urgência no desenvolvimento de vacinas fez até mesmo com que governos passassem a financiar a construção de instalações fabris em empresas, bem como antecipar compras de produtos ainda inexistentes em sua forma comercializável. (Guimarães, 2020, p. 3582)

A vacinação atua pelo princípio de exposição a formas ou componentes não patogênicos de micro-organismos, isto é, por meio do desenvolvimento

de proteção imunológica pelo conhecimento prévio de como o organismo causador da doença ataca o corpo humano. Para tanto, ocorre o desenvolvimento da vacina e, no caso da Covid-19, foi fundamental conhecer o vírus, inativar as características de ataque, criar um estudo clínico com voluntários e comprovar a eficácia e segurança para que a aplicação pudesse ser feita na população (Abbas, Lichtman, & Pillai, 2019)

Normalmente, as vacinas demoram anos para serem lançadas em função da complexidade que envolve os seus desenvolvimentos, porém, durante a pandemia de Covid-19, vivenciou-se a realização de um esforço inédito contra um problema global (John Hopkins University of Medicine, 2021). Assim, segundo a Organização Mundial da Saúde (World Health Organization, 2021), existem, no início de 2021, ao menos 7 vacinas aprovadas para aplicação em humanos após serem submetidas aos testes de segurança. Desse modo, no dia 17 de março de 2021, mais de 400 milhões de doses foram administradas no mundo inteiro, abrangendo cerca de 5% da população mundial (Our World In Data, 2021).

Covid-19, SUS e ataques brasileiros

No Brasil, o enfrentamento da Covid-19 se configura um grande desafio. Notícias, orientações e comunicados oficiais, lançados pela imprensa e por agências sanitárias nacionais e internacionais, fazem parte dos cotidianos da população e de autoridades, desde a emergência da doença. Acreditou-se, logo no início, que o problema poderia ser administrado de forma eficiente, especialmente a partir de normas e ações recomendadas e manejadas pelo Ministério da Saúde - por meio do SUS e seus braços - em consonância com orientações globais.

Nesse sentido, foram acionados os Pontos Focais Nacionais do Regulamento Sanitário Internacional da OMS (PFN-RSI/OMS) e, após avaliação dos riscos associados, o evento foi incluído no Comitê de Monitoramento de Eventos, em 10 de janeiro de 2020. Em 22 de janeiro, foi acionado o Centro de Operações de Emergência (COE) do Ministério da Saúde, coordenado pela Secretaria de Vigilância Sanitária (SVS/MS), para harmonização, pla-

nejamento e organização das atividades com os atores envolvidos. Em 27 de janeiro, foi ativado o plano de contingência e, em 3 de fevereiro, a epidemia foi declarada emergência em saúde pública de importância nacional. Em 26 de fevereiro, então, foi confirmado o primeiro caso em território brasileiro e a resposta da SVS/MS foi imediata (Croda & Garcia, 2020).

Partindo disso, devido ao gradativo aumento do número de infecções, o distanciamento social foi adotado como principal estratégia para amenizar o impacto da doença, especialmente em relação à capacidade de atendimentos no sistema público de saúde. Desse modo, seria possível garantir o tempo necessário para a organização, atendimento e tratamento dos doentes, sem superlotação e prejuízos à população. O Supremo Tribunal Federal atribuiu, à época, aos estados, Distrito Federal e municípios a decisão de implementar as medidas de distanciamento social para o controle da Covid-19. O governo federal instituiu apenas a restrição da entrada de estrangeiros no país e a determinação para que idosos observassem o distanciamento social (Silva et al. 2020). Porém, dada a liberdade de secretarias estaduais e municipais de saúde administrarem suas normas de controle sanitário, grande parte dos estados aplicou outras ações que impactaram positivamente os índices ligados ao controle da pandemia, como recomendações acerca do uso de máscaras, distanciamento social para outras faixas etárias, construção de hospitais de campanha, entre outras.

As manobras operadas até então visavam uma organização capaz de enfrentar a doença por meio dos princípios que envolvem o SUS. A partir da diminuição de casos concomitantes, imaginava-se que seria possível garantir melhores atendimentos a todos os usuários necessitados - universalidade - bem como oferecer uma espécie de cuidado horizontal, desempenhado de forma contínua, visando não apenas ao tratamento da doença, mas, principalmente, à não infecção e à atenção em diferentes agregados populacionais - integralidade. De certo modo, foi por meio de ações estaduais e municipais que os profissionais e gestores do SUS encontraram condições para lutarem contra a propagação da pandemia. Porém, as diversas tensões, tanto diplomáticas quanto em diferentes níveis de gestão nacional, geraram disputas ideológicas que se desdobraram em

trocas de ministros, retrocessos científicos, investimento em medicamentos não eficazes, negligenciamento em relação à compra de vacinas e outras trapalhadas que desorientaram grande parte da população.

A instabilidade econômica e política do país desarticulou, portanto, as medidas de isolamento recomendadas por profissionais do SUS e do setor privado a partir de argumentos que defendiam a necessidade de grupos populacionais mais vulneráveis garantirem rendas emergenciais, a reversão da diminuição de receita por parte de empresários e prestadores de serviços, a possibilidade de práticas profiláticas fantasiosas e, no limite, a negação dos perigos da doença. Além disso, em vários estados, os números de infecções, apesar de significativos, impactavam menos do que havia sido previsto para o período - justamente pelas práticas de distanciamento - e, em comparação, chamavam menos atenção que os dados econômicos que começavam a despencar.

Diante destas dinâmicas, o discurso econômico, principalmente, a parte que se refere ao empreendedorismo e à possibilidade de rearranjo da economia nacional ganhou fôlego, se tornando central para diversas discussões. Tal situação contraria, portanto, um modo de pensar que há muito tempo colocava os enunciados da saúde em vantagem quando associados a outras áreas. Assim, não foram necessárias normas verticalizadas para contrapor as demandas econômicas às da saúde, por meio de uma perspectiva que prioriza as primeiras. Foram as próprias dinâmicas sociais que relativizaram as mortes resultantes da Covid-19 em relação ao possível empobrecimento da população, definindo enunciados, normativas e demais manobras oficiais acerca da pandemia. (Darsie, 2020)

De acordo com Siddik (2020), partindo de índice criado para medir e comparar os estímulos econômicos nacionais relacionados à Covid-19, entre 168 países, o Brasil se encontra na quadragésima primeira posição. Os fatores avaliados para esse índice incluem as políticas fiscais, monetárias e de câmbio. Assim, o Brasil, até o fim de 2020, foi o país considerado rico que menos direcionou valores aos auxílios sociais durante a pandemia. Contudo, o baixo investimento em medidas de apoio à população foi

justificado por incapacidade financeira nacional e como forma de reverter tal quadro, o desempenho de práticas laborais e comerciais, contrárias ao distanciamento, foi tomado como lema. A situação torna-se preocupante, especialmente ao ser apontado pela Fiocruz (2020) que as populações vulneráveis, as áreas consideradas periféricas e os estados com os maiores problemas relacionados aos Determinantes Sociais em Saúde (DSSs) registraram taxas significativas de mortalidade causada pela doença.

As desigualdades sociais são terreno fértil para a propagação da Covid-19, pois a falta de saneamento básico, de condições de compra de insumos de higiene e equipamentos de proteção, a superlotação nos espaços de moradia, além das questões de sobrevivência que, muitas vezes, dificultam o isolamento social potencializam a possibilidade de infecções. Nos profissionais de saúde, da linha de frente, as desigualdades influenciaram o número de contaminações e óbitos, uma vez que equipamentos de proteção individual não eram disponibilizados conforme a real necessidade. Além disso, o excesso de demanda, devido aos afastamentos e equipes reduzidas potencializam o esgotamento emocional, físico e a vulnerabilidade ao contágio (Minayo & Freire, 2020).

Tais fragilidades foram expostas, por exemplo, no editorial da revista *The Lancet*, na edição temática sobre a Covid-19 (*The Lancet*, 2020). Segundo o texto, a crise política brasileira foi causada pela postura de negligência do governo nacional em relação ao controle da doença no país. Nessa direção, evidencia-se também que durante a pandemia, ocorreram “uma tentativa frustrada de privatizar a atenção primária à saúde, a ausência de um plano de resposta nacional completo, graves falhas logísticas na campanha de vacinação e o forte negacionismo científico na alta administração do governo” (Dall’Alba et al., 2021, p. 579).

A pandemia demonstra, portanto, quão fortes são os desafios enfrentados pelo SUS, já que o Brasil atingiu o maior colapso sanitário e hospitalar de sua história (Fiocruz, 2021). Os impressionantes números que envolvem a doença - após um ano, mais de 284 mil óbitos, 11,693 milhões de casos confirmados, 10,384 milhões de pacientes recuperados, 21.401 leitos de UTI dedicados à Covid-19 (Ministério da Saúde,

2021) - servem, também, para lembrar que o SUS, por meio de seus princípios, de seu modo e níveis de gestão, de seu funcionamento e de seus profissionais oferece atendimento à população brasileira, sem distinções, porém com limitações.

Este apontamento não deve ser entendido como uma justificativa para um possível desmantelamento do Sistema Único de Saúde em lugar de outro que “seria mais eficiente e financeiramente adequado”, mas, ao contrário, enquanto um alerta relacionado à negligência sofrida pelas políticas públicas de saúde, tanto por parte do governo federal e demais gestores que corroboram com essa lógica quanto do grande número de profissionais e usuários que costumam apostar em seu fracasso. Partindo disso, pode ser pensado que os argumentos neoliberais encontraram, no que se refere à saúde, a brecha que necessitavam para se fortalecerem, aumentando o descrédito relacionado aos princípios coletivos, ao invés de potencializá-los enquanto possibilidade de crescimento - verdadeiros ataques brasileiros contra seu próprio sistema de saúde.

Um exemplo acerca dessa lógica são as falhas e negociações descomprometidas ligadas à compra de vacinas. Desde meados de 2020, enquanto diversos países garantiram quantidades significativas de doses para suas populações, o Ministério da Saúde brasileiro parece ter agido no sentido de sabotar a garantia de insumos (as vacinas, as seringas, os diluentes) para o Brasil. Tal situação pode ser pensada a partir de duas vias: a primeira se refere à imposição de tratamentos feitos com medicamentos de eficácia não comprovada, defendidos fortemente pelo presidente e seus apoiadores e a segunda à possibilidade de menor investimento público diante da possibilidade de venda das vacinas à população comum, por laboratórios privados.

Em qualquer hipótese, o que mais chama a atenção é o fato de grande parte da população entender tais manobras como decisões corretas, pois, desse modo, o ônus dos cofres públicos seria menor. Para além disso, em lugar de manifestações direcionadas ao esforço em relação à importação das vacinas, ao incremento da estrutura de atendimento público e à valorização dos profissionais da linha de frente, o que mais se destaca são as manifestações contrárias às medidas estaduais e municipais de enfrentamento da doença.

Diante do exposto, vale a pena ser destacado, mais uma vez, que é necessário que a população brasileira entenda o Sistema Único de Saúde como uma política pública necessária, destinada a toda a população. Seria justamente esta virada moral, cultural e ética que garantiria novos rumos para a saúde dos brasileiros. Partindo de um posicionamento otimista, talvez a pandemia também sirva no sentido de convocar parte da população - a parte que adere aos saberes científicos ou que foi salva pelos serviços do SUS - para apoiar a estrutura pública de saúde quando tudo isso passar.

Referências

- Abbas, A. K., Lichtman, A. H., & Pillai, S. (2019). *Imunologia Celular e Molecular* (12ª ed.). Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan.
- Barros, F. P. C & Sousa, M. F. (2016). Equidade: seus conceitos, significações e implicações para o SUS. *Saúde e Sociedade*, 25(1), 9-18. doi:10.1590/S0104-12902016146195
- Carrapato P, Correia P, & Garcia B. (2017). Determinante da saúde no Brasil: a procura da equidade na saúde [Health Determinant in Brazil: the search of equity in health]. *Saúde e Sociedade*. 26, 676-689. doi:10.1590/S0104-12902017170304
- Conselho Nacional de Saúde – CNS. (2021). *8ª Conferência Nacional de Saúde: quando o SUS ganhou forma*. Recuperado de <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/592-8-conferencia-nacional-de-saude-quando-o-sus-ganhou-forma>
- Croda, Julio H. Rosa & Garcia, Leila Posenato. (2020). Resposta imediata da Vigilância em Saúde à epidemia da COVID-19. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29(1), e2020002. doi: 10.5123/s1679-49742020000100021
- Darsie, C. (2020). The biopolitics of Covid-19. *Journal of Infection Control*, 9, 1. Recuperado de <https://jic-abih.com.br/index.php/jic/article/view/350/pdf>
- Darsie, C. & Weber D. (2020). Doença e controle espacial: questões sobre dispersão e isolamento em tempos de pandemia. *Journal Of Infection Control – Revista Brasileira de Controle de Infecções e Epidemiologia Hospitalar*, 9, 01-02. Recuperado de <http://jic-abih.com.br/index.php/jic/article/view/298>.
- Dall'alba, R., Rocha, C. F., Pinho Silveira, R., Silva Costa Dresch, L., Vieira, L. A., & Germanò, M. A. (2021). COVID-19 in Brazil: far beyond biopolitics. *LANCET*, 397, p579-580. Recuperado de [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(21\)00202-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(21)00202-6/fulltext)
- Duarte, E., Eble, L. J., & Garcia, L. P. (2018). 30 anos do Sistema Único de Saúde. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 27(1), e00100018. doi:10.5123/s1679-49742018000100018
- Fiocruz. (2021). *Desigualdade social e econômica em tempos de Covid-19*. Recuperado de <https://portal.fiocruz.br/noticia/desigualdade-social-e-economica-em-tempos-de-covid-19>
- Foucault, M. (2006). *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Interrogações às políticas públicas: sobre travessias e tessituras do pesquisar

Garbois, J. A., Sodré, F., & Dalbello-Araujo, M. (2014). Determinantes sociais da saúde: o “social” em questão. *Saúde e Sociedade*, 23(4), 1173-1182. doi:10.1590/S0104-12902014000400005

Guimarães, R., (2020). Vacinas Anticovid: um Olhar da Saúde Coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(9), 3579-3585. doi: 10.1590/1413-81232020259.24542020

Hsiang, S., Allen, D., Annan-Phan, S., Bell, K., Bolliger, I., Chong, T., Druckenmiller, H., Huang, L. Y. et al. (2020). The effect of large-scale anti-contagion policies on the COVID-19 pandemic. *Nature* 584, 262-267. Recuperado de <https://www.nature.com/articles/s41586-020-2404-8>

Johns Hopkins University of Medicine. (2021). *Coronavirus Resource Center*. Recuperado de <https://coronavirus.jhu.edu/us-map>

Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. (1990). Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/l8080.htm

Li, Q., Guan, X., Wu, P., Wang, X., Zhou, L., Tong, Y., ... & Feng, Z. (2020). Early transmission dynamics in Wuhan, China, of novel coronavirus–infected pneumonia. *New England journal of medicine*. doi:10.1056/NEJMoa2001316

Matta, G. C. (2007). Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. In G. Matta & A. PONTES (Orgs.), *Políticas de saúde: organização e operacionalização do sistema único de saúde* (pp. 61-80). Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ.

Ministério da Saúde. (2020). *Boletim Epidemiológico Vol. 51 Nº 4 - Novo coronavírus (2019-nCoV); e vigilância de violências e acidentes no Brasil: análise da cobertura da notificação compulsória de violência interpessoal/autoprovoada nos municípios brasileiros*. Recuperado de https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/janeiro/23/Boletim_epidemiologico_SVS_04.pdf

Ministério da Saúde. (2021). *Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde*. Recuperado de <https://covid.saude.gov.br/>

Ministério da Saúde. (2020). *Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde*. Recuperado de http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Tipo_Leito.asp?VEstado=00

Minayo, M. C. S. & Freire, N. P. (2020). *Pandemia exacerba desigualdades na Saúde*. doi:10.1590/1413-81232020259.13742020

Our World in Data. (2021). *Coronavirus (COVID-19) Vaccinations*. <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>

A Covid-19, o Sistema Único de Saúde e o difícil enfrentamento da doença no Brasil

- Paim, J. S. (2015). *O que é o SUS*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Paim, J. S. (2018). Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(6), 1723-1728. doi: 10.1590/1413-81232018236.09172018
- Paiva, C. H. A. & Teixeira, L. A. (2014). Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 21(1), Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v21n1/0104-5970-hcsm-21-1-00015.pdf>
- Rizzotto, Maria L. Frizon & Bortoloto, Claudimara (2011). O conceito de equidade no desenho de políticas sociais: pressupostos políticos e ideológicos da proposta de desenvolvimento da CEPAL. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 15(38), 793-804. doi: 10.1590/S1414-32832011000300014
- Secretaria Estadual de Saúde – SS-MG. (2021). *O que é o novo coronavírus?* Recuperado de https://coronavirus.saude.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&cid=7&Itemid=126
- Siddik, N. A. (2020). Economic stimulus for COVID-19 pandemic and its determinants: evidence from cross-country analysis. *Heliyon*, 6(12), e05634. Recuperado de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2405844020324774>
- Silva, Lara Lúvia Santos et al. (2020). Medidas de distanciamento social para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil: caracterização e análise epidemiológica por estado. *Cadernos de Saúde Pública* [online], 36(9). e00185020. doi:10.1590/0102-311X00185020.
- Sousa. A. M. C. (2014). Universalidade da saúde no Brasil e as contradições da sua negação como direito de todos. *Katálysis*, 17(2), 227-234. doi:10.1590/S1414-49802014000200008
- Szwarcwald, C. L., Souza, P. R. B., Malta, D. C., Barros, M. B. A., Magalhães, M. A. F. M., Xavier, D. R. et al. (2020). Adesão às medidas de restrição de contato físico e disseminação da COVID-19 no Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29(5), e2020432. Epub November 06, 2020. doi: 10.1590/s1679-49742020000500018
- The Lancet. (2020). COVID-19 in Brazil: “So what?” *The Lancet*, 395(10235), 1461-1520. doi: 10.1016/S0140-6736(20)31095-3
- World Health Organization – WHO. (2021). *COVID-19 Vaccines*. Recuperado de <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/covid-19-vaccines>

Enredamentos decoloniais: articulações entre as políticas de saúde e assistência social no campo do HIV

Gabriel Luis Pereira Nolasco

Gabriela Lopes de Aquino

Anita Guazzelli Bernardes

Introdução

O direito à Saúde Pública, no Brasil, tem se constituído como campo de possibilidades a partir da produção da vida, dos modos de viver e do trabalho como valores centrais para o cuidado em saúde. São valores manifestados pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 1946) e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organizações das Nações Unidas [ONU], 1948), mais tarde incorporados na Constituição Federal Brasileira (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988).

A proposta deste capítulo é discutir a articulação entre as políticas de saúde do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e as de assistência social. Busca-se pensar tais políticas sob uma perspectiva intersetorial para criar arranjos não apenas de acesso à medicação ou tratamento, mas também de modos de vida além do HIV. Entende-se que há processos de colonialidade implicados em determinados grupos sociais, produzindo condições de exclusão e de invisibilidade, bem como iniquidades.

Pensar a política a partir da controvérsia permite considerar que, em uma lógica da governamentalidade, o foco está em elementos para controle de certas regularidades que produzem outras possibilidades de agenciamento, mas não se modificam, necessariamente, as condições que as mantêm. O conceito de controvérsia pode ser pensado a partir do que Angela Davis (1981/2016) aponta sobre as diferenças do controle de natalidade das mulheres brancas e das mulheres negras. Para a autora, o

controle de natalidade permitiria certa liberdade sobre o próprio corpo para as mulheres brancas e negras, no entanto, no caso das mulheres negras, havia um controle dos corpos em termos de eugenia. Ou seja, trata-se de pensar nessas diferenças a partir de uma leitura interseccional das relações sociais que constituem os modos de subjetivação. Nesse sentido, dentro da lógica da controvérsia, é necessário considerar as intersecções de raça, gênero e classe que, de forma heterogênea para cada grupo social, produzem normas e regularidades de gestão das políticas sociais.

Pensar as políticas de saúde e de assistência social com a interseccionalidade implica considerar as controvérsias como efeitos da colonialidade; esta, enquanto racionalidade, apoia as estratégias de governamentalidade, uma vez que direciona os modos de demarcação de corpos e diferenças no jogo de gestão da vida e da morte presente nas políticas públicas. Os processos de colonialidade produzem determinações sociais que definem os espaços que certos grupos sociais podem ou não acessar, colocando-os em posições de maior ou menor vulnerabilidade. Quando se pensa na população que acessa as políticas públicas de saúde e de assistência social, é importante considerar o jogo de biopoder, tanto no sentido de uma biopolítica quanto no de uma necropolítica. As lógicas da colonialidade criam arranjos controversos para a gestão das vidas: há uma política de morte, uma política que torna vidas matáveis em um estado de exceção permanente (Agamben, 2002). Esse estado de exceção deve, então, ser compreendido a partir da interseccionalidade.

As práticas de desumanização e marginalização presentes na colonialidade recaem diretamente sobre os corpos de grupos étnicos/raciais e dissidentes de gênero e/ou sexualidade não hegemônica, no que diz respeito à garantia do direito à saúde e assistência, bem como ao acesso ao cuidado, ou seja, a certo tipo de gestão da vida. Essas marcas identitárias produzem a exclusão do acesso ao cuidado em saúde de certos grupos, historicamente vulnerabilizados, constituindo diferentes situações de iniquidades sociais por meio de políticas de morte.

Busca-se pensar a objetivação/subjetivação dessas políticas sociais sob uma perspectiva intersetorial que produz “efeitos na relação entre saúde,

cidadania e estado de direito” (Medeiros et al., 2005, p. 263), para criar arranjos, não apenas no acesso ao Tratamento como Prevenção (TcP) (Monteiro & Brigueiro, 2019), mas também nos modos de subjetivação indo além da sorologia positiva para o HIV, na perspectiva da promoção da dignidade para viver. Isso significa considerar o acesso às formas de cuidado como garantia do acesso às possibilidades de vida, visando a minimizar outras vulnerabilidades sociais em razão dos efeitos da colonialidade que faz incidir formas de governo sobre a vida e a morte.

Os efeitos dos processos de colonialidade que recaem sobre determinados grupos sociais e produzem condições de exclusão, invisibilidade e iniquidades no acesso à promoção de saúde e nas condições de vida que garantam os mínimos sociais – a seguridade social – evidenciam-se também no acesso às políticas sociais, na medida em que as pessoas que vivem com HIV/AIDS (PVHA) têm na saúde sua porta de entrada, porém, constantemente são invisibilizadas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As formas como são classificadas as experiências dos grupos sociais subalternizados na cena do HIV/AIDS, como “gays e outros homens que fazem sexo com homens; pessoas trans e travestis; pessoas que usam álcool e outras drogas; pessoas privadas de liberdade e trabalhadoras(es) sexuais” (Ministério da Saúde, 2017, p. 28), têm intersecção com outros marcadores sociais, tais como idade, território, raça/etnia, implicando diretamente na marginalização do acesso à saúde como um direito, produzindo impactos no agenciamento de práticas de cuidado e gerenciamento de risco para o HIV/AIDS e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

Essas considerações apoiam-se em cenas cotidianas e nos relatos de travestis e transexuais que, ao acessarem os serviços de saúde, são rapidamente “convidadas” a realizarem exames para a testagem do HIV/AIDS e outras ISTs, mesmo que esta não seja a queixa inicial. Essas práticas marcam experiências de uma corporalidade não passível de negociação com a norma; seus corpos são atravessados por marcas de subalternização, reduzindo o acesso às políticas de saúde exclusivamente ao espectro do HIV/AIDS e outras ISTs. As pessoas trans e travestis, ao acessarem os

serviços de saúde, têm seus corpos criminalizados, circunscritos por suas práticas sexuais, o que reduz suas existências à experiência da infecção por HIV/ISTs, sem a possibilidade de negociação de acesso a outras demandas de saúde e outras políticas públicas. Desse modo, não se reconhece a intersetorialidade dessas políticas como parte da multiplicidade das necessidades dos sujeitos.

Essas políticas estão assentadas em uma lógica territorial para responder às necessidades de saúde, moradia, alimentação, violência, entre outras organizações de vida e possibilidades que acontecem no território e, conseqüentemente, em outras dimensões da vida da população. Porém, o modo como tais políticas se organizam resulta em um deslocamento das demandas intersetoriais, produzindo desafios ao acesso universal e integral para as remissões das iniquidades sociais.

A proposta deste texto volta-se para a compreensão dos modos como são engendradas certas estratégias de governamentalidade, na articulação com a colonialidade. Ibiapina e Bernardes (2019, pp. 324-325) sustentam que Foucault “empreende uma análise genealógica das práticas de governo que permitem certo modo de pensar a regulação da multiplicidade como um tipo específico de poder”, elegendo-se certos dispositivos de biopoder sobre a vida e a morte de determinados grupos sociais (Foucault, 2008).

A análise teórico-metodológica sustenta-se nos estudos de Michel Foucault, especialmente no que diz respeito à operacionalização do conceito de biopoder. Entretanto, é importante considerar que pensar a partir da colonialidade torna o conceito de biopoder mais amplo, na medida em que não se trata apenas de exercícios biopolíticos, mas também de políticas de morte que se evidenciam nas experiências das travestis e transexuais que são constantemente interpeladas pela sombra do HIV/AIDS.

Em um primeiro momento, são discutidos alguns elementos necessários de articulação das políticas sociais em termos de intersetorialidade e interseccionalidade. A partir disso, situamos os arranjos frente a essa organização das políticas no que se refere aos modos como a colonialidade recai sobre as formas de acesso das PVHA. Finaliza-se apontando os desafios para as políticas.

Articulações da saúde com a assistência social: intersectorialidade e interseccionalidade

Jairnilson Silva Paim (2020) entende o direito à saúde como sendo um direito universal de toda a população. O autor defende o direito de livre acesso a uma complexa rede de produção da vida que perpassa o bem-estar físico, psíquico, social e habitacional, entre outras necessidades sociais, e não como a dicotomia funcionalista de que saúde é ausência de doença. Tal entendimento possibilita questionar as condições presentes nos determinantes sociais que produzem iniquidades para alguns grupos da população. Isso implica considerar que os determinantes sociais não são variáveis intervenientes; ao contrário, são as condições a partir das quais a vida e as formas de viver se tornam possíveis, marcando, com isso, as trajetórias de acesso. Nesta análise, é oportuno levar em conta a noção de interseccionalidade de classe, gênero e raça/etnia como fundamentais para a produção de modos de subjetivação em ligação com os determinantes sociais. Isso implica pensar a saúde a partir das marcas da interseccionalidade que a colonialidade produz, mediante as quais as demandas espontâneas são subsumidas a demandas programáticas, não como mero problema de articulação da rede, mas como estratégia de governamentalidade ancorada na colonialidade.

A saúde pública, como eixo de análise, tem três focos de atuação: “estado vital, setor produtivo e área do saber” (Paim, 2020, p. 12). Nessa perspectiva, a elaboração de tecnologias em saúde para a população deverá levar em consideração determinantes sociais, ideológicos, econômicos, epidemiológicos e políticos para sua definição e implementação nos territórios. Tais condições também atravessam a assistência social enquanto tecnologia pública, dever do Estado e direito do cidadão. É previsto, por exemplo, na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que se desenvolvam ações de forma integrada às demais políticas setoriais e se considerem “as desigualdades socioterritoriais, visando ao seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” (Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, 2005, p. 33).

Buscando-se estabelecer a articulação entre tecnologias da saúde e de assistência social, faz-se necessário apresentar, mesmo que brevemente, como estas se organizam e em quais pontos é possível pensar certos enredamentos, conexões e avizinhamentos entre elas nas ações e serviços às PVHA, tendo como referencial o conceito de intersectorialidade.

A Constituição Federal (CF) de 1988 é um marco importante para a garantia de direitos da população brasileira. Com a promulgação da Carta Magna, pela primeira vez, garantiram-se direitos sociais referentes à saúde e à assistência social, a partir da instituição da Seguridade Social, possibilitando a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Obviamente, o SUS e o SUAS, como hoje conhecemos, não foram incorporados logo após a CF/88, tampouco foram efetivamente implementados tal como previsto na sua formulação, tendo como princípios fundamentais a igualdade, a equidade e a universalização do acesso. Isso em razão dos jogos e tensionamentos com uma política neoliberal e suas formas de colonialidade que marcaram os processos sociais, especialmente a partir da segunda metade do século XX.

Para a elaboração deste texto, procuramos traçar exercícios analíticos de constituição da Saúde Coletiva no Brasil como campo de emergência das políticas públicas em saúde e da assistência social. Não foi possível tecer uma genealogia dessa história, mas sim seguir certas pistas que sobressaem quando se propõe problematizar a relação entre as políticas de saúde do HIV e sua articulação com as políticas sociais para remissão das iniquidades sociais. Sendo assim, coube-nos percorrer pistas indispensáveis que constituem o SUS como um dispositivo público que passa a operar “com o conceito de cidadania, dever e sujeito de direito que se conforma, juridicamente, na Constituição de 1988” (Medeiros et al., 2005, p. 263), emergente dos preceitos do movimento da Reforma Sanitária Brasileira (RSB), como a seguridade social.

Um dos marcos de constituição do SUS ocorreu durante a VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986, que subsidiou “o capítulo ‘Saúde’ da Constituição, desdobrando-se, posteriormente, nas leis orgânicas da saúde

(8.080/90 e 8.142/90), que permitiram a implantação do SUS” (Paim, 2020, p. 40). A saúde passa a ser incorporada à seguridade social, conjuntamente com a assistência social e a previdência. Ao se situar no campo das políticas sociais, a partir de uma estratégia de dever do Estado para com mecanismos de proteção, promoção e prevenção de agravos à vida, a saúde contemplará princípios doutrinários que orientam a organização das estratégias de atenção e cuidado: universalidade, integralidade e equidade.

Esses pilares encontram-se, por sua vez, com o SUAS, no que concerne ao cuidado, à proteção e à promoção social de famílias e indivíduos que estão em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, buscando desenvolver as potencialidades dos vínculos familiares e comunitários e fortalecê-los. Concretizado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, que estabelece grande avanço para o âmbito da assistência social, uma vez que materializa as diretrizes estabelecidas pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e efetiva a assistência social como direito do cidadão e responsabilidade do Estado, a PNAS tem como público as pessoas e grupos que estão em situações de vulnerabilidade e riscos sociais. Para atender tal população, a política de assistência social é organizada, necessariamente, em uma perspectiva socioterritorial, o que possibilita que suas ações e intervenções sejam realizadas a partir da dinâmica cotidiana do território (Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, 2005).

Tomando como base o acesso aos serviços decorrentes dos sistemas de saúde e assistência social, é preciso considerar que, frequentemente, a população-alvo dos serviços das políticas públicas de saúde e de assistência social está situada em territórios que não garantem os mínimos sociais. Assim, podemos pensar que as PVHA, a partir do estigma vinculado à peste *gay* propagado no início da epidemia em 1981, também estão, de diferentes maneiras, sujeitas a invisibilidades quanto às possibilidades de vida pós-coquetel. O estigma contribui para que uma complexa rede de vulnerabilidades, diretamente vinculada aos determinantes sociais, incida no modo de acesso aos serviços de saúde e de assistência social. O pânico em torno da revelação da sorologia contribui para o distanciamento dos serviços e, conseqüentemente, da garantia da plena cidadania. São,

portanto, estratégias de governamentalidade em que, ao regular a vida, a biopolítica opera com a produção de experiências de morte (Foucault, 2008). Entendemos que, do modo como as políticas de saúde em HIV/AIDS estão apresentadas, contribui-se obviamente para a manutenção da vida, com a distribuição universal e gratuita de antirretrovirais pelo SUS, embora não se opere de uma forma intersetorial e interseccional diante da atenção a outras necessidades sociais, o que gera controvérsias, lacunas e fragilidades no acesso às políticas.

Estabelecer a noção de rede entre as políticas públicas para pensar o sujeito com HIV/AIDS possibilita identificar as demandas por moradia, alimentação, emprego e renda, bem como as demais condições de vida necessárias também para o enfrentamento de HIV/AIDS. Isso significa abordar a intersetorialidade a partir da interseccionalidade (Davis, 1981/2016), em que as diferentes determinações sociais entram nos jogos de acesso às políticas de proteção: gênero, raça/etnia e classe, entre outras; portanto, não são variáveis intervenientes – são, sobretudo, variáveis determinantes para a propagação de uma política de morte.

Nesse sentido, a política de saúde e a política de assistência social, quando operacionalizadas de forma intersetorial e interseccional, assegurariam o acesso aos direitos que organizam as necessidades dos mínimos sociais, garantindo não apenas melhores condições imunológicas, mas também condições para o viver.

Deslocamentos do HIV/AIDS e as colonialidades

A emergência do primeiro caso de AIDS, doença causada pelo vírus do HIV, foi notificada em 1981 nos EUA. No Brasil, o primeiro caso foi diagnosticado em 1982 entre a população de *gays* e outros homens que fazem sexo com homens. Em termos das políticas de saúde em HIV/AIDS, as primeiras respostas e estratégias de enfrentamento e prevenção do HIV/AIDS foram articuladas e desenvolvidas no encontro de ativistas da sociedade civil, pesquisadores e gestão pública. O protagonismo do movimento homossexual brasileiro na resposta ao HIV/AIDS foi construído

coletivamente a fim de atender aos interesses comunitários e individuais, voltados tanto à assistência e ao cuidado da doença quanto às ações educativas de prevenção (Calazans, 2019).

Desde os primeiros casos notificados, cada vez mais a resposta da prevenção ao HIV/AIDS foi se biomedicando. Desde 1996, no SUS, ocorre a distribuição gratuita e universal de antirretrovirais. Em 2013, o Ministério da Saúde lançou o protocolo Tratamento para Todos, que passou a recomendar que todas as pessoas com HIV, independentemente da sua carga viral, iniciassem o tratamento pelo SUS¹.

Em função dos avanços da tecnocientificização das respostas biomédicas e farmacológicas, o HIV é hoje considerado uma doença crônica. Além disso, está em curso, em todo o país, a descentralização do cuidado das PVHA para as Unidades da Atenção Básica. A biomedicalização da resposta ao HIV presente no modelo preventivo oficial da Prevenção Combinada incluiu, na última década, a Profilaxia pré-Exposição² (PrEP) e a Profilaxia pós-Exposição³ (PEP), ambas oferecidas gratuitamente pelo SUS com critérios de elegibilidade entre segmentos populacionais já citados. Tais estratégias, ainda que eficazes, não atingem todos os grupos sociais de forma homogênea, sendo a população negra a mais privada de acesso.

Segundo o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), em 2019, aproximadamente 1,7 milhão de novas infecções por HIV/AIDS foram registradas no mundo. No Brasil, ocorreram “41.909 novos casos de HIV e 37.308 casos de AIDS – notificados no SINAN” (Ministério da Saúde, 2020, p. 8). No período de junho de 2007 a junho de 2020, foram notificados 69,4% casos entre os homens e 30,6% entre

.....
1 Anteriormente à nota, só poderiam iniciar o tratamento no SUS os pacientes com contagem de linfócitos CD4 abaixo de 500 células/mm³ – células de defesa do organismo que indicam o funcionamento do sistema imunológico.

2 Consiste no uso diário de um comprimido que combina dois antirretrovirais que inibem a infecção do HIV em pessoas soronegativas.

3 Consiste no uso ininterrupto, durante 28 dias, de antirretrovirais por pessoas com sorologia negativa para o HIV. A profilaxia deve ser iniciada quando houver exposição sexual e houver possível ou conhecida exposição ao vírus do HIV. Ela deve ser iniciada entre as duas primeiras horas e até 72 horas da exposição sexual.

as mulheres. Em relação ao marcador raça/cor autodeclarada, há predominância de casos entre a população negra (50,7%) em comparação com os da população branca (40,1%). Somando o marcador de sexo, destaca-se também maior incidência de casos entre negros e negras, sendo 49,2% de homens negros (pretos e pardos) em relação a 41,7% de homens brancos. A diferença de infecção pelo HIV entre mulheres negras e brancas é ainda maior, sendo 54,3% e 36,6%, respectivamente (Ministério da Saúde, 2020).

Ao se analisar os números a partir da ótica de experiências identitárias em sua totalidade social, verifica-se que as mulheres negras estão circunscritas em certas relações de colonialidade que produzem formas distintas de se relacionar com a vida, evidenciando, mais uma vez, como as desigualdades e práticas de violência operam de forma generificada, racializada e pauperizada, até mesmo entre grupos majoritariamente vulneráveis.

As posições de classe, raça e gênero impõem relações com diferentes noções de exploração e violências, sobretudo, de precariedade, repercutindo em práticas produzidas no seio da colonialidade das relações raciais presentes no Brasil, o que contribui, fundamentalmente, para que a população negra continue longe do acesso à saúde, à moradia e à educação. No caso do HIV/AIDS e de outras doenças, fica evidente a fragilidade que a corporalidade negra ocupa no cenário da prevenção do HIV/AIDS. Trata-se, portanto, de considerar as formas de colonialidade e seus efeitos em termos de visibilidade/invisibilidade, reforçando a necessidade de deslocar o foco exclusivamente das práticas sexuais para as diferentes formas de desproteção e violências que marcam certos corpos.

Outra cena em que o racismo estrutural extrapola as garantias de promoção de cidadania e dos direitos humanos no que se refere ao enfrentamento do HIV/AIDS é a dos estudos, pesquisas e ensaios clínicos desenvolvidos com uso de medicamentos antirretrovirais. Tais estudos, em sua maioria, têm pouca representatividade de participação desse segmento populacional, o que dificulta a avaliação e qualidade dos resultados, especialmente no que concerne aos efeitos adversos em outros segmentos populacionais que não seja o branco. Incluir nesses estudos as populações prioritárias, como negras, indígenas, em situação de rua e jovem, contribui

para maior abrangência dos dados e do cenário real da epidemia no Brasil. Além disso, ao focalizar apenas a imunização/tratamento e excluir certos grupos específicos, não se consideram as interseccionalidades das respostas, como se um corpo fosse apenas uma materialidade anatômica.

A estrutura colonial e racista que opera no Brasil por efeitos da colonialidade atribui ao racismo estrutural formas de controlar, selecionar e organizar como se dá o acesso da população negra às políticas sociais, situação que impacta diretamente no acesso às políticas de saúde e assistência social. No caso do HIV/AIDS, tanto a epidemia de novos casos quanto sua mortalidade estão crescentes entre homens e mulheres negras, jovens e/ou adultos (Ministério da Saúde, 2020).

O racismo estrutural, constituído pela colonialidade, contribui para a dificuldade de acesso às políticas de prevenção em saúde e, de modo mais amplo, às estratégias de proteção. No caso do HIV/AIDS, isso é visto no aumento das mortes na população negra, sobretudo, das mulheres negras, em comparação com outros segmentos sociais. Dois outros elementos são interseccionais nesse cenário das determinações sociais: a violência de gênero e a transfobia; juntas, dificultam o acesso aos serviços de saúde, que, articulados, evidenciam os mecanismos de desproteção aos quais os sujeitos de corpos femininos e trans estão expostos. Esses mecanismos são entendidos não apenas como formas de deixar morrer, mas como políticas de morte que, ao marcarem corpos, os colocam em um estado de exceção permanente. A gestão, assim, é da morte, e não da vida.

As dificuldades em acessar as terapias antirretrovirais são múltiplas e individuais, mas também estruturais, pois evidenciam marcas raciais, sociais, econômicas, etárias e de gênero que asseguram processos de exclusão e morte. Trata-se de um exercício constante de bio-necropolítica, ou seja, uma política de morte sobre os corpos da população negra, que cotidianamente sofre com práticas de violências e atentados às suas vidas e história (Lima, 2018). Há, portanto, uma racialização da epidemia de AIDS no Brasil, isto é, há uma produção do discurso sobre a noção de raça (superior - inferioridade), e isso impacta diretamente no acesso à saúde e nas políticas de prevenção, afinal, um grupo tido como menos humano

não terá sua vida considerada como elemento de importância – como uma política de vida. Assim, a prevenção, no caso do HIV/AIDS, deixa de atingir a população negra da forma como deveria, produzindo ainda mais desigualdade no acesso e contribuindo para sua condição de estado de exceção.

O que se quer apontar com essas considerações é que, do início da epidemia até o presente momento, há uma série de deslocamentos e novos agenciamentos: de corpos *gays* para corpos negros. Essas novas regularidades não indicam propriamente a “expansão” da epidemia, mas o modo como ela se torna parte de um conjunto heterogêneo de ações sobre corpos matáveis. A exposição ao HIV/AIDS, nesse sentido, aponta não mais para práticas sexuais desprotegidas, mas, sobretudo, para vidas em estado de exceção.

Considerações finais

As políticas sociais como tecnologias e estratégias que estruturam o SUS e SUAS, em termos de acesso integral para remissão e diminuição das inequidades sociais, devem perpassar a discussão sobre a interseccionalidade de gênero, raça e classe. Toma-se, então, o desafio de operacionalizar as políticas sociais a partir da intersetorialidade, interseccionalidade e base territorial, para responder às iniquidades sociais frente ao HIV.

A articulação em rede possibilita a visibilidade das PVHA no âmbito da assistência social, uma vez que esse marcador social não é pontuado de modo sistemático e normatizado na assistência social. Se, por um lado, há o direito ao sigilo da sorologia, por outro lado, saber quem vive com HIV/AIDS possibilita ampliar ações de cuidado e assistência integral a esse grupo do território onde os serviços de saúde e da assistência social se localizam. Esse contexto de acesso, cuidado e assistência às PVHA requer uma rede de pactuação contra políticas de morte, considerando que o acesso às políticas, tal como tem sido realizado, se agencia pela colonialidade e suas diferentes formas de extermínio de vidas. Dessa forma, incorporando-se múltiplas estratégias de políticas de vida, abre-se um compromisso ético/político que compreende que a produção de corpos se dá pelas distintas estratégias de

governo desses corpos; portanto, não se trata somente de criar condições de acesso, mas também de analisar como esse acesso se circunscreve por diferentes regularidades que gerem as possibilidades de vida. Há, então, a necessidade de desenvolver um conjunto de estratégias de políticas públicas que examine os determinantes sociais para compreender a produção de iniquidades e suas vulnerabilidades.

A reflexão e, igualmente, a organização e implementação das formas de enfrentamento devem, nesse sentido, ser pensadas de maneira situada. Se considerarmos a governamentalidade como modo de gestão de vidas e corpos, articulada aos processos de colonialidades no Sul Global, necessariamente, a epidemia passa a ser situada como elemento constitutivo dessa governamentalidade bio e necropolítica. Não se trata de uma epidemia sem cor, sem gênero, sem classe social, em termos de seus impactos, pois as respostas a ela marcam justamente os arranjos daquilo que se considera como formas de enfrentamento. O acesso às políticas de proteção é efeito dos jogos de governo de vidas e corpos.

O exercício de enfrentamento às inúmeras iniquidades sociais e de saúde é constante e envolve diferentes perspectivas de atuação, setores privados e públicos e atores da sociedade civil na construção de respostas coletivas e comunitárias. É evidente que a complexidade de serviços, ações e estratégias desenvolvidas em quase quatro décadas de enfrentamento à AIDS exigiu, de gestores públicos, universidades e ativistas, responsabilidade e cuidado compartilhado em rede.

O trabalho a partir de uma perspectiva intersetorial, considerando as intersecções, reconhece as PVHA em termos de suas necessidades sociais de saúde e possibilita o cuidado ampliado, compartilhado e articulado com outros setores, de forma a produzir condições de acesso para grupos historicamente localizados em situação de exceção. As corporalidades afetadas pela epidemia de AIDS no país expressam processos de racialização e colonialidade.

Referências

- Agamben, G. (2002). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG.
- Calazans, G. (2019). *Prevenção do HIV e da Aids: a história que não se conta a história que não te contam*. In Seminário de Capacitação em HIV: Aprimorando o Debate III, Associação Interdisciplinar de Aids. Recuperado de <https://abiaids.org.br/prevencao-do-hiv-e-da-aids-a-historia-que-nao-se-conta-a-historia-que-nao-te-contam/33603>
- Constituição da República Federativa do Brasil (1988). *Constituição Federativa*. Brasília, DF: Senado Federal.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, Raça e Classe*. (H. R. Candiani, trad.). São Paulo: Boitempo. (Trabalho original publicado em 1981).
- Ibiapina, E. & Bernardes, A. (2019). O mapa da saúde e o regime de visibilidade contemporâneo. *Saúde e Sociedade*. 28(1), 322-336. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170982>
- Foucault, M. (2008). *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lima, F. (2018). Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(nspe.), 20-33. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000400003&lng=pt&tlng=p
- Medeiros, P. F. et al. (2005). O conceito de saúde e suas implicações nas práticas psicológicas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 263-269. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722005000300002>
- Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. (2005). *Política Nacional de Assistência social – PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Ministério da Saúde. (2017). *Prevenção Combinada do HIV/Bases conceituais para profissionais, trabalhadores(as) e gestores(as) de saúde*. Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais.
- Ministério da Saúde. (2020). *Boletim Epidemiológico*. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis.
- Monteiro, S. & Brigueiro, M. (2019). Prevenção do HIV/ Aids em municípios da Baixada Fluminense, RJ, Brasil: hiatos entre a política global atual e as respostas locais. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 23, e180410. <https://doi.org/10.1590/Interface.180410>

Interrogações às políticas públicas: sobre travessias e tessituras do pesquisar

Organização Mundial de Saúde - OMS. (1946). *Constituição da Organização Mundial da Saúde*. Recuperado de <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>

Organização das Nações Unidas – ONU. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Assembleia Geral da ONU. Recuperado de <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

Paim, J. (2020). *O que é o SUS* (8ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Reconfigurações no acesso ao direito à identidade pelas pessoas trans:

a passagem da linguagem biomédica para a sociojurídica

Gabriela Felten da Maia

Como o Direito torna-se uma arena sob a qual emergem disputas para formulação e garantia de direitos à população trans? Essa questão compõe uma das problemáticas da pesquisa de doutorado em Antropologia Social, que venho desenvolvendo a respeito do acesso ao direito à identidade das pessoas trans. A discussão apresentada nesse artigo explora um recorte dessa pesquisa, com o objetivo de compreender o modo como os direitos da população trans conformou-se, salientando-se as modalidades de discursos e práticas que se associam na produção de um processo de cidadania, que tem o Estado e o campo judicial como um mote importante.

A regulação do direito e o reconhecimento da identidade não seria um encadeamento linear ou progressivo de avanços normativos, mas, chama a atenção Neer (2014), inserido em estratégias biopolíticas que se vinculam às mudanças no discurso médico e jurídico contemporâneos. Seguindo a perspectiva de Carrara (2015), essa mudança insere-se em um contexto mais amplo no Ocidente, com a passagem de um regime secular da sexualidade, cuja linguagem era predominantemente biomédica, para um regime que se formula cada vez mais completamente em uma linguagem sociojurídica. Pensando a partir da perspectiva foucaultiana, o autor aponta que a passagem de um regime a outro não implica em superação de modelos, mas de um processo histórico de transformação tecido lentamente, através de continuidades, rupturas e tensões.

As reflexões emergem a partir dessa proposta teórica, que toma o processo de produção do Estado, gênero e sujeitos, em diálogo com as discussões fou-

caultianas sobre biopolítica e as análises sobre a arte de governar e refletir sobre a forte atração pelo Estado na luta por direitos, ou pelos direitos humanos LGBT+ e as formas de cidadanização (trans)sexual. A constituição de um sujeito de direito e público-alvo de políticas estatais específicas realizou-se por meio de lutas entre enunciados, categorias identitárias e significados jurídicos. Agentes jurídicos, pessoas trans, movimento social e diferentes categorias profissionais que incorporam determinados princípios jurídicos colocam em disputa diferentes concepções sobre o corpo trans, transformando o dispositivo da transexualidade e a regulação legal do direito ao nome.

Privilegia-se uma perspectiva foucaultiana para pensar as estratégias e práticas que produzem direitos e sua materialidade na vida das pessoas. Foucault (2007) havia indicado que, desde o séc. XIX, vem se constituindo uma tecnologia de poder centrada na vida, em que esta se torna objeto de disputas políticas, formulando-se através de reivindicações de direito, como o direito à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades. Como uma racionalidade política governamental será pensada como uma prática refletida sobre a maneira como uns governam aos outros, em que tornam importante uma genealogia das tecnologias de governo para analisar a emergência de uma forma nova de governar a problemática da população, objeto da biopolítica, e a série de novas questões que a acompanha. O autor destaca que as tecnologias de poder não são pontos fixos, mas compostas por campos estratégicos de exercício móvel, distribuídos de modo irregular, instáveis e heterogêneas, que introduzem clivagens e deslocamentos, mas também reconfigurações.

Pensar em termos de uma genealogia das mudanças na forma de regulação do reconhecimento da identidade de gênero no contexto brasileiro possibilita refletir sobre as seguintes questões: como se deu o “nascimento” de um direito; quais agentes foram importantes; qual o lugar dos saberes médicos, psicológicos e jurídicos na produção e transformação desse direito. Interessa refletir sobre uma cadeia heterogênea de elementos que vai produzindo o direito à identidade e, conseqüentemente, o sujeito de direito, inseridos em práticas e discursos acerca dos direitos LGBT+ como direitos humanos.

No intuito de refletir as diferentes instâncias de debate sobre os direitos da população trans, questiona-se o que impulsionou o debate no campo ju-

dicial e quais as reconfigurações realizadas para o acesso das pessoas trans aos direitos. Busca-se identificar a emergência da categoria transexual no campo jurídico e as estratégias discursivas utilizadas para que surgisse um sujeito detentor de um direito. ao se acionar múltiplos discursos dos direitos, a partir das estratégias de juízes, advogados, defensores públicos e outros profissionais envolvidos na construção das petições. Nesse processo, a linguagem dos direitos humanos assumirá importante papel para a transformação discursiva sobre a transexualidade e quem são os sujeitos e seus direitos.

Do crime à patologização: emerge a pessoa transexual nos tribunais

A reconstituição dos debates acompanha a emergência de uma discussão jurídica, na década de 1970, sobre a realização das cirurgias de redesignação sexual, e as reconfigurações que passam ao longo das últimas décadas informam sobre práticas e discursos que vão produzindo a transexualidade como uma categoria médica e jurídica. Essa discussão emerge no âmbito do direito penal, quando se analisava a legalidade da realização de cirurgias de redesignação sexual. Por vinte anos, essa discussão pautou-se em dispositivos como o Código Penal, a respeito do crime de lesão corporal e falsidade ideológica, e pelo Código de Ética Médica, que vedaria práticas que fossem proibidas por lei.

Para responder a esse debate ético-jurídico, foi realizado a articulação entre discursos médicos e *psi* ao jurídico, produzindo as condições de possibilidade para o debate sobre a regulamentação dessa prática¹. Esse

.....
1 A regulamentação do procedimento cirúrgico apresenta-se como resultado de um intenso debate no Conselho Federal de Medicina (CFM), desde o início dos anos 1990, por meio de demandas de pessoas trans solicitando a autorização para a realização da cirurgia. Nesse momento, o posicionamento do CFM era contrário à realização do procedimento, respaldados pelo Código Penal, justificando que se tratava de lesão corporal grave. O primeiro marco emerge no ano de 1997, quando é aprovada a realização da prática cirúrgica e o tratamento hormonal em hospitais públicos. A promulgação da portaria do CFM se apresentou como um importante documento para redução das controvérsias legais em torno da redesignação sexual, porque consolida e reconhece essa prática como ética e legalmente uma forma de tratamento para a transexualidade. O advento de uma portaria resulta de uma compreensão de que a cirurgia integraria corpo e identidade, respaldada no direito de autodeterminação e de dispor sobre o próprio corpo, bem como o direito a não discriminação (Ventura, 2007).

encaixe, destaca Ventura (2007), marcou a trajetória histórica do direito à identidade e a constituição dos sujeitos de direito, na medida em que se estabelece “determinadas verdades sobre o transexualismo” que reproduzem o modo como as questões da sexualidade foram tratadas pelo Direito.

Foi por meio da denúncia de lesão corporal à prática de cirurgia realizada por Roberto Farina, na década de 1970, que se introduz as condições para que, no campo jurídico e médico brasileiro, a transexualidade seja discutida. A primeira cirurgia realizada pelo médico foi em 1971, mas apenas anos depois o cirurgião apresentou, em um congresso científico da área médica, a realização com sucesso de procedimentos cirúrgicos em pessoas trans². Nesse período, uma das pacientes do médico, após a realização da cirurgia, entrou com um pedido de retificação do seu registro em São Paulo, tendo sido negado pelo Tribunal de Justiça pela ausência de legislação específica e pelo fato da cirurgia ter sido considerada um crime (Castro, 2016; Coacci, 2018; Leite, 2008; Ventura, 2007).

Ambos os eventos levaram ao estabelecimento de um inquérito policial para investigação, e levou o Ministério Público Estadual a apresentar uma denúncia contra o médico. Como nesse período ainda não havia um posicionamento sobre as intervenções cirúrgicas em pessoas trans pelo Conselho Federal de Medicina, nem previsão legal para esse procedimento, a divulgação das cirurgias de redesignação sexual realizadas pelo médico foi considerada uma prática de lesão corporal gravíssima (Castro, 2016; Coacci, 2018; Leite, 2008; Ventura, 2007).

Condenado em 1978, em primeira instância, o médico recorreu. Nesse momento, com a intensificação do debate penal sobre a prática cirúrgica, conduziu-se a divulgação da produção científica na área médica para sustentar o argumento de que Farina não cometeria uma prática criminosa que descumpra o código de ética. Foi por meio dessa estratégia que a equipe de advogados de defesa do cirurgião entrou com um pedido

.....
2 Ver “Monstro, prostituta, bichinha: como a justiça condenou a cirurgia de mudança de sexo do Brasil e sentenciou médico a prisão. <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/monstro-prostituta-bichinha-como-a-justica-condenou-a-1a-cirurgia-de-mudanca-de-sexo-do-brasil-e-sentenciou-medico-a-prisao.ghtml>.

de revisão da sentença. A sentença foi reformada em decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que considerou a legalidade da prática médica (Coacci, 2018; Ventura, 2007).

Na condenação de Roberto Farina, o juiz afirmava que as pessoas atendidas pelo médico nunca poderiam ser mulheres, dado que não possuíam sistema reprodutor correspondente. Contrariando essa argumentação, houve a produção de trabalhos que buscassem explicar e divulgar a transexualidade na mídia e no meio acadêmico e jurídico. Em um esforço de defender o ato do médico e a licitude da prática de redesignação sexual, e não o direito das pessoas em realizá-lo, os advogados de defesa de Farina realizaram um trabalho para esclarecer o que seria a transexualidade nos termos dos estudos estadunidenses (Coacci, 2018; Leite, 2008; Ventura, 2007).

A despeito da complexidade e das tensões em torno da cientificidade da categoria transexual, como apresenta Barbosa (2015) em sua genealogia sobre a transexualidade, a absorção dessas discussões no campo jurídico brasileiro será estratégica para a construção do direito à transformação corporal. Essa operação, como analisa Leite (2008), ao buscar nos estudos médico-psiquiátricos apresentar a transexualidade como uma patologia, o caráter terapêutico da cirurgia se fez também a partir da diferenciação da homossexualidade, porque estaria associada ao comportamento desviante do qual tanto a defesa quanto acusação buscam afastar. É através da diferenciação da ideia de degenerações morais que vai se introduzindo a categoria transexual.

A participação de pareceristas especialistas, um médico e um criminalista, também foi estratégica para a afirmação da legalidade da prática médica e, conseqüentemente, na produção de uma categoria jurídica e sujeitos de direitos. Estes operaram com os discursos jurídicos e médicos para responder às questões sobre a cientificidade da transexualidade como categoria diagnóstica; qual procedimento adotar caso a resposta à questão anterior fosse afirmativa; se a conduta de Farina seria ética e cientificamente correta; e se o médico havia cometido um crime.

Esse encaixe foi possível ao se evocar os estudos estadunidenses, da década de 1950, especialmente em termos benjaminianos e stollerianos,

que constituíram uma nova categoria, o “transexualismo” como um momento de inflexão. Tal condição, compreendem Santos (2011) e Bento (2006), seria um desdobramento recente do dispositivo da sexualidade, e que passou por transformações desde a década de 1950, e compondo o dispositivo da transexualidade. Enquanto dispositivo, Foucault (2007) argumenta que a sexualidade se transformou, no séc. XVIII, num componente central das estratégias de poder, instrumento-efeito na expansão do biopoder, em que ao investir no corpo, em uma problemática da saúde e nas condições de seu funcionamento, constituiu-a em um domínio a ser conhecido, que tem como resultado a produção de um conjunto de efeitos nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais. Conforme Santos (2011, p. 119),

A ideia da transexualidade, enquanto dispositivo, reflete um conjunto de saberes que, através de relações e práticas de poder, estabeleceram sobre os corpos, o sexo e a sexualidade toda uma organização conceitual e prática que permitiu e legitimou a transexualidade como um fenômeno por excelência do âmbito médico, principalmente psiquiátrico.

A transexualidade vai se transformando em um objeto próprio a ser conhecido e descrito, deslocando-se de explicações morais para um campo médico-científico que se produziu como detentor do direito de divisão da experiência trans. Tal processo indica o caráter político da prática médica, na medida em que opera na produção dos corpos como inscrição legível e referencial da verdade do sexo, e possibilitou que a transexualidade instrumentalizasse técnicas médicas, jurídicas e políticas para auxiliar a “natureza” no reestabelecimento de uma pretensa coerência entre o biológico e o psicológico (Butler, 2009; Pelúcio & Bento, 2012)

Esse processo transforma a transexualidade em um fenômeno não mais extraordinário, mas ao alcance das pessoas, por meio da mídia, e coloca a autoridade médica como central para falar sobre a pessoa transexual, articulando profissionais das áreas *psi*, médica, jurídica e da mídia. Proporcionou a distinção entre categorias como transexual, travesti e

homossexual, contribuindo para a construção da nosografia psiquiátrica sobre a transexualidade e a emergência de novos especialistas (Barbosa, 2015; Bento, 2006; Leite, 2008; Zambrano, 2003).

Como analisa Preciado (2009), esse período apresentar-se-ia como a emergência de um novo regime de regulação, que se desdobra do dispositivo da sexualidade delineado por Foucault (2007). Entende como um terceiro regime da sexualidade, que chama de posmoneysta. Emerge após a segunda guerra mundial, momento em que se passa a diagnosticar e tratar pessoas a partir de uma série de biotecnologias que emergem no contexto da patologização. A categoria gênero emerge como um conceito e uma prática que acompanha uma série de tecnologias que possibilitam transformar o corpo enquanto uma interface tecnoorgânica. Um sistema tecnovivo segmentado é territorializado segundo diferentes modelos que envolvem processos múltiplos biotecnológicos. Assim, os fluxos de gênero são reapropriados em uma economia política do sexo, a fim de reestabelecer a relação entre sexo, gênero e sexualidade.

Inserir-se em uma das formas de governamentalidade contemporânea, em que os diferentes aparatos reguladores acionados, como saberes médicos e jurídicos para produzir um sujeito jurídico, compõem as tecnologias de gênero e entram no cálculo do poder para a gestão política da vida, isto é, uma gestão biotecnológica do gênero. Esse tecnogênero é composto por um conjunto de tecnologias, como fotografias, cirurgias, fármacos, cinema, cibernética, próteses, etc., que performam e materializam o gênero e passam a integrar o Estado, instituições políticas e legais para a produção e regulação de corpos “normais” e “desviantes”, a produção dos sujeitos de gênero como realidade política (Preciado, 2009).

A passagem da discussão sobre a legalidade e do direito do profissional em realizar os procedimentos para o direito à saúde, direito sexual e saúde sexual, com o reconhecimento da identidade de gênero e a orientação sexual como determinantes sociais da saúde, conformou o direito das pessoas trans para a ampliação de serviços assistenciais para a demanda de redesignação sexual e o acesso à alteração registral. Esse processo marca a trajetória da transexualidade nos tribunais entre crime, direito, patologia e cura, constituindo

o judiciário como uma importante estratégia de luta para visibilidade da demanda de reconhecimento do direito à identidade. Foram esses encaixes que possibilitaram uma transformação jurídica na compreensão do acesso das pessoas trans às cirurgias e à retificação dos documentos.

Reconfigurações jurídicas para a defesa do direito à identidade

A demanda pela alteração registral acompanhou a discussão sobre as cirurgias de redesignação sexual, dado que as pessoas que passavam pelo procedimento entravam com processos judiciais solicitando a retificação dos documentos. Embora, como aponta Coacci (2018), a demanda por retificação não seja exclusiva de pessoas que se identificam como transexual, é por meio dessa categoria que será construída o discurso jurídico para a análise desses processos. A introdução do uso dessa categoria no campo médico brasileiro adentrou o debate jurídico sobre o direito à identidade, conformando, afirma Coacci (2020), a reflexão sobre a possibilidade jurídica de retificação e quais requisitos seriam necessários.

Ainda que a categoria médica “transexualidade” figurasse como central para os processos de retificação, outras questões também foram aventadas pelos agentes judiciais para que se considerasse a procedência do pedido. A ausência de legislação que regulasse a alteração do sexo jurídico e do prenome figurou por algum tempo como posição para a extinção de ações por ausência de mérito, como analisa Coacci (2013). Embora esse entendimento tenha se modificado, tornando possível a retificação de nome, encontrava-se diferentes posicionamentos para a alteração do sexo no assento de nascimento.

Em muitos casos, a fundamentação na biologia como imutável e a impossibilidade de se alterar o sexo biológico apareciam nas decisões desfavoráveis, porque o sexo jurídico seria entendido como refletindo o sexo biológico, em um modelo da diferença sexual binária. Em decisão do STF, na década de 1980, o determinismo do sexo biológico foi argumento utilizado para justificar a impossibilidade de retificação do sexo

no assento de nascimento. Decisão que seguiu majoritária em diversos tribunais, até os anos 1990, ao se ponderar que o judiciário e a medicina não poderiam ir contra a natureza, sendo as cirurgias apenas de “natureza plástica” (Ventura, 2007).

A alteração dessa informação implicaria em uma falsidade, que poderia ser considerada crime, prejudicando o direito de terceiros. A possibilidade de casamento e filiação também figurava como preocupações à possibilidade de alteração registral do nome e sexo, porque poderia implicar na autorização (mesmo que indireta) para casamento de pessoas do mesmo sexo. O sexo no assento de nascimento deveria, então, refletir uma realidade que as tecnologias médicas, através de procedimentos cirúrgicos para redesignação sexual, não poderia alterar (Coacci, 2013; Teixeira & Maia, 2017; Ventura, 2007). Essa preocupação com a veracidade das informações nos documentos expressa, para Whittle e Turner (2007), a função da categoria sexo no Ocidente para a atribuição de direitos e distribuição de propriedades, bens e questões matrimoniais.

Entre as estratégias utilizadas para contornar essa questão, argumenta Coacci (2013), foi a apresentação de pedidos separados para retificar, primeiramente, o nome, por obter resposta mais rápida e, posteriormente, a retificação do gênero, especialmente, porque se levava em conta em qual vara seria julgada a ação, se a de Registros Públicos ou as de Família. Nesses casos, a cirurgia era um importante fator para as decisões judiciais favoráveis, pois aquelas pessoas que não desejavam realizar a cirurgia ficavam impossibilitada de alterar o registro, porque os agentes judiciais consideravam a cirurgia como condição para as decisões de deferimento, como demonstra a pesquisa de Zambrano (2003).

As investigações sobre as decisões proferidas pelos desembargadores nos acórdãos, em decisões de apelação em tribunais estaduais de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, realizadas por Coacci (2011) e Zahra (2014), refletem como os resultados favoráveis e desfavoráveis aos recursos interpostos possuem uma dimensão performática, na medida em que definem o que é transexualidade com base em critérios produzidos pela medicina e, então, materializam quais sujeitos são detentários do direito

à identidade. Ventura (2007) entende que, em ambos os casos, o debate não seria sobre a autonomia dos sujeitos ou o direito ao próprio corpo e identidade, mas perpassava uma disputa sobre quem tem a legitimidade de regular a questão.

Ambas as linhas argumentativas – favoráveis e desfavoráveis – admitem como pressuposto: a natureza patológica do transexualismo, divergindo apenas no sentido da validade e eficácia da terapia, e na possibilidade do Direito reconhecer um sexo, que não seja o determinado exclusivamente por fatores biológicos. O que se pode constatar, a partir desse estudo, é que a Medicina e o Direito só admitem, até o momento, um sexo não biológico como uma expressão patológica da sexualidade; nesse sentido, exige que esta alteração seja tutelada pela psiquiatria e mediada pela lei e/ou decisão judicial. Não há, portanto, a admissão pura e simples da identidade sexual como construção social ou da subjetividade pessoal, ou, ainda, como uma prerrogativa pessoal do sujeito. (Ventura, 2007, p. 103)

Conforme Ventura (2007), o diagnóstico de transexualidade operava como de tipo diferencial, porque possibilitaria afastar causas orgânicas, outros tipos de transtornos mentais e também diferenciar a pessoa transexual de travestis, homossexuais e intersexuais. Os agentes judiciais, ao utilizarem a concepção diagnóstica diferencial do “verdadeiro transexual”, habilitavam alguns sujeitos como aqueles que poderiam ter acesso às transformações corporais, bem como à retificação do registro civil. O judiciário seria aquele que, então, reabilitaria os sujeitos para que os documentos, tal qual os corpos através da cirurgia, correspondesse a uma natureza.

Se até o final dos anos 2000 a autorização judicial estava condicionada ao procedimento cirúrgico, desde 2010, diferentes tribunais passaram a adotar uma nova compreensão do direito à identidade, levando em conta o princípio da dignidade humana e o direito à personalidade. A compulsoriedade da cirurgia que, por muito tempo, aparecia como condição para as decisões favoráveis à retificação, vai perdendo seu estatuto com as transformações discursivas sobre a transexualidade,

empreendidas desde o ativismo trans pelo reconhecimento e visibilidade das identidades não-normativas e a formação dos chamados direitos sexuais e os direitos LGBT+, que promovem fraturas no contexto nacional e internacional.

A ampliação de acesso ao direito à identidade das experiências de deslocamento do modelo normativo de gênero binário sem a realização de cirurgias integrou-se a outras formas de acesso aos processos de retificação, por meio da apresentação de uma narrativa que correspondesse ao modelo transexual, como sofrimento, desejo e incongruência. Desse modo, pessoas que não tivessem realizado a redesignação sexual, ou ainda estariam em processo de transição, passaram a ter seus pedidos ora deferidos ora indeferidos, conforme os encaixes realizados pelos magistrados entre transexualidade, sofrimento, discriminação, violação de direitos, direito à saúde, à personalidade e direitos humanos (Coacci, 2011; Freire, 2015; Lima, 2015; Zahra, 2014).

Essa transformação faz-se acompanhada da introdução de outros mediadores, que deslocam o lugar do diagnóstico para a produção de uma verdade sobre a transexualidade. Não apenas a autoridade do especialista médico ou psicólogo mobilizados pelos laudos são importantes, mas outros registros também passaram a certificar a legitimidade do reconhecimento da identidade e da adequação dos documentos. Estes aparecem como um elemento importante de análise para os agentes judiciais e inserem-se em um campo que disputa e conflita sentidos, moralidades e saberes, diante da questão se alguém pode mudar o nome e sexo em seus documentos e leva a diferentes decisões entre as diferentes instâncias do judiciário (Freire; 2015; Lima, 2015).

A construção dos processos passou a se dar com a presença de pareceres de assistentes sociais, psicólogos, relatórios de atendimentos de profissionais do direito, fotos, leis, das declarações de testemunhas que atestem conhecer a pessoa como trans, entre outros, e vão produzindo uma narrativa que confere uma espécie de certificação. Conforme demonstra Freire (2015), havia uma dimensão moral que legitimaria as pessoas trans como sujeitos de direitos, diferenciando-se, como indica Lima (2015), da ideia de que seriam pessoas detentoras de um desvio, concepções acionadas por magistrados sobre a travesti e os homossexuais.

Da impossibilidade de retificação de nome e gênero associada à imutabilidade da biologia, há uma transformação discursiva com a introdução da linguagem dos direitos humanos e dos princípios constitucionais, que possibilitaram forjar novas estratégias para o reconhecimento da humanidade das pessoas trans e uma crítica à patologização. Nesse contexto, a categoria “sofrimento” é acionada e retrabalhada à luz das transformações anteriormente discutidas. De um sofrimento associado à natureza, passa-se a pensar a vitimização a que são expostas as pessoas trans em razão da estigmatização e da discriminação. O foco nos processos sociais de exclusão produz mudanças na argumentação que sustenta as defesas por retificação, acompanhando as articulações realizadas pelo movimento social por transformação nos termos em que se fala sobre suas experiências.

Vitimização e sofrimento produzindo sujeitos de direito

A cidadania das pessoas trans produziu-se por meio do que Cabral (2010) chama de cidadania cirúrgica, em que a patologização da transexualidade daria as condições para o acesso aos direitos. A expressão de um sofrimento que aparecia como central nas decisões era construída pelas narrativas dos pareceres, laudos e outros documentos que comprovassem uma experiência corporal e psicológica. O uso do diagnóstico para mobilizar o judiciário colocava o Direito como mais um campo terapêutico a partir da alteração de nome e sexo nos documentos, conforme apontado por Zambrano (2003), Ventura (2007) e Coacci (2011), ocupando um importante mediador para testemunhar a respeito de quem é o sujeito que deve ou não obter um direito (Maricato, 2015).

O modelo psiquiatrizante da transexualidade compreende que o desacordo com o sexo biológico e a relação das pessoas trans com o corpo seria a razão do sofrimento. A produção do diagnóstico dá-se por uma narrativa que indicaria esse sofrimento e o desejo de “ser” do gênero oposto designado ao nascer, possibilitando através dele alcançar algum sucesso nos sistemas de saúde, legal e social. O sofrimento torna-se uma forma para falar de um desacordo entre natureza e psique, com o uso da literatura que

se desenvolve no período pós-segunda guerra mundial, com pesquisadores como Benjamin, Money e Stoller³ (Barbosa, 2015; Freire, 2015).

São autores formados em campos distintos do conhecimento e produziram uma compreensão do fenômeno transexual desde uma perspectiva biológica, psicanalítica, psicológica e psiquiátrica. Esses autores produziram uma desconexão entre sexo biológico e gênero para explicarem a etiologia da experiência transexual. O alinhamento entre biológico e psicológico, ou entre sexo e gênero e, então, a sexualidade, seria considerado a triangulação esperada para o desenvolvimento da identidade, sendo a transexualidade resultado do desacoplamento entre o corpo/sexo e o psicológico/gênero.

A narrativa de um sofrimento marcado pela patologização exigiu das pessoas trans uma reiteração de normas de gênero como os desviantes bons para se tornarem aptos para a cura que a cirurgia proporcionaria. Tal construção somente seria possível com a diferenciação entre sujeitos bons e maus, pervertidos/perversos e vítimas. Essa oposição entre bons e maus desviantes qualificaria as pessoas transexuais como tímidas, castas, infelizes e com desejo sexual heterossexual, enquanto as demais manifestações apareceriam em decisões judiciais de modo indefinido como desvios morais que seriam movidos por uma excitação sexual e com explícita associação à marginalidade e crime. As diferenciações tinham por efeito produzir a compaixão às pessoas transexuais enquanto uma experiência marcada pelo sofrimento e inocência diante de um “erro da natureza” (Leite, 2008).

.....
3 Harry Benjamin sistematizou a categoria transexual enquanto uma experiência de convicção interna de pertencer ao “sexo oposto”, realizando uma distinção entre mental e biológico. Desse modo, a transexualidade seria uma conformação entre aspectos biológicos e psicológicos, apresentando as bases para a noção de identidade de gênero. John Money apresenta novos contornos à identidade de gênero com a noção de papéis sexuais e a distinção entre sexo biológico e sexo psicológico, tornando possível a intervenção no corpo a partir de diferentes biotecnologias para adequá-lo ao sexo psicológico. Stoller, seguindo a abordagem de Money e a categorização proposta por Benjamin, sistematizou o conceito de identidade de gênero desde uma perspectiva psicanalítica, compreendendo a constituição da transexualidade em um período pré-ediapiano (Barbosa, 2015).

Nas decisões para retificação do registro civil, Lima (2015, p. 9) aponta que a gestão dos corpos trans é marcada por uma economia moral, em que a “a atitude estatal não é de indiferença, mas marcada por paixões, preconceitos, estereótipos e crenças que definem o modo como avaliam, categorizam e atendem esses/as outros/as”. A lacuna legislativa sobre a identidade de gênero levou o judiciário a se voltar para medicina como forma de definir e diferenciar transexuais, colocando o conhecimento médico como o referencial para atribuir autoridade e legitimidade aos seus posicionamentos. Por isso, a expressão das emoções, especialmente de um sofrimento considerado constitutivo da transexualidade enquanto um transtorno, tornou-se um elemento importante mobilizado por agentes judiciais em suas decisões.

Se o acesso aos direitos fundamentava-se através da patologização como fonte de um sofrimento o qual o sujeito não tem controle, a produção da condição de vulnerabilidade também assumiu-se importante para alçar a condição de sujeito de direitos. A construção da pessoa transexual como vítima da natureza, de uma patologia da qual não pode escapar, articula-se princípios constitucionais que fundamentam a importância do reconhecimento do direito à retificação. Freire (2015) demonstra como a construção de petições iniciais para retificação dá-se pelo deslocamento argumentativo para o dever humanitário do Estado em reduzir o sofrimento, promovendo a dignidade e bem-estar das pessoas trans ao garantir os direitos de cidadania.

Ao incorporarem a condição de vulnerabilidade articulada à patologização, instituíam uma narrativa que produzia um sujeito vítima de uma condição social e natural e um cenário de sofrimento que precisava ser amenizado. Freire (2015) observa como as discursividades presentes no conjunto de documentos apresentado na petição inicial procuram atestar uma verdade sobre as pessoas trans que acionam judicialmente a retificação, dá-se pela figura da vítima da sociedade que passa a ser reconhecida para além da existência de um diagnóstico. A inserção de outras autoridades, como assistentes sociais e psicólogos, será importante para que a condição de um sofrimento social seja corroborada nas trajetórias individuais de cada

pessoa trans vivenciou por meio da construção de biografias marcadas por emoções, como sofrimento e desconforto registradas em um relatório técnico.

Barbosa (2015) destaca que as noções de sofrimento e autonomia circulam entre especialistas ligados à gestão de políticas para a população trans no tensionamento do conhecimento biomédico da transexualidade. Em um movimento crítico dos limites da patologização, recolocam a autoridade em outro campo, na psicologia, para a constituição do acesso aos direitos sem patologização. São profissionais da área *psi* engajados nas discussões dos estudos de gênero que consideram a importância de uma transautonomia, isto é, autonomia partilhada a partir de critérios de elegibilidade diferentes da medicina, pensando um sofrimento sem patologia, associada às discussões sobre vulnerabilidade.

Embora o saber médico-psi foi importante e estrategicamente utilizado para organizar demandas e direitos, vinha sendo questionado pelo movimento de transexuais justamente pelo forte vínculo entre política pública e o discurso médico que encerraria as diversas experiências a um modelo patologizador. Para que se considerasse a experiência trans para além do processo cirúrgico colocava-se a importância de visualizar a questão de forma mais ampla, dando ênfase aos processos de estigmatização, discriminação e violência que atravessam as experiências das pessoas trans. Se a patologização individualizaria, a compreensão das vulnerabilidades sociais ultrapassaria essa perspectiva, inserido as relações de poder como produtoras de sofrimento e coletivizando as experiências de dor. A politização da dor contribuiu para transformações nas estratégias para acessar os direitos e do ativismo trans na luta pelo reconhecimento (Arán, Murta, & Lionço, 2009; Barbosa, 2015; Carvalho, 2011; Freire, 2015).

Considerações finais

Procurei demonstrar os caminhos que levaram a possibilidade das pessoas trans serem visualizadas como sujeitos de direito e as reconfigurações no campo judicial para que as retificações de nome e sexo tornassem possível ao se acionar múltiplos discursos dos direitos. Seguindo a categoria

transexual, retomei a genealogia da produção dos direitos para a população trans brasileira através da produção discursiva que, com efeito, produziu as formas de regulação legal para acessar direito e os sujeitos que seriam beneficiados. Nesse percurso, o diagnóstico, a presença de autoridades da área da saúde e a demanda de apresentação de laudos/pareceres acompanharam os debates sobre direitos e as categorias de nomeação e identidades possibilitando seja para contrapor-se ou por meio dele construir formas para possibilitar o reconhecimento dos direitos.

Os processos de alteração registral passaram a agenciar múltiplos direitos para argumentar que as pessoas trans não deveriam ser expostas a situações vexatórias e constrangedoras por portar documentos incongruentes com sua identidade. Esses direitos, à saúde, à personalidade, aliados aos princípios da dignidade humana, eram acionados para oferecer uma interpretação ao artigo 58, da Lei de Registros Públicos, Lei n. 6.015/73, alterada pela Lei n. 9.708/98. A possibilidade de substituição do prenome por apelidos públicos era fundamentada pelas narrativas sobre a experiência de constrangimento, discriminação e violências que gerariam sofrimentos e/ou a importância do judiciário em fazer garantir os direitos constitucionais das pessoas trans contra as condições sociais excludentes e vexatórias (Coacci, 2011; Freire, 2015; Teixeira & Maia, 2017).

A contextualização dessas transformações, sem propor uma reconstituição evolutiva de um direito, possibilitou a compreensão de que as transformações na regulação formam um campo heterogêneo de estratégias e problematizações. Para além de perspectivas normativas, o Direito possui uma vida prática, uma dimensão performativa, em que é continuamente coproduzido por aparatos, como leis, conceitos e perspectivas jurídicas, bem como instituições, organizações e diferentes agentes, e implica em estratégias biopolíticas de coprodução de realidades e populações.

Essa produção envolve processos de luta entre diferentes perspectivas de diferentes agentes, em redes de relações que lutam em um campo aberto a disputas de sentido e legitimidade. Nesse contexto, discursos biomédicos, jurídicos e discussões de gênero e sexualidade articularam-se com a produção contra-hegemônica do movimento trans para a produção dos

direitos dos sujeitos, acionando a linguagem dos direitos humanos em um importante papel para a transformação discursiva sobre a transexualidade e quem são os sujeitos e seus direitos.

A gramática dos direitos humanos ou, mais especificamente, nos debates sobre cidadania, igualdade e justiça, possibilitou forjar novos modos de regulação para o reconhecimento da humanidade das pessoas trans e uma crítica à patologização. Por isso, o campo judicial apresentava-se como importante arena de lutas políticas do movimento trans pelo reconhecimento, diante da ausência de uma regulação legal. Um processo marcado por diferentes regimes de visibilidade, que se forma na relação entre campos de conhecimento, agentes jurídicos, diferentes categorias profissionais, o ativismo e a produção das identidades sexuais e de gênero, como as disputas pelas categorias trans, pessoas trans, transexuais, travestis. A incorporação de princípios jurídicos constituiu-se no entrelaçando de leis, discursos médicos, *psi*, das ciências sociais, da gramática dos direitos humanos, processos de subjetivação e moralidades e na inscrição e gestão política da população trans. A presença do Estado, como aquele que garante e outorga direitos em uma sociedade como a brasileira, que consta como o país que mais mata travestis e transexuais, tornou-se um importante mediador (Barbosa, 2015; Carvalho, 2015).

Referências

- Arán, M., Murta, D., & Lionço, T. (2009). Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, 14(4), 1141-1149.
- Barbosa, Bruno Cesar (2015). *Imaginando Trans: saberes e ativismos em torno das regulações das transformações corporais do sexo*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, SP.
- Bento, Berenice (2006). *A reinvenção do corpo. Sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Bento, B. & Pelúcio, L. (2012). Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feminista*, 20(2), 559-568.
- Butler, Judith (2009). Desdiagnosticando o gênero. *Physis*, 19(1), 95-126.
- Cabral, Mauro (2010). Relatoria. In, M. Arilha, T. Lapa, & T. Pisaneschi (Orgs.), *Transexualidade, travestilidade e direito à Saúde* (pp. 312-313). São Paulo, Oficina Editorial.
- Carrara, Sérgio (2015). Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, *Revista Mana*, 2(21), 323-345.
- Carvalho, Mario Felipe de Lima (2011). *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ.
- Carvalho, Mário (2015). *“Muito prazer, eu existo!”: visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. RJ, Brasil.
- Castro, Cristina Veloso (2016). *As garantias constitucionais das pessoas transexuais*. Birigui/SP: Boreal.
- Coacci, Thiago (2011). A transexualidade no/pelo Judiciário mineiro: um estudo dos julgados do TJMG correlatos à transexualidade no período de 2008 a 2010. *Revista Três Pontos*, 8(2), 81-92.
- Coacci, Thiago (2013). “Eu tenho um amo implacável: a natureza das coisas”: discursos jurídicos acerca das transexualidades no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (1989-2010). *Diálogo*, 24, 45-62.
- Coacci, Thiago (2018). As engrenagens do poder: sobre alguns encaixes entre direito, ciências e transexualidades no Brasil. *Revista ex aequo*, 38, 17-31.

Interrogações às políticas públicas: sobre travessias e tessituras do pesquisar

Coacci, Thiago (2020). A queima dos laudos: controvérsias e reconfigurações dos saberes e direitos trans na ADI 4275. *Revista Direito e Práxis*, 11(2), 1188-1210.

Foucault, Michel (2007). *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (18a ed.). Rio de Janeiro: Graal.

Freire, Lucas (2015). *A Máquina da Cidadania: uma etnografia sobre a requalificação civil de pessoas transexuais*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ.

Leite, Jorge (2008). *Nossos corpos também mudam. Sexo, gênero, e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Católica de São Paulo, SP.

Lima, Luiza Ferreira. (2015). *A “verdade” produzida nos autos: uma análise de decisões judiciais sobre retificação de registro civil de pessoas transexuais em Tribunais brasileiros*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, SP.

Maricato, Gláucia (2015). Ordenando sujeitos: histórias performadas da Lei nº 11.520/2007. In C. Fonseca & H. Machado (Orgs.), *Ciência, identificação e tecnologias de governo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV.

Neer, Anahí Farji (2014). Debatendo a autonomia e a regulação dos corpos na Argentina. Uma análise dos debates parlamentares da Lei de identidade de gênero e a Lei de Fertilização Assistida. In *Anais da Reunião Brasileira de Antropologia*, Natal, RN, 29. Recuperado de http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401804164_ARQUIVO_FarjiNeer-DebatendoautonomiaeregulacaodoscorposnaArgentina.pdf

Preciado, Paul Beatriz (2009). La invención del género, o el tecnocordero que devora a los lobos. In *Biopolítica del género, Conversaciones Feministas* (pp. 13-42). Buenos Aires: Aji frango.

Santos, Maria Fátima Lima (2011). A invenção do dispositivo da transexualidade: produção de “verdades” e experiências trans. *Revista Em Pauta, Teoria Social e Realidade Contemporânea*, 28, 116-130.

Teixeira, Roger R. & Maia, Gabriela F. (2017). O direito (en)gendrando identidades trans: análise dos votos de indeferimento da retificação de registro civil no TJRS. *Revista Sociais e Humanas*, 30(2), 1-17.

Ventura, Miriam. (2007). *Transexualismo e respeito à autonomia: um estudo bioético dos aspectos jurídicos e de saúde da “terapia para mudança de sexo”*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, RJ.

Reconfigurações no acesso ao direito à identidade pelas pessoas trans: a passagem...

Whittle, S. & Turner, L. (2007). Sex Changes? Paradigm Shifts in Sex and Gender following the Gender Recognition Act? *Sociological Research Online*, 12(1), 1-15.

Zahra, Vivian Manfrim Muhamed (2014). *As representações da(o)s transexuais nas aldeias arquivos do TJRS: o poder de nomeação, eis a grande questão*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal da Grande Dourados, MS.

Zambrano, Elizabeth (2003). *Trocando os documentos: um estudo antropológico sobre a cirurgia de troca de sexo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil.

Crise migratória: entre o global e o local¹

Betina Hillesheim

Giulia Netto Löbler

Luísa Klix de Abreu Pereira

Letícia Holderbaun

Nos últimos anos, tem-se chamado a atenção para os intensos fluxos migratórios internacionais. A Organização Internacional Para Migrações (OIM, 2019) destaca, em seu Relatório Anual, que cerca de 3,5% da população mundial – em torno de 272 milhões de pessoas – são migrantes internacionais. No caso do Brasil, o relatório Obmigra (Cavalcanti, Oliveira & Macedo, 2019) aponta que, diferentemente das migrações ocorridas no século XIX e início do século XX, as quais eram compostas predominantemente por europeus, no período entre 2010 e 2018, os fluxos se constituem por pessoas do sul global, tais como haitianos, venezuelanos (cujo movimento migratório cresceu significativamente a partir de 2016), além de senegaleses, bolivianos, colombianos e bengalis. Nessa perspectiva, em uma pesquisa realizada no jornal *Zero Hora*, entre os anos de 2015 e 2016, Couto e Hillesheim (2018) discutem como tais fluxos passam a ser nomeados como crise migratória.

Bauman e Bordini (2016) assinalam que, na atualidade, as crises são vagas e generalizadas, caracterizando-se por uma duração indeterminada, o que faz com que se viva em constante estado de crise. Assim, os autores debatem a chamada crise do Estado, argumentando que difere de crises precedentes pela existência de uma cisão entre poder e política, o que ocasiona numa ausência

.....
 1 A pesquisa que subsidia a discussão realizada neste capítulo origina-se do projeto de pesquisa *Estratégias biopolíticas e práticas de governo dos fluxos migratórios contemporâneos: um estudo nos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Lajeado – RS*, financiado pela FAPERGS, através do Programa Pesquisador Gaúcho, edital 05/2019.

de agência de resolução da crise. Além disso, pontuam a fissura entre local e global, trazendo como exemplo justamente a migração em massa, que se constitui como um fenômeno global causado por forças globais, mas que necessita ser resolvido no âmbito local. Em outras palavras: enquanto os problemas são produzidos globalmente, os instrumentos de ação são reduzidos à lógica de Estados-nação territoriais, mostrando-se inadequados para lidar com desafios globais. Os autores usam a imagem de *depósito de lixo* para se referir às unidades territoriais que precisam lidar com questões engendradas globalmente, sem os instrumentos adequados para agir.

Conforme o estudo feito pelo Ministério da Justiça (2015), o estado do Rio Grande do Sul se caracteriza por um grande número de migrantes assentados em cidades menores e na região metropolitana. Assim, por um lado, o estudo pontua que o Rio Grande do Sul, em comparação com outros estados brasileiros, tem uma boa rede de articulação entre a sociedade civil e os órgãos públicos, mas, por outro, faz críticas à ausência de dados integrados sobre os migrantes e suas demandas, visto que essas informações poderiam melhorar o seu atendimento.

Dessa maneira, tendo em vista que “é nos lugares que se forma a experiência humana, que ela se acumula, é compartilhada, e que seu sentido é elaborado, assimilado e negociado” e que a política local, especialmente a urbana, encontra-se sobrecarregada, visto que precisa dar conta dos problemas globais, as cidades têm se tornado “campos de batalha nos quais os poderes globais e os sentidos e identidades tenazmente locais se encontram, se confrontam e lutam” (Bauman, 2009, p. 35), na busca de soluções satisfatórias. Para o autor, é esse tensionamento entre global e local que orienta a dinâmica das cidades contemporâneas.

Considerando-se tais aspectos, este capítulo busca discutir como se constituem, nos níveis municipais, as estratégias biopolíticas e práticas de governo dos atuais fluxos migratórios. Para subsidiar tal discussão, as pesquisadoras se debruçaram sobre as sessões das câmaras de vereadores de dois municípios de médio porte situados no interior do estado do Rio Grande do Sul: Lajeado e Santa Cruz do Sul, mapeando, no período de 2013 a 2017, as estratégias que as cidades encontram para dar conta dos

desafios trazidos pelos fluxos migratórios. A partir disso, a análise se volta para as formas pelas quais os migrantes são compreendidos, assimilados e/ou rejeitados pelas populações locais, gerando processos de in/exclusão.

Dessa maneira, o texto se organiza da seguinte forma: em um primeiro momento, é realizada uma contextualização do campo da pesquisa e as formas de visibilidade/invisibilidade dirigidas aos migrantes; após, problematizam-se as estratégias biopolíticas e as práticas de governamento das vidas migrantes, buscando-se compreender como tais estratégias e práticas implicam processos de in/exclusão. Para finalizar, apontam-se alguns desafios para as políticas públicas no que se refere ao tensionamento entre o global e o local.

Do Norte ao Sul Global: as visibilidades/invisibilidades migrantes

Os municípios investigados – Lajeado e Santa Cruz do Sul – são polos de suas regiões – Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo, respectivamente –, sendo que Lajeado, segundo estimativas do IBGE (2017), em 2020 contaria com uma população de 85.033 habitantes, e Santa Cruz do Sul, 131.365. Ambas são cidades industriais e, enquanto Lajeado caracteriza-se pela presença de indústrias alimentícias, Santa Cruz do Sul destaca-se pela indústria fumageira. Além disso, os dois municípios receberam, no século XIX, um grande contingente de migrantes europeus, principalmente alemães.

Embora próximas (a distância entre as cidades é de aproximadamente 60 km), Lajeado e Santa Cruz do Sul apresentam diferenças importantes no que se refere aos fluxos migratórios contemporâneos. Enquanto Lajeado, segundo informações fornecidas pela Polícia Federal em março de 2018, contava com um número expressivo de migrantes (566 haitianos, 01 venezuelano e 24 senegaleses) que obtiveram residência no país por motivos humanitários (não sendo considerados neste número aqueles que aguardavam decisão em relação ao pedido de refúgio), Santa Cruz do Sul contabilizava somente 05 venezuelanos e 10 senegaleses. Tal tendência se evidencia nos anos seguintes: conforme dados do Sismigra (Martini,

Hillesheim, Darsie, Weber, Löbler, & Pereira, 2020), os registros nacionais migratórios em Lajeado, entre janeiro de 2019 e abril de 2020 totalizaram 343 (dentre os quais, 243 haitianos e 40 colombianos, sendo o restante distribuído entre diferentes países de origem, especialmente latino-americanos ou africanos). Por sua vez, Santa Cruz do Sul, no mesmo período, contou com 49 pedidos de registros (sendo 12 colombianos, 7 estadunidenses, 6 venezuelanos e, os demais, distribuídos entre países diversos).

Tendo em vista tais diferenças, um primeiro dado que se sobressai é a pouca visibilidade dos atuais fluxos migratórios nas discussões legislativas municipais, mesmo em Lajeado, onde o número de migrantes é expressivo. No período de 2013 a 2017, entre 1784 documentos (considerando-se projetos de leis, projetos de leis complementares, projetos de resolução, emendas e requerimentos), foram encontradas apenas 34 que se referiam à migração no município. Desse conjunto, 32 materiais citavam a migração aludindo à colonização europeia do século XIX e 2 diziam respeito aos fluxos migratórios recentes. No caso de Santa Cruz do Sul, de um total de 2398 documentos, 17 se relacionavam ao tema da migração, sendo que, desses, apenas 4 se referiam diretamente aos fluxos migratórios contemporâneos (consistindo em pedidos de informações para a Polícia Federal sobre os migrantes e um documento de encaminhamento de uma das solicitações), enquanto outros consistiam em documentos que tangenciavam a questão (quatro documentos sobre o Programa Mais Médicos, um documento de homenagem aos militares em missão no Haiti, dois documentos sobre fiscalização de ambulantes e um documento sobre o departamento de migração que existe no município), enquanto o restante referia-se especialmente à migração europeia (cinco documentos de reforço à cultura alemã e um documento que tratava sobre o trabalho dos feirantes, enaltecendo a cultura local).

Jardim (2017), ao tratar dos paradigmas de migração no país, sublinha que a prática escravagista e as teorias eugenistas deixaram como marca a busca do imigrante ideal, isto é, o branco europeu. Nessa perspectiva, a legislação migratória do século XIX buscou favorecer a vinda destes migrantes, com o intuito tanto de servir de mão de obra como para serem pequenos proprietários de terra, ocupando territórios considerados estraté-

gicos. Tal imigração foi promovida pelo Estado ou, em algumas situações, por companhias de colonização, mediante condições contratuais muitas vezes exploratórias. Em sua análise de diferentes leis e decretos vigentes no país, o autor evidencia o caráter eugênico destes, mediante uma política de branqueamento da população. Assim, por exemplo, durante o Estado Novo, o Decreto-Lei n. 406/1938 criou o Conselho de Imigração e Colonização, o qual tinha por função “coordenar a entrada de imigrantes ‘ideais’, em termos de raça (eugenia) e função (mão-de-obra)” (p. 23). Tal norma eugênica seria revogada somente em 1980, a partir do Estatuto do Estrangeiro.

Seyferth (1996) afirma que, após 1850, o discurso nacionalista brasileiro toma a miscigenação como um tópico imprescindível na discussão da política migratória, compreendendo-a como “mecanismo de formação da nação desde os tempos coloniais e base de uma futura raça histórica brasileira, de um tipo nacional, resultante de um processo seletivo direcionado para o branqueamento da população” (p. 43). Dessa maneira, a política migratória constitui-se tanto como um elemento da colonização – baseada nas pequenas propriedades familiares –, quanto da ocupação de territórios. Citando um texto publicado pelo Visconde de Abrantes, em 1846, a autora mostra como havia uma preferência por determinados grupos de migrantes, tais como os alemães, os quais eram tidos como mais adequados ao trabalho, tanto por sua suposta índole como pelos seus conhecimentos como agricultores e artífices – os alemães constituíam o que se entendia por um colono exemplar. Assim, a imigração europeia era considerada instrumento civilizatório, sendo a escravidão e as grandes propriedades vistas como obstáculos ao desenvolvimento do país. Além disso, nos primeiros anos da república, mediante a tese de branqueamento da população² como forma de contornar as teses eugenistas que colocavam os brancos como superiores e condenavam a mestiçagem, a maior entrada de estrangeiros (europeus) relacionava as questões de colonização e imigração à ideia de

.....
2 Os cientistas brasileiros postulavam que a o branqueamento da raça se daria a partir de “um processo seletivo de miscigenação que, dentro de um certo tempo (três gerações), produziria uma população de fenótipo branco” (Seyferth, 1996, p. 49).

raça. Nesse cenário, o imigrante concorreria para a formação de um tipo nacional, a partir de uma determinada construção racial que visava ao clareamento da pele do brasileiro nas gerações futuras.

Além da concepção de um imigrante ideal, a partir da primeira Guerra Mundial, os Estados passaram a adotar ações mais policiais no que se refere à circulação de pessoas, criando barreiras à migração. Entretanto, “o Estado policialesco está na raiz da República” (Jardim, 2017, p. 24), sendo que o Decreto n. 1.566/1893 já previa expulsão dos estrangeiros por uma série de condutas que pudessem atentar contra a tranquilidade e segurança pública. Mais adiante, no período de novos regimes militares, o Decreto-Lei n. 941 de 13 de outubro de 1969 e o Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815/80) seguiram na lógica da política de segurança nacional, adotando medidas de controle de concessão de vistos, bem como de deportação e expulsão de estrangeiros considerados ameaças ao país.

A partir disso, pode-se pensar tanto na visibilidade que é dada a determinadas migrações (particularmente a migração europeia) quanto na escala de invisibilidade/visibilidade a qual outras migrações são submetidas (pois, praticamente inexistentes nos documentos, tornam-se foco quando se constituem como ameaça à população, como pode ser pensado a partir dos reiterados pedidos de informações sobre os migrantes direcionados à Polícia Federal). Desse modo, como apontam Silva e Weschenfelder (2010), ao analisarem a construção das narrativas identitárias étnicas na região sul do Brasil:

Os rastros do discurso imigrantista estão presentes nas narrativas identitárias que tendem a invisibilizar as populações não brancas, nomeadamente os afrodescendentes, por muito tempo considerados inexpressivos no conjunto das populações do Estado ou considerados remanescentes de uma história escravocrata distante da crueza do escravismo brasileiro. No caso, mesmo o escravismo no Rio Grande do Sul tendeu a ser interpretado nas suas atípicas formas de horizontalidade. A presença negra no Sul foi, assim, sendo deslocada do processo civilizatório norteado pelos imigrantes que, com sua ética do trabalho, espírito empreendedor e industrioso, se tornaram o *letmotiv* da formação do Sul do Brasil. (p. 261)

Os pesquisadores observam também o quanto o multiculturalismo conservador, como um instrumento de resistência à globalização, fortaleceu identidades étnicas nas esferas regionais. O Rio Grande do Sul se constitui, assim, num bom exemplo da construção de um imaginário étnico associado a narrativas identitárias europeias que são entendidas como homogêneas, sendo evidentes os processos de exclusão e invisibilidade sociais decorrentes de tais narrativas. Nesse cenário, os autores fazem a crítica de uma parte da própria historiografia que legitimou a migração europeia como responsável pelo desenvolvimento de determinadas regiões do país, reforçando mitos fundadores sustentados por um mito épico-pioneiro e invisibilizando as populações não-brancas. Alguns dos depoimentos dos sujeitos entrevistados são bastante significativos no que se refere à construção da ideia do migrante ideal vinculado à cultura europeia:

Existem raças que trabalham mais, eu acho que o próprio desenvolvimento de Santa Cruz se deve aos alemães que vieram para cá e colonizaram”. “Eu acho que tem uma relação sim. Os alemães vieram pra cá, trabalharam. Essa cidade que a gente tem hoje, a base foi feita por eles, então eu acredito que isso de geração em geração é passado. (Silva & Weschenfelder, 2010, p. 276)

Ao analisar os diferentes documentos produzidos nas sessões legislativas de Lajeado e Santa Cruz do Sul, é interessante constatar que a migração europeia é naturalizada, ou melhor, cristalizada, visto que os documentos não intentam discuti-la, mas apenas a citam, no intuito de homenagem ou enaltecimento. Percebe-se, assim, que o mito épico-pioneiro é constantemente atualizado, mediante propostas de batismos de logradouros públicos ou realização de festas alusivas à migração, sendo colocado num lugar central no imaginário das cidades. Por outro lado, ao tratar das migrações recentes, pode-se notar dois movimentos: (a) ações relacionadas a uma política de um multiculturalismo conservador, as quais, como colocam Silva e Weschenfelder (2010), em nome de uma noção de tolerância, buscam amortecer as diferenças (tem-se assim, por exemplo, um documento que declara Lajeado e Porto Príncipe como cidades-irmãs, enquanto que

outro documento autoriza o repasse financeiro para uma publicação organizada pela universidade local no sentido de sensibilizar a comunidade em relação ao acolhimento e inserção social dos imigrantes); (b) ações de vigilância e controle da população migrante, vista como potencialmente perigosa (aqui se enquadram os pedidos de informação à Polícia Federal, os quais questionam sobre condições de saúde, nível educacional, tempo de permanência, renda, entre outros).

Pode-se pensar, assim, que os migrantes contemporâneos – haitianos, venezuelanos, senegaleses, colombianos, entre outros –, contrastam com o imaginário do migrante ideal. Afinal, tais migrantes são efeito de circunstâncias diversas, mas, em sua maioria, advêm de Estados em crise, numa mixagem de deslocamentos forçados por questões políticas, econômicas e/ou desastres ambientais (como é o caso dos haitianos, cujo país foi devastado pelo terremoto de 2010). Além disso, especialmente nos dois municípios analisados – os quais se assentam numa narrativa de enaltecimento do migrante europeu para o desenvolvimento de suas regiões –, o encontro com esses novos migrantes causa estranhamento, tanto no que se refere à cor, mas também à cultura. Bauman (2017) denomina tais migrantes como redundantes (localmente inúteis ou intoleráveis), sendo visto nos países de destino como estranhos, sendo que, como efeito geral, pode-se perceber uma desumanização dos migrantes, ocasionando processos de exclusão no que se refere ao acesso a direitos e levando o tema da migração da esfera da ética para uma dimensão de ameaça à segurança.

A partir disso, pode-se compreender o jogo de visibilidades e invisibilidades produzidos nos documentos: por um lado, a migração europeia é exaltada e celebrada, marcando seu papel no desenvolvimento das cidades nas quais se assentaram; por outro, o contingente de haitianos, senegaleses, colombianos, venezuelanos, entre outros, que, nos últimos anos, também tem se dirigido a essas regiões, é pouco visível nas discussões das câmaras de vereadores, sendo alvo de referências esparsas. Além disso, nos documentos analisados não se percebe preocupação no sentido de uma maior acolhida e assistência a esses migrantes (excetuando-se a iniciativa que parte da universidade local). Ainda é necessário destacar que, no município de Santa

Cruz do Sul, onde existe um número inexpressivo de migrantes, a principal menção são os pedidos de informações à Polícia Federal, os quais podem ser vistos como estratégia de regulação e controle dessas entradas. Assim, pode-se perceber, como pontua Bauman (2017), que, apesar de algumas esparsas demonstrações de solidariedade, desencadeadas especialmente quando há uma sensibilização maior no que se refere às condições de vida dos migrantes, na maior parte do tempo há uma tendência de viver em um mundo claramente dividido entre *nós* e *eles*.

É necessário ressaltar que, apesar dessa pouca visibilidade nas discussões legislativas, as políticas públicas se organizam para dar conta das demandas trazidas pela chegada dos migrantes. Back (2019) relata que, em Lajeado, houve a contratação, na Secretaria de Assistência Social, de um migrante haitiano, para exercer a função de auxiliar administrativo em um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, atuando no sentido de dar a primeira acolhida aos migrantes que chegam à cidade. Além disso, a pesquisadora refere que, ao chegar ao serviço, deparou-se com uma placa escrita em quatro línguas (português, francês, crioulo haitiano e inglês) e, ao acompanhar o trabalho desenvolvido no local, sentia que “a sala era ponte entre diferentes países” (p. 57)³. Ao mesmo tempo, a pesquisadora também descreve a divisão dos mundos, quando, por exemplo, ao acompanhar as andanças do trabalhador haitiano pela cidade, encontra outros migrantes, em grande parte em ocupações determinadas (auxiliares na construção civil, auxiliares de produção em indústrias de abate de animais, cobradores de estacionamento rotativo, varredores...), mesmo quando possuem qualificações para exercerem outras ocupações (em um dos encontros, por exemplo, ela é apresentada para um advogado haitiano, que trabalhava como cobrador do estacionamento rotativo). Assim, aos migrantes são destinados os trabalhos não desejados pelos trabalhadores

.....
3 Esses movimentos de acolhida por parte dos serviços também podem ser observados em outros municípios da região. Nesta perspectiva, em Venâncio Aires, localizado entre Santa Cruz do Sul e Lajeado, que, principalmente a partir de 2020, tem recebido muitos migrantes venezuelanos, a Secretaria de Assistência Social organizou uma série de ações para o acolhimento e acompanhamento dessa população (como, por exemplo, grupo de mulheres migrantes).

nacionais⁴ e sua circulação ocorre em espaços específicos, sendo necessário, “o tempo todo, reposicionar-se” (p. 60) para sair do lugar de desconfiança em que são vistos.

Entretanto, se, como coloca Back (2019), caminhar pela cidade de Lajeado é cruzar com as estrangeiridades e se percebe que as políticas públicas – especialmente de assistência social, tendo em vista as condições de vulnerabilidade dos migrantes – preocupam-se em traçar estratégias de atenção, por que tais vidas se esmaecem nas sessões legislativas? Vê-se, assim, que os migrantes oriundos do Sul global integram uma lógica pautada em uma inclusão excludente, ocupando postos de trabalho que não são desejados pelos brasileiros⁵ e distribuindo-se por determinadas áreas da cidade, visíveis por suas diferenças (são facilmente identificados por sua cor, sua língua e seus costumes), sendo alvo ora de um multiculturalismo conservador, ora de ações de vigilância e controle, mas também invisibilizados quando se tratam das questões relativas à cidade, que ainda é compreendida como formada pelos descendentes dos migrantes do Norte global.

Sobre os Tensionamentos Global/Local e as Políticas Públicas: algumas considerações

Bauman e Bordoni (2016) analisam que as cidades foram transformadas em laboratórios que necessitam encontrar formas de resolução de problemas que são globalmente engendrados, mediante ações improvisadas e cotidianamente testadas. Às cidades cabe, segundo os autores, “sustentar a ordem global de hoje e corrigir seus defeitos e tropeços, bem como reparar os danos colaterais que elas próprias estão fadadas a perpetrar” (p. 150).

.....
4 Comentário de uma haitiana que estava trabalhando na limpeza das ruas: “Trabalho como varredora, que não é um trabalho muito bom, muito pesado, na rua o tempo todo. As brasileiras não ficam, no máximo 2 meses” (BACK, 2019, p. 58).

5 Muitos dos migrantes em Lajeado se estabeleceram no município devido a demandas das indústrias frigoríficas ou das empresas de construção civil, sendo que, num determinado período, empresários se dirigiam ao Acre para fazer ofertas de trabalho para eles. O trabalho de Back (2019) aponta que a chegada de muitos dos migrantes na cidade se deu a partir de 2011, coincidindo com um período de maior crescimento econômico, quando se necessitava de mão de obra para tais setores.

Dessa maneira, enquanto a migração é um fenômeno criado pela produção de pessoas consideradas redundantes em diversos pontos do mundo, é tarefa dos locais acolher os migrantes e propiciar-lhes condições dignas de vida, bem como abrandar as tensões geradas pelo influxo de estrangeiros.

Na pesquisa realizada, evidenciou-se que, apesar da sobrecarga vivenciada nas cidades pela chegada de migrantes nos últimos anos, as câmaras legislativas municipais pouco se envolvem na discussão e busca de soluções para esse fenômeno. Entretanto, como apontam Back (2019) e Saccol (2020), tais tensionamentos buscam ser mitigados pelas políticas públicas, especialmente no campo da assistência social, vista a condição de vulnerabilidade dos migrantes.

Souza (2006) assinala que não há uma definição única ou melhor sobre políticas públicas, sendo que pode ser compreendida de diferentes formas: como um campo de análise do governo no que se refere às questões públicas; como um conjunto de ações governamentais que produzem determinados resultados; como uma série de ações do governo que atuam sobre a vida dos cidadãos; como as atividades que o governo escolhe ou não fazer etc. A autora enfatiza ainda que a definição mais conhecida é de Laswell, que coloca que a importância das políticas públicas é “responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (p. 24). Além disso, ao ressaltar a existência de definições que marcam que o seu papel reside na solução de problemas, ela também lembra a crítica feita àqueles que superestimam os elementos racionais e procedimentais das políticas públicas, no sentido de que, muitas vezes, é ignorado o seu aspecto central, isto é, o embate de ideias e interesses diversos.

A partir disso, salienta-se a importância das políticas públicas na acolhida e atendimento dos migrantes, considerando-se que muitos dos problemas enfrentados hoje são produzidos por forças extraterritoriais e devem ser enfrentados pelas localidades (cf. Bauman & Bordoni, 2016). Entretanto, se as políticas públicas se mostram como um espaço fundamental para suavizar os atritos causados pela separação dos mundos entre os habitantes locais e os recém-chegados, deve-se atentar também que se constituem como uma arena de lutas entre ideias e interesses diversos.

Nesse sentido, tanto a invisibilidade quanto as estratégias de vigilância e controle evidenciadas nas discussões legislativas municipais indicam os tensionamentos entre *nós e eles*, permitindo distinguir os processos de in/exclusão vivenciados pelos migrantes no âmbito local.

Referências

Back, L. A. (2019). *Os (des)encontros da tríade: processos migratórios, trabalho e cidade*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul, RS. Recuperado de <http://hdl.handle.net/11624/2444>

Bauman, Z. (2009) *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bauman, Z. (2017) *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bauman, Z. & Bordoni, C. (2016) *Estado de crise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Cavalcanti, L., Oliveira, T., Macedo, M. (2019). Imigração e Refúgio no Brasil. In Relatório Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. *Anual. Série Migrações*. Brasília, DF: OBMigra.

Couto, C. R. & Hillesheim, B. (2018). Crônica de um naufrágio anunciado: entre mares e muros, os refugiados. *Textura - Ulbra*. Recuperado de <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/3886/2944>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2017). *Brasil/Rio Grande do Sul/ Lajeado*. Brasília: DF. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/lajeado/panorama>.

Jardim, T. D. M. (2017). A Lei Migratória e a Inovação de Paradigmas. In Instituto Migrações e Direitos Humanos (Ed.). *Cadernos de Debates: migração, refúgio e cidadania* (pp. 17-46). Brasília, DF: Instituto Migrações e Direitos Humanos. Recuperado de https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Caderno-de-Debates-12_Ref%C3%BAgio-Migra%C3%A7%C3%B5es-e-Cidadania.pdf.

Martini, P. L., Hillesheim, B., Darsie, C., Weber, D. L., Löbler, G. N., & Pereira, L. K. A. (2020). *Pedidos de registro nacional migratório/RS: período de janeiro/2019 a abril/2020*. Recuperado de <https://geosaudevrp.org/2020/09/30/pedidos-de-registro-nacional-migratorio-rs/>.

Ministério da Justiça. (2015). *Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil*. Brasília, DF: Autor. Recuperado de http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/PoD_57_Liliana_web3.pdf.

Organização Internacional para Migrações – OIM. (2019). *Migrantes internacionais somam 272 milhões, 3,5% da população global, aponta relatório da OIM*. Recuperado de <https://brazil.iom.int/news/migrantes-internacionais-somam-272-milh%C3%B5es-35->

da-popula%C3%A7%C3%A3o-global-aponta-relat%C3%B3rio-da-oim#:~:text=O%20 documento%20estimou%20a%20exist%C3%AAncia,global%2C%20segundo%20 dados%20da%20OIM.

Saccol, H. D. M. (2020). *Migração haitiana e práticas clínicas: as percepções de migrantes haitianos sobre as práticas clínicas no município de Lajeado/RS*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul, RS.

Seyferth, G. (1996). Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In M. C. Maio & R. V. Santos (Orgs.), *Raça, ciência e sociedade* (pp. 41-58). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ Recuperado de <http://books.scielo.org/id/djnty/epub/maio-9788575415177.epub>.

Silva, M. L. S. & Weschenfelder, V. I. (2010). Sujeitos rasurados: uma análise da construção da identidade afrodescendente a partir dos espaços educativos no território do Rio Grande do Sul. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 10(1), 259-281. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000100012&lng=pt&tlng=pt.

Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 16, 20-45. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003

Vida afirmativa na dor: as potencialidades de mulheres em situação de violência e o devir mulher

Patrícia dos Passos

Lutiane de Lara

Esta escrita emerge da experiência de estágio em uma Casa-abrigo com mulheres em situação de violência. Foram doze meses de práticas intensas, que deslocaram lugares, verdades e proporcionaram o constante questionamento da Psicologia e da própria prática de quem os escreve. Este trabalho traz a importância da luta de mulheres pela existência e tenta trazer de forma cuidadosa as complexas histórias de vida dessas sujeitas. Ele aborda algumas questões dessa experiência e de como nos colocar na escrita de forma implicada, sem deixar de encontrar respiros e deslocamentos para expor embates profundos em histórias brutais de vida.

Optou-se pela cartografia como método para mapear os processos dessas vivências, e, com esse apoio teórico, desenvolver um campo ficcional, onde foram criadas personagens conceituais. Como eram tantos os relatos, tensionamentos e questões, as personagens criadas surgem para narrar as diversas histórias dessa experiência, na tentativa da criação de novos lugares. Buscamos o uso desse conceito para viabilidade e expressão desse trabalho.

O personagem conceitual não é o representante do filósofo, é mesmo o contrário: o filósofo é somente o invólucro de seu principal personagem conceitual e de todos os outros, que são os intercessores, os verdadeiros sujeitos de sua filosofia. Os personagens conceituais são os “heterônimos” do filósofo, e o nome do filósofo, o simples pseudônimo de seus personagens. Eu não sou mais eu, mas uma aptidão do pensamento para se ver e se desenvolver através de um plano que me atravessa em vários lugares. O personagem conceitual nada tem a ver com uma personificação abstrata, um símbolo ou uma alegoria, pois ele vive, ele insiste. O filósofo é a idiossincrasia de seus personagens conceituais. (Deleuze & Guattari, 2010, p. 78)

As/os personagens conceituais são via de deslocamento e possibilidade de uma narrativa que engloba os atravessamentos em quem produz o texto, que vivencia a prática e seus emblemas. É nessa mistura de histórias, e na tentativa de trazer problematizações e conceitos que Virginia é criada: a estagiária de Psicologia que, com as colegas de estágio, coloca em questão a prática *psi* e sua produção de verdade. Através de Virginia, os fragmentos do diário de campo desse trabalho surgem na escrita, traduzindo a complexidade desse local. Judith e Frida compõem a mistura de diversos desses relatos, mesclando o real com o ficcional. Não se trata, portanto, da contação da história de uma mulher em específico. Como apoio, a Casa surge como narradora desse processo, possibilitando a reflexão acerca dos fragmentos trazidos por Virginia, questionando e carregando consigo as diversas pessoas dessa equipe. Ela narra o que escuta e experiencia através de suas paredes, expressando a complexidade do local e seus diversos embates. Todas as personagens tiveram seus nomes inspirados em mulheres que protagonizaram a história da sociedade, algo que ainda se mostra bastante difícil e cheio de entraves no contexto em que vivemos.

Nos encontros diários com as mulheres nos deparamos com nossos próprios (pré)conceitos e valores morais. Nessa busca e emergência por reflexão das práticas da psicologia nesse contexto, buscamos problematizar nossa atuação e suas produções de verdade, no abrigo de mulheres em situação de violência e, assim, mapear as potencialidades, pluralidades e criação de novos modos de ser. Nesse sentido, Guattari e Rolnik (2013) nos trazem o apoio sobre o questionamento do que é ser sujeito (a). Desse sujeito(a) que não está dado/a a priori, então sobre essas mulheres. Cada história não se resume ao processo natural biológico, que através de sua carga genética as levaria para esses espaços; nas histórias há uma pluralidade de processos de fabricação de desejo e de subjetividade pensados pela/os autora/es. Através dessas práticas podemos mapear os diferentes percursos de cada mulher, na diferença da diferença, mesmo entre as semelhanças da violência. São esses os processos que buscamos entender e mapear.

O sujeito, segundo toda uma tradição da filosofia e das ciências humanas, é algo que encontramos como um être-lá, algo do domínio de uma suposta natureza humana. Proponho, ao contrário, a ideia de uma subjetividade de natureza industrial, maquinica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida. (Guattari & Rolnik, 2013, p. 33)

Por esse caminho, a situação em que essas mulheres se encontram não é estática, podendo mudar ao longo de suas vidas, nos diferentes momentos e agenciamentos – formas de ver e ser no mundo. Dessa forma, o trabalho no contexto de violência deve estar atento às rupturas que podem surgir, às linhas de fuga que elas podem criar em uma situação de violência, que desterritorializam qualquer lugar pronto e fixo, ultrapassando o que esperamos nestes cenários. “A linha de fuga é criadora desses devires. As linhas de fuga não têm território. A escritura opera por conjugação, a transmutação dos fluxos, através do que a vida escapa ao ressentimento das pessoas, das sociedades e dos reinos.” (Deleuze & Parnet, 1998, p. 63).

A cartografia, método eleito neste estudo, coloca em questão as relações e os processos de subjetivação. Com ela não permanecemos no vazio, mas obtemos apoio para visarmos esses processos como aprendizado, mesmo que não haja resposta final e nem se espere uma única solução para essas práticas.

Assim, a cartografia social aqui descrita liga-se aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas e, mais que mapeamento físico, trata de movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade. Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência. (Prado & Teti, 2013, p. 47)

Almejar essa flexibilidade e ressaltar o percurso desses encontros como um dos alvos da escrita não significa negligenciar os fragmentos que surgem,

ou deixar passar os registros e a teoria. A cartografia nos permite entender esse processo como único e ético e, em conjunto com todas questões reais e práticas, perceber os processos de subjetivação envolvidos nesse campo e suas composições possíveis. Em função disso, as experiências surgem através da troca entre estudante, equipe, Casa e mulheres, entendendo que isso se dá pela composição; sendo assim, ela envolve constante reflexão sobre nossos posicionamentos e prática *psi*, atravessamentos e lugares a ocupar. A cartografia visa a perceber os processos percorridos pela/os envolvida/os; trata-se de uma escrita que procura compor um lugar crítico e político como colocado pela/os autora/es Prado e Teti (2013) e seguir na busca do que se transforma e se cria, dos modos que estão e deixam de ser, mas que criam outros em seguida. A cartografia, como pensada por Rolnik (2007), serve para que acompanhem esses processos, essas linhas, aberturas e fechamentos.

Para os geógrafos, a cartografia – diferentemente do mapa: representação de um todo estático – é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação de paisagem. Paisagens psicossociais também são cartografáveis. A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos presentes tornaram-se obsoletos. (Rolnik, 2007, p. 23)

Desse modo, são os processos e também os desmanchamentos de mundos que aqui interessam. A partir disso, as próximas páginas relatam as experiências e histórias entre fechamentos e aberturas de uma mulher - e sua família¹ - em situação de violência, que teve passagem pelo serviço, e os questionamentos de uma estagiária de Psicologia que foi atravessada por diversos embates. As páginas se constituem através dos olhares e narrativa da Casa que acolheu essa experiência.

Essa escolha nos possibilitou pensar/trazer os processos de devir mulher em um contexto de violência e a busca por novos caminhos para a

.....
1 Personagens fictícias criadas para transpor as histórias e marcas de diferentes mulheres que passaram por situações de violência. Sendo a própria estagiária uma composição de movimentos e pessoas.

prática psi. É importante frisar que essa escrita procura tensionar os lugares já esperados de mulheres em situação de violência, mas em nenhum momento desqualifica o sofrimento ou se aproxima da culpabilização. Pelo contrário, o que se busca são espaços de acolhimento que possam entender as pluralidades dessas mulheres, suas escolhas e não ser violento com uma prática impositiva.

Os encontros entre as paredes e as verdades

Meu surgimento se dá a partir da luta de mulheres pela garantia de direitos e segurança em suas relações através do movimento igualitário entre os gêneros. Após o caso de extrema brutalidade sofrido por Maria da Penha Fernandes Maia, que deu maior visibilidade a essa luta, se consolida meu fortalecimento. A partir da emergência da Lei Maria da Penha n. 11.340 (2006)², o Estado vem criando estratégias e políticas que dão suporte para mulheres atravessadas pela violência de gênero. Nesse cenário há maior incentivo às Casas de apoio às mulheres em situação de violência. As Casas de acolhimento ou Casas-Abrigo têm a proposta de proteção, abrigamento e sigilo para mulheres que correm risco de vida ou se encontram em situação de violência, e recorrem para o auxílio da MPU³ (Medida Protetiva de Urgência) para afastamento dos companheiros e acolhimento. Segundo as Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres (2011), o próprio conceito de abrigamento traz essas características, que afirmam a necessidade de um local seguro que ofereça, além de acolhimento, serviços que atendam essas famílias de forma integral.

.....
2 Lei na íntegra: <<http://www.institutomariadapenha.org.br/assets/downloads/lei-11340-2006-lei-maria-da-penha.pdf>>

3 Trata-se de uma determinação do juiz ou juíza para proteger a mulher em situação de violência doméstica, familiar ou na relação de afeto, conforme a necessidade da solicitante. As medidas protetivas podem ser demandadas já no atendimento policial, na delegacia, e ordenadas pelo juiz ou juíza em até 48 horas, devendo ser emitidas com urgência em casos em que a mulher corre risco de morte. Assim, conforme o art. 22 da Lei Maria da Penha, o juiz ou juíza poderá determinar
:<<http://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/lei-maria-da-penha-na-integra-e-comentada.html>>

Por esse motivo, há mais de vinte anos faço parte dos processos de milhares de mulheres, presenciando diversas histórias, distintos modos de ser através das minhas janelas, paredes e portas. Todos os dias histórias complexas me atravessam e é possível perceber que não há uma resposta final sobre essas mulheres. Durante esses anos tenho aprendido que, como elas que chegam sem nada nas mãos, apenas com a vontade de criação de outra vida possível, meu lugar também tem sido esse. O de (re)construção, não apenas das rachaduras que surgem ao longo dos anos, mas das minhas próprias verdades. Por essa via de atravessamentos, é impossível negar a importância da reflexão sobre lugares e respostas que mapeio diariamente, sejam os colocados pela equipe ou os que também imponho através das minhas estruturas.

*Judith – usuária da Casa, chegou através do encaminhamento da delegacia, chorando muito. Tinha um rosto muito delicado, 25 anos e já havia denunciado o companheiro algumas vezes. Dessa vez disse querer romper de vez com o relacionamento, por isso buscou meu acolhimento, registrou MPU e saiu de casa com a filha - chorou bastante. Por mais diferentes que fossem, em algum momento todas as mulheres encontravam algo em comum, o olho roxo, o amor, o ódio, a dificuldade em amar e o desejo – apesar de tudo - de viver. Elas contavam e se escutavam com muito carinho e, naquele momento, conseguiam entender suas diferenças mas também acolher suas histórias e complexidades⁴.
(Vivência de grupo)*

Naquele encontro as demais mulheres ficaram mais na posição de escuta, mas Judith que hoje chorava também já havia ficado. Já havia xingado algumas vezes, reclamava muito. Quase nunca via algo de positivo em sua vida, ou em sua estadia comigo, e quase sempre demandava uma resposta de quem a atendia. Quando ela não a obtinha, sua angústia ficava ainda maior. Judith me lembrava outras mulheres que já me frequentaram, pois em seu relato de caso parecia que as cartas já estavam dadas, a história já tinha um final criado pela equipe, sem criação, sem devir.

.....
4 Todas escritas em itálico são fragmentos do *diário de campo* de Virginia

Então o que podíamos fazer ali? Colocar algumas coisas no lugar – como se esse existisse – e esperar sua volta ao lar – como se isso fosse um ponto final. Será que colocar as coisas no lugar era meu papel esperado? Como ter espaços potentes? Como me deslocar e, também a equipe, das nossas verdades para então compor novos lugares com essas mulheres? De todos os modos estou implicada, mas percebia que as estagiárias também estavam, o seu andar nos meus corredores não era neutro, nem seus olhares, seus atendimentos, suas falas. Como então questionar essas verdades para abrir espaço de uma prática que compõe – na tentativa de não julgamentos – novos modos de vida?

A reflexão sobre o lugar de implicação se fazia urgente para possibilidade de exercer uma prática potente nos meus espaços, que fosse de composição com aquelas mulheres, e não de imposição. Quando somos também parte de todo esse campo, a reflexão sobre nossos padrões, atravessamentos e verdades se faz possível. E, nesse sentido, a implicação começa a ser parte de um processo interessante de criação em conjunto com as usuárias, onde elas possuem voz para criar suas próprias alternativas. Elas se responsabilizam nesse processo e nós podemos fazer parte dele. Dessa forma, não estamos em um lugar não profissional, mas entendendo a complexidade dessas relações, buscando novas formas de ocupação e, para essas estagiárias, novas formas de uma prática psi, que não seja apenas a de quem retém a verdade sobre a/o outra/o.

Por todos esses atravessamentos, falar sobre a volta ao companheiro ou a antiga relação pode ser um ponto bastante complicado em uma equipe de Casa-abrigo para mulheres que buscam romper com a violência. Dentre todas essas verdades já constituídas, ver algo de diferente na volta ao relacionamento não costuma ter espaço nas práticas exercidas. Pensar a volta costuma não abranger a complexidade, mas alcança a repetição e frustração através dos modos de percepção – de quase todas – essas trabalhadoras. Essas práticas são atravessadas pelos manuais e, um dos atravessamentos destes seria a repetição, que difere da pensada por Deleuze (2018). Para o autor, na própria repetição há diferença, há movimentos que surgem, pois a repetição que não visa a um ponto inicial repete algo, mas pode repetir

de maneira diferente. Os manuais que guiam essas práticas normalmente entendem a violência doméstica por ciclos⁵ que se repetem, e, sendo assim, a mulher que volta para seu companheiro cumprirá esse ciclo da violência, não encontrando nada diferente. Não busco desqualificar esse guia, que pode em alguns casos ser uma ferramenta útil, mas pretendo questionar sua universalidade. Como ele pode nos aprisionar em formas de ver essas mulheres, sem colocar em pauta sua autonomia, suas decisões, vontades e escolhas e, além disso, o devir.

Sendo assim, não desqualifico as imagens coladas em minhas paredes com os momentos do ciclo de violência, mas busco deslocar o lugar de verdade sobre essas mulheres. Lugar que muitas vezes desqualifica qualquer usuária que regressa para o companheiro e anula qualquer mudança que ela possa ter tido e poderá ter. Acreditamos poder haver diferença mesmo nesse regresso, pois a partir do momento em que essas mulheres fizeram um movimento de saída, elas já estavam diferentes. Sendo assim, é importante – apesar de difícil - nos deslocarmos do lugar moralizante, para conseguir entender a complexidade e também o que está envolvido no regresso dessas mulheres.

Eles não preexistem ao eterno retorno: não é o mesmo nem o semelhante que retornam, mas o eterno retorno é o único mesmo e a única semelhança do que retorna. Eles não se deixam também abstrair do eterno retorno para reagir sobre a causa. O mesmo se diz do que difere e permanece diferente. O eterno retorno é o mesmo do diferente, o uno do múltiplo, o semelhante do dessemelhante. (Deleuze, 2018, p.125)

Nesse sentido, o deslocamento de um lugar único para essas mulheres, ou de um fim único, pode ser um caminho interessante de trabalho.

.....
5 1º FASE: A construção da tensão no relacionamento; Nessa fase podem ocorrer incidentes menores, como agressões verbais, crises de ciúmes, ameaças, destruição de objetos. 2º FASE: A explosão da violência – descontrole e destruição A segunda fase é marcada por agressões agudas, quando a tensão atinge seu ponto máximo e acontecem os ataques mais graves. 3º FASE: A lua-de-mel – arrependimento do(a) agressor(a). Terminado o período da violência física, o agressor demonstra remorso e medo de perder a companheira.

Via para sair do lugar de culpabilização dessas usuárias e a partir de suas singularidades compor maneiras potentes de encarar suas vontades, a situação de violência e até mesmo seu regresso. Que dentro das escolhas de cada mulher seja possível encontrar esses caminhos da diferença. “Somente aí retinem ‘Tudo é igual!’ e ‘Tudo retorna!’ Mas o Tudo é igual e o Tudo retorna só podem ser ditos onde a extrema ponta da diferença é atingida” (Deleuze, 2018, p. 284).

Por esses fatores, falar sobre a volta pode ser bastante difícil, nesse momento falar de Judith pode expressar tamanha complexidade mapeada entre minhas paredes. Judith chegou chorando e permaneceu dias chorando. Em acolhimento, enquanto chorava amamentava a filha, enquanto caminhava também. As duas eram quase uma, em nenhum momento Judith deixava Frida, e nem a menina a deixava. Nos primeiros grupos Judith não falava, quando falava, chorava muito. Dizia não querer estar aqui e em atendimentos chorava mais ainda. Judith teve que se virar na vida, a mãe havia a deixado para viajar e o pai vivia na mesma rua, porém a distância afetiva fazia aquele lugar vizinho estar “*lejos*” dela. Ela sempre dizia que não deixava Frida por isso, por não querer que a filha sentisse tudo que ela havia sentido. Ela queria uma família para Frida, mesmo que para isso a filha tivesse que ver o marido batendo nela.

No prontuário de Judith as escritas expressavam os olhares sobre seu apego por Frida e grande preocupação sobre sua dificuldade de separação. A amamentação também era uma questão sempre trazida pela equipe para ser trabalhada. No início, quando isso era trazido eu sentia desconforto e percebia que Virginia também o sentia. Ele surgia pois lhe era pedido para trabalhar o desmame da menina, lhe era dado um lugar de verdade sobre aquela mulher, aquele corpo e também aquela filha. Ao longo dos atendimentos observava que ela tentava trabalhar outras questões com Judith, como a independência, planos de vida, de trabalho e, a partir disso, a desvinculação com a filha. Em todos atendimentos Frida vinha com Judith. Após um mês, eu já me deparava incomodada com aquela situação e Virginia também. Como eu acompanhava sua prática a todo instante, entre minhas paredes,

percebo que com o passar do tempo estávamos incomodadas, e a estagiária parecia estar querendo tomar o lugar que havia sido proposto pela equipe. Esse, de uma suposta verdade.

Em um dos momentos presenciei Virginia escrevendo sobre sua prática e percebi que, como eu, ela também buscava novos lugares:

Estar em contato direto com as usuárias, ocupando a mesma Casa para exercer nossas práticas nos faz depararmos com questões intensas. As demandas ultrapassam o momento do consultório ou do grupo, elas surgem nos corredores, no refeitório. O local nos afronta com novos modos de vida, com outros jeitos de comer, de viver, e como o de Judith, de amamentar, de se vincular. A amamentação de Judith nos corredores era uma afronta para a equipe, incomodava, ela não estava nos manuais esperados, sendo assim, logo era percebida como errada. No momento em que me pego querendo ocupar esse lugar, penso em voltar atrás, não era a amamentação de Judith o problema, mas nosso olhar sobre ela. A partir disso começo a mapear os processos dessa mulher. Entendo que ela teria seu próprio tempo, e enquanto isso, as mamadas aconteceriam nos nossos atendimentos. Aquilo fazia parte dela, dos processos dela e também de sua vida, sendo assim, também fazia parte do meu trabalho.

Ao colocar em questão a proposta da equipe, não significava que ela obtinha a verdade ou a resposta. Apenas tentava ali problematizar seu lugar e também os seus próprios conceitos morais, se deslocando dos dualismos na via de tentar encontrar outras possibilidades de vida que não fossem a sua. Quando Nietzsche (2009) traz seus questionamentos sobre os valores morais de bem e mal, parece nos convocar a entrar em um movimento de reflexão. Nos ajuda a questionar nossas verdades e valores sobre a vida para tentarmos pelo menos nos colocar em questão e problematizar o surgimento dessas verdades. “Enunciemo-la, esta *nova exigência*: necessitamos de uma crítica dos valores morais, *o próprio valor desses valores deverá ser colocado em questão*” (Nietzsche, 2009, p. 12).

Sendo assim, estar entre minhas paredes não é uma tarefa fácil, por isso quando trago essas histórias não penso em julgar essa equipe, penso em colocar essas verdades e valores morais em questão, os padrões que tomam trabalho e vida, práticas e também modos de viver. Por essa via,

sempre que trago a equipe, me enquadro nela, estando eu também em questão. Busco, portanto, romper com certos lugares e quiçá exercer um trabalho capaz de proporcionar novos sentidos, percebendo que muitas vezes também sou capturada pelo lugar da verdade.

Uma casa que precisava devir criança

Judith permaneceu quatro meses na Casa. Ela demandava atendimentos diários, muitas vezes mais de um no mesmo dia. As semanas passavam e Frida já não mamava sempre, permanecia nos grupinhos, conseguia ficar uma hora longe da mãe. Trabalhar com crianças é interessante, elas nos surpreendem de formas milhares e nos demonstram, mesmo que de formas quase imperceptíveis, o que de fato podem vir a ser. As crianças rompem com sofrimentos muitas vezes incabíveis na quantidade de anos de vida e conseguem, em um espaço de brincar, inventar novos jeitos de ser. Elas nos desterritorializam não sabendo que o fazem, a criação parece fazer parte delas sem que nem entendam o que isso significa. Talvez seja essencial para o sofrimento que toma suas vidas, como pensado por Nietzsche (2012), quando nos traz pensamentos que consideram a dureza da vida, mas que ao mesmo tempo são tomados pela abertura à criação. (diário de campo)

Criar – é a grande redenção do sofrimento e alívio da vida. Mas para que o criador surja é necessário o sofrimento em si próprio e muitas transformações. Sim, deverá haver muitas mortes amargas em vossas vidas, ó criadores! Assim sereis o defensor e apologista de toda transitoriedade. (Nietzsche, 2012, p. 87)

O sofrimento atravessa a vida dessas crianças de forma que a criação surge como uma alternativa de saúde, de vida. Elas entram em transitoriedade pelas diversas mortes amargas que já passaram por suas vidas. E nesses espaços é possível compor com elas e também mapear processos de saúde que surgem nas mais diversas formas. Além disso, durante essa experiência das estagiárias com as crianças, apoio a reflexão de Nietzsche (2012) sobre os processos de criação e também de rupturas com as normas de vida já estabelecidas. Entre os movimentos operados pelos personagens

Vida afirmativa na dor: as potencialidades de mulheres em situação de violência...

Camelo e Leão, é a Criança que acaba por carregar o novo e conseguir se desprender do que já é dado, do acontecido.

A criança é inocência e esquecimento, um novo começo, um jogo, uma roda que gira por si mesma, um primeiro movimento, um sagrado sim. Sim, é preciso um sagrado Sim, meus irmãos, para o jogo da criação: o espírito quer a *sua* vontade, aquele que se apartou do mundo quer conquistar agora o *seu* mundo. Nomeei-vos três transformações do espírito: como o espírito tornou-se um camelo, o camelo um leão e o leão, por fim, uma criança. (Nietzsche, 2012, pp. 32-33)

No primeiro grupinho⁶ de Frida ela deitou. Tinha 3 anos, um rosto encantador, mas ela deitou. Não conseguia brincar, ficou sentada. Ficou parada olhando para as mãos, a sala era rodeada por brinquedos, mas ela não conseguiu brincar. É bastante angustiante ver uma criança que não consegue brincar. A idade era um fator que impossibilitava expressar em palavras suas angústias, seus sofrimentos, porém as mulheres que já obtinham vocabulário em seus primeiros grupos também não conseguiam falar. Parece que a brutalidade que atravessa essas vidas precisa de um tempo para expressão, seja ela na forma de brincadeira ou fala.

Depois de algumas semanas, Frida não apenas brincava, ela corria na sala, atirava todos brinquedos pelo chão. Conversava com as outras crianças, mesmo não sabendo palavras suficientes. Frida parecia criar novos mundos para si, em cada brinquedo parecia que deixava de lado alguns sofrimentos e encontrava novas possibilidades de vida. Ela não estava apenas imitando lugares ou fazendo o que era proposto pelo espaço, ela parecia estar naquele(s) momento(s) sendo algo novo, sendo uma criança diferente. Era possível mapear um devir criança, algo que nem ela mesma sabia que seria, esse movimento que nos coloca em percepção do que está sendo e também do que pode vir a ser. Quando acompanhava Frida, não imaginava o que ela poderia ser em meus espaços, mas esses movimentos – muitas vezes imperceptíveis – mostravam esse processo de devir criança.

.....
6 Grupos diários para as crianças da Casa que trabalham pela ferramenta do lúdico.

Um devir não é uma correspondência de relações. Mas tampouco ele é uma semelhança, uma imitação e, em última instância, uma identificação. Toda a crítica estruturalista da série parece inevitável. Devir não é progredir nem regredir segundo uma série. (Deleuze & Guattari, 2012, p. 18)

Mapear esses processos requer sensibilidade e abertura para não cairmos em novos caminhos de verdade, enquadrando essas crianças em comportamentos já pré-estabelecidos como saudáveis ou esperados. Entendo que algumas normas e manuais ainda sejam aplicados como base para algumas práticas, mas friso a importância de que esses processos de criação, de singularidades que adentram o conceito de saúde sejam levados em consideração. Por essa via, outros processos surgem como válidos e potentes, não apenas esses de um comportamento já esperado.

Desde seu primeiro grupinho, Frida parecia nos dar fôlego ao longo das semanas, de forma simples nos mostrava potência de vida, sua potência de ação mesmo já tendo experienciado – em tão pouco tempo de vida – tanto sofrimento. Para Espinosa (2018), afetos podem aumentar nossa potência de agir, então mesmo em situações inesperadas os afetos alegres podem trazer vida e possibilidade de ação. Esse movimento afetivo era encontrado por muitas crianças durante suas passagens por mim, ação em meio a essas situações tão violentas, afetos que as faziam criar e ter sua força aumentada.

Por afeto entendo as afecções do Corpo, pelas quais a potência de agir do próprio Corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou coibida, e simultaneamente as ideias dessas afecções. Assim, se podemos ser a causa adequada de alguma destas afecções, então por Afeto entendo ação; caso contrário, paixão. (Espinosa, 2018, p. 237)

Os avanços da menina traziam alegria. A partir dos movimentos de Frida, a mulher começou a ver a filha agir de um jeito diferente do esperado por ela, e também a enxergar possibilidades de momentos em que as duas estivessem separadas, como, por exemplo, durante um trabalho. O desmame veio como consequência desses outros movimentos, e certamente não pela insistência da equipe em fazê-lo. Toda equipe notava as diferenças

apresentadas pela família, o movimento da mulher em arrumar um emprego, a amamentação que havia diminuído, a criança que já brincava. Apesar de muitas dúvidas, de momentos em que Judith pensava em voltar para o companheiro, de desânimo, a família parecia estar em um processo de “evolução” muito esperado. Tudo se encaminhava para um caso que “daria certo” para os conceitos de certo construídos por essa equipe.

Como estar preparada para devir mulher em um mundo que as/nos mata?

Ao longo dos atendimentos era possível mapear o processo de vinculação entre Virginia e Judith. Cada vez mais ela expressava suas ideias, seus desejos, sem filtros. Falava abertamente sobre sua vontade de muitas vezes regressar para o companheiro, falava sobre as regras, as dificuldades da equipe, e apesar de seguir ficando irritada com uma suposta resposta que esperava obter da estagiária, já entendia que o processo era seu e as decisões sobre seus planos também. Era difícil não entrar nesse lugar de solução, de verdade, mas percebia que Virginia não queria ocupá-lo. Não era essa ideia de prática que ela almejava, e apesar de ser difícil durante esse tempo foi o que tentou. Certamente algumas vezes não conseguiu. Depois de dois meses, Judith arrumou um trabalho, era meio turno, enquanto Frida permanecia muito bem nos grupos. A mulher desejava um trabalho. Trouxe para a equipe, acharam precipitado. Judith começou a trabalhar, as estagiárias tiveram mais um embate para que a vontade da mulher fosse acolhida. Já era possível, ainda em vias que expressavam apenas a fala sobre desejos, mapear o devir. Judith, ao expressar suas vontades, por trabalho, suas dificuldades e seus medos para Virginia, já se mostrava em processos de vir a ser algo que ambas ainda não sabiam o que seria. São nesses movimentos que o desejo e devir se misturam e se fazem processo. “É nesse sentido que o devir é processo do desejo” (Deleuze & Guattari, 2012, p. 67).

As primeiras semanas foram difíceis, Frida andava pela Casa procurando a mãe. Chorava. Parecia-me saudável, mas nas reuniões um regresso no processo terapêutico por parte da menina foi apontado. Apesar de ainda ser colocado como precipitado o trabalho de Judith, pelo menos o caso estava indo bem,

já não havia possibilidade de um regresso ao companheiro. Isso era tido como positivo para parte da equipe, que se assenta na percepção de que o regresso da mulher configura um caso malsucedido. A mulher se encaminhava para algo inesperado na sua chegada, sua independência e autonomia. De alguma forma todos atendimentos de Judith me faziam muito sentido. A equipe não tinha muito apreço por ela, a consideravam uma pessoa não adaptável. Eu a considerava muito potente e sabia que Virginia também. Certamente, as vezes em que ela reclamava ou era exigente, ela se colocava em um lugar não esperado, e isso incomodava. Mas cada vez que isso acontecia era possível mapear processos de criação de Judith. Ela estava inventando novos lugares para si mesma, criando novos modos de ser mulher, de ser mãe e até mesmo outra Judith em um curto espaço de tempo. Um processo de devir mulher era perceptível. Não no sentido de algo já pronto que iria surgir, pois devir não é uma imitação. Devir é criação do sujeito em si mesmo, nesse caso da mulher em si mesma, não do que já está criado sobre.

É que devir não é imitar algo ou alguém, identificar-se com ele. Tampouco é proporcionar relações formais. Nenhuma dessas duas figuras de analogia convém ao devir, nem a imitação de um sujeito, nem a da proporcionalidade de uma forma. Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, doa órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de devir, e através das quais devimos. (Deleuze & Guattari, 2012, p. 67)

A mulher economizava quase todo seu salário, ainda parecia insegura de enfrentar uma vida fora da situação de abrigo, sozinha com sua filha, o que era bastante falado em seus atendimentos. Aos poucos ela e Virginia começaram a pensar em datas, em territórios possíveis, em sua situação financeira. Como seria sua vida para além das minhas paredes. Em cada atendimento Judith trazia novidades, me surpreendia com seus planos. Seus novos planos me causavam um pouco de ansiedade, mas, ao mesmo tempo, me sentia satisfeita, pois parecia que eu fazia parte da construção de ambas. Tais planos, que não eram esperados pelo comportamento inicial de

Judith, me deixavam contente, de certa forma o trabalho ali realizado por Virginia nos levou à composição de um caminho totalmente inesperado. Em seu quarto mês, a mulher decidiu para qual território iria se mudar, mas apesar de muito econômica e do aumento da sua carga horária no trabalho, as contas não fechavam. Judith percebeu que seria muito difícil criar Frida.

Durante os quatro meses no abrigo, após audiência da família, Frida ficava com pai a cada quinze dias. Nas primeiras visitas Judith chorava, dizia não conseguir ficar longe da filha. Se preocupava em como ela estaria, compreendia que apenas ela sabia cuidar da filha, as visitas a colocavam em um lugar desesperador, um lugar em que ela não queria que a filha estivesse. Estar longe de Frida trazia questões sobre família. Sobre dependência. Trazia o medo de estar em novos lugares. Depois de algum tempo, Judith estava mais confortável com a situação, entendia que seu ex-companheiro era também pai de Frida e que os cuidados da filha também eram responsabilidade dele. O pai de Frida não era agressivo com ela, Judith expressara isso, e cada vez que falava para Virginia parecia estar falando também para si. O desligamento de Judith foi trabalhado durante diversos atendimentos, era algo sempre retomado. Em um dos grupos antes de sua ida, ela chorou bastante, como em sua chegada, mas dessa vez dizia ser por felicidade. Disse que apesar das dificuldades, tinha encontrado novos eus para si, eus que ela nem sabia mais existir ou que poderia ser. Nesse dia não foi somente ela que chorou no grupo, as outras usuárias dividiram as lágrimas e pareciam entender a profundidade dos “novos eus” que Judith falava.

Judith havia encontrado uma casa, já estava procurando um lugar para morar há algum tempo. Encontrou uma que cabia no seu orçamento, mas disse que apesar de ter aumentado seu salário não conseguiria manter Frida da forma que pretendia, ainda mais com o pai não pagando pensão. Judith disse que estava alegre por tudo, sua ida, seu desligamento, sentia medo mas ao mesmo tempo se sentia feliz por ter descoberto que conseguia decidir sobre sua própria vida. Pediu desculpas, agradeceu, começou a chorar e disse que havia tomado a decisão de deixar Frida com o pai. Percebi o quanto aquilo lhe doía, era a destruição do que tinha sido a vida até agora. Do que era ser mãe para ela, ou pelo menos como ela pretendia. Mas naquele momento vi um desejo totalmente inesperado. Judith, que chegou sem conseguir deixar de amamentar a filha no corredor, agora pensava que poderia compartilhar os cuidados com seu ex-companheiro e entendia que, naquele momento, naquela situação, o melhor seria passar a semana longe da filha, pagar a pensão e encarar todo esse novo modo de ser mãe, de afirmar sua von-

tade. Durante a fala de Judith não vi fragilidade, ou falta de afeto, pelo contrário, vi como ela se encontrava em uma situação de novas escolhas, processos de autonomia, onde o que fazia demonstrava o quanto ela saía de meus espaços fortalecida. Fiquei feliz por Judith. Naquele momento percebi o quanto sentiria saudades de Frida. (d. de campo)

Na reunião de equipe sempre falam sobre os casos, e após o desligamento a pessoa de referência conta sobre o fechamento. No último dia da família toda a equipe demonstrava o quanto sentiria saudades de Frida. Judith trabalhou pela manhã. O grupinho foi realizado, e a menina se despediu de todas crianças, também dos brinquedos e da sala. Pelo início da tarde Virginia andou de mãos dadas por todos meus espaços com ela, deram tchau para cada cômodo que possuo. Ao contar sobre esse fato na reunião, todas disseram o quanto seria diferente estar sem Frida nos grupos. A próxima parte da reunião foi difícil, pelo menos para Virginia. Tento reproduzir aqui suas falas, que nesse momento também expressavam um pouco de mim:

Contei sobre a decisão de Judith, sentia felicidade e também uma sensação de realização na minha prática. Falei como a decisão havia sido potente. Percebi que o que pode ser uma mãe ainda não tinha espaço suficiente naquele abrigo. A decisão de Judith foi tomada como uma regressão, como um ato desesperado. Como poderia ela tão afetiva agora deixar a filha assim? Retomo que essa criança também tinha um pai, e que nesse momento deixar a filha com o pai era um ato de extremo cuidado por parte da mulher. Judith já não era mais a mãe esperada, não era quando entrou e não parava de amamentar, mas também não era agora. Além de barrar com possíveis devires na maternagem, parte da equipe não entendia as possíveis relações de afeto dessas mulheres e nem sua complexidade. Quando questionavam Judith sobre sua decisão, era também pelo entendimento do único lugar identitário de agressor do seu ex-companheiro, sem possibilidade de perceber a história desse homem com a filha e também com Judith. Ao fixar esses lugares únicos, não entendendo toda produção social que nos atravessa, a equipe muitas vezes coloca as próprias mulheres em julgamento, pois se um homem é somente agressor, como elas voltam para casa? (d. de campo)

É possível problematizar esses lugares, seus mecanismos, os atravessamentos misóginos não apenas desse homem, mas também da própria equipe e en-

tender que esse homem, que já foi um agressor, pode apresentar outros comportamentos, outras relações, e nesse novo momento, ser o cuidador da própria filha? De certa forma, quando penso em Judith, penso em outras mulheres que sofreram violência. Muitas parecem nunca seguir uma linha única de resposta e colocam a equipe em desconforto. Elas confrontam o que esperar sobre ser mãe e mulher. E de certa forma elas proporcionavam para a prática de Virginia formas de rupturas com padrões impostos, se desvincilhando completamente do que era esperado. Elas conseguiam em situações consideradas tão precárias criar novas situações de vida para si, situações que não eram esperadas. Para a prática psi e para equipe, elas rompiam com as respostas já dadas. Elas alcançavam o previsto nas práticas de abrigo, obter autonomia para lidar com seus projetos e vida de uma forma potente. Isso era previsto nos projetos, nas diretrizes. Porém, quando a autonomia vinha de um jeito inesperado, fora da norma, a equipe parecia refletir o que estava para além das minhas paredes. Ela parecia não estar preparada, como também o mundo não está, para o fato de essas mulheres alcançarem sua autonomia. Em todos meus cômodos possuo os atravessamentos do que é ser mulher e também os impedimentos que o ser mulher pode conter, ainda mais quando se está descobrindo novas formas de o ser. De certa forma o devir mulher é um dispositivo potente de saúde para compor com essas mulheres, entender e mapear seus processos; para romper a imitação e compor com os movimentos constantes de aberturas e direções.

Os devires são geografia, são orientações, direções, entradas e saídas. Há um devir-mulher que não se confunde com as mulheres, com seu passado e seu futuro, e é preciso que as mulheres entrem nesse devir para sair de seu passado e de seu futuro, de sua história. (Deleuze & Parnet, 1998, p. 10)

Isso também era o que Virginia pensava:

Me perguntava ao longo dessa experiência, estamos compondo outros lugares com essas mulheres ou barrando o devir mulher nessas vidas? Apesar de todas barreiras, tanto físicas quanto simbólicas, elas não impossibilitavam essas mulheres de entrar em um devir. Como pensado

Interrogações às políticas públicas: sobre travessias e tessituras do pesquisar

por Deleuze e Parnet (1998), foi possível mapear essas diversas entradas e saídas, a entrada em um devir que rompia com muitas histórias e criava processos novos na vida daquelas mulheres, seus desmanchamentos de mundos e também novas vias para outros. (d. de campo)

Referências

- Deleuze, Gilles (2002). *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta.
- Deleuze, Gilles (2018). *Diferença e repetição* (Luiz Orlandi & Roberto Machado, trad.). São Paulo: Paz e Terra, 2018. Recurso digital.
- Deleuze, Gilles & Guattari, Félix (2010). *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, Gilles & Guattari, Félix (2012). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, vol. 4 / Gilles Deleuze, Félix Guattari; tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, Gilles & Parnet, Claire. (1998). *Diálogos* (Eloisa A. Ribeiro, trad.). São Paulo: Editora Escuta.
- Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência. Senado Federal, 2011. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/diretrizes-nacionais-para-o-abrigamento-de-mulheres-em-situacao-de-risco-e-de-violencia>
- Espinosa, Benedictus (2018). *Ética* (Grupos de Estudos Espinosanos, trad., coord. Marilene Chau). São Paulo: Editora Universidade de São Paulo.
- Guattari, Félix & Rolnik, Suely. (2013). *Micropolítica: Cartografias do desejo* (12a ed.). Petrópolis/RJ: Vozes.
- Instituto Maria da Penha - IMP. (2009). *Ciclo da Violência*. Fortaleza. <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>
- Nietzsche, Friedrich Wilhem (2009). *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nietzsche, Friedrich Wilhem (2012). *Assim Falou Zaratustra*. São Paulo: Martín Claret.
- Prado, Kleber & Teti, Marcela Montalvão (2013). A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, 38, 45-59. Recuperado de <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n38/n38a04.pdf>>
- Rolnik, Suely (2007). *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*; Porto Alegre: Sulina; Editora UFRGS.

Casa de Referência da Mulher Tina Martins:

articulação entre coletivo autônomo, movimentos sociais e políticas públicas

Míriam Ires Couto Marinho

Lisandra Espíndula Moreira

A bordaremos nesta escrita a relação entre um coletivo autônomo gerido por um movimento social e as políticas públicas da rede de atenção à mulher em situação de violência, pensando a ferramenta da ocupação como importante estratégia de resistência permanente. A pesquisa acompanhou o trabalho da Casa de Referência das Mulheres Tina Martins, em Belo Horizonte/MG¹, a partir de observação participante e da atuação da primeira autora como advogada popular na Casa, compondo o *corpus* de pesquisa com diários de campo, diários de reminiscência e entrevistas. A Casa surge de uma ocupação no 8 de março de 2016 em uma ação organizada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) com o objetivo de pleitear uma nova casa abrigo para receber mulheres em situação de violência em Belo Horizonte. A demanda inicial não foi alcançada, mas se estabeleceu a partir de negociações um espaço cedido pelo Estado e gestado pelos movimentos sociais como referência para mulheres, funcionando inclusive como abrigo em casos emergenciais.

Nesse sentido, problematizamos neste trabalho as políticas públicas articuladas com os movimentos sociais e redes autônomas, a partir da análise

.....
1 A presente escrita é parte da pesquisa de mestrado da primeira autora que atuou como advogada popular na Casa de Referência Tina Martins de 2017 a 2019. A dissertação “Casa de Referência da Mulher Tina Martins: rede autônoma de resistência e apoio a mulheres em situação de violência”, defendida em 2020 no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, foi realizada com a orientação da segunda autora.

da atuação da Casa nas práticas de informação e formação permanente. Dessa maneira, colocamos em questão as formas de diálogo e parcerias entre estas sujeitas e estas instituições, ao se posicionarem enquanto um coletivo autônomo que compõe a rede estadual de enfrentamento à violência contra a mulher. Quais são os contornos dessa autonomia? Quais as possibilidades de pactos e negociações? Quais enfrentamentos são necessários e através de quais estratégias?

Para tanto, nosso percurso nesta escrita inicia com a apresentação da casa e das mulheres que a constroem, entendendo que há marcas que se traduziram também nas práticas e posicionamentos da relação da casa com outras instituições. Além disso, buscamos pensar noções de autonomia a partir da perspectiva do feminismo decolonial. Por fim, problematizamos alguns recortes do trabalho e do acompanhamento da casa na utilização da ferramenta de ocupação dos espaços e da política pública no atendimento a mulheres em situação de violência.

Sobre a Casa, as Benárias e as Tinas

Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo

Olga Benário

A Casa de Referência da Mulher Tina Martins surge em 2016 a partir da Ocupação Tina Martins, organizada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário e pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas. Aqui já é possível compreender que há um interessante mosaico de referências e movimentações que compõem a cena da ocupação. O nome da então ocupação, Tina Martins, carrega a história de Espertirina Martins (1902-1942), participante da luta operária que ficou conhecida numa greve em 1917 em Porto Alegre, ao carregar explosivos escondidos num buquê de flores. Conforme Nicole Schneider (2019), Espertirina Martins é uma figura importante para sinalizar a presença de mulheres pensantes e autônomas na luta operária na primeira parte do século XX (p. 50).

Os movimentos sociais envolvidos também apontam para o compromisso de luta social. O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) “luta pela reforma urbana e pelo direito humano de morar dignamente” (s/d). Segundo o movimento, a luta pela moradia é fundamental e possibilita a mobilização e a pressão para enfrentar problemas sociais. “Ocupar é um ato de rebeldia, de confronto com a ordem estabelecida, de questionamento à sagrada propriedade privada capitalista. Logo, enquanto morar dignamente for um privilégio, ocupar é um dever!” (MLB, s/d).

O Movimento Olga Benário, conforme publicação do próprio movimento, “nasceu da necessidade de organização das mulheres brasileiras para lutar contra a violência, a opressão e a exploração da mulher e as injustiças existentes na sociedade” (Movimento de Mulheres Olga Benário, 2017, p. 5). O movimento trabalha especialmente pelos direitos das mulheres trabalhadoras, “denunciando a exploração da população feminina, especialmente, da parcela mais empobrecida” (p. 5). Além disso, a nomeação do movimento remete à figura de Olga Benário, incansável militante comunista que viveu no Brasil e foi entregue pelo governo brasileiro ao regime nazista. Enquanto esteve presa, deu à luz a sua filha. Escreveu sua última carta aos familiares antes de ser morta em 1942, onde, além do amor à filha e ao marido, resumiu sua luta na frase: “*Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo*”.

Com a força dessas histórias e desses movimentos, em 2016 a mobilização dos movimentos ocupou um prédio público que estava inativo há quase 10 anos e originalmente pertenceu à Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais. Como analisou Thais Oliveira (2019), a ocupação durou 87 dias, e essa resistência só foi possível a partir de sua inserção na comunidade, destacando-se o acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade, em especial aquelas que estavam em situação de rua, para não retornarem aos locais de violência.

Por outro lado, o processo de negociação com o Estado não foi tranquilo, “não se tratou de um acordo fluido e sem barreiras; pelo contrário, tratou-se de uma longa jornada de ações empreendidas pelas mulheres envolvidas na ocupação” (Oliveira, 2019, p. 105). O movimento de mulheres Olga Benário defendia a urgência da demanda por casa abrigo, o

Estado argumentava que a casa de referência da mulher seria criada no futuro em um endereço anunciado no ano anterior.

Este endereço, no entanto, até aquele momento, servia como estacionamento da ROTAM (Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas). Além disso, também não havia nenhum documento que comprovasse o início da construção do abrigo, ou a reversão de fundos em licitação antes de 2017, o que acarretaria uma espera de no mínimo dois anos. (Oliveira, 2019, pp. 104-105)

O Movimento Olga Benário decidiu então por arcar com a organização de uma Casa de Referência da Mulher, tendo em vista o trabalho que já estava exercendo na ocupação e negociou os termos para que isso fosse possível. Os principais pontos desse trajeto ocorrido no ano de 2016 foram sistematizados em infográficos por Camila Bastos (2016), mas que apresentamos aqui de maneira resumida. Após o início da ocupação em 8 de março de 2018, mais de 50 mulheres passaram pela ocupação no primeiro mês. Em 19 de abril foi recebida a ordem de despejo e reintegração de posse, apontando a desocupação até o dia seguinte. Desse dia em diante, há grande mobilização e articulação da ocupação com diversos atores institucionais (Conselhos da Mulher, municipal e estadual; Secretaria de Patrimônio da União, Faculdade de Arquitetura/UFMG, Ministério Público Federal, Tribunal Regional do Trabalho, dentre outros). Assim, seguem importantes reuniões, negociações de prazos e apresentação de projetos para que em maio fosse firmado acordo para que a Casa de referência Tina Martins mudasse, em junho de 2016, para imóvel designado no acordo (Bastos, 2016).

A luta da Ocupação Tina Martins fez efetivar sua demanda a partir da própria atuação do movimento social, com a participação do Estado apenas na cessão do imóvel. Nas ocupações, e na Tina Martins isso ficou evidente, “é possível produzir o próprio espaço e, movidos pelos ideais de transformação, produzir os próprios conceitos e disputar a informação e a opinião pública” (Maria Tereza Dias et. al., 2017, p. 169).

Esta disputa de narrativa é o que permite a negociação. O que se ob-

serva é que a Ocupação Tina Martins ampliou as reflexões sobre as ocupações urbanas, ao apresentar como pauta central o direito das mulheres a uma vida digna e sem violência e ao ser construída por e para mulheres. Em verdade, mesmo tendo como pano de fundo extremamente relevante a questão da cidade mercadoria e exclusão socioespacial, tinha como foco a demanda da efetivação da lei e de políticas públicas para mulheres. (Isabela Araújo Bettoni, 2018, p. 24)

Talvez possamos pensar na Casa Tina Martins como uma nova versão do buquê de flores explosivo ofertado para o Estado, assim como fez Esperitina Martins em 1917: surge a primeira casa de referência da mulher na América Latina que se configura a partir desse modelo. Seu atendimento tem como foco as mulheres que moram em ocupações urbanas de BH e entornos, até pela relação do Movimento de Mulheres Olga Benário com o Movimento de Luta nos Bairros, Favelas e Ocupações, embora não se restrinja a estas, são recebidas mulheres encaminhadas pelo Estado ou ainda mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Sobre práticas e autonomia

A Casa Tina Martins, gerida pelo Movimento de Mulheres Olga Benário, não só foi modelo para outras três casas de referência no Brasil (Helenira Preta em Mauá, SP; Mirabal em Porto Alegre, RS e Laudelina de Campos Melo em SP capital), como também construiu uma metodologia própria para o atendimento de mulheres em situação de violência a partir dos preceitos do feminismo marxista. Sua atuação se dá a partir de eixos de trabalho que organizam práticas diversas²: (a) assistência emergencial; (b) acompanhamento periódico; e (c) informativa permanente.

.....
2 Na época em que a pesquisa de campo foi realizada eram três eixos. Atualmente, a atuação da Casa se organiza em 4 eixos: (a) formação política - por meio de oficinas, palestras, rodas de conversas e outras atividades na Casa que possam permitir o acesso à informação, ressignificação de conceitos e troca de experiências, além de serem espaços de fortalecimento; (b) encaminhamento - hoje inclusa à Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em Minas Gerais, quando a Casa não é a melhor solução, há o encaminhamento para outros locais; (c) Acolhimento - por meio de 3 tipos de auxílios gratuitos (psicológico, jurídico e serviço social), a Casa presta serviços que normalmente mulheres menos abastadas não teriam acesso e (d) abrigo em situações emergenciais como casa de passagem (Casa de Referência da Mulher Tina Martins, 2021).

A assistência emergencial pode ser prestada a partir de acompanhamento jurídico, psicológico, de assistência social, além de acolhimento e, em últimos casos, de abrigo. Os atendimentos ocorrem, então, a partir desses núcleos de trabalho, sempre acompanhados pela presença de uma Benária³. O acompanhamento periódico acontece a partir de cursos e oficinas. Essas atividades visam a fortalecer as mulheres de uma maneira geral e construir a independência financeira das atendidas. Ao longo de sua trajetória a Casa já ofereceu oficinas de crochê (Flores da Tina), de forró, yoga, para aprender a fazer sapatos, sessões de filmes e apresentações teatrais. Por fim, a atuação com ênfase informativa busca a melhoria de serviços da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, a partir de atos de enfrentamento, mas também trabalhando em articulação com a Rede para encaminhamentos necessários (que funcionam em via dupla).

Assim, colocamos em análise as práticas da Casa no que dizem respeito à informação permanente. Estando colocada como um dos equipamentos na rede de proteção à mulher em situação de violência, especialmente na Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, quais são os impactos desse pertencimento para as construções autônomas? De que maneira essa aproximação com a rede e a sistematização de uma metodologia de trabalho tensionam as lutas assumidas coletivamente?

Então, inclusive, a participação na REDE é um dos eixos de atendimento da casa. A gente faz parte da REDE desde antes, no processo de ocupação. Antes de vir pra cá a Tina Martins já começou a fazer parte das reuniões da REDE de enfrentamento. E depois que a gente veio aqui pra casa, a gente faz esse processo de reorganizar nosso trabalho, nosso atendimento, a gente continuou nesse espaço. ... Mas a gente tem desenhado qual o papel da Rede, o que essa Rede propõe para a sociedade. É muito mais de se discutir o que tem, discutir o que precisa ter, as melhorias que precisam ser feitas, é uma troca mesmo. Acho muito interessante, acho que tem muitas questões que têm que ser levadas em consideração, principalmente, de identificar as falhas. (Benária, entrevista 22 de outubro de 2019)

.....
3 Aproveitamos para registrar que as mulheres que trabalham na Casa e fazem parte do Movimento de Mulheres Olga Benário serão chamadas no texto de Benárias, que é como elas mesmo se denominam; e as mulheres atendidas pela Casa serão chamadas de Tinas.

A participação na Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e a troca de encaminhamento entre os diversos recursos mantendo uma autonomia em relação à sua gestão é a novidade que a experiência da Casa nos traz em termos de políticas públicas, por se configurar e ao mesmo tempo não se configurar enquanto uma destas políticas. Ser parte da Rede, inclusive, não é uma experiência acrítica, busca-se a formação de espaços que sejam cada vez mais acolhedores e qualificados para receber mulheres em situação de violência.

É preciso que se identifique o que estamos chamando aqui de coletivos autônomos, e o faremos a partir da referencial teórico do feminismo decolonial. Yuderkys Miñoso, Diana Correal e Karina Muñoz (2014) trabalham o feminismo decolonial como um feminismo pensado histórico e geopoliticamente a partir do processo de colonialidade e questionam de forma radical a ideia de que há uma história ascendente de conquista de direitos para as mulheres.

Nessa perspectiva, coletivos autônomos podem ser entendidos como autogeridos e autogestionados. Essa noção advém do feminismo autônomo que tem por crítica a institucionalização do feminismo, especialmente a partir de mecanismos globais como a ONU. Segundo Ochy Curiel (2014), o feminismo autônomo pode ser compreendido como

um feminismo excêntrico, de fora, da fronteira e das margens como possíveis espaços de construção política [edificada] na ação coletiva autogerida e autônoma que produz sua própria teoria, um pensamento descolonizador contra o eurocentrismo e a teoria/perspectiva de gênero mais conservadora, e que questiona fundamentalmente a relação saber-poder e a dependência das instituições. (2014, p. 330, tradução nossa⁴)

.....
4 *un feminismo excêntrico, del afuera, desde la frontera y los márgenes como espacios posibles de construcción política [edificada] en la acción colectiva autogestionada y autónoma que produce teoría propia, un pensamiento descolonizador frente al eurocentrismo y a la teoría y perspectiva de género más conservadora, y que cuestiona de fondo la relación saber-poder y la dependencia a las instituciones.*

Podemos conceber, portanto, que o feminismo autônomo tensiona a relação com o Estado a partir de dois lugares: na relação com o feminismo global questionando os processos de colonização que permeiam suas políticas; e na relação interna, não eximindo o Estado de se posicionar ou de agir efetivamente no enfrentamento à violência contra a mulher, por exemplo. Assim, interessa-nos especialmente pela potência de colocar em questão o campo de interesse da psicologia social quando destaca a importância de ações macro e micropolíticas como modo de **reinvenção destas políticas**.

Dessa forma, tomamos em análise a Casa de Referência das Mulheres Tina Martins enquanto um coletivo feminista autônomo. Esse não é um atributo reivindicado pelas Benárias, mas uma conexão teórica estabelecida no desenvolvimento da pesquisa. A nomeação mais utilizada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário é de reconhecer a Casa Tina Martins como um espaço autogestado, conforme pode ser verificado em suas redes sociais. Essa conexão se dá por conta desta autogestão e, principalmente, por seu importante papel no tensionamento com o Estado para o estabelecimento e a melhoria das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, na sua relação com o governo de Minas Gerais.

Ocupações como estratégias de resistência

*O Estado veio quente, nós já tá fervendo,
O Estado veio quente, nós já tá fervendo,
Quer desafiar? Não tô entendendo.
Mexeu com as mulheres, você vai sair perdendo.
Tina Martins, mulheres de luta.
Olga Benário, mulheres de luta.
Todas as mulheres, mulheres de luta.
Não tem casa abrigo, se der mole nós ocupa.*
(Palavras de ordem usada pelas Benárias em suas ocupações)

As ações identificadas nessas práticas da informativa permanente falam da relação da Casa Tina Martins com o Estado, no trabalho de cobrar

por políticas públicas que atendam às mulheres em situação de violência. Essa ação vem sendo realizada desde a ocupação do dia 08 de março de 2016, que tinha por objetivo inicial cobrar do Estado de Minas Gerais a construção de uma casa abrigo, já que Belo Horizonte só contava com uma. Justamente por isso que ocupação é a estratégia de resistência que vamos trabalhar analisar aqui.

As ocupações urbanas podem ser definidas como espaços da cidade antes inutilizados, ou subutilizados que passam a ter posse planejada, pacífica e informal, construindo a partir dessa posse identidades territorializadas, por meio da mobilização pelo acesso à terra urbana e ao exercício dos direitos à moradia e à cidade (Dias et al., 2017). Elas têm revolucionado as formas de fazer política, porque “para além de garantir a efetivação do direito à moradia, as ocupações têm criado novas formas de alteridade urbana e têm sido exemplo da necessidade da (re)construção de espaços mais democráticos nas cidades” (Dias et al, 2017, p. 161). São “referência de organização coletiva e poder popular” (Boulos, 2012, p. 60).

Além disso, as ocupações são afrontas diretas ao sistema capitalista, uma vez que subvertem a forma como se dá o processo de urbanização que “ligado à industrialização e ao capital, está pautado na lógica da produção e do acúmulo de bens que vão além do mínimo necessário para a sobrevivência, ... muito vinculado à construção de classes e, conseqüentemente, desigualdades socioeconômicas” (Carolina do Carmo, 2019, p.161). De acordo com o MLB, “ocupar é um ato de rebeldia, de confronto com a ordem estabelecida, de questionamento à sagrada propriedade privada capitalista”. E essa afronta é também fator que propicia (ou força) o diálogo:

Então, como é importante a gente, inclusive, a questão da ocupação veio muito nesse sentido da propriedade privada, mesmo, né? Porque o bem maior do capital é a propriedade, né? Então, você mexe numa estrutura muito frágil do sistema capitalista, você mexe no sistema central, no nervo central, de toda a questão do capitalismo. ... A ocupação veio com o sentido de “espera aí, vamos movimentar aí, porque é isso que vamos fazer caso não saia [caso não se efetive a reivindicação].” (Benária, entrevista, 22 de outubro de 2019)

Para compreendermos o funcionamento da Casa de Referência da Mulher Tina Martins é necessário que se localize como são construídas suas metodologias e ferramentas de atendimento. Essas construções estão fortemente marcadas pela perspectiva do feminismo marxista, linha que orienta o movimento Olga Benário.

O marxismo é um instrumento de análise da sociedade, certo? E para nós do movimento de mulheres Olga Benário, que dirige a casa, esse é o método mais correto de análise da sociedade porque ele rompe o idealismo, ele rompe o individualismo, e o subjetivismo das coisas. Porque o dado primeiro é que o mundo é material, então ele é perfeitamente conhecível, e se ele é conhecível ele é totalmente passível de ser mudado. (Benária, entrevista, 23/10/2019)

O marxismo enquanto esse sistema de análise da sociedade opera a partir de uma perspectiva materialista, histórica e dialética que busca ação política para a emancipação humana. Mirla Cisne (2018) aponta algumas reflexões sobre essa vertente, que busca a seu modo compreender as relações sociais que expressam conflitos, exploração e lutas, de maneira articulada as opressões de gênero, raça e classe. “Entendemos que as relações sociais de sexo, raça e classe são antagônicas e estruturantes porque determinam materialmente a exploração do trabalho, por meio da divisão de classe e da divisão sexual e racial do trabalho” (Cisne, 2018, p. 2).

A partir deste aporte teórico e político, a Casa busca a crítica ao liberalismo e aos direitos que se definem a partir de suas premissas, além de questionar o feminismo burocratizado que se incrusta no aparelho do Estado (Maria Lygia Quartim Moraes, 2020). Essa perspectiva do feminismo é uma das primeiras a fazer a crítica ao construto mulher enquanto um sujeito universal, uma vez que um dos problemas considerados fundamentais do movimento feminista era o acesso ao trabalho. De acordo com bell hooks a problematização da classe social foi fundamental para que se pudesse dar espaço para uma crítica racial. A autora afirma que “inserir classe na pauta feminista abriu um espaço em que as interseções entre classe e raça ficassem aparente. Dentro do sistema social de raça, sexo e

classe institucionalizados, mulheres negras estavam claramente na base da pirâmide econômica” (Moraes, 2020, p. 69).

Olha só, a gente estava falando da nossa perspectiva marxista de análise da sociedade. E na perspectiva da sociedade capitalista de classe a propriedade de classe é o elemento fundante, é o determinante para a manutenção de toda a sociedade. Então qualquer ato que conteste o elemento da propriedade privada, ele é por si só um ato bastante revolucionário e subversivo. E a questão é a possibilidade que esse ato tem em si de ser concretizado, o objetivo desse ato, e as perspectivas que esse ato traz consigo. Fazer um ato que atente contra a propriedade, faz com que as pessoas contestem se essa propriedade é tão intocável assim, e mais, faz com que as pessoas reflitam porque aqueles outros indivíduos fizeram isso, e reflitam sobre a sua condição, se não estariam naquele lugar. Então, quando a gente faz uma ocupação por moradia, de uma casa, como foi essa aqui para ser um lugar de acolhimento de mulheres em situação de violência, a gente faz com que as pessoas entendam que a luta coletiva é possível de ser vitoriosa, e mesmo que ela não tenha a conquista em si, mas ela traz consigo uma experiência coletiva que possibilita as pessoas entenderem que é possível se organizar e mudar os estados das coisas. (Benária, entrevista, 23 de outubro de 2019)

A construção de uma ocupação urbana demanda sempre uma construção coletiva, mas na Ocupação Tina Martins, essa é uma construção ainda mais intensa do ponto de vista da coletividade e da autonomia porque se desenvolve ali um serviço que recebe e acolhe as mulheres em situação de violência. Uma ocupação de e para mulheres, onde é possível ficar atentas às experiências que “normalmente, são vividas pelos corpos entendidos como femininos... muitas vezes anuladas e ignoradas pelo estado e pelos homens” (Carmo, 2019, p. 168).

A experiência da Casa Tina Martins de Belo Horizonte está também alinhada a duas ocupações feministas do Movimento Olga Benário que deram origem à Casa de Referência da Mulher Mirabal em Porto Alegre/RS, à Casa de Referência da Mulher Helenira Preta em Mauá/SP e à Casa de Referência da Mulher Laudelina de Campos Melo em SP capital. A Casa Mirabal surge de uma ocupação realizada em 25 de novembro de 2016, Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, no centro de Porto Alegre. “A preocupação das militantes do Olga é a escassa rede de atendimento

e acolhimento de mulheres na cidade de Porto Alegre, a Ocupação Mulheres Mirabal surge como forma de protesto contra essa falta de políticas públicas” (Miriani Santos Silva & Luciane Marques Raupp, 2018, p. 4).

Analisada sob a ótica da democracia em suas diferentes vertentes, entende-se a Casa Mirabal enquanto um modelo de democracia contra hegemônico: Em que pese a Ocupação Mulheres Mirabal não tenha atingido o modelo ideal participativo, é inegável perceber que realizar um trabalho que deveria ser feito pelo poder público, com qualidade, não é uma tarefa fácil, e apesar de todas as dificuldades encontradas principalmente a falta de experiência das militantes a Casa já acolheu mais de duzentas mulheres e salvou a vida (literalmente) da maioria delas. Só por essa informação já deve-se perceber que essa instituição é tudo, exceto hegemônica. (Ariane Fernanda Reis Moreira, 2019, p. 58)

A Casa Helenira Preta é resultado de uma ocupação no centro da cidade de Mauá realizada em 25 de julho de 2017, Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha; a negociação se encerrou em poucos dias porque a prefeitura se comprometeu com a construção de uma casa abrigo, porém houve omissão no cumprimento da demanda e uma nova ocupação foi realizada onde funciona a Casa, sem qualquer suporte estatal (Jornal *A Verdade*, 24 de julho de 2019). Importante dizer que “o objetivo dessas experiências não é substituir o poder público, ao contrário, é denunciar a ausência de políticas públicas para mulheres e demonstrar que é possível operar em outra lógica de cuidado, organização, emancipação econômica, afetiva, etc.” (Isis Mustafa Assis & Livia Tommasi, 2018, p. 29). A Casa Laudelina de Campos Melo surge em SP capital em 27 de janeiro de 2021 e vem como uma resposta ao aumento dos casos de violência doméstica no contexto da pandemia do coronavírus.

As ocupações do Movimento de Mulheres Olga Benário são classificadas por Amanda Carolina Cegatti como ato de desobediência civil, uma vez que podem ser caracterizadas enquanto “uma ação política, realizada publicamente, que almeja a transformação de uma lei ou política considerada injusta por determinado grupo” (Cegatti, 2019, p. 92). Nesse sentido,

cabe pensar ainda dois aspectos que surgiram no acompanhamento da Casa de Referência da Mulher Tina Martins em Belo Horizonte: o modo como o funcionamento da ocupação produz efeitos de pertencimento e compromisso coletivo e o modo como ocupar se mostra uma ferramenta de luta permanente na articulação com as políticas públicas.

Quanto ao compromisso coletivo e pertencimento associado à ocupação, na roda de conversa “Mulheres e o Direito à Cidade”, que aconteceu no dia 12 de março de 2019, na semana de comemoração de 03 anos de existência da Casa, uma das Tinas contou um pouco de sua experiência e destacou o senso de coletividade como um de seus maiores aprendizados.

Hoje mesmo eu levei um tombo feio. ... E aí rodeada de gente querendo socorrer, mas não era igual à Ocupação. Se fosse alguém da Ocupação eu tenho certeza que ia querer me levar pro hospital, mas caí na rua, é diferente. A sociedade vê de forma diferente. “Melhora, levanta e vai embora”. Na ocupação não, essa união, o coletivo, é tão bacana. Porque um preocupa com o outro, um cuida do outro. Então assim, eu não quero voltar à vida que eu levava nunca mais. (trecho de fala no evento Mulheres e o Direito à Cidade, diário de campo, 12 de março de 2019).

Um desdobramento importante de sua história é que ela escolheu viver na Ocupação. Tinha a casa dos pais para retornar, mas preferiu não seguir este caminho. “*Minha família chegou até cogitar a ideia de me internar numa clínica psiquiátrica. Porque pra eles não era normal você escolher sair da sua casa para conviver deste jeito, desta forma coletiva*” (trecho de fala no evento Mulheres e o Direito à Cidade, 12 de março de 2019).

Por fim, a ocupação é instrumento utilizado ainda para a manutenção do espaço onde funciona e não se encerrou no momento de pactuação das primeiras negociações. O contrato de cessão do imóvel que se estabeleceu na negociação para a existência do local teve duração de apenas dois anos. Em junho de 2018, quando do término desse contrato, não estava sendo possível abrir uma conversa com o Estado de Minas Gerais para saber qual seria o destino do imóvel e da Casa. Dessa forma, fomos obrigadas a fazer com que a conversa acontecesse, por meio de uma ocupação da Cidade Administrativa no dia 1º de agosto. Com mais de 20 mulheres do Movimento

Olga Benário, das ocupações e ligadas à Tina na porta da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão da Cidade Administrativa, não houve opção a não ser abrir uma mesa de negociação, agora para discutir o futuro da Casa.

Importante dizer que muitos interesses estavam em pauta, uma vontade do Estado de institucionalizar a Casa, transformando-a no formato do CERNA⁵, ou seja, em um equipamento do Estado, era evidente. As negociações tiveram movimentos que sinalizavam avanços e retrocessos, porém as parcerias com o Estado estão se firmando, com o respeito à autonomia e às metodologias desenvolvidas na Tina. Assim, há um complexo jogo que por vezes usa a própria ferramenta da ocupação para a inserção na rede de políticas públicas, mas por vezes se situa no limiar, correndo riscos de impactos na forma de gestão coletiva, como o movimento tem buscado. Por fim, a ocupação também pode funcionar como instrumento de luta para a militância em direitos.

Para marcar o dia internacional de luta das mulheres, o Movimento Olga Benário em conjunto com o Movimento de Luta nos Bairros, Favelas e Ocupações realizou a ocupação simbólica do prédio da Previdência Social, na Av. Amazonas. Tal ação visou marcar a importância da luta contra a reforma da previdência dentro dos movimentos feministas, no contexto brasileiro atual, por serem as mulheres as maiores atingidas com a mudança. A ocupação não se deu de forma pacífica e foram muitos os conflitos com os seguranças do local. A ideia de abertura de um diálogo com a população foi impedida de ser realizada pois fomos trancadas dentro do edifício. A ação mostrou as dificuldades de se realizar protestos e conversas no contexto dos atuais governos (estadual e federal, principalmente) e ressaltou um certo posicionamento da Casa Tina Martins enquanto coletivo autônomo. (Autora, Diário de Campo. 8 de março de 2019)

Esse uso da ocupação para tratar de pautas dos movimentos sociais é muito importante, porque “quando há essa denúncia e reivindicação por

.....
5 CERNA é a sigla usada para identificar o Centro Risoleta Neves de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica ou Intrafamiliar, um equipamento da rede de políticas públicas para a atenção à mulher em situação de violência.

parte dos oprimidos organizados em movimentos populares, há o movimento de transformação de uma necessidade em demanda política; dessa forma, uma questão que poderia ser vista como um problema pontual se torna uma demanda essencialmente pública” (Amanda Paulista, 2013, p. 104). A ocupação faz com que as demandas sociais se materializem. Ocupação é estratégia de resistência porque ocupar é driblar o sistema de poder capitalista.

Considerações

A atuação da Casa Tina Martins foi analisada aqui a partir do eixo de atuação que diz respeito à informativa permanente. Escolhemos este recorte por entender que essas práticas permitem analisar como a Casa se articula com as políticas públicas no enfrentamento às condições de existência do próprio coletivo e às possibilidades de atuação no enfrentamento à violência contra mulheres. Além disso, possibilita visibilizar que essa articulação não se dá de maneira permanentemente harmônica ou passiva, mas como ferramenta de lutas ampliadas.

Essa atuação é fundamental quando pensamos o contexto atual. Primeiro, é importante observar o cenário político. Desde o golpe contra a presidenta Dilma, um golpe misógino, vemos tomar conta da política brasileira um projeto reacionário e machista, que ataca os direitos das mulheres e reforça as relações de violência ao priorizar um modelo de família patriarcal. Entre cortes de investimento nas políticas públicas que atuam no combate à violência contra a mulher, a influência da Igreja nas decisões políticas e falas que nos humilham e objetificam, este governo é um grande ataque às mulheres. Talvez, por isso mesmo, são as mulheres que lideram a oposição desde a época das eleições com o movimento do #EleNão. Quando o Estado não garante os direitos, a resistência vem dos movimentos sociais, dos movimentos feministas.

Em segundo lugar, temos o cenário social em que nos encontramos: a pandemia pelo novo coronavírus. Com a necessidade de isolamento, alguns levantamentos apontam para o aumento da violência contra mu-

lheres, inclusive com relação ao feminicídio. Esse aumento acontece ao mesmo tempo em que há uma diminuição do número de denúncias e a implantação de medidas de cuidado na rede de atenção à mulher em situação de violência. A Casa de Referência da Mulher Tina Martins é um importante instrumento para apoio às mulheres em situação de violência e continuou realizando seus atendimentos, embora tenha parado com os eventos públicos.

Algumas questões que se fizeram importantes na construção de perspectivas de autonomia e gestão coletiva dizem respeito à história das figuras escolhidas como fundantes desse coletivo, assim como dos movimentos que servem como fundamentação teórico-política das práticas construídas. Produzem-se nessas articulações efeitos de herança, compromisso e continuidade, que fortalecem a luta política e o enfrentamento aos desmandos e desmontes contemporâneos.

Esta é uma Casa de Referência das Mulheres construída a partir da ocupação de um espaço inativo na cidade e, ao mesmo tempo, ocupando e tensionando as políticas de proteção às mulheres em situação de violência, que mesmo ativas não alcançam algumas mulheres. Uma luta pelo bom, pelo justo e pelo melhor do mundo, que, diferente de Olga Benário, não enfrenta o nazismo, mas enfrenta os alarmantes índices de feminicídio, construindo práticas de proteção e autonomia das mulheres atendidas.

Referências

- Assis, Isis Mustafa & Tommasi, Lívia (2018). As mulheres e a luta por casa de referência: a experiência do Movimento de Mulheres Olga Benário e o CRM Helenira Preta. *Revista ÍANDÊ Ciências e Humanidades*, 2(1), 27-41. Recuperado de <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/iande/article/view/43>
- Bastos, Camila Diniz (2016). Tina Martins: de ocupação a Casa de Referência. *VRUS*, São Carlos, 13. Recuperado de <http://www.nomads.usp.br/virus/virus13/?sec=5&item=73&lang=pt>
- Bettoni, Isabela Araújo (2019). *Interseções entre gênero, espaço e direito: Uma análise da Casa De Referência Da Mulher Tina Martins em Belo Horizonte*. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Direito), UFMG, Belo Horizonte, MG.
- Boulos, Guilherme (2012). *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto* (2ª ed. Ver. e ampl.) São Paulo: Scortecci.
- Carmo, Carolina Guida Cardoso (2019). Sobrevivência urbana através de ocupações organizadas por (e para) mulheres. URBS. *Revista de Estudos Urbanos y Ciencias Sociales*, 9(1), 161-170.
- Casa de Referência da Mulher Tina Martins. (2021). *Casa de Referência da Mulher Tina Martins*. Recuperado de <https://www.facebook.com/casatinamartins/>
- Cegaiti, Amanda Carolina (2019). As Ocupações do Movimento de Mulheres Olga Benário e a desobediência civil feminista. *Revista Movimentação*, Dourados, 6(10). Recuperado de <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/viewFile/9294/6038>
- Cisne, Mirla (2018). Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. *Serv. Soc. Soc.*, 132. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282018000200211&script=sci_arttext
- Curiel, Ochy (2014). Hacia la construcción de un feminismo decolonializado. In Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal, Karina Ochoa Muñoz (Orgs.), *Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descolonias en Abya Yala* (pp. 92-101). Ed. Universidad de Cauca.
- Dias, Maria Tereza Fonseca, Calixto, Juliano Santos, Freitas, Luiz Fernando Vasconcelos, Souza, Lucas Nasser, Lages, Lívia Bastos, Pinto, Julia Dinardi Alves, Rosa, Marcos Bernardes (2017). Movimentos sociais na luta por moradia em Belo Horizonte: estudo do caso das ocupações urbanas de Belo Horizonte e região metropolitana. *Revista Eletrônica Direito e Sociedade*, Canoas, 5(1). <http://dx.doi.org/10.18316/redes.v5i1.3194>

Casa de Referência da Mulher Tina Martins: articulação entre coletivo autônomo,...

hooks, bell (2020). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Miñoso, Yuderkys Espinosa; Correal, Diana Gómez; Muñoz, Karina Ochoa. (2014). Introducción. In *Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala* (pp. 2-9). Ed. Universidad de Cauca.

MLB & Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas. (s/d). *MLB, essa luta é pra valer*. Recuperado de <https://www.mlbbrazil.org/quem-somos>

Moraes, Maria Lygia Quartim (2020). Breve História do Feminismo Marxista. In *Os desafios do feminismo marxista na atualidade* (pp. 129-138). Ed. Marxismo 21.

Moreira, Ariane Fernanda Reis. (2019). *Concepções de Democracia na prática da gestão: estudo de caso da Ocupação Mulheres Mirabal*. Trabalho de Conclusão de Curso. UFRGS. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/203691>

Movimento de Mulheres Olga Benário. (2017). *Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benário Benário*. Publicação da coordenação nacional do Movimento de Mulheres Olga Benário, Brasil. Recuperado de https://issuu.com/movolgabenariobr/docs/cartilha_do_olga_2edi_o_a7c9ac6f94e7b4

Oliveira, Thais Zimovski Garcia (2019). *A experiência política das mulheres da Casa Tina Martins*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/31394>

Paulista, Amanda (2013). As mulheres nos movimentos sociais de moradia: a cidade sob uma perspectiva de gênero. *Revista Humanidade em Diálogos*, 5. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106242>

Schneider, Nicole Angélica (2019). As mulheres no movimento anarquista em Porto Alegre na Primeira República (1889-1930). In M. Fagundes et al. (Orgs.), *Diálogos entre História e Gênero: Costumes, Práticas e Fazeres* [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi.

Silva, Miriani Santos & Raupp, Luciane Marques (2018). É pela vida das mulheres: O ativismo de mulheres jovens em uma ocupação urbana de Porto Alegre. In *Anais do I Simpósio Juventudes Contemporâneas*, PUCRS. Recuperado de <https://editora.pucrs.br/acessolivre/anais/simpósio-juventudescontemporaneas/assets/edicoes/2018/arquivos/17.pdf>

Posfácio Poético

Leonardo de Oliveira

Nesse mar de retrocesso e morte,
onda após onda se choca contra nossas
embarcações,
e não,
não estamos no mesmo barco.
O que fazemos com essa água salgada?
Bebemos dela até salgar a boca,
nos afogamos na tempestade?
Seguimos confiantes nas velas,
e na virada do vento?
Travessias se fazem necessárias,
e travessias dificilmente se dão na calmaria,
na aparente tranquilidade das páginas.
O que fica então impregnado no cheiro, no
sabor
das últimas páginas de um livro?
A própria travessia. Aromas de possibilidades.
Olhares/oceanos que se buscam e se
encontram,
e o encontro é com e no próprio corpo.
Podemos encontrar ainda nesse eco/perfume
notas de luta,
de desconforto,
ânsia,
desejo,
temores/
tremores/
terremotos.

O livro não termina neste posfácio. É ali que paradoxalmente ele se inicia. Neste choque, terremoto com a vida e com as peles/olhos, e no que ele

nos produz. Se você neste momento fechar as janelas (eu estou escutando o som das ambulâncias aí na sua rua), desligar a TV, rádio ou o que estiver ligado, vai sentir uma leve vibração vindo do livro. Afie os ouvidos, tem um eco, não tem?

O eco da contracapa
Atracando catavento
Em todo canto.
A palavra que pirilampa
O lume no peito,
Que desata espelhos,
Revoando a pedra fria
Desse outro, que nos inabita
Com golpes de poesia.
O resíduo da escrita
Inescrita
Em nós/eles,
Na pele
De luta
Em cada linha.

Glória Anzaldúa falava a respeito da poesia dizendo que “um poema funciona quando o assunto com o qual iniciiei se metamorfoseia alquimicamente em outro”¹. E se transpormos a ferramenta poesia, como um (in) utensílio, para a escrita acadêmica, se poemarmos um pouco os efeitos dessas escritas? Que metamorfoses alquímicas outras borbulham além do texto?

Possíveis
e utopias:
in/con/verter novos voos,
desconstruir o branco,

.....
1 Anzaldúa, G. (2000). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, (8),1, 234.

olhar o espelho.
Subverter a morte dupla,
desnegacionar a vida,
quebrando a esteira de produção de morte
com máquina de guerra.
Ten(s)cionar ecos ressoantes,
fissurar a rocha do dia a dia
com linhas de fuga,
e tá mesmo dureza...
Lutar pelo direito ao nome,
defender um sul, o SUS, o SUAS,
cartografar novos territórios,
sentipensar em coletivos,
habitar novos trajetos/mundo.
Eu não garanto que nada disso seja fácil,
mas é o ruído que emana
alquimicamente,
trans, meta morfado
da última página se lê.
O trovão que vem da contracapa,
a eletricidade
que todas essas mãos cantaram
nas páginas,
as histórias dessas vozes,
nas margens
de rios em luto,
onde agora navegamos.
Tecemos aqui lutas
contra a cegueira e o sangue,
da pólvora e da palavra.
Cultivamos não apenas girassóis,
mas também o devir,
essa linda flor da mata atlântica,
que ainda não foi catalogada.

Sobre as autoras e autores

Adrieli Pacheco Sperandir

Acadêmica de Psicologia no Instituto Metodista (IPA) e de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista de iniciação científica (CNPq) no Grupo de Estudos em Psicologia Social, Políticas Públicas e Produção de Subjetividades (GEPS - PPGPSI/UFRGS).

E-mail: adrielisperandir@hotmail.com • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8155322494177972>

Alexandra Tsallis

Doutora em Psicologia pela UERJ em associação com a Ecole des Mines / Paris. Pós Doutorado no Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFF. Coordenadora do Laboratório afeTAR / UERJ. Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e do Programa de Pós-graduação em Controladoria e Gestão Pública / UERJ. Pesquisadora, mãe, feminista. Financiamento: Inova UERJ e CNPq.

E-mail: atsallis@gmail.com • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9571574419530510>

Amanda Cappellari

Psicóloga pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), mestra e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSI/UFRGS).

E-mail: amanda.cappellari@gmail.com • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5597659000115885>

Ana Claudia Lima Monteiro

Doutora em Filosofia pela PUC-SP. Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF, coordenadora do grupo de pesquisa Intervenções psicológicas: corpo e subjetividade em diferentes espaços de cuidado. Participante do Laboratório Entre-Redes e do Laboratório PesquisarCom.

E-mail: anacmonteiro@yahoo.com.br • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1229607279781632>

Anita Guazzelli Bernardes

Doutora em Psicologia pela PUC/RS. Docente e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UCDB, Pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Coordenadora do Laboratório “Psicologia da Saúde, Políticas da Cognição e da Subjetividade”. Pesquisadora PQ/CNPq.

E-mail: anitabernardes1909@gmail.com • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8451095176999131>.

Betina Hillesheim

Psicóloga, doutora em Psicologia (PUCRS), professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Mestrado Profissional em Psicologia (UNISC). Coordenadora adjunta do Mestrado Profissional em Psicologia (UNISC). Líder do grupo de pesquisa “Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos”.

E-mail: betinahillesheim@gmail.com • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4039336747587963>

Camila Alves

Psicóloga clínica, especializada em Terapia Corporal Reichiana. Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente do curso de Psicologia das Faculdades Integradas Maria Thereza (FAMATH).

E-mail: camilaaraujalves@yahoo.com.br • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9818312389015488>

Camilo Darsie

Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação, Coordenador do Internato de Saúde Coletiva e Professor no curso de Medicina da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Vice-líder do Grupo de Pesquisa “Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos” (PPIPS). Doutor em Educação com Pós-doutorado em Saúde Coletiva.

E-mail: camilodarsie@unisc.br • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4407126331414792>

Cintia Schwamberger

Doctora en Ciencias de la Educación (UBA), Licenciada y Profesora de Educación Especial (UNSAM). Becaria Posdoctoral del Consejo de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), en el Laboratorio de Investigación en Ciencias Humanas (LICH). Docente de la Escuela de Humanidades (UNSAM/Argentina).

E-mail: cintiaschwamberger@gmail.com • Lattes: <https://orcid.org/0000-0002-2409-0851>

Dolores Galindo

Professora Associada III de Psicologia Social na Graduação e Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso. Docente permanente nos Programas de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da UFMT e Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da UNESP/Assis. Coordena o Laboratório Tecnologias, Ciências e Criação (LABTECC/UFMT).

E-mail: doloresgalindo@ufmt.br • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6781116835399339>

Eduardo Sugizaki

Professor no Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em História da PUC Goiás. Mestre em Filosofia (UFG). Doutor em História (UFG). Doutor em Filosofia pela Universidade da Picardia Júlio Verne. Estágio Pós-Doutoral em Filosofia (UNIFESP). Líder do Grupo de Pesquisa La Folie - História da Loucura (CNPq).

E-mail: eduardosugizaki@gmail.com • *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/4594074167998014>

Érika Cecília Soares Oliveira

Psicóloga pela Unesp/Assis, Mestrado em Educação e Doutorado em Psicologia (Unesp). No doutorado trabalhou com violência contra as mulheres utilizando o Teatro Fórum como ferramenta de debate e pesquisa. Atualmente é docente no departamento de Fundamentos Pedagógicos da Universidade Federal Fluminense, trabalhando com discussões que envolvem epistemologias do Sul, feminismos subalternos e decoloniais, políticas de escrita, relações étnico-raciais e gênero.

E-mail erikaoliveira@id.uff.br • *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/0137977569349136>

Felipe Sampaio de Freitas

Professor Colaborador de Filosofia, na UEPA (Campus CCSE). Doutorando em Psicologia Social (PPGP-UFPA); Mestre e Licenciado em Filosofia pela UFPA. Integra os Grupo de Pesquisa Temática em Filosofia Contemporânea - PPGFIL/UFPA; o Grupo de Pesquisa Transversalizando - PPGP/UFPA e vice lidera o Grupo de Estudos e Pesquisa em Filosofia Moderna e Contemporânea - COGITANS/UEPA. Membro do GT de Psicologia Política da ANPEPP

E-mail: felipe.freitas@ifch.ufpa.br • *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/5536983747166169>

Flávia Cristina Silveira Lemos

Professora associada III de Psicologia Social na graduação e pós-graduação da UFPA. Bolsista de produtividade de pesquisa CNPQ-PQ2, desde 2013. Coordena o grupo Transversalizando de ensino, pesquisa e extensão. Integrou a Diretoria Nacional da ABEP (2017-2019) e integra a nova Diretoria Nacional da ABEP (2019-2022). É associada à ABRAPSO, ABPP, ABRAPÉE e ABEP.

E-mail: flaviacslemos@gmail.com • *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/8132595498104759>

Gabriel Felipe Tosta

Acadêmico do curso de Medicina na Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Bolsista PUIIC Voluntário junto ao Grupo de Pesquisa “Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos” (PPIPS).

E-mail: gafelipet@gmail.com • *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/0430165816993087>

Gabriel Luis Pereira Nolasco

Psicólogo (UFMS). Mestre em Psicologia pela UFMS (2016/18). Doutorando em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco/UCDB. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Integrante do Laboratório de “Psicologia da Saúde, Políticas da Cognição e da Subjetividade”.

E-mail: nolasco.gabriel@gmail.com • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2870370910737675>.

Gabriela Felten da Maia

Psicóloga Feminista. Mestre em Ciências Sociais (PPGCS-UFMS). Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de Antropologia e Cidadania, realizando estudos sobre as transformações no processo de retificação do registro civil de pessoas trans.

E-mail: gabryelamaia@gmail.com • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0163301363030870>

Gabriela Lopes de Aquino

Psicóloga (UFMS), mestra em Educação (UFPR) e doutoranda em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Vice-líder no grupo do CNPq “Aspectos Psicossociais, Históricos e Culturais na Constituição da Subjetividade”. Estudante no grupo do CNPq e Laboratório “Psicologia da Saúde, Políticas da Cognição e da Subjetividade”. Bolsista UCDB.

E-mail: gabilaquino@gmail.com • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7684640639643077>

Giulia Netto Löbler

É graduanda em Psicologia pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e bolsista de iniciação científica (CNPq). Integra o grupo de pesquisa «Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos» (PPIPS).

E-mail: giulialobler@gmail.com • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9718915892791118>

Ildete Vianna Soares

Pedagoga com especialização em reeducação psicomotora e em Língua Brasileira de sinais. Mestre em Psicologia pela UFF. Atua como Pedagoga e Docente de Libras no Município de Cabo Frio.

Email: hilsoares23@gmail.com • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5041438852390093>

Leonardo de Oliveira

Graduado em Psicologia pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e mestrando no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), educador social, músico e escritor. Autor do livro de poesias “O ano do elefante” (setembro/2021 - Appris).

E-mail: leonardodeoliveira.o2@gmail.com • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0740121390906008>

Letícia Maísa Eichherr

Psicóloga pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Saúde da Criança, violências e vulnerabilidades (Hospital Materno Infantil Presidente Vargas e UFRGS).

E-mail: le_maisa@yahoo.com.br • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7843225830846352>

Letícia Silva Holderbaun

Graduanda em Psicologia pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Desempenha atividades como bolsista de iniciação científica (PUIC) e é integrante do grupo de pesquisa “Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos”.

E-mail: leticiaholderbaun@gmail.com • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7557457935915978>

Lilian Rodrigues da Cruz

Psicóloga, doutora em Psicologia (PUCRS), professora e pesquisadora do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Grupo de Estudos em Psicologia Social, Políticas Públicas de Produção de Subjetividades (GEPS).

E-mail: lilian.rodrigues.cruz@gmail.com • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7498965855084509>

Liliana Parra-Valencia

Heredera del Caribe, nieta de Quimbayas, Aburrás y Calimas, afrodescendientes, europeos, no europeos, de arrieros y campesinas, familiar de José Edgar, Ligia, Martha, María José e Inés. Doctorado Ciencias Sociales (PUJ), Maestría Psicología Social y Violencia Política (USAC), Maestría Humanidades (UB). Docente-investigadora (UCC). Coordino la *Investigación PiscoPaz*, y estudio los saberes y prácticas de cura afroindígenas (Colombia-Brasil).

Correo: lilianaparrav@gmail.com • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3524813252498541>

Lisandra Espíndula Moreira

Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Psicologia pela UFSC, Mestre em Psicologia Social e Institucional e Psicóloga pela UFRGS. Coordenadora do GT Territorialidades, violências, políticas e subjetividades da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP).

E-mail: lisandra.ufmg@gmail.com • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9536102634454549>

Luísa Klix de Abreu Pereira

Graduanda em Psicologia pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Desempenha atividades como bolsista de iniciação científica (FAPERGS) e é integrante do grupo de pesquisa “Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos”.

E-mail: luisaklixap@gmail.com • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2342374836950561>

Lutiane de Lara

Psicóloga, Pós-doutoranda vinculada ao GEPS (Grupos de estudos em Psicologia Social, Políticas Públicas e Produção de Subjetividade) do PPGPSI/UFRGS. Doutorado em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS e Mestrado em Psicologia pela PUCRS.

E-mail: lutianelara@gmail.com • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7292860980271085>

Marcia Moraes

Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP. Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente permanente no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Laboratório PesquisarCOM/UFF. Pesquisadora, feminista e ativista no campo dos Estudos da Deficiência. Recebe financiamento de pesquisa: Cnpq / Faperj.

Email: marciamoraes@id.uff.br • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7714353355111033>

Maria Laura Medeiros Bleinroth

Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas, na linha de pesquisa Subjetividades, Políticas e Processos Psicossociais. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas. Realiza pesquisas na área da Psicologia Social com ênfase em gênero, envelhecimento, educação e políticas de escrita.

E-mail: laurableinroth@gmail.com • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1632175440432305>

Míriam Ires Couto Marinho

Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduada em Direito pela PUC Minas.

E-mail: miriamires@gmail.com • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9922035437261409>

Patrícia dos Passos

Psicóloga clínica e psicóloga colaboradora do Projeto Educacional Alternativa Cidadã vinculado à Universidade Federal do Rio Grande Sul. Atualmente realiza formação clínica pelo Formação em Esquizaonálise do Rio de Janeiro (2021).

E-mail: passos.patricia@hotmail.com • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3520671820872599>

Patrick Luiz Martini

Acadêmico do curso de Engenharia de Computação na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Representante Estudantil da Sociedade Brasileira de Computação. Trabalha com soluções em engenharia de dados. Integra o Grupo de Pesquisa “Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos” (PPIPS).

E-mail: plmartini@mx2.unisc.br • *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/1057873436249313>

Simone Maria Hüning

Filha de dona de casa, artesã e entusiasta das ervas que curam e de pai que se dividia entre tarefas de contabilidade de um escritório e os ciclos, orientados pelas fases da lua, de plantio e colheita da horta caseira. Criada para cuidar da casa, cozinhar, limpar, bordar, pintar e estudar apenas o considerado suficiente para ser professora de ensino básico. Os privilégios da branquitude permitiram outros caminhos.

E-mail: simone.huning@ip.ufal.br • *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/8164811113430157>

Saulo Luders Fernandes

Nascido no interior do Paraná em Maringá. Viveu a infância e adolescência em um conjunto BNH, onde teve experiências de vida em comunidade. Filho de farmacêutica que atuava nas periferias da cidade, aprendendo com as mulheres destes territórios várias práticas de cuidado tradicionais, com: ervas, chás, rezas. Pai nascido de uma família extensa, de mãe mineira e pai espanhol dissidente de seu país de origem.

E-mail: saupsico@gmail.com • *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/9402587671031665>

Vera Elenei da Costa Somavilla

Professora adjunta do Departamento de Enfermagem e Odontologia da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Atua como docente nos cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e no Programa de Mestrado em Psicologia na Universidade de Santa Cruz do Sul, Coordenadora Técnica da área de Enfermagem do Serviço Integrado de Saúde - SIS. Doutora em Educação.

E-mail: veras@unisc.br • *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/9873230215548986>

Veridiana Limberger

Psicóloga e Mestranda em Educação (bolsa CAPES), na Linha de Pesquisa “Educação, Cultura e Produção de Sujeitos” (UNISC). Especialista em Psicologia em Saúde (CFP) e em Impactos da Violência na Saúde (FIOCRUZ). Coordenadora do CAPSI de Santa Cruz do Sul/RS.

E-mail: veridianali@mx2.unisc.br • *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/2907645349463222>

Wanderson Vilton Nunes da Silva

Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE. Integrante do GEMA/UFPE. Membro do Grupo de Pesquisa Processos Culturais e Modos de Subjetivação (UFAL) e do Núcleo E-Politics (UFRGS).

E-mail: wandersonvilton@gmail.com • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3087720415810130>

Yasmin Maciane da Silva

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas. Realiza pesquisas na área da Psicologia Social com ênfase em discussões sobre gênero, democracia, relações étnico-raciais, política e religião.

E-mail: macianeyasmin@gmail.com • Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0470737359129162>